

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE DOUTORADO

JULIANA CAROLINA TEIXEIRA

**LONGE DAS GRANDES AGLOMERAÇÕES SE CONSTROEM NOVOS
CAMINHOS: OS ALCANCES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM
PEQUENOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DO PARANÁ**

MARINGÁ – PR
2024

JULIANA CAROLINA TEIXEIRA

**LONGE DAS GRANDES AGLOMERAÇÕES SE CONSTROEM NOVOS
CAMINHOS: OS ALCANCES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM
PEQUENOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá (UEM), para obtenção do título de Doutora em Geografia na área: Análise regional e ambiental, linha de pesquisa: Produção do espaço e dinâmicas territoriais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ângela Maria Endlich

MARINGÁ - PR
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

T266I

Teixeira, Juliana Carolina

Longe das grandes aglomerações se constroem novos caminhos : os alcances do turismo de Base comunitária nos pequenos municípios periféricos do Paraná / Juliana Carolina Teixeira. -- Maringá, PR, 2024.

361 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Endlich.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.

1. Turismo - Campesinato - Paraná. 2. Geografia Urbana. 3. Turismo - Pequenas Cidades. 4. Turismo de Base Comunitária. I. Endlich, Ângela Maria, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 338.4791

“Longe das grandes aglomerações se constroem novos caminhos: os alcances do turismo de base comunitária nos pequenos municípios periféricos do Paraná”.

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **07 de maio de 2024**.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANGELA MARIA ENDLICH**
Data: 07/05/2024 13:47:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Angela Maria Endlich
Orientadora- PGE/UEM

Documento assinado digitalmente
 **LARISSA DE MATTOS ALVES**
Data: 07/05/2024 22:22:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Larissa de Mattos Alves
Membro convidado - UNESPAR

Documento assinado digitalmente
 **PAULO ROBERTO BAQUEIRO BRANDAO**
Data: 07/05/2024 19:04:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Documento assinado digitalmente

 **PATRICIA DENKEWICZ**
Data: 07/05/2024 17:17:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Roberto Baqueiro
BrandãoMembro convidado -
UFOB

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia
DenkewiczMembro

Documento assinado digitalmente
 **CLEVERSON ALEXSANDER REOLON**
Data: 08/05/2024 10:33:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

convidado - UNESP
Prof. Dr. Cleverson Alexsander
ReolonMembro convidado - UEM

“No digo que sea posible solucionarlo todo, pero sí que un gran número de problemas pueden resolverse a nivel local y con gente de la localidad”.

Manfred-Max Neef

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi escrita de maneira solidária e, por isso, eu agradeço:

À minha orientadora, Ângela Maria Endlich, que é de muitas maneiras inspiradora e incentivadora. Agradeço por todo conhecimento irrestritamente compartilhado e, em especial por ensinar com respeito e calor humano. Obrigada por encorajar e ajudar a concretizar tantas expectativas.

Agradeço à minha família, que me abraçou e me apoiou nos tempos difíceis, nas alegrias, nas tarefas da tese, comemorando comigo cada passo dado. Ao meu esposo, Filipe Tonet, e aos meus pais, Alvaro Luiz Teixeira e Josefina Gora Teixeira.

Agradeço aos professores da banca pelas contribuições, em especial, à Professora Larissa de Mattos Alves, que me acompanhou desde o início da jornada acadêmica e que ensina, compartilha e incentiva.

À Unespar, que proporcionou o cenário necessário para a realização desta tese.

Ao Colegiado de Turismo do campus de Campo Mourão, que deu suporte na dedicação desta pesquisa.

À UEM e ao PGE pela oportunidade do ensino gratuito e de qualidade.

À Rede Pinhal de Turismo de Base Comunitária do Paraná, formada neste período pela Angela Nardeli, Patrícia Denkewicz, Sérgio Luiz Winkert, Priscila Cazarin Braga e Clarice Bastarz que fizeram desta jornada do TBC ainda mais espetacular.

À Capes e ao CNPq pela oportunidade do curso de doutoramento no Brasil e, pelo doutorado sanduíche no exterior.

À *Arizona State University* por abrir as portas e apoiar o doutorado sanduíche.

À professora Christine Buzinde, que me recebeu calorosamente, compartilhando conhecimento e atenção.

À Jaime Shapiro pelo profissionalismo e pelos abraços de conforto longe de casa.

Aos meus amigos, em especial aqueles que fiz durante o doutorado, Lucas Salmeron e Kelen Duarte, que tornaram os dias difíceis mais aprazíveis dividindo as alegrias, tristezas e o café.

Em especial, as comunidades locais que participaram desta pesquisa, abrindo suas portas e ensinando o muito que sabem.

Meu mais sincero obrigada!

RESUMO

Quantas pequenas localidades ainda serão apagadas enquanto empurramos parte dos indivíduos para uma vida precária nas grandes aglomerações urbanas? As alternativas que temos, para a manutenção da vida nessas áreas, têm contribuído para sua resistência? O turismo é um dos novos papéis atribuídos as pequenas localidades para vencer desafios a elas impostos, porém, o modelo convencional tem concentrado os investimentos em médias e grandes cidades e/ou impelido a elas a especialização. As formas participativas de turismo, a exemplo do modelo de gestão do Turismo de Base Comunitária (TBC), parecem trazer efeitos mais promissores (Alves, 2018), mas ainda demandam maiores investigações (Fabrino, 2013; Cabanilla, 2016). Partindo desta lacuna, definimos o seguinte problema de pesquisa: o TBC contribui para o desenvolvimento de pequenas localidades considerando a sua dimensão social? O que revelam as iniciativas existentes? O objetivo geral do trabalho, portanto, foi de contribuir com as reflexões acerca dos alcances do TBC para o desenvolvimento de pequenas localidades quanto à sua dimensão social. Para atender a esse objetivo traçamos os seguintes objetivos específicos: a) Compreender as relações das pequenas localidades com o turismo; b) Levantar na literatura os aspectos do TBC como modelo alternativo c) Observar os atores e os efeitos do TBC em países da América Latina e no Paraná; d) Identificar as características gerais dos atores do TBC (ou próximos ao modelo) e os desafios das pequenas localidades em que habitam e e) Analisar os limites e possibilidades do TBC para o desenvolvimento de pequenas localidades. Para a execução da pesquisa foram definidos diferentes recortes espaciais, na medida em que as demandas de investigação apareciam, porém, dois recortes fundamentais foram estabelecidos. Em um primeiro momento, estabelecemos como recorte espacial o Estado do Paraná e, em um segundo momento os pequenos municípios periféricos de Altônia, Mariópolis, Sapopema, Pinhalão e Turvo. Como procedimentos metodológicos adotamos a abordagem qualitativa; revisões da literatura; especialmente aquela produzida sobre o Estado; a utilização de ferramentas como os questionários para o mapeamento das iniciativas de TBC e, para os dados em campo nas pequenas localidades, entrevistas semiestruturadas e a análise do discurso. Como resultados, observamos na literatura que as relações entre o turismo e as pequenas localidades no Paraná, o apresentaram como potencial para os pequenos, mas ainda há inúmeros desafios na escala local. Iniciativas para além das fronteiras, como no Equador, Costa Rica e em outros Estados brasileiros, indicam efeitos positivos do TBC como alternativa para as pequenas localidades. Esse modelo de gestão possui como elementos-chave, que o diferenciam do turismo convencional: a) a comunidade local; b) a autonomia; c) a economia alternativa e d) o território solidário. As características gerais do TBC no Paraná são de iniciativas concentradas em pequenos municípios interioranos, com maiores dificuldades nos índices de educação, trabalho/renda e juventude. Também identificamos que a diversidade de grupos sociais envolvidos é expressiva, em que, a maior parte deles se caracteriza por agricultores de base familiar. Embora enfrentando desafios relacionados ao planejamento e gestão, poucas parcerias, recursos financeiros e técnicos escassos, consideramos que o TBC contribui com o desenvolvimento social de pequenas localidades. Com base em 6 indicadores construídos para esta pesquisa consideramos que o TBC em pequenas localidades: viabiliza economias alternativas; oportuniza a geração de trabalho e renda; torna possível a apropriação do espaço pelas comunidades; fortalece sua autoestima; melhora a qualidade da paisagem; promove a educação e a inovação social; inclui jovens, idosos e mulheres e favorece a qualidade de vida.

Palavras-chave: Pequenas localidades; desafios; Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT

How many small localities still be erased while we push part of the population towards a precarious life in large urban agglomerations? Have the alternatives we have for maintaining life in these areas contributed to their resilience? Tourism is one of the new roles assigned to small towns to overcome the challenges imposed on them, but the conventional model has concentrated investments in medium and large cities and/or pushed them towards specialization. Participatory forms of tourism, such as the community-based tourism (CBT) management model, seem to have more promising effects (Alves, 2018) but still require further research (Fabrino, 2013; Cabanilla, 2016). Based on this gap, we defined the following research problem: does CBT contribute to the development of small towns, considering their social dimension? What do exist initiatives reveal? Therefore, this work's general aim was to contribute to reflections on the scope of CBT for the development of small towns in terms of its social dimension. To meet this objective, we drew up the following specific objectives: a) To understand the relationship between small towns and tourism; b) To survey the literature on aspects of CBT as an alternative model c) To observe the actors and effects of CBT in Latin American countries and Paraná; d) To identify the general characteristics of the CBT actors (or those close to this model) and the challenges of the small towns they inhabit and e) To analyze the limits and possibilities of CBT for the development of small towns. In order to carry out the research, we defined different spatial cut-off points as the research demands arose, but two fundamental cut-off points were established. Firstly, we established the state of Paraná as the and then the small outlying municipalities of Altônia, Mariópolis, Sapopema, Pinhalão, and Turvo. As methodological procedures, we adopted a qualitative approach; reviews of the literature, especially those produced on the state; using tools such as questionnaires to map CBT initiatives and, for field data in small towns, semi-structured interviews and discourse analysis. As a result, we have observed in the literature that the relationship between tourism and small towns in Paraná has presented potential for small towns. However, there are still numerous challenges on a local scale. Initiatives across borders, such as in Ecuador, Costa Rica, and other Brazilian states, indicate the positive effects of CBT as an alternative for small towns. The key elements of this management model that differentiate it from conventional tourism are: a) the local community; b) autonomy; c) the alternative economy and d) the territory of solidarity. The general characteristics of CBT in Paraná are initiatives concentrated in small inland municipalities, with more significant difficulties regarding education, work/income, and youth. We also identified that the social groups' diversity is substantial, with most of them characterized by family-based farmers. Although it faces challenges related to planning and management, few partnerships and scarce financial and technical resources, we believe that CBT contributes to the social development of small localities. Based on 6 indicators developed for this research, we believe that CBT in small towns: makes alternative economies viable; provides opportunities to generate work and income; makes it possible for communities to take ownership of space; strengthens their self-esteem; improves the quality of the landscape; promotes education and social innovation; includes young people, the elderly and women and promotes quality of life.

Keywords: Small towns; challenges; Community-based tourism.

LISTAS DE FIGURAS/MAPAS, GRÁFICOS, QUADROS, TABELAS

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - BARRA ARARAPIRA, PARANÁ. VILA ABANDONADA, 2019.....	10
FIGURA 2 - PARANÁ. DESAFIOS ENFRENTADOS NO TURISMO PELAS PEQUENAS LOCALIDADES SEGUNDO OS ARTIGOS CIENTÍFICOS LEVANTADOS, 2021.....	70
FIGURA 3 – PARANÁ. NUVEM DE PALAVRAS COM OS RESULTADOS DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS, 2021.	71
FIGURA 4 – ELEMENTOS-CHAVE E ELEMENTOS-CHAVE AGREGADOS DO TBC.	99
FIGURA 5 – ALTÔNIA. PORTAL DE ENTRADA DO “CAMINHO DAS PAINEIRAS”, 2022	206
FIGURA 6 - MARIÓPOLIS. INÍCIO DA ESTRADA QUE DÁ ACESSO ÀS COMUNIDADES SÃO PEDRO E NOSSA SENHORA DO CARMO QUE FORMAM O “CAMINHO DA UVA”, 2022.....	214
FIGURA 7 - TOMAZINA. PROPRIEDADE DA FAMÍLIA DE MARILENA COM O TERREIRO DE CAFÉ EM PRIMEIRO PLANO E AO FUNDO REFORMAS NA ESTRUTURA PARA RECEBER TURISTAS/VISITANTES, 2022.	223
FIGURA 8 – SAPOPEMA. INSTAGRAM DE UMA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO SÃO LUIZ, 2022.	230
FIGURA 9 – TURVO. CANTINHO DAS VENDAS DO QUILOMBO, 2022.....	235
FIGURA 10 – MARIÓPOLIS. CASARÃO DE 1964, ATRATIVO TURÍSTICO DAS COMUNIDADES DO “CAMINHO DA UVA”, 2022.....	242
FIGURA 11 – SAPOPEMA. FOGUEIRA DOS “ENCONTROS” ONDE TURISTAS/VISITANTES SENTAM JUNTO COM A FAMÍLIA, 2022.	244
FIGURA 12 – SAPOPEMA. EXPANSÃO DO NÚMERO DE CHALÉS, 2022.....	259
FIGURA 13 – MARIÓPOLIS. RESÍDUOS SÓLIDOS DEIXADOS EM UMA DAS PROPRIEDADES DA COMUNIDADE LOCAL.	260
FIGURA 14 – ALTÔNIA. TRILHA AS MARGENS DA LAGOA XAMBRÊ, PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE, 2022.....	261
FIGURA 15 – TURVO, PARANÁ. GRALHA AZUL TURISMO E AVENTURA, 2020.....	304
MAPA 1 – PARANÁ. MUNICÍPIOS LEVANTADOS NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O TEMA LEVANTADO (EXCETO AQUELES ABORDADOS POR REGIÃO), 2021.	37
MAPA 2 – PARANÁ. REGIÕES TURÍSTICAS ABORDADAS NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O TEMA LEVANTADO, 2021.....	42

MAPA 3 – PARANÁ. ROTAS E ROTEIROS LEVANTADOS NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O TEMA LEVANTADO QUE CONGREGAM MAIS DE UM MUNICÍPIO, 2021.	46
MAPA 4 - PARANÁ. LOCALIZAÇÃO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2023.	191

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PARANÁ. NÚMERO DE ARTIGOS POR ANO ENCONTRADOS EM REVISTAS CIENTÍFICAS SOBRE O TEMA LEVANTADO, 2021.	26
GRÁFICO 2 - PARANÁ. GRUPOS DE RESPONDENTES DO QUESTIONÁRIO, 2021.	145
GRÁFICO 3 – PARANÁ. GRUPOS SOCIAIS AOS QUAIS OS COLETIVOS DAS INICIATIVAS DE TURISMO PERTENCEM, 2021.	147
GRÁFICO 4 - PARANÁ. PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS OFERECIDOS PELAS INICIATIVAS, 2021.	149
GRÁFICO 5 – PARANÁ. FORMA DE ORGANIZAÇÃO DAS INICIATIVAS, 2021.	150
GRÁFICO 6 – PARANÁ. PARCERIAS DAS INICIATIVAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, 2021.	151
GRÁFICO 7 – PARANÁ. INICIATIVAS QUE CONHECEM O MODELO DE TBC, 2021.	153
GRÁFICO 8 – PARANÁ. INICIATIVAS QUE ADOTAM O MODELO DE TBC, 2021.	153
GRÁFICO 9 - PARANÁ. MÉDIA DOS INDICADORES DO IFDM NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS, 2016.	164
GRÁFICO 10 – PARANÁ. IDH-M DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2010.	167
GRÁFICO 11 – PARANÁ. ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2010.	170

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PARANÁ. MUNICÍPIOS/LOCALIDADES MENCIONADAS NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS POR REGIÃO TURÍSTICA, 2021.	32
QUADRO 2 - PARANÁ. EXPRESSÕES E PALAVRAS-CHAVE EXTRAÍDAS DAS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE TBC, 2021.	76
QUADRO 3– OS ELEMENTOS-CHAVE DO TBC NA LITERATURA MUNDIAL, 2022.	91
QUADRO 4 – OS QUATRO ELEMENTOS-CHAVE DO TBC, 2022.	97
QUADRO 5 - PARANÁ. ESTUDOS CIENTÍFICOS QUE ABORDARAM O TBC NO ESTADO DO PARANÁ, 2022.	115
QUADRO 6 - PARANÁ. RESULTADOS DAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA POR ÁREA, 2022.	121

QUADRO 7 – PARANÁ. INICIATIVAS DE COMUNIDADES LOCAIS QUE ADOTAM O TURISMO COMO ATIVIDADE SOCIOECONÔMICA NO ESTADO DO PARANÁ, 2021.	135
QUADRO 8 – INDICADORES SOCIAIS DE TBC APLICADOS NAS COMUNIDADES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS OBJETOS DESSA PESQUISA, 2021.	187

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PARANÁ. CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE FORMAÇÃO/ATUAÇÃO DOS PESQUISADORES, 2021.	28
TABELA 2 - MUNICÍPIOS MAIS MENCIONADOS NOS ARTIGOS, 2021.	39
TABELA 3 – PARANÁ. NÚMERO DE MENÇÕES DAS REGIÕES TURÍSTICAS NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS, 2021.	43
TABELA 4 – PARANÁ. NÚMERO DE MENÇÕES DAS ROTAS E ROTEIROS NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS QUE ABRANGEM MAIS DE UM MUNICÍPIO, 2021.	47
TABELA 5 - PARANÁ. NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM INICIATIVAS DE TURISMO EM COMUNIDADES LOCAIS POR CLASSE, 2021.	140
TABELA 6 - PARANÁ. IFDM DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2016.	165
TABELA 7– PARANÁ. IDH-M DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2010.	168
TABELA 8 - PARANÁ. ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2014.	172
TABELA 9 -VALORES ADICIONAIS E PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS (x1.000 R\$), 2019.	174
TABELA 10 - PARANÁ. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 1991 A 2022.	195
TABELA 11 - PARANÁ. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 1991 A 2010.	196
TABELA 12- PARANÁ. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POPULAÇÃO DE 15 A 29 ANOS DE IDADE DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 1991 A 2010.	196
TABELA 13- PARANÁ. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DA TAXA DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 1991 A 2010.	197
TABELA 14- PARANÁ. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DE JOVENS NA ESCOLA DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO E DOS MAIORES MUNICÍPIOS DE SUAS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS E IMEDIATAS, 1991 A 2010.	198
TABELA 15- PARANÁ. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 1991 A 2010.	199

TABELA 16- PARANÁ. VALORES ADICIONAIS E PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS (x1.000 R\$), 2019.	200
TABELA 17- PARANÁ. TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR ÁREA NOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2017.....	201
TABELA 18- PARANÁ. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIA DE AGRICULTURA FAMILIAR, 2017.....	202
TABELA 19- PARANÁ. CULTURA TEMPORÁRIA E PERMANENTE POR ÁREA COLHIDA NOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2021.....	203
TABELA 20 – PARANÁ. EFETIVO DA PECUÁRIA E AVES NOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2021.....	204
TABELA 21- PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (VALOR R\$1.000,00) NOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO, 2021.	204

LISTA DE SIGLAS

Acomçu	Associação de moradores
Acphten	Associação cultural de preservação da história e ecologia de terra nova
ACTs	Atividades Características do Turismo
Aflotur	Associação de Produtores de Flores e Turismo Rural
Aguamar	Associação Guaratubana de Maricultores
Ampevi	Associação de Produtores de Vinho de Ampére-Paraná
Amucafé	Associação das Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná
Aotur	Associação dos Operadores de Turismo de Porto Camargo
APA	Área de Proteção Ambiental
Aprosud	Associação dos produtores de queijo artesanal do sudoeste do Paraná
Apruvibi	Associação dos Produtores de Uva e Vinho de Bituruna
Aspran	Associação de Pequenos Produtores Rurais e Artesanais de Antonina
Aster	Associação de Turismo de Entre Rios
ATS	Associação de Turismo do município de Sapopema
Awitur	Associação Comunitária dos Moradores de Witmarsum
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cras	Centro de Referência de Assistência Social
Citla	Cia. Clevelândia industrial e Territorial
Citur	Circuito Italiano de Turismo Rural
Civarc	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território do Vale do rio Cinzas
Comtur	Conselho Municipal de Turismo
Cooperlipa	Cooperativa de turismo rural lindeiros do parque
Coopersales	Associação Cooperativa Vinícola São Francisco de Sales
Fecilcam	Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão
Fetaep	Federação dos Trabalhados Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná
Fida	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Frutimar	Associação dos Fruticultores de Mariópolis
Furb	Universidade Regional de Blumenau

IAT	Instituto Água e Terra do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDR-Paraná	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IGRs	Instâncias de Governança Regionais
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IWCA	Aliança Internacional das Mulheres do Café – Brasil
Laca	Liga associativa da comunidade de Assaí
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEI	Microempreendedor Individual
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PFI	Paraná Fala Inglês
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Rais	Registro Anual de Informações Sociais
Redes	Revista do Desenvolvimento Regional
Retur	Rede de Turismo Regional
Revitis	Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
Scielo	do <i>Scientific Electronic Library Online</i>
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sectur	Secretaria Turismo (México)
Senar	Serviço nacional de aprendizagem rural
Sedest	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo
Sinapeq	Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades
TBC	Turismo de Base comunitária
UEM	Universidade Estadual de Maringá

UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unespar	Universidade Estadual do Paraná
Unifal	Universidade Federal de Alfenas
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Vinopar	Associação dos Viticultores do Paraná
WWF	<i>World Wilde Found</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 A QUAIS INDAGAÇÕES NOS PROPUSEMOS A RESPONDER?	9
1.2 QUAIS FORAM OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA ATENDER AS NOSSAS INQUIETAÇÕES?	14
1.3 SOBRE QUAL TERRENO ASSENTAMOS ESSA PROBLEMÁTICA?	16
2 O TURISMO QUE COMEÇA PELOS PEQUENOS: PENSANDO A REALIDADE DO PARANÁ	22
2.1 O TURISMO E AS PEQUENAS LOCALIDADES.....	22
2.2 GRANDES DESAFIOS	53
2.3 O TBC NA LITERATURA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARANAENSE PARA PENSAR SEUS ELEMENTOS-CHAVE	73
3 QUEM SE ENVOLVE COM O TBC PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS LOCAIS?	102
3.1. EQUADOR: OS PRIMEIROS PASSOS E O PROTAGONISMO DOS POVOS INDÍGENAS	102
3.2 COSTA RICA: MAIS QUE UMA ALTERNATIVA DE RENDA, A POSSIBILIDADE DE AUTONOMIA PARA AS MULHERES	106
3.3 BRASIL: DA LUTA PELA TERRA AO DIREITO DE PERMANECER NELA	107
3.4 PARANÁ: UM ENCONTRO COM A DIVERSIDADE.....	114
4 MERGULHANDO NOS PEQUENOS	127
4.1 A GRANDIOSIDADE DOS PEQUENOS: ESTAMOS SUBESTIMANDO O TAMANHO DO TBC NO ESTADO DO PARANÁ?.....	127
4.2 QUEM SOMOS NÓS NA DIVERSIDADE?	144
4.3 HÁ UMA UNIDADE DENTRO DA DIVERSIDADE? SOBRE OS INDICADORES NOS MUNICÍPIOS QUE ABRIGAM AS INICIATIVAS	160
5 PENSANDO OS INDICADORES PELAS VOZES DOS PEQUENOS.....	180
5.1 O INTERIOR DO ESTADO E O CAMINHO PARA BUSCAR RESPOSTAS	180
5.2 SOBRE OS PEQUENOS MUNICÍPIOS DE ALTÔNIA, MARIÓPOLIS, PINHALÃO, SAPOEMA E TURVO	189
5.3 INDICADOR: ECONOMIA	205
5.4 INDICADOR: CULTURAL	239

5.5 INDICADOR: AMBIENTE DE ENTORNO E RELAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS	253
5.6 INDICADOR: EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA SOCIAL	264
5.7 INDICADOR: QUESTÕES DE GÊNERO E GERACIONAIS: O PROTAGONISMO DAS MULHERES, A INCLUSÃO DOS IDOSOS E A PERMANÊNCIA DOS JOVENS.....	269
5.8 INDICADOR: COESÃO SOCIAL E SATISFAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA.....	275
5.9 AS VOZES DOS PEQUENOS: OS DESAFIOS PARA CHEGAR ATÉ ONDE SE QUER IR	280
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	292
REFERÊNCIAS	306
APÊNDICE A	325
APÊNDICE B.....	327
APÊNDICE C	329
APÊNDICE D	331
APÊNDICE E.....	333
APÊNDICE F	335
APÊNDICE G	337
APÊNDICE H.....	338
APÊNDICE I.....	350

1 INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo, discorreremos, sobre a lacuna e o problema de pesquisa nos quais ancoramos esta tese. Em seguida, na medida que avançamos nos esclarecimentos, conforme esclarecemos como organizamos a estrutura da proposta, apresentamos o(s) objetivo(s) geral e específicos e o objeto de estudo. Por fim, tratamos do arcabouço teórico-metodológico que forneceu terreno sólido para a construção de nossas reflexões. Procuramos explicitar as ideias que deram base para a pesquisa. Ressaltamos que essas ideias, que utilizamos em nosso manuscrito, são consideradas complexas para as ciências que a elas se dedicam e, inclusive, são debates inacabados e em constante processo de construção e atualização. Quando nos propusemos a abordar o Turismo de Base Comunitária (TBC) em pequenas localidades, identificamos que era necessário esclarecer, qual é o nosso entendimento sobre os termos “comunidade”, “pequenos municípios”, “pequenas localidades” e o próprio “TBC”.

1.1 A quais indagações nos propusemos a responder?

As ruínas de uma pequena localidade fantasma, deixaram de abrigar quantas vidas? Quantos modos de viver e produzir ainda serão apagados? Ao mesmo tempo que empurramos indivíduos para habitações precárias, transportes lotados e escassez de serviços devido à alta demanda em grandes aglomerações urbanas, vamos apagando, uma por uma, as pequenas localidades e a vida que nelas existia.

Com cerca de 500 famílias habitando a área na década de 1930, a Vila de Ararapira (Figura 1), no litoral paranaense, é um exemplo, de uma pequena localidade que, em nome do “progresso”, foi desaparecendo. Durante o século XX, com o avanço das estradas pelo interior, que levaram embora o tráfego local e, a abertura do canal do Varadouro na década de 1940, que mudou o regime de marés, deu-se início a um processo de erosão na área, forçando a comunidade a deixar a localidade. Assim como a Vila de Ararapira, outras pequenas localidades no interior do Paraná e, tantas outras no Brasil e no mundo, vão uma a uma perecendo.

Figura 1 - Barra Ararapira, Paraná. Vila abandonada, 2019.



Fonte: O vale do Ribeira. Disponível em: <https://www.ovaledoribeira.com.br/2019/02/vila-ararapira.html>.

Nossa percepção é que as ruínas de uma localidade abandonada, são só ruínas, pedaços de concreto e madeira se deteriorando no tempo, com valor histórico do que já foi. O que atribuía a ela movimento, era a vida que nela se construía. Por isso, para nós, é determinante falar de pequenas localidades e falar de pessoas. Quando falamos dos pequenos estamos falando da vida que acontece no local. A localidade vazia perde o sentido e vira apenas uma paisagem que conta uma história de vidas que ali já não se vivem mais. O objeto central deste trabalho, são as pequenas localidades, mas nosso foco também se estabeleceu nas comunidades locais. São elas que constroem a realidade do seu pequeno município, do seu assentamento rural, do seu quilombo, do seu bairro, da sua rua, do seu núcleo familiar, chegando até elas como indivíduos, na escala do corpo humano (Endlich, 2017a), onde acreditamos que a autonomia do indivíduo começa e, o permite criar um meio melhor.

Esta tese não é apenas sobre números. Nosso trabalho está baseado na ideia de desenvolvimento à escala humana e, pensado à escala humana somos críticos ao o uso de números *per se*, pois os indicadores nem sempre representam a realidade na sua totalidade, especialmente em pequenas localidades. É preciso somar aos números dos indicadores a voz das pessoas, lá onde elas vivem e constroem sua realidade. Foi neste aspecto que concentramos a construção, coleta e análise dos nossos indicadores, em uma perspectiva qualitativa. Ademais,

pensando na escala humana, toda vida é relevante, se um emprego é gerado, se um jovem inicia seus estudos, se uma mulher vence a exploração, se uma família coloca mais comida na mesa, é isso que faz todo o sentido. Ideias que para muitos são óbvias, mas nestes tempos que vivemos, é sempre bom repetir.

Entendemos, desse modo, que os processos contemporâneos de perda de população, escassez de renda, poucas oportunidades locais, impõem as pequenas localidades periféricas o enfrentamento de desafios. Para tentar contornar esse cenário, os pequenos assumem novos papéis e, um deles tem sido a reinserção na economia por meio do turismo (Endlich, 2021 e Alves, 2018). Porém, o turismo, em seu modelo convencional, baseado no modelo econômico hegemônico, traz poucos resultados econômicos para essas áreas (Alves, 2018). Nesse sentido, passamos a pensar em um modelo de turismo alternativo, que possa contribuir com resultados mais efetivos nas pequenas localidades e, desse modo, o Turismo de Base Comunitária, tornou-se uma de nossas preocupações.

Nossa inquietação, em debater com maior profundidade os efeitos do Turismo de Base Comunitária, em pequenas localidades, ganhou peso quando Alves (2018), ao estudar as implicações do turismo em municípios de pequeno porte demográfico no Estado do Paraná, apontou para o seu caráter centralizador nas grandes aglomerações demográficas e de especialização em pequenos municípios. Esse contexto, é capitaneado tanto pelos investimentos públicos quanto pelos privados. Os estudos de Alves (2018) destacaram que o fluxo de turistas nem sempre permanece por muito tempo nessas pequenas localidades, mesmo que possuam recursos e/ou atrativos turísticos, em razão da infraestrutura escassa ou até mesmo inexistente, fazendo com que ele se direcione para os centros maiores (Alves, 2018).

Endlich (2007) ao estudar os desafios vividos pelas pequenas localidades deixa evidente que no modelo de desenvolvimento vigente há um contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras, argumentando sobre a demanda de se pensar em um modelo de desenvolvimento que não esteja centrado na visão economicista. Sobre esse contexto, Mendonça (2009) também assevera que é preciso constantemente buscar um modelo que tenha como objetivo maior a proteção de recursos naturais e o desenvolvimento dos grupos sociais locais, que não esteja centrado apenas no fator econômico.

Por não estar descolado do modelo econômico vigente, o turismo convencional, acaba produzindo, reproduzindo e acentuando, em muitos sentidos, desigualdades econômicas e socioculturais nas localidades em que ele ocorre. Nesse contexto, esse modelo, que por muitas vezes mais centraliza do que descentraliza, tem contribuído de maneira limitada para as pequenas localidades, na medida que deixa nelas poucos resultados sociais e econômicos

(Alves, 2018). É preciso, dessa maneira, contribuir com reflexões que tratem de modelos de gestão em que os protagonistas do turismo sejam os grupos sociais locais, afinal, o modelo atual é um obstáculo na participação efetiva dos moradores em projetos de turismo (Mendonça, 2009). Reforçamos aqui, que o modelo de turismo convencional, quando bem planejado e organizado de maneira participativa, promove efeitos positivos e pode ser uma ferramenta no desenvolvimento dos municípios como apontou, a exemplo, Magalhães (2002). Porém, o que buscamos empreender neste trabalho são reflexões a respeito dos efeitos de um outro modelo de turismo e refletir sobre se há avanços sociais em comunidades locais de pequenas localidades.

Nesse sentido, o estudo de Alves (2018) aponta que “As implicações positivas parecem ser mais evidentes onde há valorização e proteção de atrativos naturais e culturais, e onde a gestão do turismo é pautada em planejamento e participação social, articulando agentes públicos, privados e a sociedade civil organizada” (Alves, 2018, p. 267). Portanto, torna-se necessário estudar iniciativas de turismo que possuam como protagonistas as comunidades locais de pequenas localidades. Um dos modelos de turismo que tem trabalhado com o exercício do protagonismo local e que tem como mote a busca por uma economia alternativa do turismo centrado na valorização humana é o TBC. Por isso, estudos no Brasil e no exterior têm ganhado cada vez mais força ao tratar do TBC como uma ferramenta de desenvolvimento para as pequenas localidades que buscam vencer seu estado de marginalização dos processos hegemônicos, pois, “[...] a fluidez das ações hegemônicas e sua capacidade cada vez maior de penetrar os mais recônditos rincões do planeta impõem desafios a todo e qualquer projeto de desenvolvimento local” (Cruz, 2009, p. 104).

É nesse ponto que ancoramos a nossa tese. Ao longo deste trabalho nos preocupamos, com maior afinco, com o ponto de vista social. Buscamos refletir, especialmente, sobre os benefícios sociais do TBC em pequenas localidades. Nos comprometemos a refletir sobre os possíveis avanços desse modelo de gestão em relação aos que o modelo de gestão convencional do turismo não conseguiu avançar. Segundo Cabanilla (2016) é necessário que mais pesquisas busquem enfoque nos levantamentos e análises sobre as contribuições do TBC com relação aos seus aspectos sociais. Isso em razão das pesquisas estarem dando mais ênfase aos aspectos econômicos como os debates sobre o TBC como alternativa de renda; entraves sobre sua comercialização; gargalos na promoção desses destinos; entre outros aspectos, que não cobrem de algumas maneiras os fatores sociais. Para Cabanilla (2016) o sucesso do TBC reside na sua capacidade de atuar como ferramenta de melhoria da qualidade de vida da comunidade local não só no aspecto econômico, mas com grande ênfase no aspecto social.

Não desconsideramos as pesquisas que abordam temas relacionados aos fatores econômicos, pelo contrário, são pesquisas relevantes e indispensáveis, esta pesquisa inclusive trata desse aspecto. O que evidenciamos é que são necessários maiores aprofundamentos que relacionem o TBC com as pequenas localidades como uma forma de reinserção econômica via uma economia alternativa que traga maior qualidade de vida e, que o fator social esteja acima do fator econômico. Observando esse contexto, compreendemos que o TBC funciona como ferramenta para a construção da autonomia local, pautada no desenvolvimento humano e social.

A adoção deste modelo pelas comunidades locais está baseada na busca do desenvolvimento social de grupos marginalizados que se utilizam dele para ter voz. O turismo com esse aspecto, de atividade humana e social, permite o encontro entre comunidade local e turistas promovendo a troca de vivências entre as mais diversas culturas e o conhecimento entre elas (Grimm; Sampaio, 2013) de maneira a protagonizar a comunidade local e auxiliar no processo de proteção e valorização do patrimônio comunitário (Maldonado, 2009). É emergente, então, que modelos de turismo, como o do TBC, sejam debatidos e ganhem espaço junto as comunidades locais por estarem baseados “[...] em princípios convergentes com formas solidárias e populares de reprodução econômica, que ensejem a organização autônoma e soberana de comunidades receptoras e em harmonia com os desígnios dos Direitos Humanos e da Natureza” (Brandão, 2021, p. 200).

Como os resultados do turismo convencional, baseado no modelo de desenvolvimento hegemônico, são insipientes para as pequenas localidades, um modelo de turismo baseado em uma economia alternativa, traz resultados sociais para essas áreas? Com base nessas reflexões nos impomos alguns questionamentos. O primeiro deles é, que se constitui como questão central deste trabalho é: o TBC contribui para o desenvolvimento de pequenas localidades considerando a sua dimensão social? O que revelam as iniciativas existentes? As produções acadêmicas na área são escassas em apresentar como o TBC “[...] tem de fato contribuído com a melhoria das condições de vida das localidades. Debruçar esforços de pesquisas sobre esses aspectos é importante[...]” (Fabrino, 2013, p.167).

Definimos o recorte espacial do Estado do Paraná como ponto de partida para as nossas reflexões. Isso porque, dando continuidade aos trabalhos sobre pequenos municípios periféricos no Estado, nossa primeira intenção era identificar uma iniciativa de TBC nessa região, em um município periférico para debruçar nossas inquietações. Ao buscarmos as iniciativas no Estado observamos que aquelas citadas na literatura estavam sobretudo próximas a grandes aglomerações demográficas. Esse fato nos gerou incômodo, afinal, não estariam os grupos sociais buscando o TBC como alternativa, em áreas periféricas no interior do Paraná? Desse

incômodo surgiu a ação de mapear comunidades locais, que buscam o turismo no Estado, de maneira geral, (independente do modelo de gestão que estão adotando) como ferramenta para enfrentar os desafios locais. Após o mapeamento, pinçamos dele, alguns municípios e suas iniciativas de turismo como objetos de estudos em campo, que foram Altônia, Mariópolis, Pinhalão, Sapopema e Turvo.

Apresentamos aqui, dessa forma, nossas preocupações. Alguns dos nossos questionamentos surgiram conforme fomos construindo a pesquisa e, tantos outros foram surgindo pelo caminho que buscamos problematizar com maior intensidade com os levantamentos que realizamos. Conseguimos avançar quanto algumas inquietações, enquanto outras deixam lacunas a serem preenchidas em outras pesquisas.

1.2 Quais foram os caminhos percorridos para atender as nossas inquietações?

Uma vez que definimos como ponto central deste trabalho questionar: o TBC contribui para o desenvolvimento de pequenas localidades considerando a sua dimensão social? O que revelam as experiências existentes? Delineamos como objetivo primeiro contribuir com as reflexões acerca dos alcances do turismo para o desenvolvimento de pequenas localidades quanto à sua dimensão social.

Partindo, então, dessa questão chave e do objetivo geral buscamos construir os objetivos específicos da pesquisa. Como primeiro objetivo específico entendemos que era necessário compreender as relações das pequenas localidades com o turismo no Estado do Paraná. Nesse sentido, no segundo capítulo “O turismo que começa pelos pequenos”, verticalizamos nosso olhar para as pequenas localidades estaduais, por meio de revisão da literatura acadêmica paranaense, observando como a academia aborda o turismo em pequenas localidades e quais os desafios vividos por elas por meio do turismo. Logo na sequência, atendemos o segundo objetivo específico que foi levantar na literatura os aspectos do TBC como modelo alternativo de turismo no Paraná, em que também assentamos nossas reflexões, por meio da literatura paranaense produzida que tratou das iniciativas no Estado. Esse capítulo foi construído pensando em contribuir com as lacunas de pesquisa sobre turismo em pequenas localidades (Alves, 2018) e, sobre os resultados sociais do TBC (Cabanilla, 2016), na realidade paranaense.

Na sequência, apresentamos terceiro capítulo que tratou sobre os debates que permearam o terceiro objetivo específico que foi observar os atores e os efeitos do TBC na

América Latina e no Paraná. Iniciamos os levantamentos em países no exterior e pinçamos iniciativas em países da América Latina, inclusive o Brasil. Avaliamos essas manifestações pela profusão de casos nesse recorte e, inclusive, as produções na literatura acadêmica sobre esse fenômeno (Conti; Spindola; Saldanha, 2021). Em alguns países da América Latina, podemos observar um protagonismo destacado com relação as demais manifestações mundiais em razão da organização de ações coletivas e formalização de instrumentos legais para o TBC (Moraes; Irving; Mendonça, 2018).

Dentre essas justificativas, também elegemos as iniciativas da América Latina em razão de suas proximidades, tanto espacial quanto sociocultural com o Brasil e o Paraná, que poderiam apontar relações mais alinhadas com nossos objetivos de pesquisa. Definimos esse caminho para que em um próximo momento, ao verticalizar nossas análises, pudéssemos compreender o todo e suas partes. Assim, a necessidade de entender como se dão essas experiências no exterior e no Brasil, para depois aprofundar as análises na escala do Estado do Paraná, esteve pautada na relação dialética entre o global e o local.

No quarto capítulo nos debruçamos sobre o quarto objetivo específico que foi identificar as características gerais dos atores do TBC (ou próximas a ele) e os desafios das pequenas localidades que habitam. Essa ação foi resultado da lacuna que em âmbito estadual, relacionada ao levantamento e mapeamento dessas manifestações. Nesse capítulo, após esse levantamento geral, verticalizamos nosso olhar para o recorte dos municípios de pequeno porte demográfico para compreender seus desafios olhando para seus indicadores e entendendo com maior profundidade o cenário da escala municipal, pois é nessa escala que encontramos os indicadores necessários para pensar a realidade local como um todo e seus desafios que levam os coletivos locais a buscar alternativas. Encerramos essa etapa do trabalho, apresentando um panorama das características gerais das manifestações estaduais como: localização; formas de organização coletiva; parcerias com outros organismos internos e externos a comunidade local; serviços e produtos oferecidos aos turistas e outros.

No quinto e último capítulo atendemos o quinto objetivo específico que foi analisar os limites e possibilidades do TBC para o desenvolvimento social de pequenas localidades. Lançamos nosso olhar para a escala local e selecionamos algumas das manifestações do nosso mapeamento. Essa verticalização foi necessária para complementar os dados levantados e analisados nos capítulos anteriores e para compreender, em contato com a realidade, em que medidas o TBC tem contribuído com as pequenas localidades que dele lançam mão. Para o cumprimento dessa tarefa selecionamos o município de Altônia e a iniciativa de turismo “Caminho das Paineiras”, o município de Mariópolis e a iniciativa “Caminhos da Uva”, o

município de Pinhalão e a iniciativa “Caminho do Café das Mulheres”, o município de Sapopema com a iniciativa de turismo no Assentamento rural de São Luiz II e no município de Turvo com a iniciativa “Gralha Azul – Turismo e Aventura”. Nesse capítulo apresentamos a percepção dos indivíduos que constroem essas realidades, que são os protagonistas da história registrada nessa tese. Não poderíamos encerrar o trabalho de outra maneira se não ouvindo a voz daqueles que devem falar sobre como o turismo tem influenciado em suas vidas. Para construirmos esse capítulo, foi necessário realizar visitas de campo nas localidades selecionadas, somando com a aplicação de entrevistas com líderes locais e com alguns indivíduos da comunidade e, desenvolvendo observações sistemáticas durante as visitas.

1.3 E sobre qual terreno assentamos essa problemática?

Para pensar os desafios vividos pelas pequenas localidades foram necessários os trabalhos de autores que dialogam sobre esse tema como Ângela Maria Endlich, Paulo Fernando Jurado da Silva e Eliseu Sposito, Tânia Maria Fresca, Juan Manuel Diez Tetamanti. Sobre as relações do turismo nos pequenos municípios nos fundamentamos, principalmente nos trabalhos de Larissa de Mattos Alves e Cláudia Freitas Magalhães. As provocações levantadas sobre as dificuldades enfrentadas pelas pequenas localidades basearam nosso olhar em pensar as alternativas que têm mantido e criado novas formas de fortalecer a vida que se realiza nesses locais. Essas provocações orientaram nosso pensamento sobre o fortalecimento da sociabilidade que é diferentemente destacada nas pequenas localidades a despeito dos problemas que enfrentam. É preciso pensar e construir novas formas de produção e consumo que “[...] nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade” (Santos, 2008, p. 144).

Nesse sentido os trabalhos de Henri Lefebvre são fundamentais para pensar a apropriação do espaço, muito embora estivesse tratando do âmbito da cidade. Tomamos suas reflexões para pensar toda a escala do pequeno município. Lefebvre (2016) nos fala sobre pensar a cidade como lugar de encontro, reunião e simultaneidade, nos fala sobre seu valor de uso e não de troca. Ele nos alerta sobre a cidade que se inviabiliza quando planejada racionalmente pois os indivíduos não são objetos, mas sim sujeitos. Lefebvre (2016) assevera que é possível observar espaços de moradia inadequados ao mesmo tempo que se degradam áreas para a especulação imobiliária, dessa forma, para ele é preciso lutar sobre a plena fruição do espaço social que só é possível com a apropriação do espaço pelos cidadãos em que “Apenas

grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar delas e levar até a sua plena realização soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais políticas, a cidade renovada se tornará obra” (Lefebvre, 2016, p. 122).

Quando buscamos refletir sobre o TBC em pequenas localidades, foi necessário pensar e esclarecer ao que estamos nos referindo quando usamos o termo “pequenas localidades”. Como observamos nos debates a respeito do que vem a ser uma pequena cidade, nos trabalhos de Endlich (2017); Fresca (2009); Sposito e Jurado da Silva (2013) e tantos outros que lemos nessa caminhada, mas não estão aqui citados, compreendemos que esse é um tema delicado e complexo. São muitas as variáveis envolvidas para se compreender o que vem a ser uma pequena cidade. Somado a isso, quando seguimos com a exploração dos dados de nossa pesquisa, observamos que quando falamos de TBC, estamos falando de iniciativas, que na sua maioria, estão localizadas no campo (Giampiccolli; Kalis, 2012). Nossos estudos exploratórios no Paraná, ainda apontaram que se localizam, também na sua maioria, no campo de pequenas cidades do Estado. Contudo, para além, existem iniciativas que ocorrem em distritos; bairros; comunidades rurais; tanto de grandes, médias e pequenas cidades.

Diante da diversidade e complexidade apresentada pela realidade, para este trabalho definimos como recorte a escala político-administrativa do município, afinal, o turismo se manifesta especialmente no campo nesses pequenos locais e, é um papel assumido e “[...] definido na escala do município polarizado pela pequena cidade/localidade” (Endlich, 2021). Todavia, quando falamos de pequenos municípios, definimos como recorte os municípios com porte demográfico de até 50 mil habitantes. Sabemos que não podemos, apenas com base no porte demográfico, definir uma cidade como pequena, como já esclareceram os autores acima citados, porém, com o objetivo de estabelecer um recorte para execução da pesquisa o fizemos, em razão desse porte demográfico representar a maioria dos municípios brasileiros (Endlich, 2021). Dessa forma, quando nos referimos a pequenos municípios, estamos tratando desse recorte, para onde inclinamos nossos olhares a respeito das iniciativas de TBC no Paraná.

Com relação ao termo “pequenas localidades”, quando utilizamos esse termo além de nos referirmos a esses municípios, também nos referimos ao local onde as iniciativas de TBC ocorrem, sejam elas em comunidades rurais; distritos; bairros, ilhas e outros. Fazemos isso, pois, como afirmou Tetamanti (2009) quando nos referimos a uma pequena localidade, podemos estar nos referindo ao âmbito jurídico, interacional ou físico de determinado local. Nesse sentido, não só do ponto de vista jurídico (município), nos referimos as pequenas localidades do ponto de vista interacional, uma vez que pensamos a reunião das comunidades para o turismo nos locais onde produzem e reproduzem a vida. Portanto, quando usamos

pequenas localidades neste trabalho nos referimos a esses recortes e, quando os usarmos, estarão sendo colocados em seu devido contexto.

Sobre a ideia de comunidade, é necessário destacar que essa tese não possui como objetivo avançar e contribuir nas discussões teóricas acerca deste conceito. Entendemos que ainda são inacabadas as reflexões nas ciências sociais a respeito da noção de comunidade. Nos compete no trabalho refletir sobre os benefícios do modelo de TBC para os grupos sociais que dele lançam mão, mas não avançar em debates sobre o conceito de comunidade, ainda que esse modelo de turismo, leve nele esse termo. Isso porque, cada manifestação de turismo comunitário possui sua complexidade em razão de várias características específicas que os cercam. O sociólogo Wuthnow (2013) ao empreender um robusto estudo sobre as comunidades das pequenas cidades da América do Norte deixa claro que é relevante compreender o significado de comunidade, porém, esse esforço não sugere que devemos “[...] criar caixas de tipologias nas quais categorizamos as complexidades da cultura de uma pequena cidade” (Wuthnow, 2013, p. 40-41, tradução nossa)¹.

Nas palavras do sociólogo buscamos compreender o significado de uma comunidade “[...] para analisar como a autoconsciência de viver em uma pequena comunidade figura na linguagem em que os residentes caracterizam a vida deles” (Wuthnow, 2013, p. 41, tradução nossa)². Assim, é esse caminho que buscamos nessa tese. Os sentidos sobre a organização coletiva e, sua complexa realidade, aparece nas comunidades conforme levantamos dados e ouvimos suas vozes. Reiteramos que não tivemos a pretensão de criar as caixas de tipologias sobre a ideia de comunidade, incorrendo no engano de tentar definir o que se entende por comunidade, exercício tão caro e complexo empreendido por cientistas que dedicaram e dedicam anos de trabalho a essa questão. Além disso, a cada realidade que observamos nos deparamos com uma complexidade única e, são essas complexidades, em cada iniciativa que buscamos. Nosso objetivo é que essas realidades falem por si, inclusive para não incorreremos no erro de romantizar a ideia de comunidade. Nesses termos, para nós interessa continuar olhando para o que encontramos nos dados coletados e partindo desse ponto debater neste manuscrito os contornos de que grupos sociais estão adotando esse modelo (ou próximo a ele). Observando este contexto, nos interessa saber em quais grupos sociais o TBC se manifesta e, deixar que falem por si.

1 “[...] create boxes of typologies in which to categorize the complexities of small-town culture” (Wuthnow, 2013, p. 40-41).

2 “[...] to analyze how the reflexive self-awareness of living in a small community figure into the language in which residents characterize their lives” (Wuthnow, 2013, p. 41).

Somamos a essas considerações, um destaque é feito pela ONG WWF, ao abordar o que se entende por esse termo quando do planejamento do turismo local e, afirma que “Como a comunidade é definida vai depender das estruturas sociais e institucionais da área em questão, mas a definição implica algum tipo de responsabilidade coletiva e aprovação por órgãos representativos” (WWF, 2001, p. 2, tradução nossa)³. Nesse sentido, cada experiência e realidade possui a liberdade de definir, conforme suas características locais únicas, a extensão da comunidade e a quem ela se limita, lembrando que em muitos locais, principalmente aqueles habitados, por exemplo, por povos indígenas, existem direitos coletivos sobre recursos e territórios.

Outra consideração da ONG em suas diretrizes para o turismo com base comunitária é que apesar de todo o esforço coletivo não se pode excluir ou diminuir as iniciativas individuais, o TBC deve “[...] fomentar o uso sustentável e a responsabilidade coletiva. No entanto, ele também deve abraçar iniciativas individuais dentro da comunidade” (WWF, 2001, p. 2, tradução nossa)⁴. Compreendemos, nesse sentido, que as iniciativas individuais são relevantes para a manutenção da coesão da comunidade ao passo que individualmente as ideias e ações são valorizadas e respeitadas. Se pensamos em autonomia neste trabalho, este ponto, também, é muito caro para nós.

Nesse contexto, com maior frequência utilizaremos o termo “comunidade” em razão do termo “comunitária” estar presente na expressão “Turismo de Base Comunitária”, embora a própria literatura sobre TBC ainda esteja construindo⁵ o que se entende por comunidade nessa expressão e, muito pelo fato de ser um termo também em construção nas ciências sociais. Utilizaremos, para além, os termos: “grupos sociais” e/ou “coletivos locais”. Todos eles, para nós, referem-se à noção de dois ou mais indivíduos interagindo entre si com o mesmo objetivo de adotar o turismo como ferramenta social.

No momento em que definimos como ponto central de nossas reflexões os efeitos do TBC considerando sua dimensão social, o fizemos por acreditar na ideia de que esse modelo de

³ “How the community is defined will depend on the social and institutional structures in the area concerned, but the definition implies some kind of collective responsibility and approval by representative bodies.” (WWF, 2001, p. 2).

⁴ “Community-based ecotourism should therefore foster sustainable use and collective responsibility. However, it must also embrace individual initiatives within the community” (WWF, 2001, p. 2).

⁵ Desde seu início a ideia de comunidade no TBC está mais intimamente ligada aos Povos e Comunidades Tradicionais conforme Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT. E, conforme art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que trata dos agricultores familiares. Porém, existem discussões em curso que observam que outros grupos sociais tem adotado o modelo como mulheres artesãs; associações de moradores; dentre outros. Essa ideia será melhor desenvolvida posteriormente no trabalho e é fruto das discussões realizadas no Grupo de Diálogo para a construção da Lei de TBC no Paraná.

gestão do turismo apresenta-se como um modelo de desenvolvimento do turismo centrado sobretudo no fator humano e social. Nossos interesses, residem principalmente em investigar os efeitos desse fenômeno quando utilizado como ferramenta pelas pequenas localidades em busca de sua autonomia, da emancipação de seus modos de vida.

Por essa razão, essa pesquisa esteve alicerçada na ideia de desenvolvimento à escala humana (Max-Neef, 1993) que está conectado com as pessoas e não com as coisas. Pensar em um desenvolvimento à escala humana é pensar também em autonomia coletiva e individual (Tzul-Tzul, 2019) e, na solidariedade (Kropotkin, 2009) capaz de manter as relações sociais baseadas na ajuda mútua, em busca do enfrentamento dos desafios impostos pelo modelo econômico vigente. Para Endlich (2006, p.35) a emancipação está atrelada às noções de liberdade e autonomia “Sendo assim, uma consciência autônoma só pode ser formada em condição completa de liberdade e de superação das instituições coercitivas. A conquista de um estado maior de liberdade permite o conhecimento e a defesa dos interesses autênticos de um grupo.”

O TBC nos parece uma ferramenta comprometida com o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento como defendem Mendonça (2009) e Sampaio (2005). Nesse mesmo sentido caminham Marta Irving; Isabel Grimm; Roberto Bartholo; Ivan Bursztyn, Paulo Roberto Baqueiro Brandão e demais pesquisadores, não só brasileiros, mas de diversos países, em especial, do Sul Global como Andrea Giampiccoli; Oliver Mtapuri; Enrique Cabanilla, entre outros. Estes pesquisadores acreditam em uma nova forma de gestão do turismo descentralizada que caminha em direção a uma outra racionalidade que não unicamente a perspectiva econômica e utilitarista.

Fundamentamos nossas reflexões sobre o TBC nessas ideias. O turismo que se organiza nesses moldes do protagonismo da comunidade local nos parece buscar a plena fruição do espaço social, um modelo de turismo, que a exemplo, luta contra a especulação imobiliária (Mendonça, 2009). Consiste em um modelo que serve como ferramenta de apropriação do espaço. Apropriação que se dá por meio da busca por autonomia de diferentes grupos sociais, que possuem os mais diversos objetivos, sejam eles de reinserção econômica, defesa de seus territórios, proteção de sua cultura, de seus recursos naturais, de sua liberdade, que só são possíveis com a apropriação do espaço pelos cidadãos (Lefebvre, 2016).

Encerramos esta introdução com a ideia de que “[...] o papel da ciência é auxiliar fazendo a crítica da vida cotidiana por meio da análise do ritmo da vida diária das pessoas, estudar implicações e consequências das novas formas de apropriação inventadas pelos cidadãos” (Lefebvre, 2016, p. 29). Cabe a nós aqui, esse papel sobre pensar as implicações,

efeitos e consequências do TBC, afinal, questionamos: esse novo modelo de gestão do turismo que busca auxiliar no processo de autonomia da comunidade local, coloca-se como uma forma de apropriação inventada pelos cidadãos? Acreditamos que sim, então, decidimos investigá-la. Essa é a nossa hipótese.

2 O TURISMO QUE COMEÇA PELOS PEQUENOS: PENSANDO A REALIDADE PARANAENSE

Neste capítulo buscamos atender ao objetivo de verificar a relação das pequenas localidades e o turismo no Estado do Paraná. Para isso, levantamos artigos científicos relacionados ao tema e observamos neles quais as informações gerais que mais foram apresentadas. Na sequência, trouxemos reflexões sobre os desafios dessa relação que mais foram abordadas na literatura levantada. Por fim, debatemos o TBC, que é apontado como modelo alternativo para as pequenas localidades e suas comunidades no contexto de reinserção socioeconômica, com o intuito de compreender suas características gerais, no contexto paranaense, com suporte da literatura estadual, nacional e internacional.

2.1 O turismo e as pequenas localidades

Pensar o turismo como uma das possíveis saídas para os desafios das pequenas localidades, no contexto do Estado do Paraná, nos demandava, a princípio, olhar para a sua realidade. O primeiro caminho a ser trilhado, no nosso entendimento, era buscar algumas respostas com quem havia olhado para essa realidade anteriormente, a produção acadêmica. E esse foi nosso primeiro desafio. Afinal, “Os municípios de pequeno porte demográfico são negligenciados nas políticas públicas, e também pela academia.” (Alves, 2018). Porém, para compreender as discussões sobre as pequenas localidades e suas relações com o turismo era necessário empreender a tarefa de levantar os debates até aqui elaborados.

Iniciamos, assim, o processo de construção das reflexões, promovidas nesse momento da tese, com base em um trabalho de revisão da literatura com amplo levantamento da produção científica que olhou para o tema no Estado do Paraná. Para esse levantamento buscamos artigos científicos completos, indexados em bases de dados, publicados em língua portuguesa, em periódicos de livre acesso que tivessem como temática de debate o turismo em municípios de pequeno porte demográfico e em pequenas localidades (como bairros, vilas rurais, assentamentos rurais, entre outras manifestações coletivas) em municípios de porte demográfico médio e grande, no Estado do Paraná. Sabemos, ainda, que existe uma ampla e sólida produção de pesquisas construídas pelas universidades em programas de pós-graduação, por meio de teses e dissertações e, que há outro universo sólido produzido em eventos científicos e demais materiais da academia. Porém, precisávamos partir de um recorte que nos

desse tempo hábil para construir nossas análises e reflexões. Decidimos assim, pelos artigos científicos. Devemos, no entanto, esclarecer que escolhemos dar esse primeiro passo nessa direção, pois, ele nos indicaria os próximos a serem percorridos, fato que será detalhado adiante.

Seguimos, então, nos levantamentos dos artigos. Abrimos aqui um parêntese para destacar que não tivemos como objetivo realizar estudo bibliométrico dentro dos parâmetros rigorosamente propostos por esse tipo de abordagem. Utilizamos procedimentos próximos aos levantamentos bibliométricos, mas não nos impomos o rigor dessa metodologia. Buscamos desenvolver amplo levantamento na literatura por meio de artigos científicos, para que a realidade estudada sobre essa temática no Paraná nos contasse a sua história deixando que ela crescesse organicamente dos dados e, para que fossemos seus interlocutores e críticos.

Para a busca dos materiais, pinçamos das bases de dados artigos científicos que mencionaram de alguma forma pequenos municípios; pequenas localidades; comunidades locais (ações coletivas empreendidas por um determinado grupo social). Para pequenos municípios, nesse momento da pesquisa, estabelecemos o corte de cinquenta mil habitantes levando em consideração que

[..] É certo que demograficamente existe uma concentração em grandes cidades, mas as pequenas cidades/localidades correspondem a cerca de 90% dos núcleos existentes no Brasil, o que mostra que são fundamentais na estruturação territorial. Olhando para os números de 2010, dos 5.565 municípios existentes naquele ano, 4.954 tinham até 50 mil habitantes. De 50 a 100 mil habitantes são mais 324 municípios. Acima desse patamar estavam os 245 municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes e os 38 municípios com mais de 500 mil habitantes (Endlich, 2021, p. 104).

Nesse sentido, definimos como corte o porte demográfico de 50 mil habitantes, em razão da representatividade de municípios brasileiros, levando em consideração que a realidade paranaense não se descola da realidade nacional. Sabemos que o porte demográfico não define um município como pequeno e, que o debate é mais complexo acerca desse tema (Endlich, 2017a). Sabemos, ainda, que

[...] ao utilizar-se os dados populacionais como um caminho para caracterizar uma cidade como sendo pequena, incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes [...] evidentemente que dependendo do estudo e objetivos, nada impede que se utilize a variável número de habitantes, mas há que se fazer as ressalvas necessárias, de acordo aos objetivos estabelecidos na pesquisa (Fresca, 2009, p. 47).

Para Sposito e Jurado da Silva (2013) a tarefa de pensar a ideia de pequenas cidades é muito cara para a academia. Os autores afirmam que as pequenas cidades, diferenciam-se entre

si em razão das particularidades de cada centro pois, existem diferenças relacionadas a como cada localidade insere-se na rede urbana, ao seu porte demográfico, na economia, e outros. Porém, embora existam diferenças, também existem similitudes como a precarização do trabalho, a exemplo. Nesse sentido, para os pesquisadores, quando nos questionamos sobre os pequenos devemos pensar em questões como: “onde” e “quando”, “[...] Isso porque, “onde” se refere à inserção geográfica da análise da cidade e “quando” a uma expressão temporal, da realização da urbanização e de seu entendimento em compreensão histórica” (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p. 40). Partindo desse contexto, utilizamos como recorte desta pesquisa, municípios com porte demográfico de até 50 mil habitantes e, em seu âmbito político administrativo.

Porém, neste trabalho, não tratamos apenas de pequenos municípios em seu âmbito político-administrativo. Fomos além, buscamos iniciativas de turismo em comunidades locais que estivessem em pequenos municípios, mas também em pequenas localidades mesmo que estivessem em municípios de grande e/ou médio porte. Reforçamos que uma localidade pode ser pensada do ponto de vista jurídico (município), funcional ou interacional (comunidade) e físico (localidades ou aglomerações) (Tetamanti, 2009). Por esse motivo, além do critério jurídico e político-administrativo do município, adotamos o critério funcional ou interacional (comunidade) pois, olhamos para as ações coletivas que adotam o turismo como ferramenta socioeconômica. Dessa maneira, não apenas os municípios em seu sentido político administrativo, mas também outras pequenas localidades e suas comunidades locais foram pinçadas dos trabalhos acadêmicos.

Para essas localidades deixamos a realidade nos apontar as evidências e fomos levantando manifestações de turismo que apareciam em distritos; bairros; quilombos, reservas indígenas, em comunidades rurais de agricultores familiares; assentamentos rurais entre outros. Fomos separando artigos que mencionassem o termo *comunidade* e, de alguma forma buscassem refletir sobre suas realidades independente de sua localização, tamanho, organização, composição e demais características. Por fim, as experiências coletivas também foram nos sendo reveladas pelas discussões publicadas nos materiais levantados que tratavam de roteiros e/ou rotas de turismo organizados no campo por comunidades rurais; por associações e/ou outras iniciativas coletivas também organizadas nas cidades; entre tantas outras que foram surgindo com o avanço do levantamento.

Partimos das bases de dados do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); do *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*; *Google Acadêmico* e do banco de dados Publicações de Turismo. Essas bases de dados

foram utilizadas aleatoriamente no início do levantamento. Na medida que os materiais começaram a se repetir na busca não incluímos mais nenhuma base e encerramos essa etapa. Outras bases de dados poderiam ser utilizadas, porém, como não observamos mais o aparecimento de novos artigos concluímos as buscas. Iniciamos os trabalhos com essas bases e banco de dados, em razão de seu amplo uso e conhecimento geral nas buscas por material científico e em razão da credibilidade e segurança. A respeito dessas bases, tomamos o cuidado de verificar todas as publicações, a fim de confirmar que se tratavam de artigos que cumprissem os pré-requisitos estabelecidos para esta pesquisa, sendo artigos completos e indexados em revistas científicas.

Para levantarmos os artigos utilizamos as palavras-chave *turismo* e *Paraná* e, navegamos no modo “anônimo” para evitar vícios de busca nas ferramentas. A amplitude da busca foi proposital para que pudéssemos observar o maior número de resultados que abordassem o turismo no Estado do Paraná e fossem refinando aqueles que tivessem os pequenos municípios e/ou as pequenas localidades como recorte espacial apenas, ou como objeto de pesquisa. Optamos por não utilizar na busca palavras-chave como *pequenos municípios*; *pequenas localidades*; *comunidades locais* ou outros termos que se aproximassem dos objetivos do levantamento para que não excluíssemos estudos que porventura não aparecessem na busca e, fazermos nós mesmas, a filtragem necessária.

Sobre o recorte temporal não o delimitamos em um primeiro momento para identificar todos os possíveis resultados obtidos e, mantivemos a não delimitação após observar os resultados das buscas, quando compreendemos que o levantamento era exequível com os resultados representando todo o universo proposto. Ao final do processo de levantamento chegamos em 154 artigos. Após essa primeira etapa, fizemos mais um refinamento para identificar se todos os arquivos levantados estavam dentro dos parâmetros definidos e chegamos, por fim, a 132 artigos.

Esses artigos foram analisados e organizados em um quadro com a ajuda do *Microsoft Excel*, onde registramos os dados separados por: ano do artigo; título; autores; área de formação dos autores; periódico científico; objetivo da pesquisa; objeto de estudo; município onde o estudo foi realizado e resultados gerais encontrados. A partir dessa etapa passamos a nos inclinar sobre os achados.

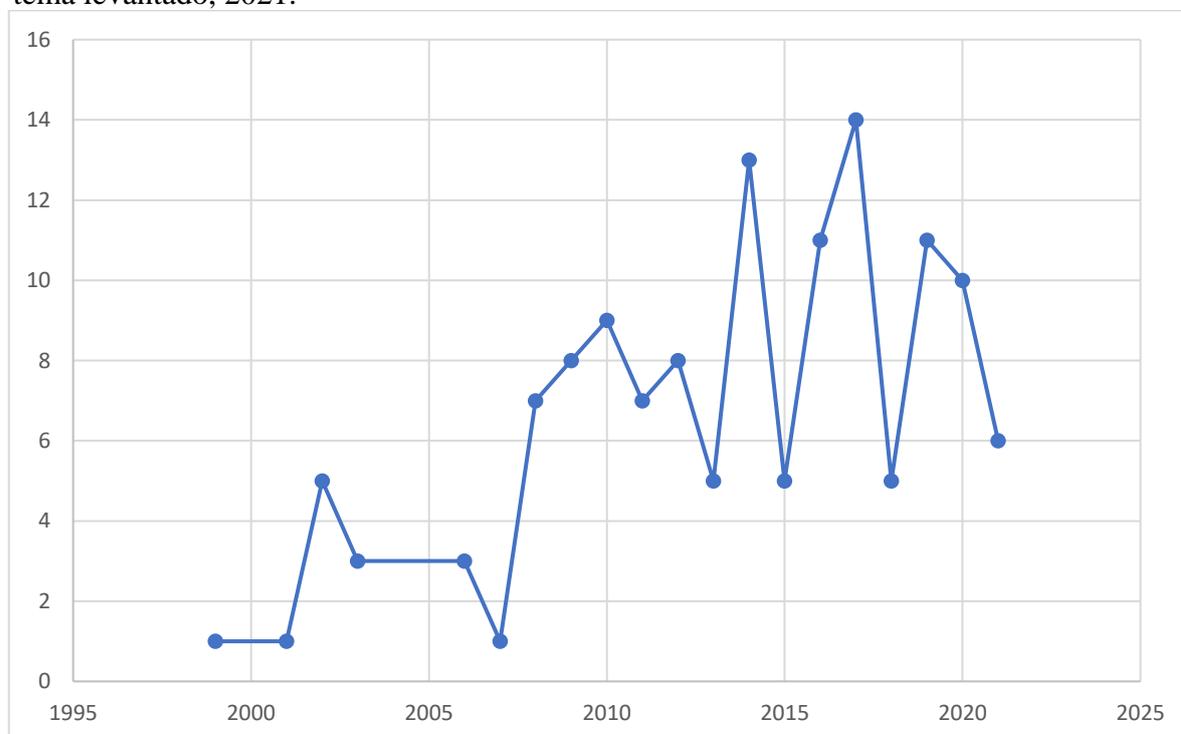
Afirmando que “[...] não foram identificados, até o momento, trabalhos que busquem estabelecer relações e comparabilidades entre os municípios de pequeno porte demográfico” Alves (2018, p. 15) constrói suas pesquisas buscando compreender as implicações do turismo em municípios de pequeno porte demográfico, olhando para seus alcances e limites. É nessa

lacuna que buscamos estabelecer as contribuições desse momento do trabalho. Concordamos com a pesquisadora quando ela afirma que os pequenos municípios têm sido abordados de maneira isolada nas pesquisas acadêmicas sem o estabelecimento de relações. Para nós, o mote desse subcapítulo foi levantar as produções de turismo que possuíssem as pequenas localidades como objeto ou apenas como recorte espacial de estudo para trazer algumas respostas. Partimos da indagação: O que essas pesquisas têm debatido sobre o turismo em pequenas localidades no Estado do Paraná? Qual é a realidade paranaense sobre o turismo e as pequenas localidades?

Uma vez que não nos comprometemos com o rigor da análise bibliométrica não verticalizaremos dados das publicações como nomes dos autores, nome das revistas, entre outros, pois para essa pesquisa, o que se coloca como relevante é a realidade abordada nos trabalhos acadêmicos sobre o turismo em pequenas localidades no Estado do Paraná, item que debateremos mediante a reflexão sobre seus conteúdos.

Rapidamente, registramos que com relação aos anos de publicação a última década possuiu o maior número de produções (Gráfico 1). O artigo mais antigo é do ano 1999 e encontramos apenas um único trabalho desse ano.

Gráfico 1 – Paraná. Número de artigos por ano encontrados em revistas científicas sobre o tema levantado, 2021.



Fonte: Autoral.

O ano com maior número de publicações foi o ano de 2017 (14 artigos) mas esteve seguido de maneira equilibrada pelos anos que se seguiram de 2014 (13 artigos); 2016 e 2019

(11 artigos) e 2020 (10 artigos). Tratamos aqui dos anos de publicação seguidos de seus números pois, uma das possíveis respostas para isso foi a ampla disseminação dos trabalhos em meio *online* e o incentivo que houve nesse período para o desenvolvimento de pesquisas no país. Deste modo, registramos a necessidade do acompanhamento e cobrança sobre os estímulos à pesquisa brasileira, principalmente sobre temas e objetos de estudos tão negligenciados como os municípios de pequeno porte demográfico como afirmou Alves (2018).

Com relação aos autores, notamos que existe aparentemente uma diversidade associada a quem está publicando trabalhos sobre o turismo em pequenas localidades. Isso ocorre, provavelmente, por não haver intenção desses pesquisadores em pensar, especificamente como objetivo central do trabalho, o turismo e suas relações com os pequenos municípios, mas sim, outras variáveis que acabam sendo encontradas nessas localidades e não propositadamente focadas em seu estudo. Observamos aqui um fator que evidencia como a temática não tem recebido a relevância demandada.

As revistas científicas que foram identificadas no levantamento estão ligadas à área de formação e/ou atuação dos pesquisadores e, sobre as áreas de estudos chamamos aqui a atenção do leitor. Durante a coleta de dados, levantamos a última área de formação dos pesquisadores. Registramos essa informação, pois, ela irá servir como base para os próximos encaminhamentos da pesquisa em sessão posterior, quando abordaremos os levantamos das iniciativas de TBC no Estado. A área do turismo foi a que mais apareceu na formação/atuação dos autores, fato que, não nos gerou surpresa (Tabela 1). Para as demais áreas, citamos aqui, aquelas que apareceram pelo menos duas vezes no levantamento. A área do Turismo foi seguida da Geografia; Administração; Meio Ambiente e Desenvolvimento; Desenvolvimento Regional e Engenharia Florestal.

Tabela 1 – Paraná. Classificação das áreas de formação/atuação dos pesquisadores, 2021.

Classificação	Área de formação/atuação dos pesquisadores	Número de aparições
1º	Turismo	69
2º	Geografia	45
3º	Administração	15
4º	Meio Ambiente e Desenvolvimento	6
5º	Desenvolvimento Regional	5
6º	Engenharia Florestal	4
7º	Arquitetura e Urbanismo	2
8º	Economia	2
9º	Centro de Estudos do Mar	2
10º	Engenharia de Produção	2
11º	Educação	2
12º	Ecosocioeconomia	2
13º	Desenvolvimento Comunitário	2
14º	Comunicação	2

Fonte: Autoral.

Existe uma diversidade evidente nas áreas de formação/atuação dos pesquisadores. Observamos que para além do Turismo, a Geografia se coloca como área relevante na formação e produção de pesquisas que abordam esse tema. Afirmamos isso, pois, a ciência geográfica, além de se apresentar com maior volume na formação dos pesquisadores, forneceu base para os temas que envolveram discussões sobre: cidade e campo; planejamento urbano; desenvolvimento territorial; uso e ocupação do solo; planejamento ambiental; geodiversidade; entre outros.

Para as áreas que seguem com maior número nas produções levantadas na Administração os temas debatidos foram: inovação; políticas públicas; gestão pública; arranjos socioprodutivos locais; planejamento; gestão ambiental; empreendedorismo e TBC. Com relação a Meio Ambiente e Desenvolvimento o tema central foi o turismo e as comunidades locais ao tratar do TBC e de turismo e povos indígenas. Na área de Desenvolvimento Regional, o TBC também foi debatido, mas seguiram as discussões de políticas públicas de turismo e desenvolvimento de regiões turísticas. Por fim, na Engenharia Florestal alguns trabalhos trouxeram temas como o turismo em áreas naturais, especialmente sobre o uso público em Unidades de Conservação, seguido de pesquisa sobre o planejamento da paisagem.

Sobre as engenharias, para além da Engenharia Florestal identificamos as engenharias: de Produção; Ambiental; Agrícola e Agrônômica. Na área de desenvolvimento, para além de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento

Comunitário identificamos as áreas de estudo de: Desenvolvimento Territorial Sustentável; Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Rural Sustentável, totalizando 13 trabalhos que envolvem a última área de formação/atuação dos autores apresentadas nos artigos.

Na área de estudo das engenharias, os trabalhos pensaram: a organização coletiva e governança; planejamento e gestão urbana; TBC; turismo rural e comunidades locais. Para a área de Desenvolvimento, confirmamos com ainda mais intensidade os debates majoritariamente promovidos sobre o TBC. Além desse tema, foram abordados temas que envolveram as comunidades locais como: o planejamento participativo; o turismo rural; os povos indígenas e demais comunidades étnicas. Foram tratados ainda temas que: debateram políticas públicas; a qualidade de serviços e atrativos turísticos; uso público em áreas protegidas e rede de relações entre atores do turismo.

Após esse contorno sobre as áreas de formação/atuação dos pesquisadores, identificamos que os temas que mais apareceram em suas discussões, envolvem reflexões sobre a organização coletiva dos mais diversos grupos sociais ao se relacionarem com o turismo em pequenas localidades e das mais diversas formas. Sobre os estudos de ações coletivas em pequenas localidades, estariam, então, esses grupos sociais tentando enfrentar a citada negligência dos setores públicos e privados de maneira coletiva? Muitos trabalhos científicos e iniciativas práticas no Paraná demonstram que sim, como apresentaremos posteriormente nessa pesquisa. Para chegar nessas iniciativas vamos analisar com maior aprofundamento os trabalhos das áreas que mais debateram esses temas nos artigos científicos que foram a área do Turismo; da Geografia; da Administração; das Engenharias e do Desenvolvimento.

Tendo adiantado as áreas de estudo e os debates dos trabalhos que levantamos, iniciamos aqui o processo de nos inclinar para as reflexões sobre as localidades que encontramos no levantamento. Vamos refletir sobre os objetivos e resultados finais dos estudos. Iniciaremos, dito isso tudo, apresentando os municípios que identificamos nos trabalhos sendo eles objeto de estudo ou apenas o recorte espacial de pesquisa. Antes disso, cabe aqui detalharmos com maior precisão o caminho que seguimos para chegar nesses municípios no resultado final do levantamento. Após inserirmos as palavras-chave *turismo* e *Paraná* nas bases de dados, fomos pinçando dos resultados os artigos que apresentavam municípios com até 50 mil habitantes em seus títulos, resumos e/ou nos procedimentos metodológicos.

Avançando um pouco mais nesse levantamento, nos deparamos com iniciativas dos mais diversos grupos sociais que também tinham relação com o turismo em municípios de médio e grande porte demográfico (para além de 50 mil habitantes). Nesse sentido, também olhamos para os artigos que tratavam dessas iniciativas mesmo estando elas em municípios

desses portes. Chegamos, então, em iniciativas que tanto se localizavam em pequenos municípios, mas em municípios com porte demográfico maior. A exemplo, essas localidades apareciam em bairros de municípios de grande porte demográfico, ou em comunidades rurais em regiões metropolitanas, ou até mesmo em distritos de municípios de médio porte. Da mesma maneira, fomos selecionando esses trabalhos que tratavam do turismo nessas localidades.

Na medida que fomos realizando o levantamento também nos deparamos com mais uma realidade. Além das pequenas localidades, observamos que existiam trabalhos que apresentavam iniciativas coletivas de turismo que reuniam mais de um município e até mesmo municípios de portes demográficos diferentes. Esses geralmente eram os casos das rotas e roteiros de turismo. Uma vez que nos comprometemos a fazer esse levantamento não só em pequenos municípios de pequeno porte demográfico, mas também em pequenas localidades como vilas rurais, assentamentos, distritos, ilhas, entre outras, incluímos essas pequenas comunidades no levantamento, mesmo que em municípios de maior porte demográfico. Sendo assim, também entraram no levantamento os municípios com mais de 500 mil habitantes como: Curitiba e Londrina; municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes como: Foz do Iguaçu; Ponta Grossa; Paranaguá; Guarapuava; Araucária; São José dos Pinhais; Colombo; Campo Largo e Arapongas e também municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes como: Castro; Irati; Campo Mourão; Piraquara e Telêmaco Borba.

Os estudos que abordaram os municípios de médio e grande porte versaram sobre os mais diversos temas. As discussões sobre a oferta do barreado paranaense envolveram o município de Paranaguá. Os artigos sobre a concentração e especialização do turismo no Estado envolveram Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa e Guarapuava. Ainda próximo dessa temática, um dos trabalhos abordou a distribuição da rede de hotéis paranaense e envolveu Curitiba, Ponta Grossa, Campo Largo, Londrina, Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais. A Associação dos Vitivinicultores do Paraná (Vinopar) foi tema de trabalho que envolveu Piraquara, Campo Largo, São José dos Pinhais, Colombo e o bairro Santa Felicidade no município de Curitiba. A temática dos povos faxinalenses trouxe para o debate Curitiba e Irati. Por fim, Ponta Grossa apareceu nas análises sobre a “Rota dos Tropeiros” com sua culinária, seus museus e sobre seu desenvolvimento turístico. Ponta Grossa ainda fez parte da análise da paisagem da bacia hidrográfica do rio Tibagi.

Londrina e Arapongas apareceram nos trabalhos em razão da sua integração na “Rota do Café”. O município de Telêmaco Borba também apareceu em razão da sua integração na “Rota dos Tropeiros”. O município de Paranaguá surgiu mais uma vez pelos debates que envolveram a Ilha do Mel, localidade pertencente ao município. Em Guarapuava o distrito de

Entre Rios entrou nos debates sobre a “Rota dos Imigrantes” e o planejamento participativo em comunidades étnicas. O município de Araucária foi incluído nos levantamentos em razão dos trabalhos sobre “Os caminhos do Guajuvira” na comunidade de mesmo nome. Em Irati as reflexões foram sobre o turismo e as comunidades do Pinho de Baixo. No município de Campo Mourão as festas tradicionais das comunidades da Estrada Boiadeira foram observadas como atrativas para o turismo. Em São José dos Pinhais além do “Caminho do Vinho” o enoturismo foi debatido por meio de organização coletiva que envolveu também os municípios de Campo Largo, Piraquara e Colombo que por sua vez entrou nos debates com o Circuito Italiano de Turismo Rural (Citur).

Dessa forma, então, selecionamos esses materiais e chegamos ao final do nosso levantamento com as localidades que foram citados nos trabalhos (Quadro 1). Nesse primeiro momento estão identificados todos os municípios, que independente do porte demográfico foram citados, exceto aqueles que apareceram em trabalhos de cunho regional. Sobre esses estudos, falaremos separadamente, afinal, nos estudos de cunho regional, o olhar era sobre a região e os municípios, ou eram citados de forma parcial ou eram citados para apresentar algum dado específico, ou apresentados nos resultados, entre outros. Para não incluir ou excluir algum município, decidimos então, olhar a região como um todo e abordá-los separadamente.

Organizamos, assim, o material por região turística em razão dos trabalhos tratarem do turismo e, para uma melhor visualização sobre as decisões acadêmicas em estudar determinadas porções do Estado em detrimento de outras. Nesse sentido, podemos identificar se há de fato uma dedicação maior dos estudos em áreas com concentrações demográficas significativas, deixando os pequenos municípios periféricos, localizados longe das grandes aglomerações, desassistidos de pesquisas científicas que contribuam para o seu desenvolvimento.

Quadro 1 – Paraná. Municípios/localidades mencionadas nos artigos científicos por região turística, 2021.

Número de localidades por região	Localidade mencionada no artigo	Número de artigos que mencionaram a localidade	Município em que se localiza	Porte demográfico do município
Região turística: Rotas do Pinhão				
1	Campo do Tenente	1	Campo do Tenente	7.508
2	Balsa Nova	1	Balsa Nova	13.395
3	Tijucas do Sul	1	Tijucas do Sul	17.621
4	Quatro Barras	3	Quatro Barras	24.191
5	Campo Magro	1	Campo Magro	30.160
6	Rio Negro	1	Rio Negro	31.324
7	Campina Grande do Sul	1	Campina Grande do Sul	47.825
8	Lapa	6	Lapa	45.003
9	Piraquara	1	Piraquara	118.730
10	Campo Largo	2	Campo Largo	136.327
11	Distrito de Guajuvira	2	Araucária	151.666
12	Circuito Italiano de Turismo Rural	3	Colombo	232.212
13	Colombo	2		
14	Caminho do Vinho São José dos Pinhais	1	São José dos Pinhais	329.628
15	São José dos Pinhais	1		
16	Bairro Santa Felicidade	3	Curitiba	1.773.718
17	Curitiba	3		
Região turística: Campos Gerais				
1	Porto Amazonas	1	Porto Amazonas	4.098
2	Sengés	1	Sengés	17.270
3	Tibagi	4	Tibagi	19.961
4	Ortigueira	1	Ortigueira	24.192
5	Carambeí	3	Carambeí	23.283
6	Piraí do Sul	1	Piraí do Sul	23.651
7	Arapoti	2	Arapoti	25.777
8	Witmarsum	6	Palmeira	33.855
9	Colônia Cecília	1		
10	Palmeira	3		
11	Jaguariaíva	1	Jaguariaíva	35.141

12	Castrolanda	3	Castro	73.075
13	Castro	3		
14	Comunidades rurais no entorno do Parque Estadual de Vila Velha	1	Ponta Grossa	358.371
15	Ponta Grossa	5		
Região turística: Litoral				
1	Morretes	6	Morretes	18.309
2	Microbacia do Rio Sagrado	7		
3	Antonina	7	Antonina	18.091
4	Pontal do Paraná	1	Pontal do Paraná	30.425
5	Matinhos	4	Matinhos	39.259
6	Guaratuba	3	Guaratuba	42.062
7	Cabaraquara	1		
8	Vila de Encantadas - Ilha do Mel	4	Paranaguá	145.829
9	Ilha do Mel	6		
10	Paranaguá	2		
Região turística: Terra dos Pinheirais				
1	Famílias faxinalenses	1	Prudentópolis	49.393
2	Comunidades Taboãozinho e Barra Bonita	1		
3	Comunidade Linha Esperança	1		
4	Prudentópolis	1		
5	Irati	1	Irati	59.250
6	Comunidade Pinho de Baixo	1		
7	Distrito de Entre Rios	2	Guarapuava	182.093
8	Guarapuava	1		
Região turística: Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu				
1	Cooperlipa	1	Santa Tereza do Oeste	13.174
2	Itaipulândia	2	Itaipulândia	11.485
3	Circuito Sabiá	2	Matelândia	18.450
4	Comunidade indígena <i>Tokoha Ocoy</i>	1	São Miguel do Iguaçu	29.122
5	São Miguel do Iguaçu	2		
6	Medianeira	2	Medianeira	54.369
7	Marechal Cândido Rondon	2	Marechal Cândido Rondon	55.836
8	Foz do Iguaçu	1	Foz do Iguaçu	285.415
Região turística: Norte do Paraná				

1	Sapopema	2	Sapopema	6.695
2	Jataizinho	1	Jataizinho	11.813
3	Tamarana	1	Tamarana	10.707
4	Londrina	1	Londrina	555.965
Região turística: Norte Pioneiro				
1	Santa Mariana	1	Santa Mariana	11.066
2	Ribeirão Claro	1	Ribeirão Claro	12.364
3	Cambara	1	Cambara	23.212
4	Cornélio Procópio	1	Cornélio Procópio	45.206
Região turística: Encontro das Águas e Biomas				
1	São Pedro do Paraná	2	São Pedro do Paraná	2.661
2	Porto Rico	3	Porto Rico	3.182
3	Marilena	1	Marilena	7.253
4	Querência do Norte	1	Querência do Norte	10.685
Região turística: Entre Matas, Morros e Rios				
1	Boa Ventura de São Roque	1	Boa Ventura de São Roque	6.378
2	Pitanga	1	Pitanga	33.567
Região turística: Ecoaventuras, histórias e sabores				
1	Peabiru	1	Peabiru	13.346
2	Comunidades da Estrada Boiadeira	1	Campo Mourão	99.432
Região turística: Vale do Ivaí				
1	Lunardelli	1	Lunardelli	4.872
Região turística: Vales do Iguaçu				
1	São Jorge do Oeste	1	São Jorge d'Oeste	9.378
Região turística: Sul do Paraná				
1	Bituruna	1	Bituruna	15.533
Região turística: Riquezas do Oeste				
1	Corbélia	1	Corbélia	17.470
Municípios que não fazem parte das regiões turísticas				
1	Nova Santa Barbara	1	Nova Santa Barbara	4.184
2	Quatro Pontes	2	Quatro Pontes	4.480
3	Guaraqueçaba	3	Guaraqueçaba	7.430
4	Barra do Superagui	2		
5	Vila Barbados - Ilha de Superagui	1		
6	Aldeia indígena Kuaray Haxa	1		

7	Ilha das Peças	1		
8	Comunidade Batuva	1		
9	São Jeronimo da Serra	2	São Jeronimo da Serra	10.830
10	Rio Azul	1	Rio Azul	14.025
11	Rebouças	1	Rebouças	14.514
12	Ibiporã	1	Ibiporã	51.603
13	Telêmaco Borba	1	Telêmaco Borba	75.042
14	Arapongas	1	Arapongas	119.138
Total de localidades: 92				
Total de municípios: 70				

Porte demográfico: IBGE Cidades (2022).

Regiões turísticas: Mapa do Turismo 2024 (BRASIL, 2023).

Fonte e organização dos demais dados: Autoral.

Se olharmos para os municípios que apareceram nos artigos por região turística identificamos que a região com maior número de municípios é a “Rotas do Pinhão”, localizada na região metropolitana de Curitiba. Em seguida temos a região turística “Campos Gerais”, “Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu” e “Litoral”. Se acompanharmos os dados sobre a concentração e especialização do turismo no Estado, como abordaram Castro e Ferger (2021), identificamos junto com os autores, um conjunto de municípios que se configuram como espaços turísticos que apontam para uma concentração e especialização do turismo em determinadas áreas. Esses conjuntos de municípios estão localizados no entorno de grandes centros demográficos (Curitiba, Foz do Iguaçu e Paranaguá) e, quando aparecem em municípios isolados, estão em municípios de pequeno porte demográfico e baseiam sua econômica na especialização do turismo (Iretama, Verê, Mallet e Tijucas do Sul).

Fica evidente que esse quadro não se altera quando falamos de pequenas localidades citadas nos artigos científicos sobre turismo. As regiões de Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Guarapuava e Foz do Iguaçu destacam-se nos estudos. Mesmo se excluirmos os municípios de médio e grande porte do levantamento ainda podemos observar que a concentração se mantém nessas áreas. Sabemos que os estudos se concentram onde a produção espacial do turismo ocorre com maior intensidade e, acabam refletindo a sua concentração em áreas com maior aglomeração demográfica. Porém, é preciso empreender aqui uma crítica aos agentes de produção do espaço que concentram os investimentos em pesquisa em áreas em que o turismo se reproduz, seguindo os interesses e a lógica do modelo econômico vigente.

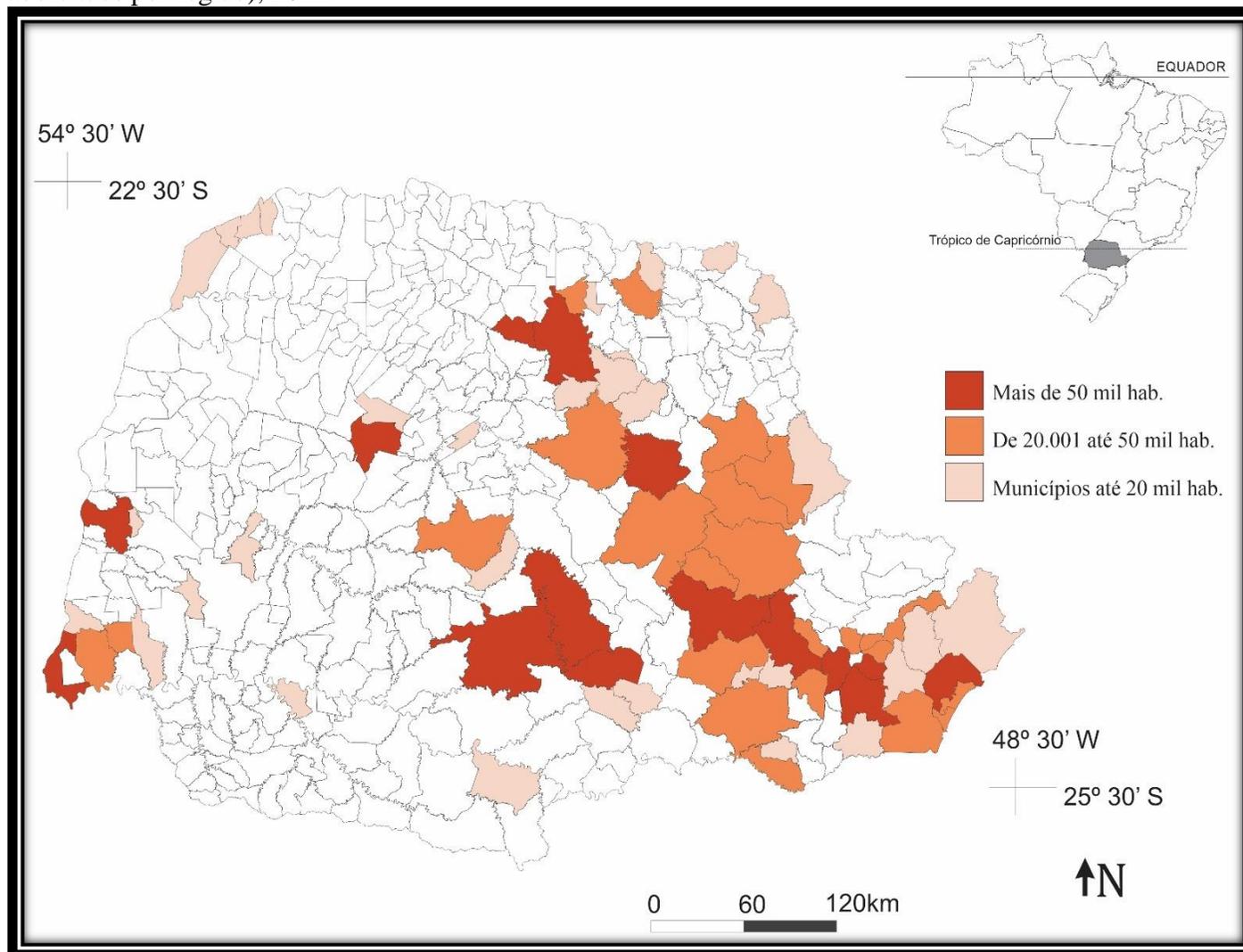
Não estamos negligenciando aqui, a existência de pesquisas que descortinam as desigualdades produzidas por esse modelo econômico e, que denunciam os problemas dele

decorrentes especialmente nessas áreas em que as contradições são mais evidentes. Porém, queremos trazer maior elasticidade para o olhar denunciando que os investimentos estatais, mesmo na pesquisa pública, se concentram em áreas específicas obedecendo uma lógica maior.

É uma consequência que a maior parte dos estudos aborde a costa brasileira e os municípios de grande porte demográfico, se as maiores universidades e seus programas de pós-graduação localizam-se, em sua grande parte, nessas áreas. Assim, trazemos para o centro do debate a demanda urgente em levar o desenvolvimento via pesquisa/educação para o interior, não apenas no Paraná, e não apenas no turismo. Destacamos ainda, que essa não é uma especificidade da área do turismo, mas que ocorre de maneira geral. Os olhares se voltam com maior intensidade para as maiores aglomerações demográficas seja na academia, na política, na economia, entre outros. Esse tema é amplamente debatido, e foram abordados com maior profundidade, na geografia, a exemplo e, também no turismo, analisando um processo histórico de desenvolvimento desigual em determinadas áreas brasileiras por meio de seus processos de urbanização como visto na Geografia em Santos (1993) e Fernandes, Bitoun e Araújo (2009) e, no Turismo em Fonseca, Tedesco e Silva (2022).

A região turística “Rotas do Pinhão”, por exemplo, excluídos os municípios com mais de 50 mil habitantes, ainda assim, apresentaria nove municípios envolvidos nas pesquisas, que ainda é maior que demais regiões do Estado. Chamamos aqui a atenção para a região turística “Terra dos Pinheirais” que excluídos os municípios com mais de 50 mil habitantes teria a perda mais significativa de representação acadêmica. Porém, se olharmos para esses municípios excluídos, identificamos que das oito localidades mais da metade delas tratam-se de pequenas comunidades locais. Vejamos (Mapa 1) essa organização espacial dos estudos.

Mapa 1 – Paraná. Municípios levantados nos artigos científicos sobre o tema de estudo (exceto aqueles abordados por região), 2021.



Fonte: Autoral.

Observamos que organização espacial do turismo, em estudos sobre pequenas localidades está concentrada especialmente nas regiões “Rotas do Pinhão” e “Litoral”, pois juntas, somam o maior número de pequenas localidades e estudos. Na medida que vamos avançando o olhar para o interior do Estado observamos essa densidade ir se dissipando. Parte da concentração que segue para o Norte do Estado via região dos Campos Gerais está muito atrelada a “Rota dos Tropeiros” e a “Rota do Café”. Esse ponto do trabalho nos faz refletir que contraditoriamente as iniciativas de turismo dos pequenos estão espacialmente muito próximas do turismo concentrado e especializado dos médios e grandes municípios. Estariam essas iniciativas replicando o turismo no modelo convencional ou dialeticamente impondo-se como uma resistência a concentração/especialização do turismo?

Essa proximidade espacial, de pequenos municípios relacionados ao turismo a centros maiores, possa ser resultado da busca por uma alternativa pois “[...] a cidade pequena que se encontra próxima a um grande centro, por exemplo, mesmo estando bem localizada, pode ter seu crescimento estagnado em razão de ter sido drenada economicamente pelo centro maior” (Sposito; Jurado da Silva, 2013, p. 40). Para além dessa reflexão, soma-se a esse quadro a proximidade dos serviços turísticos como hospedagem e alimentação localizados em grandes centros e, da demanda dessas localidades que parte para a visitação de atrativos nos pequenos como constatou Alves (2018).

Embora a concentração e a especialização do turismo sejam representativas no contexto da desigualdade sobre a dispersão do turismo pelo Estado, na perspectiva do levantamento empreendido nessa parte do estudo, observamos que os municípios de médio e grande porte não possuem grande representatividade no quantitativo de municípios. Do total de 70 municípios levantados 31 deles possuem até 20 mil habitantes; 20 deles possuem até 50 mil habitantes e 19 deles possuem mais de 50 mil habitantes. Se pensarmos no corte de 50 mil habitantes considerado para essa pesquisa como sendo municípios de pequeno porte demográfico, 51 dos municípios do total de 70 levantados são de pequeno porte. Esse é um resultado esperado, afinal, as buscas foram direcionadas para municípios de pequeno porte. Porém, as iniciativas de comunidades locais ou outras formas coletivas, embora se apresentem nesses municípios maiores, não se colocaram como a maioria deles. Talvez em outros moldes a busca tivesse trazido mais resultados para essas áreas, porém, dentro dos parâmetros estabelecidos encontramos esses resultados. Cabe salientar também que estamos falando de uma realidade esperada, ao passo que o quantitativo de municípios de pequeno porte é maior do que os de médio e grande porte, como tratamos anteriormente, esse fato também se reflete na realidade do turismo.

Outro ponto foi a concentração de estudos próximos a municípios maiores como abordamos. Esse fato era parcialmente esperado quando falamos de concentração e especialização do turismo, porém, inclusive sobre a menor atuação da academia para outras localidades no Estado avançando para seu interior. Olhando para o *ranking* (Tabela 2) de municípios mais citados nos artigos identificamos que o menor número de municípios que aparecem é de médio e grande porte. Entre os municípios de pequeno porte observamos que as menções se concentram na região turística do “Litoral”. Isso ocorreu, pois, para além da concentração do turismo nessa área, observamos que existem muitas iniciativas coletivas locais (de TBC ou não) que adotam o turismo como atividade econômica e social.

Tabela 2 - Municípios mais mencionados nos artigos, 2021.

Classificação por número de menções nos artigos	Município	Número de menções
1°	Morretes	13
2°	Paranaguá	12
3°	Guaraqueçaba	9
	Palmeira	9
4°	Antonina	7

Fonte: Autoral.

Morretes, Paranaguá, Guaraqueçaba e Palmeira foram mencionadas com maior expressão em razão de suas comunidades locais. Em Morretes a iniciativa da Microbacia do Rio Sagrado foi citada em sete trabalhos; Paranaguá aparece em razão dos estudos realizados na localidade da Ilha do Mel em que dos 12 trabalhos, seis abordavam estudos na Ilha sobre meios de hospedagem, gestão pública, entre outros e, quatro deles falavam especificamente da comunidade da Vila de Encantadas. Do total de menções de Palmeira, uma delas tratava da antiga Colônia Cecília (atualmente Colônia Santa Barbara) e seis abordavam a comunidade de Witmarsum. E, Guaraqueçaba foi o caso que mais chamou a atenção. Dos nove trabalhos, sete deles apresentaram sete diferentes comunidades no município que de muitas maneiras relacionam-se com o turismo. Antonina, que também chamou a atenção pelo número de menções, não possuiu trabalho abordando uma comunidade local em específico. Todos os trabalhos versaram sobre o turismo no município como um todo.

Saindo dos municípios e olhando para as localidades em específico, confirmamos as reflexões anteriores. O maior número de localidades mencionadas está na região “Litoral”, seguida da “Rotas do Pinhão”, “Campos Gerais” e “Terra dos Pinheiros”. Ainda há pequena concentração nas “Cataratas do Iguazu e Caminhos do Lago de Itaipu”.

Esses municípios estão espalhados pelas mais diferentes regiões do Estado, mas ainda assim concentrando-se agora nas regiões geográficas Leste, Norte e Oeste. Sobre as iniciativas que acontecem nos pequenos municípios e localidades, observamos no mapeamento que as produções levantadas se concentram no Litoral, na Região Metropolitana de Curitiba e vão seguindo para o Norte do Estado via região dos Campos Gerais (muito em razão, também, pelos municípios que integram a “Rota dos Tropeiros” e da “Rota do Café”). Alguns municípios aparecem em maior concentração no Oeste do Estado. Nas regiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste aparecem com menos intensidade. É na porção central do Estado seguindo para o Noroeste que observamos a menor densidade de produções.

Fica evidente que a concentração acadêmica mesmo quando trata dos pequenos, se concentra em áreas de maior visibilidade e investimento de diferentes setores. O Litoral paranaense com seu contexto turístico, a existência de instituições e organismos de pesquisa mais próximos da região, a existência de maiores fontes de financiamento de pesquisa, o contexto complexo e contraditório de desenvolvimento desigual, provavelmente chamam o interesse para o volume de pesquisas. Ainda existem outras explicações como a concentração da rede hoteleira, de atrativos, de infraestrutura turística e investimentos (Alves, 2018 e Castro; Feger, 2021) que voltam os olhares pra essa área com maior peso, caso que ocorre em âmbito nacional e não apenas na escala estadual.

Esse fenômeno, também ocorre na região metropolitana do Estado. A região Norte e Oeste, para além da explicação sobre a concentração e especialização do turismo (Castro; Feger, 2021) devem alavancar o número de publicações, em razão das instituições de ensino dos centros maiores como Londrina, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu que aplicam estudos sobre suas áreas de proximidade. Desperta atenção, portanto, que avançando para o interior do Paraná o levantamento apresentou pouca expressividade, embora, reforçamos mais uma vez, esse fato possa mudar em outros cenários como o levantamento de outros materiais de estudo científico, a exemplo dos trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação.

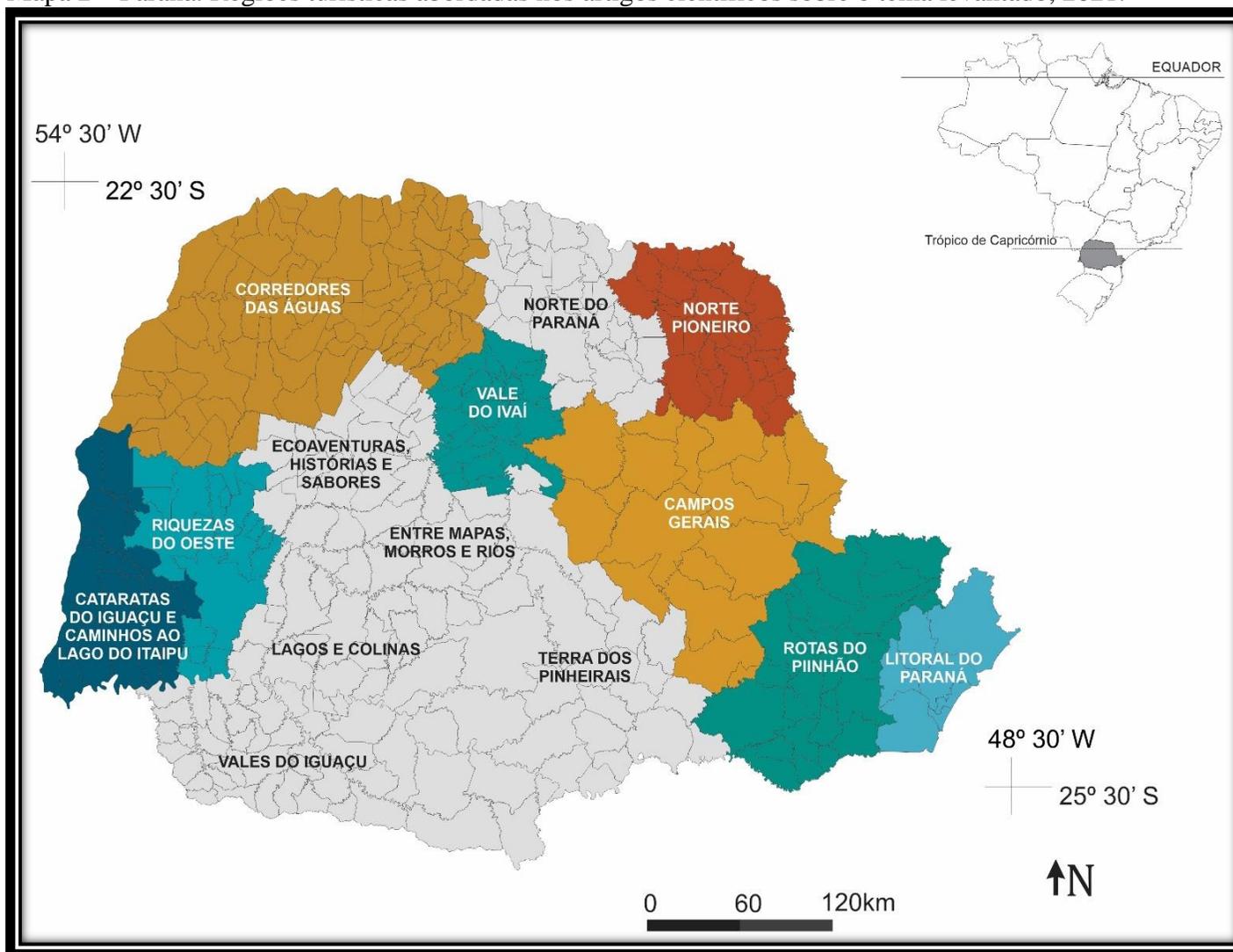
Portanto, as publicações que levantamos nos mostraram uma grande diversidade de pequenas localidades que possuem relação com o turismo. Entretanto, esses trabalhos científicos apresentam apenas uma parte da realidade que acreditamos ser ainda maior, afinal, ficaram de fora desse levantamento teses, dissertações, monografias de conclusão de curso e tantos outros trabalhos que apresentam e debatem essas iniciativas de turismo no Estado. Porém, observar, mesmo que parte da realidade, nos fornece subsídio para buscar tecer reflexões sobre o turismo que acontece nos pequenos, sejam eles, municípios, localidades, comunidades locais, associações, cooperativas e tantos outros.

Contudo, o mapa ainda não é completo. Identificamos nos trabalhos, como dito anteriormente, aqueles que congregavam mais de um município. Nesse sentido, foram levantados artigos que envolviam as pequenas localidades de maneira conjunta com outros municípios de maior porte. Esses estudos debatiam rotas, roteiros, regiões turísticas ou conjunto de municípios de determinadas regiões geográficas. As regiões geográficas que foram mencionadas nos artigos científicos foram: “Costa Oeste do Paraná”; “Oeste”; “Sudoeste”; “Norte” “Norte Velho”. Sobre o trabalho que mencionou a região “Costa Oeste” essa pesquisa tratou do papel das instituições no desenvolvimento da região. Os dois identificados que mencionaram a região “Oeste” abordaram as ações coletivas de empreendedores para a governança regional e a relação dos empresários com os investimentos para a preservação do meio ambiente. Na citada região “Sudoeste” um estudo refletiu sobre a relação do turismo nos municípios com seus elementos culturais. Na região “Norte” tivemos dois trabalhos. Um deles tratou das proximidades e distâncias entre teoria e prática do turismo rural na região e o outro tratou das ações do Grupo de Pesquisa Ternopar (Estudos de Geografia e Turismo). Sobre a região “Norte Velho” um único trabalho promoveu uma análise sobre as políticas públicas e as instituições que perpassam as mais diversas escalas no desenvolvimento do turismo.

Sobre as regiões turísticas, das 15⁶ existentes no Paraná no momento do levantamento, no Mapa do Turismo Brasileiro, oito delas foram mencionadas nos trabalhos científicos (Mapa 2) sendo observadas enquanto região geográfica e não pertencentes a uma região turística, mencionando municípios de maneira isolada.

⁶ Após o levantamento o Mapa do Turismo Brasileiro 2024 (Brasil, 2023) foi atualizado e no Paraná a região turística “Corredores das Águas” foi desmembrada e dela surgiram cinco novas regiões: “Encontro dos Ipês”; “Encontro das Águas e Biomas”; “Caminho das Águas”; “Águas do Arenito Caiuá” e “Cinturão Verde”. Após a nova configuração o Mapa paranaense passa a ter 19 regiões turísticas. Esse fato não alterou os resultados desse momento da pesquisa e continuamos a tratar a região como “Corredores das Águas”.

Mapa 2 – Paraná. Regiões turísticas abordadas nos artigos científicos sobre o tema levantado, 2021.



Fonte: Autoral.

Foram identificados trabalhos (Tabela 3) que desenvolveram estudos voltados as regiões turísticas “Litoral”; seguida das regiões “Campos Gerais”; “Vale do Ivaí”; “Corredores das Águas”; “Rotas do Pinhão”; “Norte Pioneiro”; “Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu” e “Riquezas do Oeste”.

Tabela 3 – Paraná. Número de menções das regiões turísticas nos artigos científicos, 2021.

Regiões turísticas	Número de menções nos artigos científicos
Litoral	9
Campos Gerais	4
Vale do Ivaí	3
Corredores das Águas	2
Rotas do Pinhão	2
Norte Pioneiro	2
Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu	2
Riquezas do Oeste	1

Fonte: Autoral.

Mais uma vez observamos que o Litoral do Estado possui um grande número de artigos científicos que abordaram as discussões sobre o turismo na região e, a disparidade é grande. A região “Campos Gerais” e a “Rotas do Pinhão” recebem atenção como região, principalmente o primeiro, assim como observamos a atenção que foi dada aos municípios de maneira isolada anteriormente. “Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu”, “Norte Pioneiro” e “Riquezas do Oeste” também aparecem aqui nas produções como região turística, da mesma forma que apareceram trabalhos sobre os municípios nessas mesmas regiões no mapeamento anterior. O “Norte do Paraná” foi mencionado como região geográfica nos trabalhos, mas não como região turística e, aqui como região turística aparece o “Norte Pioneiro”. Destacamos que agora a região do “Vale do Ivaí” e “Corredores das Águas”, que apareceram de maneira muito tímida no primeiro mapeamento dos municípios aparecem mais nesse segundo momento, principalmente a região do “Vale do Ivaí”.

Os artigos que versaram sobre a região “Litoral” trouxeram as disparidades econômicas e os desafios sociais da região; turismo e meio ambiente; a qualificação da imagem dos destinos; as dinâmicas do turismo; as políticas públicas; a gastronomia regional; os atores sociais do turismo; os impactos da covid-19 sobre os meios de hospedagem e a cultura alimentar das comunidades locais e sua relação com o Turismo de Base Comunitária. Na região “Campos

Gerais” foram debatidos o planejamento do turismo e a integração regional; a gastronomia local e a geoconservação. Todos os três trabalhos sobre a região “Vale do Ivaí” abordaram os efeitos das caminhadas na natureza sobre essa área. As regiões “Corredores das Águas” e “Rotas do Pinhão” receberam atenção sobre políticas públicas e promoção da gastronomia. O “Norte Pioneiro” foi foco de potencialidades turísticas e desenvolvimento endógeno, além das políticas públicas. Os autores que abordaram a região “Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu” abordaram o planejamento do *marketing* regional e a promoção da gastronomia. Por fim, a região “Riquezas do Oeste” também apareceu com o tema de promoção da gastronômica.

Observamos que nos artigos levantados não apareceram as regiões turísticas “Ecoaventuras Histórias e Sabores”; “Entre Matas, Morros e Rios”; “Lagos e Colinas”; “Vales do Iguaçu”; “Terra dos Pinheirais” e “Norte do Paraná”. A porção central do Paraná apareceu timidamente, mesmo no mapeamento dos municípios isoladamente ou no levantamento das regiões geográficas e turísticas. Esse dado nos chama a atenção, pois sobre os índices de pobreza nos municípios paranaenses (Giovanetti; Raiher, 2015), é na região Centro-Sul do Estado que está um dos bolsões de intensa pobreza. Uma vez que nessa porção estão os índices mais preocupantes como emprego per capita; saúde; educação; saneamento; escolaridade; entre outros (Giovanetti; Raiher, 2015) refletimos sobre a demanda de pesquisas referentes as possíveis relações do turismo e o combate à pobreza.

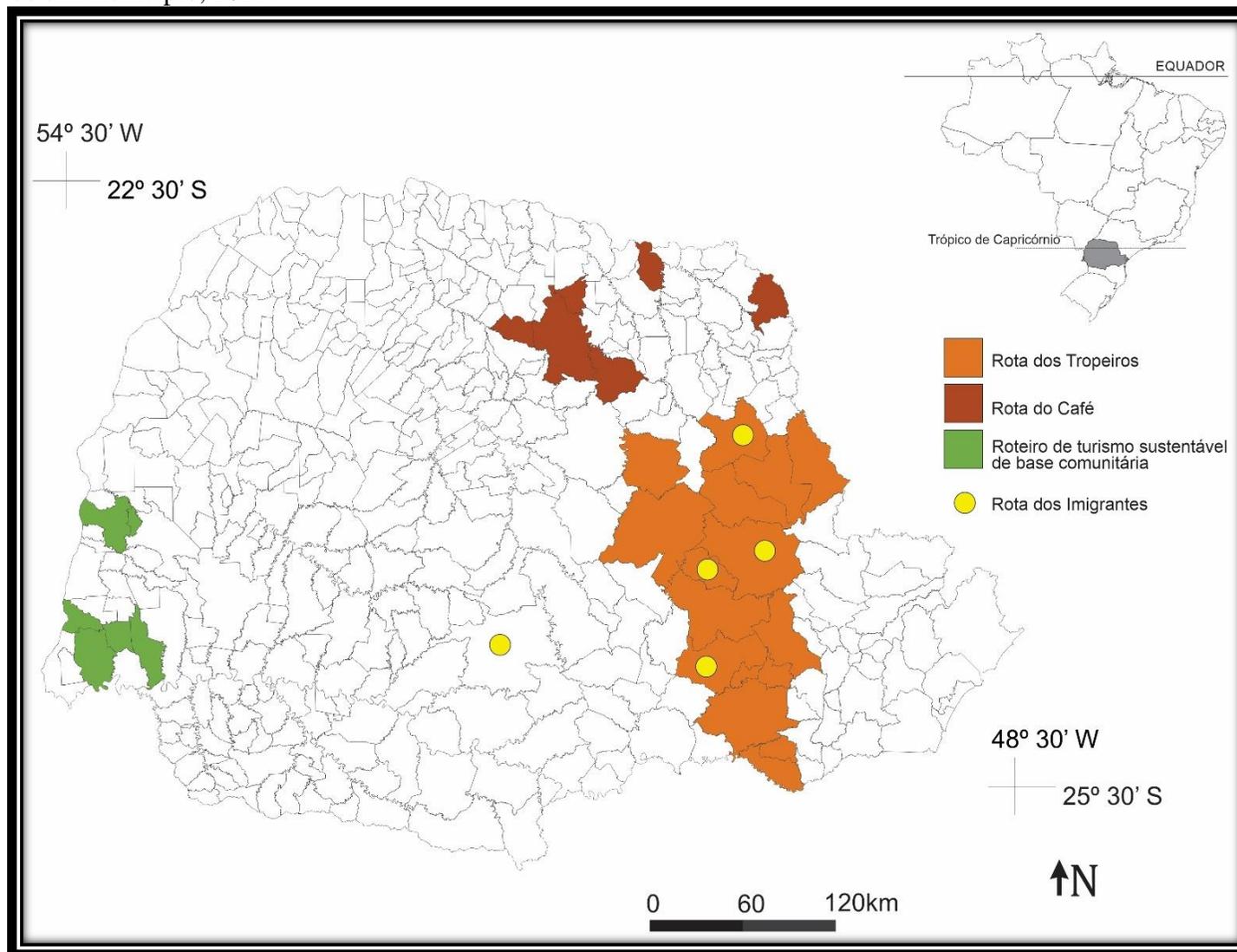
Pensando no turismo como uma ferramenta alternativa para a melhoria da qualidade de vida da população local, refletimos sobre a relevância de pesquisas que evidenciem os debates necessários capazes de expor ao Estado as demandas em pensar em ações, relacionadas ao turismo, que possam melhorar essas condições. Sabemos que o turismo não deve ser tomado como ferramenta capaz de resolver o problema da desigualdade social, mas, o que evidenciamos é uma demanda maior de investimentos, por parte dos organismos responsáveis, em pesquisas que possam buscar problematizar a pobreza na porção central do Estado e suas possíveis relações com o turismo, inclusive como uma das formas em auxiliar na amenização desse desafio. Ressaltamos que essa área não apresentou visibilidade de pesquisas em artigos científicos divulgados em periódicos. Isso não significa que não existam trabalhos sobre ela. Cabe avaliar as pesquisas desenvolvidas em outros materiais.

Além das pequenas localidades isoladas e das regiões turísticas também olhamos para as rotas e roteiros de turismo (Mapa 3). Foram levantadas nesse momento da pesquisa, separadamente, aquelas que envolveram mais de um município para que tivéssemos maior

compreensão sobre as discussões levantadas nos artigos em relação a eles de maneira conjunta, bem como quais municípios estavam envolvidos e sua localização⁷.

⁷ Abrimos um parêntese aqui, pois, destacamos que não incluímos o caso da Vinopar e nem da Rede Anfitriões do Paraná por não se tratarem de rota ou roteiro turístico.

Mapa 3 – Paraná. Rotas e roteiros levantados nos artigos científicos sobre o tema levantado que congregam mais de um município, 2021.



Fonte: Autorial.

No mapeamento observamos que as rotas e roteiros que congregam mais de um município, que foram visíveis nos trabalhos acadêmicos, estão concentradas em porções do território paranaense próximas e/ou nas regiões geográficas e das regiões turísticas mencionadas anteriormente. Como incluímos os municípios que fazem parte de rotas e roteiros no primeiro mapeamento, não foi novo identificar que essas iniciativas estão concentradas nas mesmas regiões do Estado que abordamos anteriormente como mais mencionadas nos estudos.

A “Rota dos Tropeiros” apareceu em maior número de vezes nas discussões dos trabalhos científicos (Tabela 4). A Rota do Café aparece na sequência e no Oeste do Estado observamos a referência em dois artigos sobre o “Roteiro de Turismo Sustentável de Base Comunitária”. A “Rota dos Imigrantes”, objeto de estudo de um trabalho, congrega discussões referente as comunidades étnicas de imigrantes no Estado do Paraná.

Tabela 4 – Paraná. Número de menções das rotas e roteiros nos artigos científicos que abrangem mais de um município, 2021.

Rotas e Roteiros	Número de aparições nos artigos científicos
Rota dos Tropeiros	4
Rota do Café	2
Roteiro de Turismo Sustentável de Base Comunitária	2
Rota dos Imigrantes	1

Fonte: Autoral.

Os achados que estiveram na abordagem dos trabalhos na “Rota dos Tropeiros” se debruçaram sobre o estudo dos museus no atrativo; sobre o desenvolvimento dessa iniciativa; sobre a paisagem geomorfológica e o geoturismo. A “Rota do Café” foi observada por meio da análise da paisagem cafeeira e a relação dessa cultura com o turismo. As práticas de sustentabilidade e a organização coletiva foram foco do “Roteiro de turismo sustentável de base comunitária” e, por fim, na “Rota dos Imigrantes” as bases das análises foram o cooperativismo; o desenvolvimento da rota e o turismo rural.

De modo geral, independente de analisar uma pequena localidade de maneira isolada ou pensar nas regiões ou rotas/roteiros, os trabalhos investigaram os mais diversos temas quando olharam para seus objetos de estudo. Sobre os objetivos dos trabalhos fomos pinçando deles o núcleo principal de interesse das pesquisas. Notamos que o patrimônio cultural, especialmente, a gastronomia local, ou cultura alimentar, esteve no topo da lista de preocupações a serem

problematizadas. Na sequência, os pesquisadores debruçaram-se em investigações sobre o turismo rural; o Turismo de Base Comunitária; o potencial turístico das localidades e seu desenvolvimento local; o planejamento e o cooperativismo e a autogovernança; entre outros. Para compreender o centro das preocupações de pesquisa que foram debatidos nesses trabalhos sobre as pequenas localidades, ou a elas relacionadas, buscamos trazer algumas das proposições dos autores.

Nos últimos anos Goes, Mascarenhas e Medeiros (2019); Varenhold, Goes e Medeiros (2019); Kovaleski *et al.* (2020); Teixeira Junior, Ferrari e Filppim (2020) e Cabral e Teixeira Junior (2020); debateram a gastronomia local e/ou a cultura alimentar em pequenas localidades. Os trabalhos voltaram olhares especialmente para o litoral do Paraná, e objetivaram abordar desde a cultura alimentar de comunidades locais até o consumo e atitudes dos turistas com relação ao consumo gastronômico.

Goes, Mascarenhas e Medeiros (2019) ressaltam que a alimentação faz parte do turismo e resgata a história e cultura da comunidade demonstrando a identidade local “Desta maneira, os pratos típicos são complementação para o turismo ou até mesmo, podem consolidar-se como fator de atratividade.” (2019, p. 3). Pensando nisso, os autores buscaram verificar se a gastronomia faz parte da promoção turística do Paraná e, para tanto, analisaram os *sites* de prefeituras em 120 municípios de seis regiões turísticas. Varenhold, Goes e Medeiros (2019) analisaram o consumo e atitudes dos turistas com relação aos produtos gastronômicos do litoral paranaense. O levantamento consultou 188 visitantes do litoral por meio de questionário eletrônico. Kovaleski *et al.* (2020) analisaram a oferta de *souvenirs* no município de Morretes. Os pesquisadores levantaram e mapearam os estabelecimentos comerciais que ofertam produtos alimentícios e analisaram quais deles são considerados *souvenirs* gastronômicos.

Outros autores buscaram olhar para comunidades tradicionais do litoral paranaense. Teixeira Junior, Ferrari e Filippim (2020) versaram acerca dos saberes tradicionais da cultura alimentar do quilombo Batuva em Guaraqueçaba. Para eles, o turismo pode ajudar a “revitalizar práticas culturais, notadamente relacionadas à culinária local, além de fortalecer o sentimento de pertença de um povo orgulhoso de suas origens e tradições, sempre marcadas pelo espírito de solidariedade social [...]”. Os autores pautaram-se na abordagem metodológica da pesquisa-ação integral e participativa para observar o potencial da culinária quilombola dessa comunidade.

Cabral e Teixeira Junior (2020) olharam de maneira mais ampla para o Litoral abordando a “Rede Anfitriões” que se caracteriza como uma rede de TBC onde comunidades

locais se organizam de maneira conjunta em prol do turismo. Para os autores “A valorização do patrimônio requer o engajamento das pessoas que habitam determinado território e dominam práticas culturais vinculadas à produção de alimentos e à confecção de determinadas receitas” (Cabral; Teixeira Junior, 2020). Com base nessas e outras argumentações, os autores buscaram analisar a relação da culinária e cultura alimentar com o TBC. Dentre os procedimentos metodológicos os pesquisadores analisaram a interação de internautas com postagens da página do *Facebook* da Rede Anfitriões e realizaram sondagem com viajantes mediante questionário *online*.

O TBC não foi abordado nos trabalhos, só em termos de cultura alimentar. O modelo apareceu como pano de fundo em tantos outros temas, mas nesse momento trazemos materiais que o pensaram como objetivo central. Betti e Dernadin (2019) investigaram as formas de organização comunitária de TBC em Unidades de Conservação como forma de desenvolvimento local. Para a realização do estudo os pesquisadores selecionaram o restaurante comunitário Ilha das Peças gerido por um grupo de mulheres na ilha de Guaraqueçaba de mesmo nome do restaurante. Os autores afirmam que são recorrentes os argumentos que indicam o turismo como alternativa de desenvolvimento para o município de Guaraqueçaba, porém, poucas pesquisas dão voz as comunidades locais para compreender o que elas pensam a respeito do turismo.

Ainda em Guaraqueçaba, Valente e Mielke (2017) definem a Cooper guará Ecotur como objeto de estudo. Os autores avaliaram a evolução dessa iniciativa nos aspectos relacionados a sua governança e acesso ao mercado. Os autores propuseram-se a avaliar a Cooper guará pois observaram grande dependência de instituições externas para sua manutenção e que “[...] entre os fatores citados como cruciais para o desenvolvimento do turismo comunitário, provavelmente o acesso ao mercado e estabelecimento de parcerias foi o mais crítico e o mais importante a ser desenvolvido.” (Valente; Mielke, 2017, p. 4).

Nas vilas de Barbados e Barra do Superagui, também em Guaraqueçaba, Grim e Sampaio (2016) debruçam-se para analisar se o TBC pode ser fator de resistência ao desemprego, exploração e transformação dos modos de vida tradicionais além de ferramenta para vencer as mudanças climáticas. A preocupação da problemática levantada pelos autores está baseada na ideia de que as comunidades tradicionais locais

[...] cada vez mais deverão enfrentar novos desafios relacionados à pesca, pois algumas espécies, em virtude da exploração e das mudanças ambientais e climáticas, já não são encontradas no litoral. Esse fato, junto a pouca ou nenhuma diversidade econômica local, influencia na capacidade adaptativa dessas comunidades ante as mudanças ambientais e climáticas, sendo necessárias novas estratégias de desenvolvimento consideradas sustentáveis para o território (Grim; Sampaio, 2016, p. 64).

Essas e outras demandas sobre o enfrentamento dos desafios locais por meio do turismo parecem crescentes e, ainda atendidas de maneira incipiente, pois muito se fala sobre o potencial das localidades. O volume de estudos sobre o potencial das pequenas localidades no levantamento promovido, também está no topo da lista. Os estudos sobre o potencial turístico estiveram atrelados, principalmente, a paisagem e ao desenvolvimento local.

Goveia, Guizi e Denkwicz (2021), a exemplo, tiveram como objetivo compreender o potencial do turismo de experiência nas vinícolas da comunidade do Pinho de Baixo no município de Irati. Os pesquisadores realizaram entrevistas e visitas técnicas em quatro vinícolas da comunidade que funcionam desde 1925. O argumento é de que em razão da crise causada pela pandemia em 2020 muitos indivíduos têm buscado destinos que não envolvam aglomerações e que favoreçam visitas no campo. Esse contexto abre caminho para o turismo de experiência que tem o “intuito de proporcionar aos turistas as vivências e imersões culturais propostas por destinos e anfitriões, com vistas a entregar experiências cada vez mais autênticas aos visitantes” (Goveia; Guizi; Denkwicz, 2021, p. 124).

A “Rota do Café” também foi foco de estudos sobre potencialidade turística. Oliveira (2020) contribuiu com o argumento de que a paisagem é um dos principais elementos na escolha de uma viagem. O trabalho analisou paisagens culturais de propriedades localizadas no campo pertencentes a rota. O objetivo da pesquisa foi compreender como deu-se a expansão da cultura cafeeira no Brasil e no Paraná apresentando marcas na paisagem rural que foram deixadas pela cafeicultura no Norte paranaense e suas potencialidades para o turismo. Para o desenvolvimento da pesquisa foram necessários levantamentos na literatura e documentais sobre o tema e trabalho de campo.

Inclusive, no nosso levantamento, os trabalhos que abordaram a análise da paisagem para observar o turismo em pequenas localidades tiveram um volume expressivo. Mais uma vez reforçamos que as discussões que tratam de potencialidade ainda são significativas apresentando um quadro do que pode vir a ser o turismo em pequenas localidades, revelando o quadro da negligência de que tratamos a respeito do desenvolvimento do turismo em áreas

distantes de grandes aglomerações. A análise da paisagem entrou então, como ferramenta significativa para pensar o potencial turístico. Luz (2020) também lança mão dessa ferramenta para observar as potencialidades do turismo no “Norte Pioneiro” para o desenvolvimento local. A pesquisadora buscou no seu trabalho identificar a potencialidade dos municípios de Nova Santa Barbara, São Jerônimo da Serra e Sapopema. Luz (2020) discorre sobre o baixo dinamismo socioeconômico dos municípios e promove discussões sobre o turismo como uma das possibilidades de desenvolvimento local.

Como dissemos anteriormente o turismo rural, ou ainda no espaço rural, também esteve no topo das preocupações dos autores. Klein e Fontana (2021), a exemplo, trataram sobre o “Circuito Sabiá” em Matelândia, tendo como objetivo debater a tipologia de turismo adotada pela comunidade no desenvolvimento do turismo. Parte dos procedimentos metodológicos foram baseados em visitas técnicas de caráter exploratório e descritivo no circuito de turismo. A preocupação das autoras reside no fato de que identificar a tipologia a ser empregada pelos gestores da atividade fornece subsídios para avaliar sua sustentabilidade e reforçar os resultados positivos do turismo como a melhoria na qualidade de vida da comunidade.

O grupo de pesquisas Ternopar da Universidade Estadual de Londrina (UEL) publicou artigo sobre seus 20 anos de trabalho pesquisando sobre o turismo no espaço rural com base local na região Norte do Estado. Oliveira *et al.* (2020) apresentaram os estudos realizados especialmente nos pequenos municípios de Jataizinho, Tamarana e Ortigueira. Os pesquisadores acreditam que o estudo do turismo no espaço rural é ferramenta para permitir

[...] uma ação de apoio às comunidades locais, na procura de uma política democrática que atue no sentido de evitar a concentração de terras e de rendas. Os menores municípios, de características agrícolas, necessitam de conhecimento e apoio. As culturas populares, neste processo em que podem se constituir em atrativos turísticos, precisam de ações que possibilitem a manutenção do seu território e a sua valorização social, já que a cultura é dinâmica e não deve ser encarada como um elemento estático. É principalmente a partir da manutenção do território que as culturas populares podem sobreviver, transformando-se no dinamismo que lhes é inerente. O turismo no espaço rural pode aproveitar as características de cada local, na riqueza da biodiversidade e da sociodiversidade. (Oliveira *et al.*, 2020, p. 603).

Alcantara e Sampaio (2017) trabalham com a Microbacia do Rio Sagrado nessa mesma perspectiva da busca pela justiça social e a manutenção dos territórios das comunidades locais, ao estudar o turismo rural baseado no modelo de gestão do TBC nessa localidade no município

de Morretes. O objetivo do estudo foi relacionar o turismo rural como estratégia de desenvolvimento territorial. Isso porque, na perspectiva de Alcantara e Sampaio (2017) esse segmento do turismo é uma oportunidade de revitalização do campo trazendo trabalho e renda para os locais e funcionando como ferramenta de conservação ambiental. Os autores também entendem que o segmento depende de políticas públicas que promovam o desenvolvimento territorial rural. O trabalho dos pesquisadores é resultado de observação participante tendo como recorte os anos de 2006 a 2014.

Ainda sobre o turismo rural, Bastarz e Souza (2017) objetivaram analisar a repercussão do projeto das “Caminhadas na Natureza” nas dimensões econômicas e social. Conforme os autores esse projeto faz parte de uma política pública de desenvolvimento rural coordenado pela Emater do Paraná e, “[...] prevê a organização de circuitos de caminhadas em comunidades rurais, nas quais há venda de produtos e serviços oferecidos por agricultores aos caminhantes oriundos de centros urbanos.” (Bastarz; Souza, 2017, p. 1893). Os pesquisadores entrevistaram agricultores da região turística “Vale do Ivaí” como um dos procedimentos para atender o objetivo do estudo.

O planejamento do turismo também surgiu como um dos temas mais debatidos nos trabalhos. Soares *et al.* (2017) trataram sobre o planejamento participativo do turismo em comunidades rurais étnicas de Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum. O objetivo dos pesquisadores com o trabalho foi analisar e comparar o desenvolvimento turístico envolvendo elementos da participação nas três comunidades étnicas. O estudo envolveu, entre outros procedimentos, análises documentais e entrevistas com os indivíduos das comunidades. Em outro trabalho do mesmo ano, os autores descreveram os desafios do planejamento participativo do turismo especificamente em Witmarsum. No município de Lunardelli, Domingos; Oliveira e Colasante (2019) analisaram os desafios do planejamento do turismo religioso pensando na perspectiva do desenvolvimento local e regional. Os pesquisadores também buscaram nas entrevistas com a comunidade e nas visitas *in loco* os dados necessários para a pesquisa.

Por fim, um dos temas que também surgiu nas pesquisas com maior volume foi a autogovernança. Os trabalhos mais recentes sobre esse tema olharam para comunidades em roteiros de pequenas localidades da região metropolitana de Curitiba. A exemplo, Clotilde Zai e Cicilian Luiza Löwen Sahr avaliaram a construção de sistemas de autogovernança e sua articulação entre a roteirização turística e o desenvolvimento territorial no roteiro “Verde Que te Quero Verde” no município de Campo Magro (2019) e no “Caminho do Vinho” no município de São José dos Pinhais (2021). Em Campo Magro os estudos foram baseados em entrevista e

observação *in loco* para avaliar o processo de gestão do roteiro, a relação com o aglomerado urbano de Curitiba e os impactos gerados pelo turismo. Na Colônia Mergulhão, onde localiza-se o “Caminho do Vinho” as autoras, baseadas em procedimentos metodológicos similares a pesquisa anterior, analisaram o potencial natural e cultural, as transformações ocorridas no sistema produtivo local e a gestão do roteiro.

Brambatti e Nitsche (2018), também se debruçaram sobre uma pequena localidade do município metropolitano de Araucária e, para os pesquisadores “O planejamento e gestão de roteiros em ambientes coletivos, por associações que envolvam empreendedores e comunidades, é um paradigma emergente no turismo com foco no desenvolvimento local sustentável.” (Brambatti; Nitsche, 2018, p. 72). Nesse sentido os autores buscaram investigar o papel das associações e seu protagonismo na adoção de ações coletivas para gestão do roteiro rural “Caminhos do Guajuvira”, no distrito de Guajuvira. Os pesquisadores adotaram como parte dos levantamentos de dados a pesquisa participante, entrevistas com moradores, membros da associação e gestores públicos.

Para além dos temas acima apresentados, outros foram debatidos, mas com um volume menor e pulverizados entre as mais diversas abordagens. Esses estudos que não foram aqui citados, serão somados aos que apresentamos e, irão nos acompanhar nos debates que seguem na próxima sessão. Isso porque, ao olharmos para os estudos levantados observamos que muitos deles, de muitas maneiras abordaram os desafios enfrentados pelos municípios ao se relacionarem com o turismo das mais diversas formas. Nesse sentido, na próxima sessão abordaremos sobre os desafios enfrentados pelos municípios, suas intenções em adotar o turismo para enfrentá-los e os novos desafios que surgem com a sua chegada.

2.2 Grandes desafios

A própria existência e resiliência das pequenas localidades é em si um desafio. Carvalho (2009) nos alerta que muitas comunidades locais estão numa encruzilhada tendo seus territórios como alvo necessário para a acumulação capitalista em que “[...] a ‘exclusão’ que viviam não pode se manter e a “inclusão” do território pode significar o fim dessas comunidades” (Carvalho, 2009, p. 106). Nesse sentido, no modelo de desenvolvimento, que coloca a economia como uma prioridade e um objetivo final, ou as comunidades locais a ele se integram ou sua produção e reprodução tornam-se praticamente inviáveis. Porém, sua inclusão não

significa seu pleno desenvolvimento melhorando a qualidade de vida local pois “Os grandes desafios socioespaciais no âmbito de uma região muitas vezes não decorrem de falta de investimentos ou ausência de capital. Pode ser, inclusive, o contrário, com uma economia intensiva em capital e pouco inclusiva como geradora de renda e trabalho.” (Endlich, 2021, p. 101).

Nesse sentido, a existência das pequenas localidades acaba sendo em si a resistência a lógica do capital. Nessa lógica, ou apresentam viabilidade econômica em existir dentro desse sistema, ou estão fadadas ao desaparecimento. A vida que nessas localidades ocorre, dentro dessa perspectiva, não é suficiente para sua manutenção se não forem incorporadas a ela. As ações exercidas pelo capital adaptam os sujeitos e lugares à exploração tendo como algumas medidas a desregulamentação do mercado de trabalho, benfeitorias estatais para facilitar a instalação de empresas e a preparação da mão-de-obra para essa exploração (Carvalho, 2009). Deste modo, é necessário refletir sobre alternativas que não sejam apenas as de ser excluído do processo de acumulação do capital ou ser incluído e ser subordinado a essa lógica.

Com as dificuldades enfrentadas pelas pequenas localidades, não se garante, como vimos em Tetamanti (2009), o direito a não migrar. As respostas para a resistência dessas localidades, principalmente vindas do Estado, são desordenadas e fragmentadas em ações que quando não pensadas em conjunto dificilmente respondem aos problemas vividos localmente. Para Tetamanti (2009) as pequenas localidades fazem parte de

Um sistema que em ritmo mais lento infartava os territórios que ofereciam menos rentabilidade e menor produtividade. Embora essas cidades sejam ilhas em um mar milionário de terras férteis, oleaginosas e grãos, em suas praças e em suas paredes é difícil ver a riqueza. Pianíssimo⁸, imortalizou na memória os tempos em que as suas instalações eram necessárias e funcionais. Caminhões, grandes silos, bancos, empreiteiros, piscinas, maquinários potentes e especuladores não exigem os velhos galpões de armazenamento, nem a peonada e sua família, nem suas casas simples, nem o telégrafo desativado, nem seus bares (Tetamanti, 2009, p. 128, tradução nossa)⁹.

⁸ O autor utiliza em seu texto os termos italianos “*allegro*” e “*pianissimo*”, como ritmos musicais, para tratar das diferentes fases vividas pelas pequenas localidades. “*Allegro*” em seus tempos de prosperidade em que tinham utilidade para o sistema e “*pianissimo*” em seus tempos atuais de exclusão, quando não se emprega qualquer utilidade nessas pequenas localidades, no processo de acumulação do capital.

⁹ “*Un sistema que a paso más lento, fue infartando los territorios que ofertaban menos rentabilidad y menor productividad. Si bien estos pueblos son islas en un mar millonario de tierras fértiles, oleaginosas y granos, en sus plazas y sus paredes es difícil advertir la riqueza. Pianissimo, inmortalizan en sus memorias tiempos en los que sus instalaciones eran necesarias y funcionales. Camiones, grandes silos, bancos, contratistas, pooles, potentes maquinarias y especuladores no demandan los viejos galpones de almacenaje, ni la peonada y su familia, ni sus simples viviendas, ni al telégrafo desactivado, ni sus bares*” (Tetamanti, 2009, p. 128).

As pequenas localidades, então, devem ser compreendidas como parte de um sistema. Com o objetivo de conter a sua entropia algumas comunidades locais exercem resistência redinamizando os fluxos de energia que entram e saem. É por esse motivo que sustentam os movimentos culturais, as ações coletivas, dentre outras ações, para resistir. É necessário integrar as pequenas localidades aos benefícios que possuem as cidades maiores. Integrar significa fortalecer o território com critério de sistema e, para isso o Estado tem um objetivo de refazer o sistema e aproximar benefícios e serviços consolidando a soberania (Tetamanti, 2009).

Entendemos, que o próprio desafio de existir dentro da lógica econômica vigente se desdobra em desafios que vão acelerando o processo de inviabilização da vida nas pequenas localidades. Ao desenvolver pesquisas sobre a Região Intermediária de Maringá no Paraná, Ângela Maria Endlich levantou três grandes desafios emergentes para as pequenas localidades. O primeiro deles é a reinserção econômica baseada em uma economia mais justa que possibilite a permanência dos indivíduos em suas localidades. O segundo desafio trata-se do acesso a serviços e equipamentos básicos e fundamentais para a reprodução da vida. O terceiro e, último, está relacionado a conectividade e mobilidade tanto das redes de transporte e comunicação tradicionais como das virtuais, a fim de aproximá-las da economia, política e cultura de outras localidades (Endlich, 2021).

Reafirmamos, também, as palavras de Endlich (2021, p. 108) quando trata sobre as pequenas cidades/localidades e o desenvolvimento regional reiterando que “[...] pensar os papéis, desenvolvimento e desafios depende de quais localidades enfocamos”. Isso porque, a pesquisadora esclarece que a diversidade de pequenas cidades/localidades, (até mesmo aquelas com mesmo porte demográfico), não nos permite observá-las como um conjunto único a ser analisado e, que pode ser replicado para outras realidades. É preciso, olhar para a realidade de cada região, de cada pequeno município, de cada pequena localidade, de cada contexto, para se ter uma aproximação maior sobre os desafios a serem enfrentados. Nesse sentido, ao olhar para as pequenas localidades levantadas em trabalhos acadêmicos na sessão anterior, fomos observando as realidades que possuem relação com o turismo e, nos chamou a atenção, os debates que envolveram as dificuldades que esses municípios enfrentam justamente com o turismo, ao adotá-lo como uma das formas de enfrentamento de desafios previamente existentes.

Nos resultados e discussões das pesquisas levantadas foi possível identificar que um volume significativo de trabalhos abordou desde desafios enfrentados pelos municípios como saneamento básico precário, até efeitos negativos carreados pelo turismo realizado de forma

desordenada. Para abordar esses e outros resultados expostos nos trabalhos, que evidenciaram os desafios vividos pelos municípios que se relacionam com o turismo, retomamos agora os temas e trabalhos citados na sessão anterior. Para além desses trabalhos somaremos outros que identificamos como relevantes para contribuir com as discussões aqui promovidas.

Nos estudos que abordaram o tema da gastronomia local e/ou a cultura alimentar observamos que mesmo a gastronomia sendo ferramenta de reforço das tradições locais quando atrelada ao turismo, ainda existem alguns obstáculos a serem vencidos. Goes, Mascarenhas e Medeiros (2019) ao verificarem se a gastronomia faz parte da promoção turística do Paraná identificaram que ela é feita de forma superficial. Os autores observaram que há uma falta de alinhamento entre as informações apresentadas em âmbito estadual (nos *sites* da então Secretaria Estadual do Esporte e Turismo¹⁰) e nos *sites* das prefeituras. Ainda com relação aos *sites* das prefeituras os pesquisadores observaram que alguns deles possuíam informações desatualizadas, escassas e/ou estavam fora do ar. A Secretaria de Estado, como verificado, aborda a gastronomia como atrativo turístico principal ou complementar enquanto a maior parte dos municípios aborda os elementos gastronômicos enquanto equipamento de apoio.

Como a maior parte dos municípios abordados nesse trabalho eram de pequeno porte demográfico, não nos surpreende as dificuldades encontradas pelos pesquisadores com relação aos *sites* estarem fora do ar, desatualizados ou com informações escassas. Também não nos surpreende o fato de que os municípios tenham os elementos gastronômicos apenas como equipamento de apoio, isso porque, a literatura evidencia esses problemas alertando que os municípios e seus órgãos públicos não possuem recursos, desde humanos a financeiros, para implementar e gerir a atividade turística (Magalhães, 2002 e Alves, 2018). Não se trata apenas de problemas ligados ao setor do turismo, mas os pequenos municípios possuem dificuldades também relacionados com a escassez de recursos para gerir outras áreas que são prioritárias como os serviços básicos de saúde, educação e segurança, deixando o turismo em um segundo plano de ação, ou nas mãos da iniciativa privada.

Outro fator que nos chamou a atenção nos trabalhos foram as discussões que abordaram a necessidade em diversificar a oferta turística com os elementos gastronômicos locais. Essa diversificação se coloca como forma de ampliar os efeitos positivos da atividade nas localidades, como exemplo, ampliar a permanência dos turistas e conseqüentemente os benefícios econômicos locais. Quando Varenhold, Goes e Medeiros (2019) analisaram o

¹⁰ Atualmente, o turismo possui uma secretaria própria no Estado: a Secretaria de Estado do Turismo (Setu).

consumo e atitudes dos turistas com relação aos produtos gastronômicos do litoral paranaense, esse ponto fica evidente ao demonstrarem o interesse dos turistas em novas atividades relacionadas a gastronomia dos municípios locais, especialmente quando argumentam sobre a indicação geográfica¹¹ de alguns dos produtos e serviços turísticos¹². Kovaleski *et al.* (2020) analisaram a oferta de *souvenirs* no município de Morretes. Como *souvenirs* gastronômicos os pesquisadores identificaram a farinha de mandioca, cachaça, bala de banana, batata *chips*, batata de aipim, banana *chips* e o palmito. Apesar da abrangência e variedade da oferta, bem como de sua relevância sociocultural para a localidade os autores afirmam que existem poucos estudos acadêmicos sobre o tema e, para eles é necessário avançar nas discussões pois “O *souvenir* gastronômico contribui com a valorização da oferta local de alimentos, contribui com a geração de mão de obra” (Kovaleski et al., 2020, p. 34).

Os autores que olharam para as comunidades tradicionais do litoral paranaense também refletiram sobre a relevância do turismo como ferramenta de auxílio na resistência de suas tradições, bem como apontaram desafios a serem vencidos. Teixeira Junior, Ferrari e Filippim (2020) debateram acerca dos saberes tradicionais da cultura alimentar do quilombo Batuva em Guaraqueçaba. Os autores afirmam que a cultura alimentar no Quilombo possui valores passados de geração por geração e tem relevância para a alimentação e a questão socioeconômica, por meio da rizicultura que é uma “[...] prática cultural passível de implementação do Turismo Criativo como forma de fomento econômico, além da promoção de práticas genuínas e únicas aos turistas que buscam por turismo *versus* experiências culturais.” (Teixeira Junior; Ferrari; Filippim, 2020, p. 25).

Não só no Quilombo Batuva, mas também nas comunidades da Rede Anfitriões de turismo do Paraná a culinária tradicional e o TBC demonstraram, durante as pesquisas, possuir uma relação de interdependência. Cabral e Teixeira Junior (2020) ao analisarem a relação da culinária tradicional da Rede Anfitriões com o TBC identificaram que para que essa relação traga os resultados esperados pelas comunidades é preciso vencer alguns desafios. Nesse sentido, os pesquisadores refletem sobre a necessidade em ampliar as parcerias governamentais ou não governamentais e comerciais, que direcionem o *marketing* para pessoas que tenham

¹¹ As indicações geográficas indicam a origem de produtos e serviços que se tornaram conhecidos pela sua origem. As indicações geográficas são signos distintivos particularmente interessantes ao turismo, especificamente no segmento gastronômico. O nome geográfico reconhecido ao mesmo tempo que passa a identificar o produto, também termina por promover o local que possui esse nome (Varenhold; Goes; Medeiros, 2019, p. 43).

¹² Os autores indicam que três produtos (cachaça, farinha de mandioca e bala de banana) e um serviço (a oferta do Barreado) são pleiteantes de indicação geográfica.

interesse em produtos de qualidade, em menor escala relacionadas a cultura alimentar das comunidades locais. Ainda sobre os desafios, os autores observam a necessidade de fortalecimento institucional e, estabelecimento de processos de reconhecimento da qualidade de produtos ligados a culinária tradicional. A formulação de políticas públicas para a salvaguarda desse patrimônio imaterial e a ampliação de formas de trabalho coletivo que integrem consumidores e produtores também foram vistos pelos autores como demandas atuais. Mesmo levantando os desafios anteriormente citados os pesquisadores deixam claro que não há receita pronta para que haja resultados positivos, mas o que se espera é que “[...] assim como os caiçaras preparam suas refeições com os insumos da ‘safra’, que tenhamos um olhar atento e respeitoso às condições do território, às decisões familiares e comunitárias e aos interesses dos visitantes” (Cabral; Teixeira Junior, 2020, p. 16).

Observamos que a maioria dos trabalhos que abordaram a gastronomia local foram trabalhos que tiveram os municípios do litoral paranaense como local de estudo. Essa informação nos chama a atenção, pois mesmo sendo um local que induz uma demanda significativa de turistas para a região e, próximo a um grande centro como a Região Metropolitana de Curitiba, ainda assim, seus municípios sofrem com a desigualdade socioeconômica. O litoral paranaense possui fortes paradoxos em que a grande variedade de ecossistemas, de atividades econômicas, cultural e as desigualdades sociais torna a região heterogênea em que

As atividades econômicas com dinâmicas mais pujantes, fundamentalmente as ligadas ao porto de Paranaguá e ao turismo praiano, não revertem proporcionalmente em benefícios para a população permanente. Sua lógica responde e beneficia mais a setores externos à região: no caso do porto, aos produtores, exportadores e a todos os setores vinculados, de vários estados; e no caso do turismo, além dos setores econômicos que operam em nível local, os beneficiários principais são os turistas, que pertencem à classe média e alta, fundamentalmente de Curitiba. Nesse sentido, a população permanente vive mais na expectativa do que vem de fora, que do que ela mesma pode gerar, o que em grande medida a deixa impotente para buscar caminhos de melhoria (Estades, 2003, p. 39-40).

Concordamos com Estades (2003) quando analisa a situação de desigualdade entre a riqueza e a pobreza no litoral do Paraná. Basta, para isso, a exemplo, observar o município de Guaraqueçaba em trabalhos¹³ que abordam os desafios desse município com um dos menores

¹³ Recomendamos a leitura de Silveira-Junior e Botelho (2011).

IDHM do Estado. Nos debruçamos, aqui, com mais cuidado em dois pontos. O primeiro deles é que partilhamos da ideia de que no turismo é possível observar o avanço dos agentes e do capital externo sobre os territórios de comunidades locais, de municípios que possuem atrativos turísticos de interesse para a acumulação capitalista. Não raro observamos a intensa especialização do turismo em pequenos municípios como citamos anteriormente em Castro e Ferger (2021), fator que exclui a população local, de variados modos, dos benefícios da atividade. Porém, quando pensamos no protagonismo local, em empreendimentos locais, geridos e organizados pela população pertencente aquela localidade, observamos que não são apenas os turistas que ganham com o turismo.

Desse modo, chegamos no segundo ponto, o turismo se faz no encontro daqueles que vem de “fora” com aqueles que vivem na localidade. Nesse sentido, se a população local trabalha com o turismo para vencer certos desafios, ela mesma vive na expectativa do que vem de fora. Mais uma vez, reforçamos que se a comunidade é protagonista da atividade, viver na expectativa da chegada dos turistas não as torna impotentes, é justamente ao contrário, ela vive na expectativa do encontro entre quem vem de fora para compartilhar do seu modo de vida e, nesse encontro proporcionar a resistência da sua produção e reprodução.

Compartilhamos que de fato as populações de muitas formas se tornam impotentes sobre as ações do capital e, existe um papel de resistência a ser desempenhado pelas camadas mais pobres. De acordo com Santos (2001), esse papel acontece

[...] na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos *de baixo*, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. Esta última se funda na ideologia do crescimento, da globalização etc. e é conduzida pelo cálculo dos partidos e das empresas. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. Nos lugares, uma e outra se encontram e confundem, daí a presença simultânea de comportamentos contraditórios, alimentados pela ideologia do consumo (Santos, 2001, p. 132-133, grifo do autor).

As manifestações de inconformidade para Santos (2001) que se colocam de maneira sistemática na vida das populações mais pobres caracterizam-se por um processo lento, porém, isso não significa que essa inconformidade não esteja “[...] aqui e ali, levantando vulcões, mesmo que ainda pareçam silenciosos e dormentes.” (Santos, 2001, p. 134). Nesse sentido, grupos sociais em escala local, nos pequenos municípios, buscam reverter a sensação de impotência e, realizar por eles mesmos, como nos disse Lefebvre (2016), ações revolucionárias.

Ao falarmos de coletivos sociais, abrimos aqui espaço para as reflexões dos resultados que envolvem o tema do Turismo de Base Comunitária, abordado nos trabalhos que foram levantados. O turismo em sua forma convencional ao ser promovido na Ilha das Peças em Guaraqueçaba, para vencer desafios como a geração de renda e emprego, trouxe consigo novos desafios. Segundo Betti e Denardin (2019) os turistas de segunda residência, na fala dos locais, trazem até “palito de dente” de fora e deixam apenas efeitos negativos como a geração de lixo. Há ainda os turistas e vão para a ilha para passar o dia. Esses turistas não interagem com a comunidade local e deixam poucos benefícios. Outros turistas passam pela ilha com suas lanchas, praticando atividades de pesca e tornando a atividade dos pescadores locais mais difícil. E, mais um perfil de turista é identificado, aquele que vai para a ilha em dias de festa. Com 350 moradores nesses dias a ilha chega a receber mais de 3 mil turistas que deixam barulho e lixo para trás, além, dos poucos resultados econômicos (Betti; Denardin, 2019).

Na pequena localidade existe o “Clube de Mães Amigas e Colaboradoras da Ilha das Peças, Restaurante e Panificadora Ilha das Peças”, popularmente conhecido como restaurante da Ilha das Peças que se constitui por uma associação de mulheres locais. Betti e Denardin (2019) estudaram a associação para investigar as formas de organização comunitária de TBC em Unidades de Conservação como ferramenta de desenvolvimento local. A iniciativa trouxe alguns benefícios como o fortalecimento do sentimento de pertencimento que a convivência em grupo permitiu construir entre as associadas; o empoderamento e independência feminina que a renda da atividade possibilitou surgir entre muitas das mulheres da iniciativa e os benefícios do turismo numa escala limitada que trouxe a visão crítica para as associadas sobre o turismo em grande escala. Sobre isso, as mulheres do restaurante alegam que muito precisa ser feito pelo turismo na localidade, mas ele deve ser realizado de maneira planejada (Betti; Denardin, 2019). Apesar dos benefícios da organização coletiva, ainda existem desafios a serem superados segundo os autores. Um deles, é a promoção de um encontro mais estreito com os turistas que promovam trocas significativas entre os locais e os turistas, pois, atualmente a relação é mais comercial.

Ainda em Guaraqueçaba, Valente e Mielke (2017) avaliaram a evolução da Cooperguará Ecotur nos aspectos relacionados a sua governança e acesso ao mercado. Como desafios os pesquisadores observaram que muitos obstáculos (como as vias de acesso ao município) poderiam ser amenizados com determinadas ações. A exemplo, os autores citam um possível trabalho contínuo para a manutenção e melhoria na qualidade dos produtos e serviços locais, além disso, também sugerem o estabelecimento de uma parceria sólida com agências e

operadoras para a formatação e inovação de produtos e serviços turísticos. Ainda para os autores, embora Guaraqueçaba possua riqueza natural destacável seus elementos culturais são igualmente relevantes e devem ser valorizados por meio do turismo. E, por fim, é indispensável que a comunidade local esteja alinhada com seus membros e que há a necessidade de lideranças que conduzam o processo para diminuir as ações dos agentes externos, que dão suporte a iniciativa (Valente; Mielke, 2017).

Nas vilas de Barbados e Barra do Superagui, também em Guaraqueçaba, Grim e Sampaio (2016) se debruçam para analisar se o TBC pode ser fator de resistência ao desemprego, exploração e transformação dos modos de vida tradicionais além de ferramenta para vencer as mudanças climáticas. Para os autores as comunidades tradicionais vivem em contato direto e permanente com a natureza e devem ser ouvidas com relação as transformações ambientais. Nessa perspectiva dos desafios ambientais, os pesquisadores ao ouvirem as comunidades tradicionais, captaram delas a ideia de que as mudanças climáticas são culpa da ganância humana. Os resultados são mudanças em tempos de colheita e pesca; escassez de água; temperaturas mais altas; mar mais revoltoso; desaparecimento dos mangues e outros. Com relação aos efeitos socioeconômicos ocorre a diminuição do trabalho e renda das famílias e migração para a cidade. Os autores observaram que o turismo pode ser um vetor de mitigação desses desafios ambientais para as comunidades locais. Além de ser fonte de renda e trabalho, para essas populações mais atingidas pelas mudanças climáticas, pode auxiliar no processo de sensibilização e preservação/conservação de seus ambientes naturais e de sua cultura.

Pensando nos papéis que as pequenas cidades/localidades têm desempenhado na atualidade Endlich (2021) aponta para os espaços turísticos na escala municipal. Como abordamos anteriormente, o turismo tem se proliferado como forma de vencer, principalmente, como abordamos anteriormente em Endlich (2021), um dos desafios das pequenas localidades que é reinserção econômica. Dessa forma, os trabalhos que refletem e analisam sobre o potencial turístico de municípios, possuem grande volume. Nos nossos levantamentos, identificamos pesquisas que se debruçaram na análise do potencial turístico de municípios e comunidades de pequenas localidades.

A pequena localidade conhecida como Pinho de Baixo em Irati, abriga uma comunidade que possui tradições ligadas a cultura italiana, pois se constitui de imigrantes dessa área. Ao observarem o potencial para o turismo na comunidade, Goveia, Guizi e Denkewicz (2021), buscam compreender se as vinícolas locais podem ser utilizadas para o turismo de experiências. Um dos problemas identificados pelos pesquisadores é a grande dificuldade que as famílias da

comunidade possuem ao buscar atender as exigências técnicas de organismos externos. A exemplo, os autores apontam que as famílias têm grande dificuldade em alcançar ou manter os registros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Outro desafio a ser superado é a capacidade econômica para melhorar as condições de atendimento adequado aos turistas como a infraestrutura local.

Ao estudar a Rota do Café em pequenos municípios do Norte paranaense Oliveira (2020), com o objetivo de compreender as potencialidades para o turismo da cultura cafeeira no Estado, considerou que existem elementos potenciais na rota para a atividade turística, que é uma ferramenta necessária para a ressignificação e registro das memórias ligadas a essa cultura. Contudo, a autora assevera que como desafio os gestores da rota precisam ater-se ao planejamento da atividade, pois, se realizada de maneira desordenada pode “[...] acarretar em perda da identidade cultural da população local e depredação de bens patrimoniais naturais e culturais por meio da visitação sem controle, dentre outros.” (Oliveira, 2020, p. 41).

Luz (2020) também analisa as potencialidades do turismo e, seu enfoque está em municípios no Norte Pioneiro. A pesquisadora buscou no seu trabalho identificar a potencialidade dos municípios de Nova Santa Barbara, São Jerônimo da Serra e Sapopema. Ela também observa o planejamento como um desafio a ser enfrentado pelos municípios que, segundo a pesquisa, apresentam potencial para o turismo. O turismo e seus benefícios têm se tornado, como apontou Magalhães (2002), uma apologia para os municípios brasileiros como forma de enfrentar os desafios das dificuldades econômicas e, por esse motivo os pesquisadores apontaram o planejamento como fator primordial, afinal

Compatibilizar o turismo e a exploração econômica é tarefa difícil e árdua. Entretanto, sabe-se que essa atividade tem sido eleita vetor de desenvolvimento econômico-social e como alternativa de uso do território por vários municípios. Sabe-se também que ela acarreta degradação, talvez maior que outras atividades, em razão de suas múltiplas ramificações. Nesse sentido, é importante buscar formas de amenizar as externalidades e organizar a exploração desordenada e maléfica, tendo em vista que o turismo pode e deve trazer benefícios para todos os segmentos envolvidos, se bem administrado (Magalhães, 2002, p. 50).

O planejamento perpassa todas as escalas e segmentos do turismo. Por esse motivo, o planejamento também esteve presente nas discussões que abordaram o turismo rural. Klein e Fontana (2021), quando identificaram a tipologia do agroturismo adotada pela comunidade do “Circuito Sabiá” em Matelândia, observaram em seus resultados que o circuito demanda maior

planejamento e organização. Esse fator é relevante para delimitar com nitidez as funções do segmento de agroturismo trazendo resultados como a construção de uma identidade. As autoras, ainda, reforçam que a atividade do turismo demanda de trabalho técnico, que dentre outras ações, identifique potencialidades e fragilidades para minimizar implicações negativas.

Para abordar o turismo rural no Norte paranaense o grupo de pesquisas Ternopar da Universidade Estadual de Londrina (UEL) publicou artigo tratando sobre seus vinte anos de trabalho. Para isso Oliveira *et al.* (2020) apresentaram os estudos realizados especialmente nos pequenos municípios de Jataizinho, Tamarana e Ortigueira. Após os anos de estudo na região, os pesquisadores apontam que com o turismo observa-se a permanência dos indivíduos no campo; o aumento na renda das famílias; a valorização da cultura local. Porém, se a atividade não for planejada com o envolvimento da população local pode ocorrer a degradação do ambiente e descaracterização cultural. Os pesquisadores observaram ainda que “um dos meios mais eficientes para a disseminação dessas informações é o meio escolar. Por isso, buscou-se realizar oficinas nas escolas em todos os municípios onde o projeto foi desenvolvido, agregando a isso, a produção de livros paradidáticos e apostilas” (Oliveira *et al.* 2020).

Na Microbacia do Rio Sagrado em Morretes, Alcantara e Sampaio (2017) ao estudarem o turismo rural baseado no modelo de gestão do TBC o relacionam como estratégia de desenvolvimento territorial. Observamos durante as discussões promovidas, que é necessário que as políticas públicas de turismo rural surjam das demandas das populações locais. Outras dificuldades estão relacionadas não somente com as indefinições legais ou atribuições que não são transparentes das competências políticas, mas também, com a cultura política corrupta, conservadora e autoritária. Nesse sentido, para os autores o maior desafio está em pensar o desenvolvimento rural como forma de libertação social.

Sinalizamos até aqui que a geração de renda e trabalho é um dos desafios urgentes das pequenas localidades. Porém, quando Bastarz e Souza (2017) analisaram a repercussão do projeto das “Caminhadas na Natureza” em municípios do Vale do Ivaí, encontraram resultados que foram para além desse desafio. Eles levantaram que para as comunidades que participaram da pesquisa, o fator econômico não foi o objetivo primeiro desses grupos sociais. Os recursos financeiros provenientes do evento foram destinados a realização de melhorias como na estrutura da cozinha comunitária e a cobertura da quadra de esportes da comunidade, que segundo os pesquisadores era um desejo dos moradores. E, ainda, os benefícios desse retorno financeiro com a reforma da quadra de esportes, a exemplo, refletiu no que para a comunidade é o objetivo maior pois “[...] o lazer é algo valorizado pelos moradores do bairro, pois, é nos

momentos de lazer que os membros das comunidades se encontram, estreitam e reforçam seus laços sociais.” (Bastarz; Souza, 2017, p. 1902). Além disso, investir no lazer, para os comunitários é uma forma de manter os jovens na localidade.

Portanto, quando questionados sobre qual o objetivo da comunidade na participação do projeto, para os pesquisadores, ficou claro que para eles, estreitar os laços sociais e criar vínculos era uma motivação significativa. Isso fica evidente, pois:

[...] a visão do agricultor expressa um contentamento com a união e cooperação entre os membros da comunidade para a realização da caminhada. Para ele, a caminhada serve como um objetivo comum que, além de gerar renda complementar, proporciona momentos em que os laços sociais são fortalecidos. Os agricultores entrevistados também relataram que no cotidiano os agricultores quase não possuem convívio e que na época de planejar e executar a caminhada, todos precisam trabalhar em conjunto e retomar uma convivência que estava espaçada, avivando um sentimento comunitário e de pertencimento ao lugar e ao grupo social (Bastarz; Souza, 2017, p. 1899).

Ainda que a lógica de determinados grupos sociais não seja a lógica da acumulação capitalista, isso não significa dizer que as demandas econômicas não sejam fundamentais para a reprodução dos seus modos de vida. Por esse motivo, é papel do Estado fomentar a atividade turística em pequena escala para gerar dinamismo em áreas mais pobres. Porém, como abordamos anteriormente, o Estado associado a iniciativa privada estimula o turismo em áreas concentradas em centros maiores.

Calvente (2004) evidencia esse ponto ao realizar vasta pesquisa no Norte paranaense sobre o tema do turismo rural. Ao analisar o fomento da atividade nas mais diversas escalas a pesquisadora aponta que os pequenos e médios agricultores tem dificuldades em acessar linhas de crédito, quando delas tem conhecimento, pois, grande parte não é informado e sensibilizado sobre seus direitos. Ao visitar pessoalmente agências bancárias de Londrina para questionar sobre linhas de crédito, a pesquisadora foi informada de que cada agência tem posições diferentes sobre a liberação de crédito. Durante seu levantamento, Calvente (2004) não encontrou nenhuma agência que tivesse liberado recursos para pequenos e médios agricultores.

Segundo as percepções dos agentes do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) da época, o Paraná não é considerado um Estado turístico para os bancos, então, eles “[...] não terão interesse em financiamentos e, com relação ao turismo rural, a abertura de financiamentos só ocorrerá realmente quando o turismo rural provar ser um negócio viável, na perspectiva econômica, de um negócio que trará lucros” (Calvente, 2004, p. 33). Porém, como

nos provoca Santos (2008) a ordem que está imposta por uma racionalidade dominante não é superior e “A questão, para nós, seria descobrir e pôr em prática novas racionalidades, em outros níveis e regulações mais consentâneas com a ordem desejada, desejada pelos homens, lá onde eles vivem” (Santos, 2008, p. 154).

E, ao falarmos em ordem desejada pelos indivíduos onde vivem, pensamos em planejamento participativo. Ainda sobre o planejamento, como um dos temas mais debatidos, Soares *et al.* (2017) analisaram e compararam o desenvolvimento turístico envolvendo elementos da participação em três comunidades étnicas: Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum. Em Castrolanda os pesquisadores encararam um cenário de planejamento participativo sólido, essencialmente, em razão da existência de uma instituição bem organizada que é o Conselho de Turismo vinculado a Associação de Moradores. No distrito de Entre Rios também há o desafio de uma instituição que ordene as ações, realizado por meio de empresários locais que atuam de modo a não incomodar a comunidade local que, de modo geral, não se preocupa com a atividade, principalmente, pelo fato de não necessitar dela economicamente.

No caso de Witmarsum, em um primeiro momento o turismo se baseava, assim como em Castrolanda, em uma organização coletiva, a Associação Comunitária dos Moradores de Witmarsum (Awitur), que dava base para o planejamento participativo. Porém, com o crescimento da atividade, crescem os empreendimentos que vão caminhando sozinhos e a Awitur vai se desfazendo, até a sua desativação em 2010. Em outro trabalho, Soares *et al.* (2017) descreveram os desafios do planejamento participativo do turismo especificamente em Witmarsum e afirmam que “[...] o processo de sensibilização para o planejamento é lento e atravessado por outros interesses; neste sentido, quando essa reflexão se adiciona à necessidade da participação e da cooperação, percebe-se que podem haver ainda mais conflitos e morosidades.” (Soares *et al.*, 2017, p. 469).

No município de Lunardelli, Domingos; Oliveira e Colasante (2019) analisaram os desafios do planejamento do turismo religioso pensando na perspectiva do desenvolvimento local e regional. Identificando o alto fluxo de turistas religiosos que se deslocam para o município e, a infraestrutura ainda insuficiente para recebê-los, os pesquisadores afirmam que existe uma demanda urgente na participação da comunidade local no processo de planejar a atividade. Também identificam que a parceria com instituições envolvidas é indispensável para fortalecer esse processo. A demanda por pesquisas é outro ponto desafiador identificado. Os autores levantam que existem apenas registros informais no município. Estudos de demanda;

dos efeitos da atividade na economia; da qualidade dos empreendimentos e dos atrativos e outros, são citados para auxiliar no processo de planejamento.

Um dos temas também muito debatido, o da autogovernança, trouxe discussões que levantaram desafios a serem geridos. Clotilde Zai e Cicilian Luiza Löwen Sahr avaliaram a construção de sistemas de autogovernança e sua articulação entre a roteirização turística e o desenvolvimento territorial no roteiro “Verde Que te Quero Verde” no município de Campo Magro (2019) e no “Caminho do Vinho” no município de São José dos Pinhais (2021). Em Campo Magro os estudos avaliaram o processo de gestão do roteiro, a relação com o aglomerado urbano de Curitiba e as implicações geradas pelo turismo. Apesar das autoras identificarem que o turismo do roteiro está baseado em um forte sistema de autogovernança e que existem muitos efeitos positivos em detrimento desse sistema, ainda existem efeitos negativos a serem geridos. A imagem da identidade local foi fortalecida; houve a manutenção de famílias na região em razão do turismo; as atividades e produtos do campo foram valorizados e também houve geração de emprego, renda e diversificação econômica. Porém, mesmo com os efeitos positivos gerados pela proximidade com a aglomeração urbana de Curitiba, que trouxe fluxo de turistas e visitantes para o roteiro, esse mesmo fluxo trouxe efeitos negativos como o aumento da produção de lixo; a degradação dos recursos naturais; a degradação das estradas rurais e a especulação imobiliária.

Na Colônia Mergulhão, onde se localiza o “Caminho do Vinho”, as autoras analisaram o potencial natural e cultural, as transformações ocorridas no sistema produtivo local e a gestão do roteiro. As pesquisadoras coletaram informações nas entrevistas que evidenciaram os efeitos positivos da criação do roteiro como: a melhora na coleta de lixo; na iluminação pública; o calçamento do itinerário e a chegada do tratamento de esgoto. O ponto de fragilidade está exatamente na autogovernança. Para as autoras, apesar do “Caminho do Vinho” estar baseado em uma associação expressiva, ainda há uma grande dependência do poder público. A dependência de que as autoras se referem está na realização de eventos de maior porte. Em 2017 e 2018 a “Festa do Vinho” não ocorreu, pois, a parceria com a prefeitura não foi efetiva. Em substituição, a associação realizou a “Noite italiana” um jantar dançante de pequeno porte. O nível de interferência de agentes externos às comunidades para auxiliá-las no processo em direção a autonomia ainda é muito debatido. Sobre esse tema, o que se pode compreender é que o Estado

[...] não poderá abandonar suas funções de redistribuidor da riqueza; de compatibilizador dos objetivos visados pelos diferentes segmentos da sociedade, entre eles estimular a atividade turística; de mantenedor do equilíbrio entre o curto e o longo prazo – o que implica na harmonização dos objetivos sociais, econômicos e ecológicos; de estimulador do desenvolvimento local – tornando compatíveis entre si ações locais; de financiador de certos recursos raros – impossíveis de serem encontrados localmente. (Sampaio, 2004, p. 37).

A atuação do poder público foi inclusive fator propulsor da organização coletiva nos “Caminhos de Guajuvira” no distrito de Guajuvira em Araucária. Brambatti e Nitsche (2018), se debruçaram sobre essa pequena localidade para investigar o papel das associações e seu protagonismo na adoção de ações coletivas para gestão do turismo. A criação da associação local foi uma iniciativa do poder público. Os pesquisadores afirmam que lentamente o processo de autonomia da associação vai ganhando cada vez mais força, mas ainda é dependente do Estado. Para os autores, devemos ressaltar o papel do poder público como apoiador das ações em curso desde assuntos técnicos até suas obrigações fundamentais como os serviços básicos de saúde, educação, saneamento, instalação e manutenção do mobiliário urbano, manutenção de estradas, entre outros (Brambatti; Nitsche, 2018).

E é sobre essas demandas básicas que muitos pesquisadores versaram em seus estudos. Não foi tema incomum nos trabalhos o debate de ideias, que ocuparam mais ou menos espaço, sobre o cumprimento do papel fundamental do Estado. Muitos trabalhos, em algum momento, citaram a debilidade das ações do poder público em efetivar e/ou manter suas obrigações para a manutenção de necessidades básicas nos municípios estudados, estivessem eles próximos a aglomerações urbanas maiores como a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) ou no interior do Estado.

Também em termos temporais é possível identificar essa realidade. O primeiro artigo é do ano de 1999 e o último de 2021. Nesses últimos anos os pontos de argumentação sobre as ações, ou ausências do Estado, se não são os mesmos são muito similares. Amend *et al.* (2002) apontaram problemas com o saneamento básico na ilha de Superagui. Inevitável notar que saneamento básico é item indispensável à realização da vida em qualquer localidade que seja e, posteriormente, se há necessidade e/ou interesse em se trabalhar com o turismo é, também, fator fundamental. Quase 20 anos após, Neves e Phillipim (2020) ainda apontam debilidades como carência de infraestrutura básica e turística em Matinhos, por exemplo. Também é inevitável notar que se tratam de municípios no litoral do Estado, próximos de grandes aglomerações urbanas e receptoras de fluxos turísticos significativos. Nesse sentido, o que se pode esperar de

municípios que ficam fora dessas áreas de aglomeração e especialização do turismo? A realidade desses municípios é igualmente e/ou ainda mais difícil, como apontaram os trabalhos que levantamos na pesquisa, a exemplo de Domingos; Oliveira e Colasante (2019) no município de Lunardelli.

Esses desafios e, conseqüentemente a questão das cooperações entre municípios que poderiam auxiliar em alguns sentidos as dificuldades vividas pelos municípios, foram os mais debatidos nos resultados dos artigos que versaram sobre as regiões (geográficas e turísticas) e as rotas e roteiros. Como exemplo, podemos citar as situações de crise geradas pela pandemia de 2020. Os problemas acarretados pela pandemia evidenciaram problemas vivenciados anteriormente como a coesão insuficiente no segmento para elaborar e executar estratégias conjuntas (Scheuer; Anacleto; Xavier, 2021). Durante a pandemia, na região do litoral muitos agentes do setor privado agiram de forma isolada e não tiveram apoio para vencer as urgências que surgiram. Essa realidade não foi observada apenas no setor do turismo, mas em todos os setores da economia brasileira em que o poder público não cumpriu seu papel. A integração coletiva e o trabalho em rede se configuraram como uma das saídas, pois o trabalho em rede cria vínculos que resultam em cooperação “[...] com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena e promover pressão no sentido de se criarem políticas públicas estratégicas e relevantes para o desenvolvimento local” (Scheuer; Anacleto; Xavier, 2021, p. 313).

Não só foi debatida a integração entre empreendedores do turismo em uma região, mas também entre os próprios municípios. A região turística Corredores das Águas no Noroeste paranaense, que se desenvolveu com o processo de implementação de políticas públicas de turismo no Paraná, demanda melhorar a integração entre municípios (Feger; Veis, 2018). Além da integração entre municípios, é necessário construir uma integração entre municípios e Estado mais sólida, pois ainda existem dificuldades na implementação das ações necessárias como a desarticulação dos municípios para criarem produtos e serviços e a desmobilização na divulgação conjunta (Feger; Veis, 2018).

Os achados coletados dos trabalhos acadêmicos sobre essa demanda em relação a cooperação entre municípios para o turismo no Paraná, expressa uma realidade maior. O tema das cooperações intermunicipais é abordado em manuscritos acadêmicos, porém, ainda demanda de maiores debates, especialmente no Brasil (Endlich, 2017b). As cooperações (em todas as áreas, não apenas no turismo) são fundamentais no processo de repensar a gestão territorial em um cenário de esvaziamento das áreas não metropolitanas e insuficiência de

equipamentos e serviços locais. Nessas áreas, essas cooperações são relevantes, pois, a demanda é cada vez menor por equipamentos e serviços, além de que são necessários recursos por parte dessas localidades para atender suas demandas e, cresce a responsabilidade atribuída aos municípios principalmente no Brasil (Endlich, 2017b).

Endlich (2017b) ao empreender estudos sobre as cooperações intermunicipais, observa que a cooperação é fundamental como habilidade e experiência em uma sociedade que o capitalismo traz o desequilíbrio entre competição e cooperação. A pesquisadora defende uma política territorial cooperativa que é capaz de unir esforços para resolver dificuldades existentes, otimizar os recursos e estimular uma política de ação coletiva ao invés de uma individualista. Para ela, especialmente os municípios polarizados por pequenas cidades que possuem características comuns, precisam cooperar e não competir. A adoção de uma política territorial cooperativa pode viabilizar a vida e trazer qualidade a ela, especialmente, em localidades com queda demográfica.

Tanto o Brasil, quanto em outros países os municípios que estabelecem cooperações formais, as pautas são o enfrentamento de desafios ligados a serviços básicos de manutenção da vida local (Endlich, 2017b). No contexto brasileiro, a grande maioria dos municípios pertence a consórcios de saúde. Das 12 finalidades que aparecem na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) as mais expressivas são as da saúde, desenvolvimento urbano, manejo de resíduos sólidos e outras relacionadas ao meio ambiente (Endlich, 2017b). O que chama a atenção nos achados de sua pesquisa é que o turismo aparece como finalidade de estabelecimentos de cooperação. Isso ocorre, tanto em países do exterior quanto no Brasil, mas com um peso muito menor em relação aos serviços básicos como saúde, educação, saneamento básico, transportes, entre outros. Nesse sentido, observando a demanda relatada pelos trabalhos acadêmicos e pelos estudos promovidos sobre as cooperações intermunicipais, refletimos sobre a relevância de debatermos esse tema com maior volume e profundidade nas mais diversas esferas, inclusive na acadêmica.

Levando essas reflexões em conta, evocamos aqui então, as discussões a respeito das pequenas localidades como um conjunto sistêmico. Quando as ações são desordenadas e fragmentadas acabam por infartar esses territórios (Tetamanti, 2009). Dizemos isso porque, Silveira e Lacay (2013) identificaram que na região turística Rota do Pinhão não houve atendimento por parte do Estado das demandas locais. A cooperação entre agentes públicos, as famílias agricultoras e empreendedores da região não foi incentivada e efetivada por parte desses agentes. Os pesquisadores em seus resultados levantaram que a visão dos agentes limitou

a integração regional. Esse fator compartimentou processos e dificultou uma visão sistêmica (Silveira; Lacay, 2013).

As ações do Estado (e inclusive suas ausências) acabam por determinar a produção do espaço em um movimento, que muitas vezes, acentua as contradições existentes. Nesse sentido, a busca por soluções coletivas é uma das formas de vencer as debilidades do Estado e, inclusive cobrar sua atuação efetiva e cumprimento de suas obrigações, essencialmente, nas localidades que mais demandam de sua ação.

Observamos, inúmeros desafios que se impõem as pequenas localidades quando adotam o turismo como uma das formas de enfrentar as debilidades locais. Nesse contexto identificamos desafios (Figura 2) que vão desde a necessidade em ampliar parcerias, a pouca interação entre turistas e comunidade local, a necessidade em ampliar as cooperações entre localidades e comunidades até o combate à corrupção.

Figura 2 - Paraná. Desafios enfrentados no turismo pelas pequenas localidades segundo os artigos científicos levantados, 2021.



Fonte: Autoral.

Como último exercício dessa sessão, selecionamos os textos das considerações finais dos artigos e inserimos esses textos no *software Wordclouds*. Esse *software* forma uma “nuvem” das palavras (Figura 3), em que o tamanho delas é proporcionalmente ligado a quantidade de vezes que foram citadas, portanto, as palavras mais citadas são as maiores na “nuvem”. Ao final, encontramos a imagem que segue:

palavras foram citadas. Segundo a lista do *software*, as palavras mais citadas em ordem decrescente foram: turismo; atividade; local; desenvolvimento; comunidade; resultados; região; visitantes; rural; municípios; vida; gestão; cultural; ambiental e outros.

Após organizar e analisar os dados anteriores identificamos que as palavras repetem ideias que orbitam, em noções sobre a escala local e seu desenvolvimento. Palavras como: comunidade; visitantes; ambiental; cultural; relação e atores, nos chamam a atenção para o encontro das comunidades locais com os visitantes que promovem o conhecimento e valorização dos seus atrativos ambientais e culturais. Também aparecem palavras como: planejamento; gestão; políticas e espaço, que relacionadas nos remetem aos trabalhos que trataram do planejamento da atividade em escala local e sua relação com as demais escalas para vencer seus desafios.

As palavras “problemas” e “infraestrutura” nos remetem as dificuldades, principalmente, ligadas aos aspectos materiais. Uma das palavras nos chama mais a atenção que é “falta”. Após o levantamento e análise dos trabalhos a palavra nos remete ao que é marcado em grande parte das pequenas localidades: a falta. Nessas localidades, a falta ou escassez de serviços básicos; políticas públicas que atendam suas demandas, se faz sentir. Ainda, uma última palavra nos chama a atenção em mesmo peso que é: “vida”. Embora essas localidades por muitas vezes não sejam ouvidas, a vida nelas ainda ocorre como resistência. E, é urgente pensar na qualidade de vida dessas populações e de seu protagonismo. Quando Garnier (2020) reflete sobre o peso do local sobre o global e questiona se é nesses locais em que se iniciará a resistência de uma ofensiva ao capital na escala nacional e internacional, aponta que para que uma comunidade política revolucionária possa emergir é necessário considerar a auto-organização na escala municipal para emancipar os bens comunitários dos interesses privados.

Nesse caminho percorrido observamos, então, que ações coletivas tiveram grande relevância nas produções acadêmicas. Na medida que íamos pinçando dos artigos as intenções de análises dos autores fomos identificando que parte deles tratava de ações coletivas relacionadas ao turismo (cooperação entre municípios; ações coletivas em uma rota/roteiro; cooperativas de turismo; comunidades locais que se mobilizaram para gerir o turismo; entre outros). Dentre os 132 artigos, 38 deles abordaram comunidades locais e 11 deles abordaram outras ações coletivas. Somando as duas categorias temos 49 trabalhos no total que trataram de atores mobilizados coletivamente para pensar e praticar o turismo em suas localidades. Os demais 83 trabalhos abordaram estudos regionais do turismo e, os mais variados objetos de

estudo localizados nos municípios levantados. Consideramos que os trabalhos que giraram entorno das ações coletivas foram significativos, pois, representaram mais de um terço de todas as publicações levantadas. Entre as ações coletivas, chama ainda mais atenção, o quantitativo de estudos que abordaram as comunidades locais. As pequenas localidades, possuem grupos sociais que buscam se relacionar com o turismo como mais uma forma de vencer desafios, que, contudo, traz novas dificuldades, em um movimento dialético.

Como identificamos nos levantamentos, o Turismo de Base Comunitária aparece nos debates em pequenas localidades, em consequência de ser um modelo de gestão criado e adotado por comunidades locais. Embora seja um modelo que se propõem diferenciado do modelo de gestão convencional do turismo ele também apresenta desafios e entraves a serem enfrentados, como esperado em processos sociais contraditórios. Porém, o TBC tem se mostrado um modelo de gestão que tem maior capacidade de inclusão social e gerido pelos locais apresenta características que buscam alternativas ao modelo econômico hegemônico excludente. Alves (2018) em seu estudo sobre turismo e municípios de pequeno porte demográfico, aponta que o turismo planejado e gerido de forma participativa apresenta melhores resultados nessas localidades. Pensando nesse contexto, nossa contribuição no próximo item deste trabalho é avançar no entendimento do que vem a ser o TBC, especialmente no Estado do Paraná, para que na sequência possamos refletir sobre sua capacidade em contribuir para o desenvolvimento social de pequenas localidades.

2.3 O TBC na literatura: Uma contribuição paranaense para pensar seus elementos-chave

Para compreender o TBC, citado como ferramenta capaz de auxiliar as comunidades locais a enfrentar seus desafios econômicos, ambientais e socioculturais, partindo da literatura paranaense, trazemos para reflexão, neste momento, os elementos-chave do modelo mais comumente abordados, que são entendidos como base para formar o que vem a ser o Turismo de Base Comunitária. Desta forma, traremos a produção científica produzida no Estado do Paraná para o centro do debate. O objetivo desse esforço é compreender como os pesquisadores locais têm analisado o modelo de gestão e promover reflexões a partir deste ponto, procurando contribuir com o avanço da ideia de TBC. Partindo deste contexto, apresentaremos as características gerais da produção no Estado sobre o tema ao longo dos anos. Para tanto, procedemos com revisão da literatura buscando teses, dissertações e artigos em língua

portuguesa que tivessem os termos *turismo comunitário*; *turismo de base comunitária* e *Paraná* no título, resumo e/ou nas palavras-chave. Os trabalhos de pós-graduação foram coletados no “Catálogo de Teses e Dissertações” da Capes e nos repositórios dos Programas de Pós-Graduação listados no primeiro capítulo deste trabalho (Apêndice A). Os artigos levantados foram materiais completos, em língua portuguesa e publicados em periódicos indexados nas bases de dados científicas (excluídos aqueles apresentados em eventos). As bases de dados pesquisadas para os artigos foram o *Google acadêmico*, *Scielo*, Portal de periódicos da Capes, Observatório de Turismo do Paraná e Publicações de Turismo.

As informações coletadas dos materiais foram: autores, revista/programa de publicação, ano de publicação/defesa, título, palavras-chave, fundamentação teórica a respeito do TBC, objetivos, objeto de pesquisa, município de localização do objeto e resultados. Sobre o objeto de pesquisa, cabe detalhar que decidimos levantar quais comunidades os pesquisadores abordaram em seus estudos para compreender a diversidade de grupos sociais dos quais os trabalhos se aproximaram. É relevante identificar a quem a palavra “comunitária” se refere no Paraná, de modo a contribuir para a compreensão de suas características gerais, que servem de base para o avanço do modelo, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista científico, nas esferas públicas e privadas.

Do total de 30 trabalhos identificados, 20 artigos foram publicados entre os anos de 2007 a 2023; nove dissertações, entre os anos de 2008 a 2015 e uma tese do ano de 2013. Sobre os artigos, 16 diferentes autores participaram das produções. O pesquisador que mais possui publicações (como primeiro autor e segundo autor), foi o Professor Carlos Alberto Cioce Sampaio, que desenvolveu relevantes pesquisas na área do TBC e, conseqüentemente, contribuiu de maneira singular para os debates no Paraná e em toda América Latina. Em ordem alfabética, citamos na sequência o nome dos pesquisadores que apareceram em duas publicações: Dirson Teixeira Junior, Flávia K. Alves, Gabriela Zamignan, Isabel Jurema Grimm, Letícia Bartoszeck Nitsche, Leandro Baptista, Patrícia Betti e Talita C. Zechner. Os demais autores, tiveram um artigo publicado sobre o tema. A grande diversidade de autores apresentada demonstra que o TBC aparece como um tema que perpassa linhas de pesquisa de outras temáticas e, não se apresenta, necessariamente como uma preocupação central dos trabalhos.

Os periódicos que mais tiveram artigos publicados foram: Caderno Virtual de Turismo (quatro artigos); Revista Brasileira de Ecoturismo (três artigos); Revista Turismo e Sociedade (dois artigos) e Cultur (dois artigos). Os demais artigos foram publicados em revistas diversas

e, apenas quatro delas não eram da área do turismo, mas de áreas afins. O maior número de publicações terem sido realizadas no Caderno Virtual de Turismo ocorreu em razão do escopo da revista ser dirigido ao TBC e o desenvolvimento social. A Revista Brasileira de Ecoturismo aparece na sequência por possuir foco no Ecoturismo, área alinhada ao TBC. Sobre a revista Cultur o número de publicações no periódico vai ao encontro com o escopo sobre Cultura, Lazer e Turismo em que a área da cultura, assim como do ecoturismo, está intimamente relacionada ao modelo. Por fim, a revista Turismo e Sociedade possui publicações tanto pelo escopo estar focado nos debates sobre a relação entre turismo e sociedade quanto pelo fato de ser uma revista do Departamento de Turismo da UFPR, que propicia maior relação com trabalhos realizados no Estado do Paraná.

Alguns dos artigos publicados foram, inclusive, resultado das dissertações produzidas. Entre os orientadores dos trabalhos de pós-graduação, os pesquisadores que orientaram mais de um trabalho foram Carlos Alberto Cioce Sampaio, com três orientações de dissertação e uma coorientação e Letícia Bartoszeck Nitsche que orientou duas dissertações. As dissertações e tese produzidas sobre TBC no Paraná foram identificadas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR); em Administração da Universidade Regional de Blumenau (FURB); em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR e Desenvolvimento Regional da FURB; em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e em Turismo da UFPR.

Dentre os aspectos identificados nos trabalhos abordaremos na sequência a fundamentação construída que norteou as pesquisas sobre o entendimento do que vem a ser o TBC. Para melhor compreensão deste item dos trabalhos, organizamos as principais ideias dos pesquisadores e pinçamos dos materiais os autores mais utilizados e, as palavras e expressões (por meio de planilhamento no *Excel*) que consideramos chave nos debates teóricos promovidos sobre o modelo de gestão (Quadro 2). Nesse sentido, pudemos visualizar com maior clareza quais elementos-chave do TBC os autores paranaenses citaram e elaboraram com maior frequência e profundidade. Ao pinçarmos as expressões/palavras-chave das fundamentações teóricas fomos abrindo categorias que as acolhessem.

Quadro 2 - Paraná. Expressões e palavras-chave extraídas das fundamentações teóricas das publicações científicas sobre TBC, 2021.

Categoria	Expressões/palavras-chave
Sociais	<p>Diminuir efeitos negativos do turismo convencional Localidade para as pessoas e depois para os turistas Protagonismo local Inclusão social Mudança social Justiça social Melhora da qualidade de vida Aumento da autoestima Relações humanizadas Solidariedade Empoderamento Hospitalidade Sistema para excluídos (saúde, habitação, educação voltada para a consciência do consumo) Inovação social Emancipação política Bem-estar da comunidade em primeiro plano Estreitamento de laços comunitários Não se quer ser o turista, mas sim valoriza sua cultura por conhecer a cultura do outro Lutas sociais pela terra Criatividade e inovação Equidade Núcleos familiares tradicionais Agricultores familiares Estratégia de comunicação social Não é um novo modelo de negócio, mas de aprender a viver</p>
Economia	<p>Arranjos socioprodutivos Desenvolvimento (Local, territorial, endógeno, regional) Economia solidária Ecosocioeconomia Renda/lucro ficam na comunidade Planejamento/gestão Comunidade articula e constrói a cadeia produtiva Associação Cooperação Planejamento descentralizado Diversificação da economia Microempreendimentos Articulação pública, privada, terceiro setor e outros envolvidos na cadeia produtiva Ferramenta de redução da pobreza (objetivos da OD's) Comunidade tradicionais ou com vulnerabilidade econômica Venda direta ao consumidor Empresas de pequeno porte</p>

Cultura	Modos de vida Modos de vida tradicionais Patrimônio alimentar Patrimônio comunitário Patrimônio cultural Interação turista e comunidade Convivencialidade Diversidade de modos de vida Consolida a educação dos costumes e saberes locais
Meio ambiente	Sustentabilidade Patrimônio ambiental O TBC se expressa no território Campo Cidade

Organização: Autoral.

Com a criação das categorias, identificamos que, durante a promoção dos debates teóricos as ideias centrais a respeito do TBC giraram em torno dos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Com relação aos aspectos sociais observamos que o TBC é compreendido como modelo que preconiza a autogestão por parte da comunidade local, sendo vetor de emancipação política e defesa dos territórios de diferentes grupos sociais. Os resultados desse movimento podem ser a coesão comunitária que por meio da inclusão busca justiça e mudança social. Com relação ao aspecto econômico podemos compreender que o modelo se baseia em uma economia alternativa à hegemônica vigente, pautada nos arranjos produtivos locais e que está baseado em um planejamento e gestão participativa trazendo e mantendo os resultados econômicos na comunidade. Ao que diz respeito a cultura e ao meio ambiente os pesquisadores compreendem o TBC como ferramenta de proteção e valorização dos patrimônios natural e cultural das comunidades, expressos em seus territórios, baseada em uma relação de solidariedade com os turistas.

Ao trazerem esses aspectos para o debate teórico os autores paranaenses se basearam na literatura já consolidada a respeito do modelo de gestão. Dentre os autores e obras mais citados estão Carlos Alberto Cioce Sampaio, Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, Carlos Maldonado, Marta de Azevedo Irving, Davis Gruber Sansolo, Ivan Bursztyn e Hassan Zaoual. Quando organizamos as ideias dos debates promovidos, identificamos que o TBC possui para a academia do Estado, de maneira geral, uma convergência de determinados elementos-chave que encontram eco na literatura nacional. Com base nos autores mais citados e, em suas obras

para fundamentar a ideia de TBC, traçamos esse panorama que se encontra na literatura geral que iremos apresentar e debater na sequência.

O trabalho citado com maior volume nas produções foi o livro de Carlos Alberto Cioce Sampaio “Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário” (2005). Os fatores que impulsionam a utilização de seus materiais teóricos como base para as demais produções são suas obras como marcos do TBC no país e sua vasta produção teórica e prática que reverberou entre seus orientandos e demais pesquisadores em escala estadual e nacional. Porém, de fato, o ponto central dessa obra é o que move os pesquisadores a citarem o livro em suas produções. Sampaio (2005) promove reflexões afirmando que o turismo não esteve relacionado com a perspectiva econômica utilitarista desde sua gênese. Para o autor, a hospitalidade é uma característica humana que ao longo do percurso histórico foi apropriada pela lógica de mercado e, portanto, repensar essa lógica se faz necessário.

É neste ponto que ancoramos um dos elementos-chave do TBC, um modelo de gestão que não trata de um novo modo de fazer negócios, mas sim de um modelo que está baseado no fator humano como característica primeira. Isso porque, o TBC nasce de demandas de grupos sociais na escala local, que sofrem com os efeitos negativos da economia utilitarista e se opõem a esse modelo defendendo seus modos de vida e produção (Maldonado, 2009). A ideia do TBC, assim, está baseada no fator humano e se assenta na concepção de uma economia baseada na escala humana.

Essa economia com base na escala humana se conecta com as pessoas e não com as coisas (Max-Neef, 1993). Uma das críticas da economia clássica é observar a sociedade por meio de números, indicadores, fazendo abstrações das necessidades humanas olhando para dados e não para as demandas reais dos indivíduos. Nesse sentido, a economia se desconecta da vida, do local onde ela acontece e de seus atores. O desenvolvimento na escala humana é sobre olhar para pessoas e não para coisas, é sobre pensar em respostas com base nas necessidades reais dos indivíduos partindo deles também as sugestões e ações para a resolução de seus problemas.

Portanto, números e indicadores como o PIB, a exemplo, nem sempre refletem a realidade e, mais, podem ainda falseá-la. Max-Neef (1993) desenvolve, pensando nessa perspectiva, a ideia de “limiar”, em que a partir de certo ponto de desenvolvimento da economia vigente, a qualidade de vida das pessoas passa a piorar. A melhora de indicadores como o PIB, para Max-Neef (1993), é uma involução na medida que a qualidade de vida das pessoas tende

a entrar em queda enquanto o indicador cresce. Compreendemos, nesse sentido, que a melhora do desempenho da economia, no modelo atual, não significa diretamente que a qualidade de vida também está em ascensão. É preciso olhar para os indicadores com máxima cautela e somar a eles outras abordagens para compreender a vida das pessoas. Mais que isso, é preciso repensar o modelo econômico.

Há muitos tipos de pobreza e ela não está relacionada apenas ao dinheiro, mas as necessidades dos indivíduos que vão além das demandas financeiras. Assim, as pessoas podem ser pobres de ócio, criatividade, saúde, tranquilidade, autonomia, e etc., e essas pobreza geram patologias, geram sociedades doentes (Max-Neef, 1993). Neste sentido, existem necessidades fundamentais dos indivíduos que não são compreendidos como consumidores, mas pessoas simples e, que tem suas demandas ligadas as necessidades que vão muito além das relações de consumo.

Entendendo que um dos elementos-chave do TBC, como modelo de gestão do turismo, é se basear em um desenvolvimento na escala humana, as comunidades que dele lançam mão assentam a forma de gerir o turismo em economias alternativas que não possuam o lucro como objetivo principal e sim autonomia e qualidade de vida. Dessa forma, o TBC é promovido nas comunidades onde ocorre em modelos que vão na contramão da lógica da economia capitalista. Não por acaso, a economia solidária, social, popular, ecossocioeconomia, economia *donut*¹⁴, entre outras, têm crescido ao redor do mundo e sido adotadas por comunidades locais com o objetivo de buscar novas formas de produzir, distribuir e consumir que tenham o fator humano como objetivo principal.

Os pesquisadores paranaenses, debateram a relevância do modelo de gestão no desenvolvimento das localidades onde ocorre, por meio de uma economia alternativa. Ao se fundamentar em economias plurais (Zaoual, 2009) o TBC deve ser planejado e gerido por meio da autogestão. Nesse sentido, deve se colocar de maneira colaborativa como ferramenta de combate à pobreza e contribuir para o desenvolvimento na escala local, valorizar, fortalecer e complementar os arranjos socioprodutivos locais, buscando a diversificação econômica por

¹⁴ O modelo de economia *donut* promove uma crítica aos modelos dominantes centrados na perspectiva do “homem econômico racional”. Para Raworth (2019) a economia *donut* coloca no centro das preocupações da sociedade as necessidades essenciais da vida humana (alimentação, saúde, habitação, renda e trabalho, voz política, justiça e paz, entre outros.) em que elas são buscadas coletivamente garantindo que ninguém fique sem atendimento. Essas demandas são alcançadas de maneira que não se ultrapasse o “teto ecológico” do planeta (alterações climáticas, perda da biodiversidade, poluição atmosférica, entre outros) (Raworth, 2019).

meio de microempreendimentos, manter renda e lucros na localidade e favorecer a inclusão social.

A autogestão é fator fundamental para o desenvolvimento da comunidade de forma autônoma. Gerir coletivamente e colaborativamente o turismo, em que o modo de vida e produção da comunidade é o atrativo principal, deve fazer emergir nela o sentimento de autoestima. Porém, para que a autogestão seja possível, é necessário que a comunidade possua condições mínimas para que possa buscar sua autonomia.

Ao falarmos de autonomia, fundamentamos este trabalho em uma perspectiva em que o apoio mútuo, a cooperação e a solidariedade são o caminho para alcançá-la nas comunidades locais, em contraposição à competição, ao individualismo e a meritocracia imposta pelo sistema capitalista. O apoio mútuo combinado ao respeito à liberdade individual é o motor da evolução humana e é fator de renovação da sociedade. Um dos caminhos para o desenvolvimento e o bem-estar social reside no fortalecimento de elementos culturais e morais como confiança, reciprocidade, cooperação e solidariedade (Kropotkin, 2009).

[...] nem os poderes esmagadores do Estado centralizado, nem os ensinamentos de ódio e de luta impiedosa, disfarçados de atributos de ciência, vindos de filósofos e sociólogos serviçais, conseguiram eliminar o sentimento de solidariedade profundamente enraizado no coração e na mente dos seres humanos, já que ele foi alimentado por toda a evolução precedente. O resultado da evolução, desde seus estágios mais primitivos, não pode ser superado por um dos aspectos dessa mesma evolução. E a necessidade de ajuda e apoio mútuos, que nos últimos tempos se refugiou no estreito círculo da família, de vizinhos de favelas, da aldeia ou da associação secreta de trabalhadores, reafirma-se novamente, mesmo em nossa sociedade moderna, e reclama seu direito de ser, como sempre foi, o principal motor do progresso (Kropotkin, 2009, p. 225).

A soma do apoio mútuo e da autonomia individual cumprem papéis centrais na evolução humana. A solidariedade, entendida como um sentimento moral, está na força que cada indivíduo conquista com a ajuda mútua, na ideia de que sua felicidade depende da felicidade geral e do senso de justiça, que leva o indivíduo a entender que todos tem direitos como os seus (Kropotkin, 2009). A participação social nos assuntos públicos; na economia e na concepção de sociedade são cruciais para o bem-estar coletivo. É preciso partir dessa perspectiva de compreender o “[...] mundo sem medo da diversidade e da multiplicidade” (Endlich, 2006, p. 294).

Nesse sentido, trazemos o debate de Tzul Tzul (2019) que esclarece de forma teórico-prática, como as comunidades exercem seu papel político em busca do direito a autonomia, de maneira a se autogerir. Ao debater o tema da autonomia comunitária na Guatemala, com os governos comunais indígenas¹⁵, Tzul Tzul (2019) esclarece que ao falarmos do tema é necessário pensar em alguns elementos-chave. A pesquisadora afirma que essas chaves impedem a totalização do Estado e do capital nos territórios indígenas que estão constantemente sob agressão.

Os governos comunais vão construindo a autonomia local por meio desses elementos-chave, que se expressam na capacidade que eles tiveram para fazer a gestão da água, da terra, das festividades, das estradas e reconstruir a vida depois da Guerra na Guatemala (1960-1996). A reconstrução da vida e a gestão de seus territórios está baseada na deliberação sobre o bem comum e, no centro comunal está a construção de tomadas de decisão políticas onde o sujeito na verdade é uma rede de sujeitos e não um indivíduo em si (Tzul Tzul, 2019).

Para Tzul Tzul (2019) os elementos-chave para a possível construção de uma autonomia comunitária são o trabalho, a terra e a justiça que funcionam superpostos e articulados entre si. O trabalho comunal é a instituição que sustenta a autonomia e a vida comunal é entendida como toda a energia demandada pela comunidade para produzir e proteger seus bens (água, manutenção das estradas, florestas, festividades e outros). Para a autora, esse trabalho é organizado de maneira complexa e, esse sistema de organização e decisão dá origem a um sistema de autoridades indígenas que presta contas sobre as decisões dos recursos em que “[...] a estrutura de autoridade comunal indígena é a representação do trabalho comunitário e da autonomia material e simbólica das comunidades” (Tzul Tzul, 2019, p.107, tradução nossa)¹⁶.

A segunda chave é a terra comunal que habita a política compreendida como a capacidade de produzir o governo político. É por meio da construção de um governo autogerido que se caminha pela busca da defesa do território indígena (Tzul Tzul, 2019). A pesquisadora explica que existe uma capacidade de produzir governo político e que tais governos comunais indígenas estão espalhados por todo o país, e são eles que evitam a totalização do Estado e do

¹⁵ “En este texto comprendo y nombro como gobierno comunal indígena a las instituciones historicas comunales que promueven la defensa, la recuperacion y el control de las tierras comunales que comparten mujeres, hombres, niños y niñas; a la forma de las relaciones sociales que recrean instancias para la producción de la decisión de manera asamblearia y al trabajo comunal que es la energía social que dinamiza y produce ejercicio de autogobierno político y control de tierras comunales. De tal forma, uso el termino gobierno comunal indígena para aludir a la autonomía indígena”. (Tzul Tzul, 2019, p. 102).

¹⁶ “[...] la estructura de autoridad comunal indígena es la representación del trabajo comunal y la autonomía material y simbólica de las comunidades” (Tzul Tzul, 2019, p. 107).

capital. Dessa forma, a organização em trama dos governos comunais, como se fossem arquipélagos, gerem coletivamente a vida e, assim, “[...] partilham e produzem as fontes de água, cuidam das florestas, reparam as estradas, vigiam atentamente os seus limites de terra. Em outras palavras, não vivem como um conjunto de pequenos proprietários individuais” (Tzul Tzul, 2019, p. 108, tradução nossa)¹⁷.

A terceira e última chave é a justiça. A luta pela participação nos espaços de tomada de decisão e poder, por meio dos processos democráticos é um direito e deve ser assegurado na medida que “[...] as leis são um dos mecanismos mais efetivos para organizar o poder, hierarquizar os habitantes, estabelecer diferenças na sociedade ou possibilitar igualdade, devem ser discutidas pelos poderes realmente existentes” (Tzul Tzul, 2019, p. 110, tradução nossa)¹⁸. Pensar a justiça é pensar a luta das comunidades sobre a defesa, a recuperação de territórios, o respeito a consulta comunitária, o debate sobre modelos de produção e consumo, soberania alimentar, regulação e equilíbrio da vida e a luta a respeito da violência contra as mulheres (Tzul Tzul, 2019).

Nesse sentido, a defesa dos territórios comunitários tem íntima relação com o TBC. Abordando o turismo por meio de uma economia baseada no fator humano, na autogestão e, portanto, baseada na busca pela autonomia da comunidade, o modelo é uma ferramenta capaz de auxiliar na luta, instituição e manutenção dos territórios. É importante destacar que o TBC deve estar apoiado em outras práticas, uma vez que sozinho não tem essa capacidade. Extrapolando a ideia para os demais grupos sociais comunitários, que não só os povos indígenas e guatemaltecos, como no caso apresentado pela autora, pensar a autonomia das comunidades locais é pensar nos seus modos de vida e produção, na defesa dos mesmos e, se adotado, o TBC pode de muitas formas contribuir para esse contexto.

O TBC, também tem como premissa, o território das comunidades, onde a vida acontece, uma vez que o trabalho, a terra e as lutas políticas fazem parte da formação histórica dos modos de vida e produção que circunscrevem seus territórios. Compreendemos, que o espaço geográfico, enquanto instância social e não mera superfície (Santos, 2006), não pode ser pensado de maneira estática e fechada, mas sim como dimensão da pluralidade e multiplicidade

¹⁷ “[...] comparten y producen las fuentes de agua, cuidan los bosques, reparan los caminos, guardan celosamente sus mojones de tierras. Es decir, no viven como una suma de pequeños propietarios individuales” (Tzul Tzul, 2019, p. 108).

¹⁸ *Primero, consideremos que el debate por la ley no es un asunto puramente burocrático o legislativo. Las leyes, en tanto representan uno de los mecanismos más efectivos para organizar el poder, jerarquizar a los habitantes, establecer diferenciaciones en la sociedad o posibilitar la igualdad, han de ser discutidas por los poderes realmente existentes* (Tzul Tzul, 2019, p. 110).

(Massey, 2008). Desta maneira, o território como categoria de análise desse espaço historicizado, é também “território abrigo” (Santos, 2005) e, refletimos que é nele onde a autonomia comunitária é gestada e faz frente a tentativa de homogeneização do capital, uma vez que

[...] assim como antes tudo não era, digamos assim, território “estatizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes (Santos, 2005, p. 255, grifos do autor).

O território das comunidades, assim, se impõe, a exemplo das comunas indígenas na Guatemala (Tzul Tzul, 2019), frente a totalização do Estado e do capital e abriga a pluralidade de modos de vida e produção, mesmo que haja tentativas de supressão. É nesse sentido que compreendemos o espaço geográfico como dinâmico e diverso (Massey, 2008), uma vez que existem diferentes visões de mundo ocupando o espaço-tempo de maneiras múltiplas. O TBC é entendido, como uma ferramenta que auxilia na defesa dos territórios das mais diversas comunidades, cada qual em seu espaço-tempo. Entendemos, nesse sentido, o território como um dos elementos-chave do TBC na medida que ele ocorre na circunscrição das relações sociais históricas das comunidades e, pode ser utilizado por elas em sua defesa.

Foi justamente a defesa dos territórios e a luta contra a pobreza que se concretizaram como ações que deram origem ao TBC. Por esse motivo, os pesquisadores paranaenses utilizaram os debates de Coriolano (2006) e Maldonado (2009), para pontuar como o modelo foi e é apropriado pelas comunidades locais nesse embate em que “[...] O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado (Santos, 2005, p. 259). É desse território que estamos partindo quando falamos do TBC, do território solidário, onde a autonomia é construída de maneira colaborativa na luta por justiça, equidade e respeito à diversidade, a cultura local e seus recursos naturais, são formas de resistência ao sistema econômico atual (Santos, 2001).

Citada pelos pesquisadores paranaenses, Coriolano (2006) esclarece que embora as áreas periféricas possuam atrativos de ordem natural e cultural com grande potencial para o turismo, elas ainda assim, enfrentam acentuadas dificuldades econômicas e sociais. São esses

grupos sociais, das áreas periféricas, que desenvolvem o TBC com o objetivo de promover o trabalho coletivo, que pode ocorrer por meio de associações/cooperativas, entre outras formas coletivas. O turismo passa a ser uma alternativa econômica, sem que se eliminem as atividades tradicionais e que, mesmo buscando o lucro, este não é o objetivo final da comunidade, mas sim a melhora do bem-estar e o fortalecimento dos seus modos de vida e produção (Coriolano, 2006). Pensando na seletividade espacial da economia hegemônica, quando falamos de periferia estamos falando de territórios opacos, pouco ou não atrativos para o mercado e o capital (Santos, 2006). Quando, falamos de periferia nos referimos a acessibilidade que torna possível ou limita o acesso dos indivíduos a determinados bens e serviços (Santos, 2006). Nesse sentido, tanto no campo quanto nas cidades as áreas periféricas são áreas de exclusão. Mesmo quando são atrativas para o capital, ainda assim, são áreas de exclusão, pois, o desenvolvimento se faz nos moldes da economia racionalista hegemônica e, não por via de um desenvolvimento pensado à escala humana.

São nessas áreas, onde a pobreza encontra-se mais acentuada, nas periferias, que ocorrem as resistências. O TBC, ao ser um modelo de gestão baseado em uma economia humana, busca criar saídas para processos de supressão. O modelo entra na pauta como uma forma de mudar o cenário de degradação e segregação servindo como ferramenta ao responder desafios como a geração de renda e emprego, dentre outros problemas locais que interferem diretamente na sociabilidade desses indivíduos. A necessidade de combater a pobreza e fortalecer o patrimônio comunitário (natural e cultural) observou nesse modelo uma forma de desenvolvimento diferente do modelo vigente. Dessa forma, o TBC tem a capacidade de alterar as condições socioeconômicas, sendo também uma forma de evolução cultural autônoma, além de implicar em relações de poder pautadas pela igualdade e pelo trabalho cooperativo onde ocorre (Giampiccoli; Kalis, 2012).

Em se tratando de áreas periféricas, o maior volume de pesquisas sobre iniciativas de TBC está concentrado no Sul Global (Conti; Spinola; Saldanha, 2021). Nesses países em desenvolvimento, o modelo possui uma tendência em estabelecer-se no campo e não na cidade (Giampiccoli; Kalis, 2012). Isso explica o grande volume de citações, nos artigos paranaenses, sobre o trabalho de Sansolo e Bursztyn (2009) que trata da potencialidade do campo brasileiro em relação ao TBC, em que o mesmo se caracteriza por uma nova funcionalidade no campo. Para os autores, no Brasil e na América Latina, a perda da qualidade de vida nas cidades, por diversos motivos, dentre eles o êxodo rural, demanda alternativas para a manutenção das populações nessas áreas.

É necessário, porém, reforçar que o TBC não ocorre apenas no campo, em ambientes com áreas naturais mais preservadas, como no ecoturismo de base comunitária, ou com características mais agrícolas como no turismo rural comunitário, mas ocorre também nas cidades. Podemos citar aqui, como exemplo, o TBC que acontece nas favelas de São Paulo e/ou Rio de Janeiro e, tantas outras áreas periféricas, em tantas outras cidades, que reforçam a importância da resistência dessas comunidades e sua cultura local. Sobre isso Mano, Meyer e Fratucci (2017) constroem reflexões a partir do processo de turistificação das favelas, tido como local de observação da pobreza, uma espécie de “safari humano” e, como o TBC opõe-se a esse turismo convencional que pode extrapolar para um turismo predatório.

No caso específico da favela Santa Marta os pesquisadores puderam identificar que o turismo se tornou socialmente mais comprometido. Contudo, Mano, Meyer e Fratucci (2017) destacam que as dinâmicas entre turistas, anfitriões e residentes são constantemente modificadas, porque eles próprios mudam, sendo necessário o monitoramento e avanço nas pesquisas, afinal “[...] ainda é reduzida a quantidade de estudos sobre tais experiências em ambientes urbanos como as favelas, assim como são poucas as pesquisas cuja temática central é o protagonismo dos moradores em iniciativas locais de turismo” (Mano; Meyer; Fratucci, 2017, p. 433).

Nesse cenário, vemos o TBC surgir como umas das possíveis saídas para comunidades locais em situação de pobreza na América Latina, como abordaremos no próximo capítulo. Para Maldonado (2009) muitos foram os fatores que deram origem a esse modelo como: de ordem econômica; social; cultural e política. O autor explica que uma das causas para o surgimento do TBC na região são as constantes pressões do mercado mundial sobre os grupos sociais locais (principalmente os indígenas e os rurais) e seus patrimônios. Essas pressões surgem em razão da crescente tendência sobre o uso de seus patrimônios de maneira massiva e predatória.

Maldonado (2009) segue ainda citando mais três fatores. O segundo deles caracteriza-se pelas necessidades de inserção econômica desses grupos sociais, como a geração de trabalho e renda, em busca da amenização de sua situação de pobreza crônica. O terceiro fator está relacionado ao papel das pequenas e microempresas no desenvolvimento local e na diversificação da oferta turística que passa a se dinamizar com o TBC. O quarto fator está intimamente ligado as lutas políticas dos movimentos indígenas e rural, que se utilizam do TBC como ferramenta de manutenção e preservação de seus territórios e de suas identidades frente ao avanço do capital e da homogeneização promovida pela globalização que avança sobre eles. Desta forma, a relevância do TBC que, segundo Brandão (2020), tem reforçado as relações

locais entre comunidade e natureza baseadas no valor de uso, promove o valor da “[...] cosmovisão e dos saberes-fazer das gentes comuns” (Brandão, 2020, p.85).

A pressão do turismo massificado e predatório, passou a ser negada por muitas comunidades que sofriam com processos predatórios e, fez surgir nelas o interesse em receber turistas com um perfil alinhado aos seus objetivos de proteção e valorização de seus atributos em uma escala menor. Gradativamente, uma demanda de turistas passou a se interessar por esse modelo comprometido com a diversidade e autenticidade local. Conforme refletiu Zaoual (2009), sobre um turismo situado, o turismo massificado acaba contraditoriamente com o desejo de descoberta mútua que se coloca como fonte para a motivação dos atores envolvidos no turismo. Ao comercializar a autenticidade da relação entre turista, anfitrião e residente ele a torna artificial e ganha cada vez mais corpo a fuga de grupos de turistas dessa artificialidade pois “A viagem torna-se uma *jaula* e passa a impressão de que a mobilidade espacial é culturalmente imóvel, à medida que tudo é organizado de tal forma que o encontro com o outro aparenta um *simulacro*” (Zaoual, 2009, p.59, grifo do autor). Porém, é necessário não perder de vista a romantização do TBC

[...] como se fora um contato intercultural ingênuo e livre de contradições. Decorre, pois, de toda uma atenção que deva ser dada aos riscos de transformar as comunidades em objeto e não em sujeitos da realização do turismo a necessidade de planejar e gerir tal prática na perspectiva do protagonismo, autonomia e autogestão” (Brandão, 2020, p. 95).

É em razão, mais uma vez da busca pela autonomia, também por meio da autogestão, que as comunidades locais procuram uma maneira mais humana de se relacionar com os turistas. Essa relação se estabelece por meio de um encontro de trocas, em que se objetiva minimizar ao máximo, ou até mesmo extinguir, o efeito demonstração, em que o residente e/ou anfitrião deseja adotar o modo de vida dos turistas. O objetivo é estabelecer uma experiência social de trocas entre diferentes saberes, em que ambos aprendem em conjunto, se estabelece desta forma, o “encontro” (Irving, 2009). Essa vivência por parte do turista, inclusive, promove a sensibilização relacionada a relevância da valorização e proteção do patrimônio comunitário. Assim, o turismo transforma suas bases passivas “[...] na medida que o turista transita de simples espectador a participante ativo na experiência turística, alcançando maior satisfação de seus propósitos numa relação mais direta com a comunidade” (Tapia; Trujillo, 2016, p. 85,

tradução nossa)¹⁹. Nesse sentido, pensamos o TBC como uma ferramenta de enfrentamento ao turismo predatório, em que agentes externos apenas exploram economicamente os destinos locais sem participar da construção de respostas que sejam suficientes aos desafios das localidades e de seus grupos sociais envolvidos com o turismo.

Essa premissa da relação turista e comunidade local baseada em uma vivência de trocas entre os atores envolvidos está fundamentada nesta tese, mais uma vez, no conceito de ajuda mútua de Kropotkin (2009). Isso porque, se as relações do turismo convencional estão baseadas em uma perspectiva material de consumo, a premissa do TBC é estabelecer relações solidárias. Não estamos afirmando que a relação de consumo e material deixa de existir nesse modelo de gestão, pelo contrário, elas ainda permanecem. Contudo, observando os vínculos sociais baseados na ideia de solidariedade em Kropotkin (2009), compreendemos que esses estão mais ligados a cooperação do que a competição. Dessa forma, as trocas estabelecidas entre turista e comunidade local se voltam mais para a prática da hospitalidade e da troca assentadas no fator humano. Assim, há uma troca equitativa entre os grupos sociais envolvidos em uma perspectiva de ajuda mútua. A solidariedade na ajuda mútua não significa uma relação estabelecida com base em sentimentos como amor, simpatia ou caridade, ela se estabelece na cooperação, na relação que mantém os indivíduos coesos como fator de sobrevivência (Kropotkin, 2009).

Esse nosso esforço significa dizer que o turista estabelece, mesmo que breve, uma associação com a comunidade receptora em que ambos têm interesses e objetivos que são passíveis de serem concretizados por meio dessa relação. Mais que isso, a solidariedade baseada na ideia de autonomia individual e coletiva da ajuda mútua estabelece relações mais humanas e voltadas para a manutenção, fortalecimento e sobrevivência da vida em sociedade. Esse imperativo não ocorre em uma conexão social estabelecida no turismo por meio de relações baseadas apenas no consumo e na competitividade que geram resultados negativos como o efeito demonstração e/ou a mercantilização do modo de vida e produção local (Coriolano, 2006). Apoiados nas críticas de Kropotkin (2009) ao capitalismo, que separa o homem da natureza e transforma as relações sociais em relações puramente materiais e baseadas no consumo, entendemos que devemos buscar vencer esse paradigma e fortalecer laços solidários de colaboração.

¹⁹ “[...] la medida que el turista transita de simple espectador a participante activo en la experiencia turística, logrando mayor satisfacción de sus propósitos y la relación más directa con la comunidad.” (Tapia; Trujillo, 2016, p. 85).

A combinação de uma demanda que busca maior diversidade com o interesse das comunidades locais em gerir o turismo, favorece “[...] um *diálogo de sentidos* entre os *visitantes* e os *visitados*, que procura abrir um caminho através dos escombros que o *turismo de massa* uniformizador deixa para trás” (Zaoual, 2009, p. 58, grifos do autor). Essas interações entre visitante e visitado acontecem no sítio simbólico de pertencimento (Zaoual, 2009), conceito que foi mais utilizado pelos pesquisadores paranaenses, para pensar onde essas interações ocorrem. Para o autor o sítio simbólico é

[...] uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que define o real, em um dado momento, bem como as concepções e as práticas de seus atores. O conceito de sítio articula assim suas crenças, seus conhecimentos e seus comportamentos [...] um sítio é, antes de tudo, uma *entidade imaterial, invisível*. Ele impregna secretamente os comportamentos individuais, coletivos e todas as manifestações materiais de uma região dada (paisagem, habitat, arquitetura, saber-fazer e técnicas, utensílios, modo de coordenação e de organização econômica etc.). Deste ponto de vista, é um *patrimônio coletivo* vivo que tira sua consistência do *espaço vivido* pelos atores (Zaoual, 2009, p. 63).

Para Zaoual (2009) não há possibilidade de apenas um modelo econômico se impor em razão de tamanha diversidade existente no mundo pois, os indivíduos constroem diferentes modos de vida nos diferentes locais que habitam. Dessa forma, o autor compreende que o turismo deve ser pensando a partir do conceito dos sítios simbólicos de pertencimento, por meio de economias plurais, que atendam as diferentes realidades que se manifestam na territorialidade. Zaoual (2009) compreende que um dado território adquire uma diversidade endógena a partir das trocas que estabelece com o resto do mundo. Dessa forma um sítio pode ser constituído por diversos outros sítios que se constroem a partir dessa lógica de relações estabelecidas internamente e externamente.

Ao estabelecer um vínculo mais próximo com o turista, as comunidades locais gerem seu patrimônio de maneira mais responsável, ao contrário das experiências do turismo massificado e predatório. É por meio de seu patrimônio que os grupos sociais locais manifestam seu modo de vida que compreende sua própria identidade, sua relação com o meio natural (Maldonado, 2009). O patrimônio comunitário é compreendido

[...] por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza (Maldonado, 2009, p. 29).

Em razão das suas características, entendemos o patrimônio comunitário como um dos elementos-chave do TBC, em virtude da necessidade de proteger e fortalecer a relação da comunidade com sua cultura e os recursos naturais. É preciso sobretudo, por meio da autonomia, que a comunidade possua ferramentas que permitam decidir sobre si mesma e sobre os seus recursos que tem à disposição. Nesse sentido, a valorização da cultura local e a proteção dos recursos naturais, ao fazerem parte do que compõe o patrimônio comunitário, entendido como seu modo de vida e produção, se coloca como imperativo do TBC, ou seja, no auxílio da defesa, fortalecimento e renovação da cultura local e proteção e manejo dos recursos naturais.

Feito o esforço de reunir a literatura paranaense e, por meio dela refletir sobre a literatura geral que tenta construir a ideia de TBC, trazemos nossas contribuições para buscar avançar no entendimento do modelo. O TBC ainda não possui um consenso teórico-conceitual bem estabelecido entre seus debatedores, porém, determinados elementos lhe são atribuídos de forma convergente em todo o mundo. Nessa perspectiva, muitos pesquisadores do tema apontam o TBC como um modelo de planejamento e gestão do turismo em áreas periféricas tendo o protagonismo dos grupos sociais locais como base para a busca de autonomia e desenvolvimento local. Ao se caracterizar como modelo de gestão, o TBC não se enquadra como um segmento de turismo, no entanto, pode funcionar como forma de planejamento e gestão de diferentes segmentos como ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo rural, entre outros.

Destacamos aqui os trabalhos de Irving (2009), Castro; Pinto (2013), Fabrino (2016), Cabanilla (2016), Lima; Irving; Oliveira (2021) e Mtapuri; Giampiccolli (2021) que se debruçaram na tarefa de analisar o arcabouço teórico-conceitual construído sobre a temática para amarrar os pontos fundamentais que se apresentam como basilares ao TBC. Os autores entendem que o TBC é um tema transversal e, por se manifestar nas mais diversas partes do mundo e, adotado por uma pluralidade de grupos sociais, possui características únicas e específicas em cada local onde ocorre. Entendemos que não é possível pensar no TBC como uma receita a ser aplicada da mesma forma em todos os locais, afinal, nem mesmo o planejamento do turismo convencional deve acontecer dessa forma. Nesse sentido, os autores

apresentam elementos-chave (Quadro 3) que podem ser observadas no TBC, de maneira geral, em todo mundo.

Quadro 3– Os elementos-chave do TBC na literatura mundial, 2022.

Autores	Denominações atribuídas pelos autores ao que chamamos de elementos-chave nesta tese	Elementos-chave
Irving (2009)	Premissas	<ul style="list-style-type: none"> - Base endógena e desenvolvimento local; - Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; - Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; - Geração de benefícios diretos à população; - Afirmação cultural e interculturalidade; - O “encontro” como condição essencial.
Castro; Pinto (2013)	Dimensões e categorias	<ul style="list-style-type: none"> - Econômica: Autogestão; Cooperativismo; Benefícios Coletivos; Associativismo; Desenvolvimento de Arranjos Produtivos e Economia Solidária. - Social: Protagonismo social; Empoderamento; Capital social; Gestão participativa; Fortalecimento da organização comunitária. - Cultural: Reafirmação cultural; Valorização cultural; Interculturalidade; Troca de experiências; Sentimento de pertencimento. - Ambiental: Minimização de efeitos ambientais; Fortalecimento de ações de conservação da natureza; Respeito às normas de conservação; Recuperação de áreas degradadas; Manejo sustentável de recursos naturais; Utilização de energias renováveis.
Giampiccoli; Jugmohan;	Os oito E's	- <i>Endogenous: emphasizing a reliance on local resources;</i>

Mtapuri (2015)		<ul style="list-style-type: none"> - <i>Environment: reflecting the importance of caring for the environment, and broader environmental conditions and infrastructure;</i> - <i>Education: to advance skills and education;</i> - <i>Empowerment: which embraces economic, psychological, social and political empowerment;</i> - <i>Equity: for equitable distribution and re-distribution of both benefits and resources;</i> - <i>Evolving: always improving and changing to take advantage of dynamic opportunities;</i> - <i>Enduring: for long term sustainability and supporting</i> - <i>Entrepreneurship: for innovation, creativity and viability.</i>
Fabrino (2016)	Os dez pontos (de eixo comum na literatura) a serem considerados na construção conceitual do TBC	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Dominialidade: refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de controle, propriedade e gestão da atividade turística;</i> - <i>Organização comunitária: diz respeito ao modelo e processo de gestão consolidado em torno do TBC, além de sua interação com o ambiente externo;</i> - <i>Democratização de oportunidades e repartição de benefícios: refere-se à existência de mecanismos/ acordos que contribuem para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso de seus membros às atividades relacionadas ao turismo;</i> - <i>Integração econômica: evidencia a integração do turismo com as outras atividades econômicas da localidade, identificando novos arranjos surgidos a partir do seu advento;</i> - <i>Interculturalidade: relaciona-se com o intercâmbio cultural e a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local;</i> - <i>Qualidade ambiental: refere-se às condições da comunidade com relação ao saneamento ambiental e, ainda, as formas de manejo dos recursos naturais locais.</i>
Cabanilla (2016)	Elementos-chave	1. <i>El turismo comunitario es un modelo de gestión de base local.</i>

		<p>2. <i>Se observa en comunidades organizaciones organizadas, tanto en grupos de individuos de etnias ancestrales, como de poblaciones que no se consideran como tal.</i></p> <p>3. <i>Se circunscribe a los territorios de la comunidad u organización campesina, destacando al territorio como un elemento trascendental.</i></p> <p>4. <i>Estos territorios pueden estar en lugares muy remotos, en sitios de proximidad a las ciudades e inclusive en enclaves ciudadanos, generalmente en la periferia urbana.</i></p> <p>5. <i>Presenta la cultura y su relación con la naturaleza, como atractivos principales en la relación visitante – anfitrión.</i></p> <p>6. <i>Enfatiza sobre el grado de manejo, control y aceptación de la actividad turística en la comunidad local.</i></p> <p>7. <i>No es un solo servicio, ni una tipología de turismo, pues puede ofertar diversas modalidades y varios servicios, de acuerdo a las características territoriales y al grado de inversión realizado en el emprendimiento turístico.</i></p> <p>8. <i>Está íntimamente ligado al concepto de turismo sostenible, como los parámetros que debe respetar la operación.</i></p> <p>9. <i>Reconoce la coexistencia de varias modalidades de emprendimientos turísticos comunitarios, ya sean exclusivamente comunitarios, mixtos o privados (estos últimos con el aval de la comunidad y el acuerdo tácito de beneficios).</i></p> <p>10. <i>En lo comunitario lo principal no es la generación de beneficios económicos, sino que se busca, de forma similar, generar impactos positivos en los entornos naturales y culturales, y con ello incidir en el buen vivir de todos los comuneros.</i></p>
Mtapuri e Giampicolli (2021)	Características	<p>- <i>Model of tourism development;</i></p> <p>- <i>Consists of an assemblage of hospitality facilities, social cohesion, and commonality of aspirations to empower disadvantaged communities and develop local economies for profitsharing tourism;</i></p>

		<ul style="list-style-type: none"> - <i>It is a confluence of minds, services, resources, and capacities serving a common purpose for the common good.</i> - <i>The ownership/control residing with the local community;</i> - <i>It is geographical/space-specific, and boasts several typologies, such as neighbourhood-based CBDT, street-based CBDT, and 'building'-based CBDT involving inhabited and uninhabited spaces.</i>
Lima; Irving; Oliveira (2022)	Premissas	<ul style="list-style-type: none"> a) O protagonismo local; b) A autogestão; c) A geração de benefícios econômicos para as populações locais; d) A valorização da cultura local; e) O compromisso de proteção da natureza; f) A oportunidade do encontro entre visitantes e visitados e g) O compromisso de melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações locais.

Organização: Autoral.

Partindo dos elementos-chave apresentados pelos autores chegamos ao entendimento que, mesmo existindo uma grande diversidade ao redor do mundo de iniciativas de TBC e em cada uma delas, uma forma de gerir o turismo para respeitar as características locais, existe um esforço da academia em definir elementos únicos para o modelo. Olhando para os elementos, podemos identificar que existem pontos de convergência e que a literatura internacional avançou em algumas reflexões, especialmente com relação ao TBC que acontece em cidades e, aparece com a denominação de Turismo Difuso de Base Comunitária (TDBC)²⁰.

Em geral, os pontos de convergência entendem que esses elementos são: um modelo de gestão (e não um segmento do turismo) baseado em uma economia alternativa com base endógena; pode ocorrer no campo ou na cidade; pode ser adotado por diferentes grupos sociais como comunidades tradicionais (e mesmo aqueles que não se consideram como tal) e está ligado aos seus territórios; baseado na autogestão e participação da comunidade no planejamento e gestão; a escala é limitada e, não deve evoluir para a massificação; deve auxiliar na proteção, valorização e fortalecimento da cultura e dos recursos naturais; a relação entre turista e residente é baseada no “encontro” (Irving, 2009); a economia é mais um dos meios para se chegar a qualidade de vida e não está acima de outras dimensões e a educação e o empreendedorismo são ferramentas em busca da inovação social e da criatividade comunitária.

Dentre os elementos citados (Quadro 3), alguns deles nos chamam a atenção. Cabanilla (2016) trata dos grupos sociais que podem adotar o TBC como modelo de gestão. Nele, é observado a participação de diferentes grupos sociais como os de etnia ancestral, mas também de populações que não se consideram como tal. Somamos a esse ponto, a contribuição de Mtapuri e Giampiccoli (2021) que trazem uma nova denominação para o TBC que é o CBDT. Nesta nova denominação, os autores deixam claro que o TBC é uma realidade nas cidades e trazem elementos para dar base as suas reflexões em que ele pode se organizar em um bairro, uma rua e/ou até mesmo em um edifício. Porém, de toda forma, o TBC está circunscrito nos territórios dessas comunidades e, esse território é um elemento localizado, geralmente, nas periferias. Essa consideração nos faz avançar na ideia de que não só comunidades tradicionais e ou agricultores familiares possam adotar o TBC como modelo de gestão, mas outros grupos como grupos de mulheres artesãs, grupos religiosos, povos de diferentes etnias, grupo de vizinhos, e etc.

Outros elementos que nos chamaram a atenção foram da educação e do empreendedorismo ligado a inovação e a criatividade. Giampiccoli, Jugmohan e Mtapuri (2015)

²⁰ No original em inglês: *Community-based diffused tourism (CBDT)*.

discorrem sobre a educação como um dos oito E's do TBC (entendidos como os oito pilares necessários para avaliação de iniciativas e, no seu monitoramento em todo o mundo). A educação torna-se um dos seus pilares pela urgência em levar educação de qualidade para as populações periféricas que sofrem os efeitos do difícil acesso a todas as formas de educação. Nesse sentido, ao adotar o TBC, a comunidade local pode se beneficiar com o acesso ao conhecimento formal e informal, desenvolvendo novas habilidades. Isso não é diferente com o empreendedorismo e a inovação social que também são fundamentais para a construção de soluções de problemas locais de maneira participativa em uma lógica *bottom up*²¹ (Goldsmith, 2010). Entendemos, que ambos elementos possuem fundamental relevância para a busca da autonomia comunitária.

Após as revisões realizadas, promovemos algumas reflexões para tentar construir os elementos-chave de TBC para esta tese. Formulamos, então, os seguintes questionamentos, que posteriormente formaram os elementos-chave:

1. “Quem adota o modelo de TBC?”
2. “Qual objetivo em adotar o TBC?”
3. “Como esse objetivo pode ser atingido?”
4. “Onde essa ação se manifesta?”

Das respostas para essas perguntas, surgiram o que chamamos de “elementos-chave primários” do TBC, que formaram o que chamamos de “elementos-chave do TBC”. Os “elementos-chave” são elementos que dão origem aos “elementos-chave agregados” (Quadro 4) como em um sistema que se retroalimenta.

²¹ Em uma tradução livre: “de baixo para cima”.

Quadro 4 – Os quatro elementos-chave do TBC, 2022.

Elementos-chave	Elementos-chave agregados
1. Comunidades locais	Diversidade social
	Autogestão
2. Autonomia	Fator humano
	Inclusão social
3. Economia alternativa	Relações solidárias
	Inovação e tecnologia social
4. Território solidário	Educação formal e informal
	Base endógena
	Escala limitada
	Patrimônio comunitário

Fonte: Autoral.

Partindo das respostas dessas perguntas compreendemos que “Quem” está adotando o modelo, conforme identificamos na literatura estadual, nacional e internacional, são os mais diversos grupos sociais, sejam eles de comunidades tradicionais ou não, que estão em busca de saídas para os desafios locais, especialmente, de trabalho e renda. Desta maneira, se enquadram nessa resposta os grupos sociais periféricos tanto no campo quanto na cidade, que definimos nesta tese como “elemento-chave” de “Comunidades locais”. O termo “locais”, agregado ao termo “comunidade”, se refere a uma questão de escala. Entendemos que uma comunidade local, neste caso, está reunida, por fatores relacionados a circunscrição de seu território. Compreendemos que o turismo se baseia pela mobilidade de indivíduos pelos diferentes territórios, contribuindo para a produção do espaço geográfico, com o objetivo de vivenciar no local, o patrimônio comunitário, que é construído em razão da relação da comunidade com seu território. O TBC, portanto, pode ocorrer em uma rua, um, bairro, um distrito, uma vila e/ou comunidade rural, tantas forem as possibilidades de relações comunitárias locais, circunscritas em determinado território. As comunidades locais, portanto, interagem em um contexto de globalização, mas é na sua localidade que resistem e se adaptam as mudanças e promovem sua diversidade social (Santos, 2001).

Sobre “Qual” o objetivo desses grupos nos parece que cabe a eles responder, porém, a academia tem trazido um norte para essa questão que culmina no que acreditamos que é o “elemento-chave” da “Autonomia” que significa decidir sobre suas vidas, sobre a vida coletiva, sobre seus territórios. A busca por melhorar a renda, melhorar condições de saúde, educação, proteger seu patrimônio, criar novas oportunidades para todos os gêneros e gerações, ter qualidade de vida, está assentada na autonomia comunitária e individual que traz liberdade de

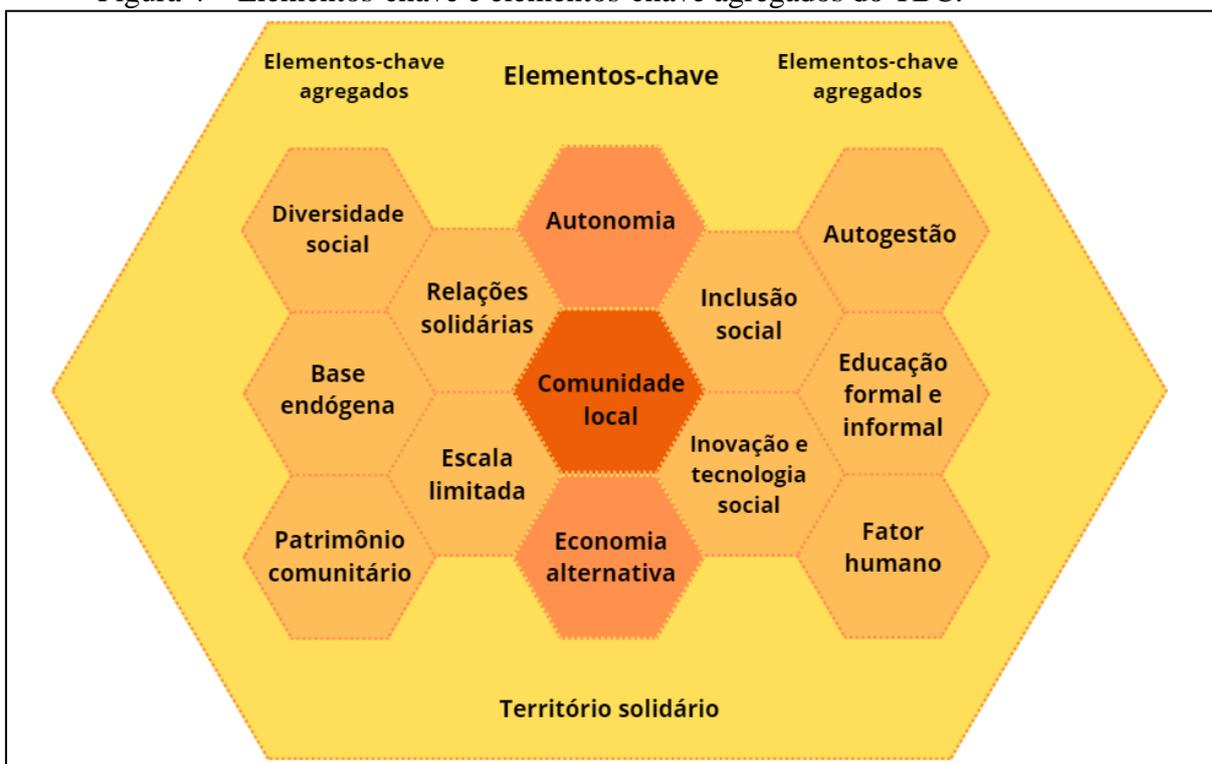
escolha e decisão sobre si e sobre o coletivo, sem que seu modo de vida e produção seja determinado por um modelo econômico e seu futuro esteja fadado a um destino que é, no atual modelo, servir à lógica do capital. Ou seja, é do ponto de vista da autonomia de Kropotkin (2009), uma questão de sobrevivência.

Ao tentarmos responder à pergunta sobre “Como”, voltamos nossas reflexões sobre as economias alternativas, ou economias plurais de Zaoual (2009). O TBC, por sua gênese e, historicamente, nas iniciativas onde ocorre, está baseado em economias como a solidária, que não tem o lucro como único objetivo e/ou como valor central das ações na comunidade. Dessa forma, é baseado no “elemento-chave” de “Economia alternativa”, que está, sobretudo, baseado em um desenvolvimento na escala humana (Max-Neef, 1993), que atende as pessoas e não a coisas.

E, por fim, ao pensarmos o “Onde”, compreendemos que é no “elemento-chave” do “Território solidário”. É no território solidário, na perspectiva de Santos (2001), nas periferias, que se constroem os patrimônios comunitários, são eles que as comunidades buscam defender e fortalecer, pois neles estão suas histórias de vida e a própria possibilidade de reproduzi-la como forma de resistência ao sistema econômico hegemônico. Como afirma Lefebvre (2016), embora estivesse pensando nas cidades (e aqui incluímos também o campo nas reflexões), é nas periferias que surgem as ações revolucionárias.

Pensamos os quatro elementos-chave do TBC de forma orgânica, (Figura 4) em que eles pressupõem elementos-chave agregados.

Figura 4 – Elementos-chave e elementos-chave agregados do TBC.



Fonte: Autoral.

Compreendemos, então, que não é possível pensar o TBC sem os elementos-chave “comunidade local”; “autonomia” e a “economia alternativa”. Quando pensamos esses elementos, pensamos em dez elementos-chave agregados que são seus pressupostos e, estão diretamente ligados entre si e aos elementos-chave, em intensidades diferentes e, que são interdependentes. São eles:

- A **diversidade social**, é um elemento-chave agregado, pois é uma característica fundamental quando entendemos que ao redor do mundo existe uma vasta pluralidade de indivíduos, que congregados por diversos fatores, formam comunidades que possuem características únicas e, diferem entre si em razão dos seus processos de formação e no espaço-tempo. Existe ainda, uma diversidade social dentro das próprias comunidades, se pensarmos que ela é composta por indivíduos autônomos que diferem entre si de inúmeras maneiras.
- O **patrimônio comunitário** é tão plural quanto as comunidades e seus territórios. A relação comunidade/território dá origem ao patrimônio local que, via TBC, pode garantir o direito de proteger, fortalecer e renovar esse patrimônio, conforme os desejos da comunidade.

- O **fator humano** é entendido como fundamental em uma economia alternativa. Para além, entendemos que as comunidades locais, a autonomia comunitária e o território solidário, são construídos por pessoas e, não colocar o fator humano como elemento-chave agregado, esvazia, para nós, a ideia do TBC.
- A **autogestão** também é um elemento da autonomia e das economias alternativas. A autogestão de uma comunidade nem sempre é completamente efetiva no TBC, na medida que, as comunidades dependem de relações externas, especialmente, quando se trata de temas e ações práticas que não são dominados localmente. Porém, a construção de um caminho para a autogestão contribui de diferentes maneiras, auxiliando a comunidade a construir sua autonomia.
- As **relações solidárias** também são entendidas como elemento-chave agregado na medida que se colocam como necessárias entre os indivíduos da própria comunidade e, deles com os turistas/visitantes, estabelecendo uma relação baseada no “encontro” e, na demanda de sobrevivência.
- A **inclusão social**, é outro elemento-chave agregado, pois a ferramenta do TBC, é via para a inserção das comunidades locais, de maneira alternativa, ao sistema econômico, em que elas constroem saídas para a geração de emprego e renda, além de incluir seus patrimônios locais em um contexto de fortalecimento e proteção dos mesmos. Entendemos também que a ação coletiva, via TBC, pode trazer visibilidade para grupos de indivíduos que possuem papéis invisibilizados dentro da própria comunidade.
- A **base endógena** está agregada ao patrimônio comunitário e conseqüentemente ao seu território e a sua diversidade. Além disso, pensar uma economia alternativa pressupõe pensar em formas de produzir, distribuir e consumir que fortaleçam e valorizem os recursos, serviços e produtos locais. Se compreendemos a autonomia com base no trabalho, na terra e na justiça, sendo uma forma de resistência, tratar da base endógena como elemento-chave agregado do TBC é indispensável.
- Como pensamos a todo momento que o TBC é um modelo de gestão que se difere do modelo convencional de turismo, a **escala limitada** se coloca como elemento-chave agregado, ao passo que o turismo, por meio desse modelo, não ultrapassa os limites dos grupos sociais locais que o adotam. Esses limites estão relacionados à capacidade da comunidade local em controlar suas implicações

de maneira a não prejudicar a vida local, tornando-se predatório ao seu patrimônio e colocando os resultados econômicos acima do fator humano, derrubando a qualidade de vida local em troca dos ganhos monetários.

- A **inovação e tecnologia social** são elementos-chave agregados, pois, a resistência das comunidades pressupõe a inovação social. É por meio da inovação social que elas encontram saídas para resolver problemas locais, partindo de ações locais com recursos do local. Novas formas de fazer, pensar, agir, concretizar ideias, são formuladas no seio comunitário, fortalecendo a comunidade, a sua autonomia, a sua economia e o seu território, por meio da solução dos desafios locais de maneira independente e nova e/ou renovada.
- A **educação formal e informal** são elementos-chave agregados do TBC, pois, é por meio do conhecimento que se possibilita a compreensão e sensibilização dos demais elementos-chave que foram descritos. Muito mais do que isso, o conhecimento traz liberdade para o indivíduo, o conhecimento é caminho para a autonomia do indivíduo. Por meio da educação, a comunidade local entra em contato de outras maneiras com seu patrimônio, e desenvolve outras capacidades para geri-lo. A educação formal e informal, transforma a vida das pessoas que, por meio dela, são capazes de resistir aos processos que buscam sua exploração.

Esclarecidas as demandas iniciais em debater o TBC, passaremos no próximo capítulo, a tratar sobre as pequenas localidades e suas comunidades que adotam o modelo ao redor do mundo. Este exercício vem de encontro com a necessidade em investir em argumentações que apresentem os efeitos do TBC em uma escala maior que a estadual, para que esse contexto possa dar abrigo as nossas reflexões sobre o modelo de gestão paranaense. Nesse sentido, provocamos o leitor a acompanhar conosco algumas das pequenas localidades e atores que têm investido no TBC na América Latina.

3 QUEM SE ENVOLVE COM O TBC PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS LOCAIS?

Um dos modelos de gestão do turismo que prioriza o protagonismo coletivo é o TBC. Nesse sentido, buscamos nesta sessão observar iniciativas coletivas, que cada uma, a sua maneira, e dentro da sua especificidade busca vencer os desafios em pequenas localidades. Esse passo da pesquisa, seguindo as reflexões do turismo que começa pelos pequenos, nos incentivou a pensar em um turismo das iniciativas coletivas em primeiro lugar. Como o TBC é um modelo de gestão que possui grande número de iniciativas em países do hemisfério sul, que demandam por maior busca de soluções de problemas gerados pelas desigualdades socioeconômicas e, em razão de nosso recorte espacial de pesquisa ter se delineado no Estado do Paraná, buscamos levantar iniciativas coletivas de turismo na América Latina. Para pensar a realidade do Paraná, o que encontramos nas iniciativas de TBC na região latina?

Na medida que entendemos o TBC como ferramenta de reinserção de pequenas localidades e comunidades da periferia do sistema econômico atual, buscamos como objetivo deste capítulo, identificar as características gerais das iniciativas de TBC na América Latina e as características específicas das iniciativas paranaenses, com o intuito de debater a sua natureza. Selecionamos iniciativas no Equador, em razão do protagonismo dos povos indígenas; a Costa Rica, em função da visibilidade que o modelo trouxe para as mulheres costarriquenhas e o Brasil, em decorrência da luta pela terra e, a saída para a retenção dos indivíduos do campo, especialmente os jovens. Por fim, mergulhamos no contexto paranaense em que buscamos identificar os atores estaduais, também por meio da literatura, agora em nível local.

3.1. Equador: os primeiros passos e o protagonismo dos povos indígenas

O Equador é um dos países precursores do TBC na América Latina. O cenário do TBC no país constrói-se em razão das lutas promovidas pelas comunidades e organismos cooperados em busca do estabelecimento de legislação, políticas públicas e organismos para o desenvolvimento do turismo como ferramenta de fortalecimento das comunidades locais. Para Ruiz *et al.* (2008) a ideia de “comunidade” possui forte expressão na vida dos equatorianos relacionando-se a todo o cenário que compõe a luta política indígena camponesa. As comunidades indígenas locais estão amparadas legalmente no país. Observamos que o Equador avançou nas discussões sobre o TBC somando as análises acadêmicas com as próprias

experiências comunitárias, que vão muito além da definição jurídica e do debate científico. O TBC no Equador, foi ligado especialmente, aos povos indígenas.

As formas de exploração desses povos e sua subordinação ao capitalismo instituído no país levaram às mudanças na configuração territorial. A partir dos anos de 1930 as comunidades equatorianas passaram a ser formalmente constituídas e buscaram restaurar a ligação original com seus territórios (Ruiz *et al.*, 2008). As comunidades indígenas no Equador, atualmente, estão inseridas na organização político-administrativa do Estado, a Constituição da República do país reconhece as comunas como uma forma de organização ancestral que possuem soberania sobre seu território e sua cultura. As comunas detêm bens comunitários e tomam decisões sobre eles com base nas Assembleias constituídas pelos *comuneros* e *comuneras* que elegem anualmente o Conselho, que é o órgão colegiado de governo e administração (Ruiz *et al.*, 2008). Dessa maneira, o TBC no Equador ocorre com base nessa organização existente das comunidades indígenas.

As atividades de TBC tiveram início na década de 1980 e, como apontado por Maldonado (2009), seu surgimento foi resultado das lutas políticas das comunidades locais por seus territórios e cultura e como resposta ao turismo predatório que teve seu ápice em 1990 (Cabanilla, 2016). Os esforços do país em avançar com esse modelo de gestão do turismo culminou na criação e formalização da primeira associação de turismo comunitário da América Latina no ano de 2002, a *Federación plurinacional de turismo comunitario del Ecuador* (Feptec). A Feptec possui a missão de fortalecer e posicionar o TBC dentro e fora das fronteiras nacionais (Rodas; Donoso; Sanmartín, 2015).

As iniciativas de TBC no Equador relacionadas aos povos indígenas possuem como base a filosofia do *Buen Vivir*. Prevista na Constituição equatoriana e nas políticas do país, o *Buen Vivir* (ou *Sumak Kawsay* ou ainda *Suma Qamaña*) trata-se de um termo dos povos indígenas andinos *kichwas* e esteve sempre relacionado a sua cultura e cosmovisão (Alex; Pablo, 2020). O *Buen Vivir* “é uma união da natureza e o ser humano; é um conceito filosófico e um modo de vida” (ALEX; PABLO, 2020, p. 182, tradução nossa)²².

Segundo Rodas, Donoso e Sanmartín (2015) a comuna *Agua Blanca* é a comunidade precursora das atividades de TBC. Está localizada na costa da *Provincia de Manabí, Cantón Puerto López Parroquia Machalilla* no coração do Parque Nacional *Machalilla*. Em 1979, após a falência da *hacienda Agua Blanca*, o Estado incorporou a área ao Parque Nacional *Machalilla*.

²² “[...] es un nexo entre la naturaleza y el ser humano; es un concepto filosófico y un modelo de vida” (Alex; Pablo, 2020, p. 182).

Com a mudança, os locais que sobreviviam da extração de madeira para produção de carvão, da caça e da criação de cabras ficaram desprovidos de seus meios de sobrevivência que nesse momento tornaram-se incompatíveis com a área de proteção ambiental (Rodas; Donoso; Sanmartín, 2015).

Após conflitos o governo adotou uma postura mais colaborativa com a comunidade e passou a dividir com ela os direitos e responsabilidades da área de preservação, antes vista pelos locais como agente de mudança negativo de suas vidas e agora entendida como parte de seu patrimônio. Isso ocorreu com maior intensidade quando nos anos de 1980, pesquisas arqueológicas na área adotaram metodologia participativa com os residentes locais que passaram a ter a atividade como fonte de renda e ferramenta para o entendimento de seu patrimônio histórico e cultural. Nesse processo a comunidade local percebeu o turismo como forma de fortalecimento patrimonial e alternativa para a manutenção da vida na localidade. O turismo local contribuiu para a diminuição da dispersão populacional e inclusive propiciou o retorno de alguns indivíduos. Atualmente, a comunidade conta com a cooperação de organismos externos (governamentais e não governamentais) que atuam colaborativamente para seu desenvolvimento (Rodas; Donoso; Sanmartín, 2015).

A comuna de *Agua Blanca* é composta pelo grupo étnico *Manteño* com mais de 86 famílias (*Agua Blanca*, s/d). Sua economia está baseada na agricultura de subsistência, na pecuária comercial, produção de frutos silvestres, construção, guiamento no Parque Nacional e o turismo comunitário (Ruiz *et al.*, 2008). A comunidade possui como principais atrativos o sítio arqueológico *Agua Blanca*, o museu e a Laguna que possui águas sulfurosas e que deu origem ao nome da comunidade. Para além, há a gastronomia local, o artesanato da cultura *mantenã* e outros passeios nos arredores da comunidade. O turista encontra no local equipamentos de hospedagem e alimentação. O serviço de guiamento das atividades é feito apenas por guias locais (*Agua Blanca*, s/d).

A iniciativa de TBC de *Agua Blanca* possui características e pontos limitantes. Bravo (2019) compreende como potencialidades da comunidade sua localização estratégica que fica na costa do Equador (no Parque Nacional e próxima de *Puerto López* com sua famosa *Playa de Los Frailes*); sua cultura ancestral; o trabalho associativo e de cooperação; a experiência dos gestores em turismo comunitário; a diversificação das atividades turísticas; as lideranças locais e sua capacidade de gestão; entre outros. Como pontos limitantes o autor cita a desarticulação entre os líderes da comunidade e os atores de instituições externas; programas de capacitação insuficientes; escassez de financiamentos para melhoria do turismo local; presença de cadeias

hoteleiras próximas (que dificultam maior permanência dos turistas na comunidade); limitado apoio estatal; entre outros.

Sobre outra iniciativa no país equatoriano, Pérez (2016) desenvolveu relevantes reflexões sobre o TBC e a sua relação com os povos *kichwas* da região amazônica. As comunidades estudadas pelo autor localizam-se na província do Alto Napo na zona mais próxima aos Andes. Uma das características presentes nessas comunidades é sua capacidade de organização coletiva que foi historicamente necessária em razão da defesa de seu território marcadamente violado (Pérez, 2016).

A busca pelo TBC se constituiu como mais uma necessidade em organização coletiva. As crescentes demandas internacionais conservacionistas que culminaram no ecoturismo e o movimento indígena de luta pela terra impulsionaram a formalização em 2007 da *Red Indígena de Comunidades del Alto Napo para la Convivencia Intercultural y Ecoturismo* (Ricancie), com o apoio de organizações nacionais e internacionais (Pérez, 2016). A rede foi construída com a participação de diferentes povos indígenas da região em que a comunidade *Capirona* foi a precursora nos anos 1990 e, posteriormente, se juntaram a ela as comunidades *Rio Blanco*, *Runa Wasi*, *Chuva Urku*, *Wasila Talag*, *Machakuyaku* y *Pacto Sumaco*, e mais tarde, *Sinchipura*, *Alukus* y *Limoncocha* (Ricancie, s/d).

A Ricancie possui como objetivo “*proteger los recursos naturales y culturales mejorar la calidad de vida de las familias kichwas y reforzar su autoestima, y promover una alternativa a la agricultura intensiva.*” (Ricancie, s/d)²³. A organização trabalha com um modelo de autogestão, que seja alternativo ao de turismo predatório e, que traga possibilidades para a comunidade local evitando seu êxodo (Ricancie, s/d). Ressaltamos que o movimento indígena de luta pela terra, culminou na escolha do turismo como uma das ferramentas de resistência da comunidade, pois, os conflitos com as petroleiras e as mineradoras resultaram na intenção de se organizar coletivamente para o turismo (Pérez, 2016).

O protagonismo coletivo organizado para o TBC foi, uma das ferramentas para que a comunidade de *Capirona* resistisse em seu território. Segundo Berta Tapuy (Cervones *et al.*, 1998), em seus relatos sobre o protagonismo feminino e a liderança dos povos indígenas, em 1992 as empresas petroleiras ao chegarem no território da comunidade deixaram seus trabalhadores invadirem a escola local e tomá-la como dormitório. Por essa e outras razões a comunidade reuniu-se e decidiu não aceitar a invasão “[...] eles quiseram negociar, mas nós

²³ “[...] *proteger los recursos naturales y culturales mejorar la calidad de vida de las familias kichwas y reforzar su autoestima, y promover una alternativa a la agricultura intensiva.*” (Ricancie, s/d).

dissemos não, nós já temos um projeto de turismo e não vamos aceitar os petroleiros” (Cervones *et al.*, 1998, p. 8, tradução nossa)²⁴.

Para além da organização política e da defesa dos recursos naturais de seus territórios Pérez (2016) reforça os efeitos positivos na cultura dos povos *kichwa* em sua interação com os turistas ao valorizar e revalorizar as tradições locais. Porém, é preciso manter uma análise crítica ao tratarmos desse tema. Sobre isso, Cabanilla (2015) ao abordar o TBC e sua relação com o xamanismo e outros ritos mágico-religiosos dos povos indígenas e, Alex e Pablo (2020) ao estudar a etnia *Saraguro*, ambos no Equador, alertam para os riscos da mercantilização das tradições desses povos. Isso se dá por meio de um turismo predatório que é divulgado como sendo TBC, mas que apenas o utiliza como *marketing* e que, não possui nenhuma relação com esse modelo.

3.2 Costa Rica: Mais que uma alternativa de renda, a possibilidade de autonomia para as mulheres

A organização coletiva apresenta avanços nas manifestações de TBC. O caso da Costa Rica e suas associações e cooperativas, organizadas para a gestão do turismo, é um exemplo de como a esse tipo de organização pode resultar em efeitos positivos. O *Consórcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional* (Cooprena) e a *Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitário* (Actuar) são coletivos que foram criados na Costa Rica com o objetivo de fortalecer as comunidades de pequenas localidades por meio do turismo.

A Actuar foi criada no ano de 2001 como resultado do apoio do Programa de Pequenas Doações²⁵ que financiava, na época, experiências comunitárias e oferecia assessoria com redes de contatos de instituições parceiras (Cañada, 2017). No início de suas atividades a Actuar contava com 15 membros que, até o ano de 2019, contabilizavam 40 no total (Mannon; Glass-Coffin, 2019). A missão da Actuar é promover a sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental de seus associados e está dividida em dois âmbitos de atuação, um relacionado a fortalecer a dinâmica organizacional e social de seus membros e outro voltado para a

²⁴ “Ellos quisieron negociar, pero nosotros dijimos no, nosotros tenemos ya un proyecto de turismo y no vamos a aceptar a los petroleros.” (Cervones *et al.*, 1998, p. 8).

²⁵ Programa da Organização das Nações Unidas organizado durante a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro em 1992, com o objetivo de contribuir para a conservação e o desenvolvimento local em comunidades rurais (Cañada, 2017).

comercialização com a criação de sua própria operadora de turismo em 2005, a *Actuar Rural Adventures* (Cañada, 2017).

Um dos membros da *Actuar* é a *Asociación Ecoturística Damas de Chira* (AEDC). A Associação está localizada na Ilha de Chira que possui uma população de 3 mil habitantes e faz parte do golfo de Nicoya, no noroeste Pacífico da Costa Rica (Mannon; Glass-Coffin, 2019). A principal atividade econômica da comunidade local historicamente foi a pesca, porém, com a degradação ambiental e a pesca comercial, nas duas últimas décadas houve uma redução significativa das atividades por parte da comunidade que iniciou um processo de busca de alternativas para sobrevivência (Mannon; Glass-Coffin, 2019). Foi nesse contexto, que um grupo de dez mulheres se reuniu para abrir uma microempresa como resposta ao chamado do Programa das Nações Unidas para financiamento de projetos de desenvolvimento comunitário. O que em um primeiro momento seria uma microempresa para produção de frango, posteriormente, tornou-se no ano de 2000 uma associação de turismo comunitário (Mannon; Glass-Coffin, 2019).

A iniciativa das mulheres da AEDC sofreu grande resistência da comunidade local, com significativa desaprovação dos homens da ilha. Esse contexto resultou em conflitos de gênero na localidade e, em situações desafiadoras, como quando as mulheres da associação foram denunciadas por negligência infantil pela vizinhança. Isso ocorreu, pois a vizinhança achou que os turistas que visitariam a ilha trariam casos de exploração infantil e prostituição (Mannon; Glass-Coffin, 2019). Porém, com a chegada dos turistas, a associação conquistou uma estrutura para hospedagem e um restaurante e, passou em 2005, a fazer parte da *Actuar*. As mulheres da AEDC receberam um pedido de desculpas dos homens da comunidade que também passaram a trabalhar na associação. Além da autonomia feminina, a organização coletiva para o turismo trouxe parcerias para ações conservacionistas. A experiência das mulheres da AEDC trouxe uma perspectiva positiva da comunidade sobre si mesma quando pode observar os efeitos positivos da associação (Mannon; Glass-Coffin, 2019).

3.3 Brasil: Da luta pela terra ao direito de permanecer nela

As experiências brasileiras também foram selecionadas, dentre várias identificadas, em razão das características de luta das comunidades de pequenas localidades, relacionadas a permanência na terra para produção e reprodução de vida em seus territórios, seja no território

caixara de Beberibe na Prainha do Canto Verde (CE) ou no campo, nas comunidades do Projeto Acolhida na Colônia (SC). Esse nos parece ser um fenômeno comum entre tantas outras iniciativas brasileiras e internacionais, porém, selecionamos essas, pois, foram precursoras do TBC no Brasil.

Dentre todas as iniciativas do TBC brasileiro, o caso da Prainha do Canto Verde foi a que mais se destacou em razão de todo o contexto que envolveu a tomada de decisão dos locais em trabalhar com o turismo. A Prainha do Canto Verde foi um dos casos emblemáticos que mostrou como o TBC é uma ferramenta de desenvolvimento local para as comunidades que dele se apropriam. Dessa forma, observamos no TBC um instrumento de poder local e, possível saída para o enfrentamento de alguns dos desafios das pequenas localidades com a mudança do modelo vigente de desenvolvimento.

O caso dessa comunidade foi apresentado de forma protagonista pela pesquisadora em TBC Teresa Cristina de Miranda Mendonça seguida, posteriormente, de outros pesquisadores. Selecionamos essa iniciativa, embora amplamente atendida na literatura acadêmica, para fazer parte das reflexões desta tese, pois, como caso emblemático buscamos trazer para a reflexão de seus efeitos sociais positivos para a comunidade local.

A Prainha do Canto Verde está localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará, a 85 km da capital Fortaleza. Partindo da variável demográfica, o município vem crescendo e ganhando tanto população rural, como população urbana. Desde o Censo do IBGE de 1991 a população total passou de 36.801 para 53.114 habitantes. A população rural ganhou 1.419 habitantes e a urbana 11.091 conforme dados dos censos demográficos do IBGE de 1991 a 2010. O município, portanto, está no limiar dos municípios que têm maior representatividade quantitativa no Brasil, quando falamos em termos demográficos (Endlich, 2021).

Dos problemas que o município enfrenta, é possível identificar por meio dos indicadores que o envelhecimento da população é um deles. Acompanhando o cenário nacional, em que a população brasileira passou de uma porcentagem da taxa de envelhecimento de 4.83% em 1991, para 7.36%, em Beberibe os números passaram de 6.3% em 1991 a 8.39% em 2010, conforme dados dos censos do IBGE de 1991 e 2010. Além disso, a longevidade também cresceu de 0,611 em 1991 para 0,778 em 2010, o que significa uma população que vive mais e em maior quantidade. Nesse contexto, é preciso instituir políticas que observem a inclusão social dessa população, promovendo qualidade de vida.

Para além disso, outra questão relevante a ser debatida é a desigualdade social. Embora os indicadores referentes ao PIB e a renda apresentem uma melhora, o índice de Gini indica um

aumento na desigualdade de distribuição de renda no município. Em 2000 o PIB *per capita* de Beberibe era de \$1.641,00 e passou para \$16.2941,11 em 2019 (IBGE, 2021). Com relação a renda, os dados disponíveis mostram que houve um aumento do IDHM-Renda de 0,428 em 1991 para 0,585 em 2010 (Atlas Brasil, 2010). Porém, dados do índice de Gini indicam uma piora com relação a sua distribuição de 0,47 em 1991 para 0,55 em 2010 (Atlas Brasil, 2010).

Esse cenário aponta para um contexto de acentuação da desigualdade social e exclusão de grupos sociais que não necessariamente estão melhorando a qualidade de vida, embora o PIB *per capita* tenha crescido ao longo dos anos. Pesquisas qualitativas apresentam alguns desafios vividos pela população de Beberibe, especialmente ligados ao turismo, que estão reorganizando a economia, a cultura e os recursos naturais locais. A pesca predatória, promovida em escala industrial, de fora do Estado e até do país, dificultam a realização da pesca artesanal promovida pelas comunidades caiçaras que observam sua principal fonte de renda entrar em declínio (Evangelista *et al.*, 2016).

Além disso, a região litorânea do município de Beberibe tem sofrido intensa pressão por parte da especulação imobiliária que avança de maneira desordenada sobre os recursos naturais locais e sobre as comunidades caiçaras residentes nestas áreas. A evidente e intensa erosão costeira no município, demanda monitoramento e planejamento para o uso e ocupação ordenado do solo e para a proteção ambiental local. O turismo é o maior responsável pelo avanço desordenado e pela especulação imobiliária (Teixeira *et al.*, 2021). Empreendimentos turísticos dos mais diferentes portes têm grilado áreas ou se instalado muito próximo aos núcleos populacionais locais, cercando e assediando esses grupos. Na praia das Fontes, a exemplo, “[...] cita-se a instalação de um hotel local, em que o proprietário construiu um muro que separa a comunidade do campo de dunas e de nascentes utilizadas há décadas pelos nativos, de forma totalmente arbitrária e indevida” (Evangelista, 2016, p. 95).

Essas inserções desordenadas, praticadas por atores do turismo e de outros setores, interfere na organização socioespacial das comunidades locais, forçando-as a buscar alternativas, inclusive, fora de seus territórios, quando deles são expulsas. O caso da comunidade da Prainha do Canto Verde em Beberibe é emblemático neste contexto, pois trata do protagonismo da comunidade local que busca alternativas para os problemas de um pequeno município.

A comunidade da Prainha surgiu em meados de 1860 quando migrantes chegaram na localidade em busca de alternativa de renda e se estabeleceram no local por meio da pesca (Mendonça; Irving, 2004). A Prainha tornou-se relevante nas experiências de Turismo de Base

Comunitária em razão de seu histórico de luta pela terra de forma coletiva. Em meados de 1979 inicia-se um processo de confronto contra grileiros e agentes imobiliários. Esse embate organizou a comunidade e propiciou a criação em 1989 de uma Associação de Moradores (Mendonça; Irving, 2004). Em 2006 a Associação ganhou, em última instância, a ação contra a Imobiliária Henrique Jorge e, em janeiro de 2007 abriu processo de consulta pública com os moradores sobre a criação de uma Reserva Extrativista (Resex) (Mendonça, 2009).

Sobre o turismo na localidade, foi a partir dos anos de 1993 e 1994 que a Associação reuniu os moradores para pensar no seu estabelecimento. Isso ocorreu, pois, observou-se o avanço desordenado do turismo no litoral cearense sem a participação das comunidades locais. Em 1994, foi realizada a primeira Oficina de Turismo e criado o Conselho de Turismo Local. Nesse contexto, os moradores identificaram dois tipos de turismo: o “Turismo dos Barão” e o “Nosso Turismo”. A Comunidade compreendeu que o primeiro estava ligado aos agentes externos e aos resultados negativos e o segundo tratava do protagonismo local e dos resultados positivos (Mendonça, 2009).

Dentro desse cenário, em 1995, o Conselho de Turismo passou a ser uma cooperativa comunitária denominada como Coopecantur. A cooperativa se dividiu em sete grupos de trabalho para melhor atender as demandas existentes, as quais foram: hospedaria, barraqueiros, cozinha e merendeiras, guias de turismo e trilhas, excursões e passeios, artesanato e estagiários (Mendonça, 2009).

Nesse mesmo contexto estabeleceu-se o Fundo Social. Ao final de cada gestão anual, na época, o Fundo Social destinava 20% das operações com o turismo para a Associação de Moradores, que definia como o dinheiro deveria ser gasto na localidade. Os outros 80% iam para o Fundo de Reserva que realizava empréstimos a membros da cooperativa para melhorar ou abrir novos negócios e, com “o objetivo de prover as melhorias necessárias para o turismo (infraestrutura, equipamentos e capacitação de mão-de obra)” (Mendonça, 2009, p. 294).

A Prainha possui hoje atrativos ligados ao patrimônio natural e cultural da comunidade. As tradições dos “Povos do Mar”, como são conhecidos, fazem parte do turismo local com seus jangadeiros e labirinteiras²⁶ (Associação do Canto Verde, s/d). É expressivo ressaltar que apesar de decidir adotar o turismo como mais uma atividade econômica, a pesca continua sendo a atividade principal, até porque “a pesca artesanal realizada pelos jangadeiros se reveste de

²⁶ Labirinteiras são as artesãs que aplicam ao trabalho da renda a técnica do labirinto. O labirinto ou crivo ou contado é “um emaranhado de pontos que se faz desfiando o tecido, montado em armação de madeira (tela ou bastidor), unindo fios e preenchendo espaços com cerzimentos.” (Artesol, s/d).

rituais e aspectos simbólicos e pela terra onde se concretiza a realização de trabalhos manuais artesanais como bordados, labirintos, rendas, além dos pequenos plantios de subsistência.” (Mendonça, 2009, p. 295).

Os comunitários da Prainha buscam trabalhar com seus atrativos, equipamentos e com a demanda de turistas de maneira a distribuir equitativamente as responsabilidades e direitos entre os moradores que trabalham direta ou indiretamente com os turistas. A comunidade conta com hospedagens, equipamentos de alimentação, oferta de serviços e estrutura para eventos, possui uma Bodega onde se reúne a produção artesanal local para venda aos turistas e oferta atividades como trilhas para conhecer o local (Associação do Canto Verde, s/d).

As hospedagens são organizadas na casa dos próprios moradores que alugam quartos para os turistas. Um dos exemplos de hospedagem, segundo informações do *site* da Prainha do Canto Verde, é a Pousada Refúgio da Paz da Dona Mirtes que trabalhava como agente de saúde na comunidade e tinha oito filhos residindo com ela. Ao longo dos anos seus filhos foram saindo da casa deixando os quartos vazios. Dona Mirtes viu a oportunidade em abrir seu lar para receber os turistas (Associação do Canto Verde, s/d).

Sobre o serviço de alimentos e bebidas existe no *site* a oferta do restaurante Sol e Mar em que os donos trabalham com a mesa compartilhada “onde os hóspedes se encontram e acabam trocando suas experiências de viagens e compartilhando as diferentes culturas. Os donos têm momentos de conversas e informações sobre a história da comunidade.” (Associação do Canto Verde, s/d). Há ainda um grupo de cozinheiras que é formado por mulheres que fazem parte da Associação. Esse grupo passou por vários cursos de culinária ofertados pelo Sebrae e outras instituições e, atualmente são elas que preparam os pratos servidos nos eventos locais com as comidas típicas da região.

Contudo, é relevante apontar que dentre todos os serviços e produtos oferecidos o que mais chama a atenção da demanda para a comunidade da Prainha na verdade é a história e a hospitalidade local. O turista se vê motivado em conhecer a Associação de Moradores, o modo de vida e toda a história de luta dos locais. Conhecer os atrativos naturais e produzidos pela comunidade fica em segundo plano (Mendonça, 2009). Os resultados do “Nosso turismo” foram a inclusão social, a redução da desigualdade social, o fortalecimento da participação social e seu protagonismo no planejamento e gestão do turismo, entre outros (Silva, 2023).

Para além da iniciativa da Prainha, selecionamos o caso do Projeto Acolhida na Colônia. Esse projeto é um dos projetos formais de maiores proporções no Brasil, pois ele congrega mais de um município trabalhando com o modelo de gestão de base comunitária no turismo,

incluindo atualmente municípios de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. O projeto passou a ser um modelo de desenvolvimento do turismo em pequenas localidades com o protagonismo das comunidades locais. Atualmente, a Acolhida na Colônia, congrega 29 municípios e, do total 27 deles estão em Santa Catarina, Estado em que a iniciativa teve origem. Desses 27 municípios em SC, 21 deles têm menos de 50 mil habitantes e, 20 têm menos de 20 mil habitantes.

Dos 21 municípios com menos de 50 mil habitantes, apenas cinco deles (Atalanta, Presidente Nereu, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio e Witmarsum) perderam população desde 1991 até o último censo de 2022. Porém, apenas cinco ganharam população rural (Campo Alegre, Corupá, Gravatal, Lontras e Rio Rufino). Todos os 21 municípios ganharam população urbana (IBGE, 2010). Acompanhando o cenário nacional, a taxa de envelhecimento aumentou em todos os municípios, assim como a taxa de longevidade (IBGE, 2010). Além disso, todos os municípios tiveram aumento na população de 18 anos ou mais, porém, com a queda na população rural, o indicativo é que a população jovem que vive no campo tem decrescido a cada ano. Compreendemos com esse cenário, que o maior desafio desses municípios é sobre a continuidade das profundas mudanças do campo brasileiro e sua relação com a produção de alimentos para consumo, que majoritariamente é produzido pela agricultura familiar (IBGE, 2017).

Nesse contexto, surge a Acolhida na Colônia. Conforme esclarecem Fortunato e Teixeira (2011) o projeto teve seu início com a produção de alimentos orgânicos por agricultores da região das Encostas da Serra Geral em Santa Catarina. A produção orgânica baseou-se em um contexto de busca por alternativas para a manutenção das famílias no campo em um cenário complexo de enfrentamento de inúmeras dificuldades impostas a elas. Em 1996, surgiu a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agrego) com o total de doze famílias associadas.

Houve um processo de desenvolvimento territorial expressivo na região que agregou maior número de famílias, implantou pequenas agroindústrias, criou cooperativa de crédito rural, entre outras iniciativas. A produção dos alimentos orgânicos e todo o contexto envolvido à produção passou a atrair o interesse de agricultores, técnicos e consumidores em conhecer as famílias produtoras e suas respectivas propriedades. O fluxo direcionado para a região gerou discussões sobre a possibilidade de trabalhar com a atividade do turismo (Guzzatti; Sampaio; Coriolano, 2013).

É nesse contexto que as famílias passaram a se mobilizar e definiram o agroturismo como segmento turístico a ser adotado. O agroturismo foi escolhido em razão de suas características ligadas a propriedade e a família agricultora que recebe o turista dentro de seu estabelecimento em que há intensa interação dos turistas com o modo de vida e produção camponeses (Fortunato; Teirxeira, 2011).

Em 1999 foi fundada a Associação Acolhida na Colônia que, passou a integrar, por decisão de seus associados, a associação francesa *Accueil Paysan*. Esse fato ocorreu em razão dos objetivos entre as duas associações convergirem e, pela vasta experiência da associação francesa que poderia auxiliar de muitos modos o Projeto Acolhida na Colônia. Nesse sentido, é relevante contextualizar que a associação *Accueil Paysan*, foi criada em 1901 para buscar vencer problemas vividos no campo por parte dos agricultores interessados em trabalhar com o agroturismo para recuperar a autoestima local, gerar emprego e renda, dinamizar as comunidades rurais e estabelecer novos laços sociais entre campo e cidade (Guzzatti; Sampaio; Coriolano, 2013). A associação é uma rede formada por agricultores e atores rurais comprometidos com a agricultura de base familiar e com o turismo sustentável, justo e solidário (*Accueil Paysan*, s/d).

Também comprometida com esses objetivos a associação Acolhida na Colônia está presente atualmente em 24 municípios de Santa Catarina, um município do Estado do Rio de Janeiro (Casemiro de Abreu) e um distrito do Estado de São Paulo (Paralheiros). Atualmente segundo informações do *site* da associação estão envolvidas 94 propriedades na experiência de Turismo de Base Comunitária (Acolhida Na Colônia, s/d). Conforme dados de 2013 o Projeto Acolhida na Colônia somava a participação de mais de 170 famílias (Guzzatti; Sampaio; Coriolano, 2013).

Após levantamentos realizados sobre os municípios que fazem parte da associação identificou-se que a iniciativa se divide em dez destinos e experiências turísticas para oferecer ao turista atividades relacionadas ao agroturismo. Essas regiões são: a) Santa Catarina (Encantos do Quiriri; Encostas da Serra Geral; Grande Florianópolis; Regional de Ibirama; Regional de Ituporanga; Serra Catarinense; Serra do Rio do Rastro; Vale dos Imigrantes), b) Rio de Janeiro (Casemiro de Abreu), c) São Paulo (Acolhendo em Paralheiros) (Acolhida Na Colônia, s/d).

A associação mantém parcerias com universidades, associações, Sebrae, organismos de turismo, dentre outras instituições (Fortunato; Teixeira, 2011), o que reforça a necessidade e importância das parcerias para a sobrevivência e sucesso das experiências de TBC. A Acolhida

na Colônia desde seu surgimento foi premiada em razão de seu trabalho, dentre eles está o prêmio Destaque do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2002); o prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio promovido pela ONU (2005); Destino Referência Nacional em Turismo Rural promovido pelo Ministério do Turismo (2007); prêmio *Fellowship Ashoka Empreendedores Sociais* (2007) (Acolhida Na Colônia, s/d).

Segundo Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013) a Acolhida na Colônia possui uma metodologia própria que atende as famílias desde a implantação do agroturismo em suas propriedades até a promoção, bem como captação de investimento e trabalho associativo. Nesse contexto, antes de iniciar os trabalhos com a logomarca Acolhida na Colônia as propriedades passam por processo de certificação.

Em outro estudo desenvolvido por Guzzatti (2010) a autora apresenta que os pontos positivos da experiência de cooperação foram a geração de trabalho e renda para a população local; impulso na autoestima dos agricultores; criação de novas utilidades para instalações ociosas da propriedade; promoção da troca de experiências entre turistas e locais; atração do interesse de indivíduos mais jovens; divulgação dos locais que fazem parte da associação e facilitação da captação de recursos públicos e privados; contribuição para o aumento da arrecadação de impostos municipais. Entre os pontos negativos Guzzatti (2010) cita a perda da relevância da atividade agropecuária; a presença de pessoas mal intencionadas que causam transtornos aos locais e a infraestrutura por vezes precária do município que afeta a imagem do Projeto.

3.4 Paraná: um encontro com a diversidade

Da mesma forma que buscamos levantar como a literatura paranaense compreendia o TBC no Estado, procuramos identificar a quem os autores se referiam quando tratavam do termo “comunitária”. Buscamos endereçar para quem os pesquisadores estavam olhando quando construíam seus debates com relação ao TBC, quais eram os grupos sociais, quais eram os atores que estavam envolvidos com esse modelo de gestão. Quando olhamos para os objetos de pesquisa identificamos, que a maioria dos trabalhos entre artigos, dissertações e tese se debruçam sobre a região do Litoral (Quaro 5). Fazemos essa afirmação, pois, do total de 30 trabalhos, 19 deles foram sobre objetos de estudo na região.

Quadro 5 - Paraná. Estudos científicos que abordaram o TBC no Estado do Paraná, 2022.

ARTIGOS CIENTÍFICOS			
Número de publicações	Localização do objeto de pesquisa	Número de artigos por objeto	Objeto do estudo
7	Guaraqueçaba	2	Cooperativa Cooperguará-ecotur
		1	Comunidade de Barbados (ParNa Superagui)
		1	Comunidades de Barbados e Barra do Superagui (ParNa Superagui)
		1	Comunidade quilombola Batuva
		1	Clube de Mães Amigas e Colaboradoras da Ilha das Peças, Restaurante e Panificadora Ilha das Peças
		1	Projetos de extensão relacionados ao turismo no município
6	Morretes	6	Comunidades da Microbacia do Rio Sagrado
2	Região Metropolitana de Curitiba	1	44 Colônias de imigrantes localizadas em 10 municípios da região
		1	Roteiro de Turismo Rural no município de Colombo
1	Ponta Grossa	1	Comunidades da região do Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG)
1	Irati	1	Comunidade do Pinho de Baixo
1	Foz do Iguaçu	1	Iniciativas diversas no município de Foz do Iguaçu
1	Litoral do Paraná	1	Rede Anfitriões de TBC
DISSERTAÇÕES E TESE			
3	Morretes	3	Comunidades da Microbacia do Rio Sagrado

3	Guaraqueçaba	1	Cooperativa Arte Nossa e Clube de Mães Amigas e Colaboradoras da Ilha das Peças, Restaurante e Panificadora Ilha das Peças
		2	Comunidade Barra do Superagui (ParNa do superagui)
2	Ponta grossa	1	Comunidades de Alagados, Biscaia, Cerradinho, Passo do Pupo no entorno do Parque Nacional dos Campos Gerias (PNCG)
		1	Comunidades do entorno do Parque Estadual de Vila Velha (PEVV)
1	Prudentópolis	1	Comunidade Faxinalense Barra Bonita
2	Foz do Iguaçu e região	1	Arranjo produtivo local do turismo em Foz do Iguaçu e região
		1	Roteiro de Turismo Sustentável de Base Comunitária no Oeste do Paraná nos municípios de Itaipulândia, Matelândia, São Miguel do Iguaçu, Quatro Pontes e Marechal Cândido Rondon.

Fonte: Autoral.

Como esse é um recorte menor com relação ao cenário que apresentamos no primeiro capítulo, observamos que, mesmo quando falamos em TBC, também existe uma maior produção acadêmica em áreas de maior concentração do turismo e, assim, de investimentos mais expressivos em pesquisa acadêmica nessas áreas. Os objetos de estudo que não localizam-se no Litoral estão em: Foz do Iguaçu e região, Irati, Prudentópolis, Ponta Grossa e Região Metropolitana de Curitiba. Embora esses trabalhos busquem trazer luz para comunidades fora do circuito com maior visibilidade no turismo, em grandes e médias cidades, é possível afirmar que ainda assim há uma hierarquia na produção científica. Regiões com menos investimentos em pesquisas, com Universidades menores e/ou até mesmo sem áreas de estudo que interessam-se pelo tema do turismo, possuem uma carência significativa de estudos dessa natureza. Parece que é preciso maior esforço das instituições em desenvolver pesquisas em áreas com menor visibilidade no Estado e, sobretudo, mais presença do poder público, que é o maior responsável por garantir condições para tal.

A respeito das comunidades que foram objetos de estudo na literatura, reforçamos que nosso esforço, é entender a quais grupos sociais a produção acadêmica paranaense tem se referido ao longo dos anos como “comunidade”. O Turismo de Base Comunitária possui características específicas em cada local que ocorre (Irving, 2009 e Mtapuri; Giampiccoli, 2021) e o Paraná merece maior atenção, para que possamos compreender a quem estamos direcionando nossos esforços públicos e privados. É relevante ter clareza para quais grupos sociais devem ser direcionadas as políticas públicas, em esforços que resultem no atendimento de suas demandas. Para além disso, também é relevante esclarecer que nesse levantamento não nos propusemos a uma abordagem quantitativa, pois, não estamos tentando aqui cravar números, mas sim, ter um panorama geral dos grupos sociais estudados nos trabalhos, sem cair em generalismos. Sabemos que alguns dos artigos publicados foram fruto dos trabalhos de pós-graduação e, por isso, pode haver duplicação no levantamento. Porém, como dito anteriormente, estamos comprometidos em olhar para um panorama geral que nos aponte quem são as comunidades paranaenses que estão compondo o que se entende pelo termo “comunitária” no Turismo de Base Comunitária no Estado do Paraná.

Dito isso, ao nos debruçarmos sobre os objetos das pesquisas (Quadro 5), constatamos que a maioria deles estão localizados em municípios com menos de 50 mil habitantes, com a exceção dos trabalhos na Região Metropolitana de Curitiba, Irati, Ponta Grossa, e Foz do Iguaçu e de alguns municípios da região de Foz. As pesquisas confirmam a tendência do TBC se estabelecer mais no campo do que na cidade, com exceção de um trabalho (Lopes; Soares; Santos, 2023) que, entre as iniciativas no município de Foz do Iguaçu, citou outras manifestações, que não estão ligadas ao turismo rural e, sim a instituições sociais na cidade como o Instituto Polo Iguassu, o projeto Ñandeva, a Incubadora de Direitos Institucionais e as Organizações Solidárias Índios/Unioeste e a Cooperativa Vem Ser. Além dessas, o estudo também citou a Feira de Sabores Colonial no Centro de Convivência do Idoso, que segundo os autores é realizada em parceria com a Prefeitura de Foz do Iguaçu, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Instituto Emater, Sindicato Rural e Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária.

Dentre os objetos de estudo localizados nos artigos identificamos que dos 19 trabalhos, 14 deles olharam para comunidades tradicionais, compreendidas como comunidades tradicionais nos termos da Decreto nº 6.040/2007, e em cinco deles foram abordados objetos de estudos caracterizados como comunidades de famílias de agricultores, geralmente ligadas a famílias de imigrantes europeus. Entre os trabalhos de pós-graduação, do total, sete abordaram

comunidades tradicionais como objeto de estudo (Decreto nº 6.040/2007) e quatro deles, famílias de agricultores.

Dentre esses dois maiores grupos de comunidades tradicionais e agricultores de base familiar, observamos que entre eles foram citados grupos sociais menores que deles fazem parte. Jogando uma lupa, sobre os objetos de estudo, os autores citaram como grupos sociais atendidos pelas pesquisas como sendo de comunidades tradicionais: agricultores de base familiar (com produção de alimentos de subsistência, alimentos orgânicos, café, com agroindústrias, com criação de animais de pequeno porte, etc.), pescadores, povos indígenas, quilombolas, associação de mulheres, chacreiros (entendidos nos estudos como pessoas da comunidade que cuidam de propriedades de não residentes).

Dentro das pesquisas que olharam para as comunidades tradicionais foram citados, que faziam parte delas (embora não fossem povos tradicionais) proprietários de chácara de lazer. Observamos que, a literatura, aponta, para comunidades diversas que possuem certo grau de diversidade, agregando povos tradicionais que vivem nos territórios a longos períodos e, somam-se a eles moradores de segunda residência, empreendedores de lazer e, outros. Entre o grupo de agricultores familiares (Decreto nº 11.326/2006) foram citadas famílias de agricultores imigrantes, especialmente de italianos. Alguns autores ao citarem famílias e/ou grupos de indivíduos residentes no campo (no entorno de Unidades de Conservação) também utilizaram os termos “moradores” e/ou “residentes fixos” ou “residentes temporários” para se referirem ao grupo social adotado como objeto de estudo.

Sobre os objetos de estudo, embora observados dentro de dois grandes grupos: dos povos tradicionais e dos agricultores de base familiar, identificamos que dentro de tais grupos existe uma diversidade de grupos sociais que com seus modos de vida e produção únicos ligados à sua história e território atribuem ao Turismo de Base Comunitária paranaense uma identidade única. Os agricultores de base familiar e os povos tradicionais paranaenses possuem diferenças significativas dos demais agricultores e povos de outras regiões do país e do mundo. Desde aspectos legais como a legislação que estabelece diretrizes para esses grupos até o que produzem, como produzem, seu modo de viver e sua visão de mundo. Não temos a intenção aqui de adentrar e aprofundar sobre os aspectos das ciências sociológicas, antropológicas e demais ciências que buscam dar conta dos debates acerca do tema, mas sim, de reforçar, por meio desse levantamento da literatura, que o termo “comunitária” também é diverso e amplo no Paraná, abrigando em si uma pluralidade de grupos sociais que de muitas formas convergem entre determinados aspectos, mas divergem em tantos outros. Tratar da ideia de Turismo de

Base Comunitária tem sido uma tarefa cada vez mais complexa na medida que o modelo de gestão abriga em si uma vasta complexidade de modos de vida e produção e todas as demandas que eles apresentam.

Quando olhamos para os objetivos de pesquisa podemos observar que dos 30 estudos levantados, dez deles estiveram ocupados em analisar o TBC como uma ferramenta potencial para as comunidades locais com o objetivo de trazer trabalho, renda e fortalecer a sensibilização para a proteção dos recursos naturais, os modos de vida e a produção local. Três deles debateram as suas contribuições para a cultura local; outros três buscaram analisar a percepção local sobre o modelo; dois deles trataram das formas de organização da comunidade relacionadas ao TBC e os demais tiveram objetivos diversos como: analisar perfil da demanda; analisar o modelo enquanto arranjo produtivo local; caracterizá-lo onde ocorre; analisar o TBC e sua relação com a sustentabilidade, entre outros.

Nos inclinamos sobre os objetivos dos trabalhos percebemos que a demanda a respeito da geração de trabalho e renda está no topo das demandas das comunidades e serve, juntamente com a necessidade de proteger os recursos naturais e os modos de vida e produção das comunidades estudadas. Olhando para a localização dos objetos de estudo fica claro que o TBC, de fato, é entendido como ferramenta para grupos sociais periféricos que estão localizados, especialmente em pequenos municípios, muito embora a literatura estude iniciativas preponderantemente localizadas entornos de grandes aglomerações e em regiões com maior atenção do turismo como o litoral paranaense.

De todo modo, essas áreas possuem desigualdades e os grupos marginalizados que nelas estão localizados têm buscado formas de enfrentar os desafios impostos pelo atual sistema socioeconômico hegemônico. Para além, os objetivos dos trabalhos apontam para a incipiência do TBC no Paraná ao tratar de seu potencial e realizarem estudos para compreender o perfil da demanda e as formas de organização da comunidade dentro desse modelo. Além disso, os objetivos das pesquisas também apontam que o TBC está intimamente ligado aos recursos naturais, culturais e aos arranjos produtivos locais ao se preocuparem em analisar tais temas nas produções acadêmicas.

Quanto aos resultados dos trabalhos (Quadro 6) foi possível identificar uma série de debates que buscaram preencher lacunas existentes no campo científico e descortinaram tantas outras. Buscamos organizar os resultados em grandes áreas conforme fomos identificando os temas que foram aparecendo nas pesquisas. Verificamos que esses resultados giraram em torno de quatro aspectos que foram: sociais, culturais, meio ambiente e econômicos/gestão (mais

comumentos ligados a gestão do modelo). Tais aspectos não encontram-se compartimentados no cotidiano da vida, de fato essa dicotomia não existe, porém, separamos esses temas para melhor compreensão para fins de análise.

Quadro 6 - Paraná. Resultados das pesquisas acadêmicas sobre Turismo de Base Comunitária por área, 2022.

Área	Resultados
Economia/Gestão	O TBC fortaleceu as lideranças locais por meio de com engajamento e capacitação
	Há grande demanda por organização, capacitação dos atores locais e agentes do turismo
	O TBC diversificou a economia local
	Há um alto nível de satisfação por parte dos visitantes
	Baixa qualidade de serviços e meios de acesso
	As comunidades apresentam interesse no TBC
	O TBC auxilia na articulação de políticas públicas de economia solidária
	A governança (tomadas de decisão e acesso ao mercado) precisa melhorar
	O TBC contribui para o desenvolvimento territorial
	Atividades ainda não exploradas na comunidade possuem potencial por meio do TBC
	Demanda por ampliação da oferta
	Demanda por melhorar qualitativamente serviços e produtos
	Demanda por melhorar a promoção da imagem dos serviços e produtos
	O TBC privilegia a organização das populações locais (autogestão)
	A gestão deve partir da comunidade e a melhor modalidade é a solidária, sustentável e comunitária
	O TBC desperta interesse nos visitantes
	Há um amplo campo para levantamento de iniciativas que podem desenvolver a economia das regiões onde estão localizadas
	A comunidade carece de melhorias na estrutura e infraestrutura e divulgação
	Há espaço para o aumento do fluxo de turistas
	Existem poucos resultados por ser incipiente
	Necessidade de maior conhecimento sobre o que é TBC
	Demandas por auxílio técnico das comunidades
	Comercialização e marketing são insuficientes
	Os Arranjos produtivos locais potencializam o TBC e ele se beneficia das interrelações do arranjo local
O TBC é ferramenta de reinserção econômica	
Há interesse da economia de mercado em absorver produtos solidários	
Ações e planejamento efetivo insuficientes	

	As comunidades estão investindo no TBC como saída para a desaceleração de atividades tradicionais
	Gestão e planejamento devem integrar aspectos sociais, espaciais, culturais e ambientais com base territorial comum e incorporar todos os atores.
Meio Ambiente	O TBC potencializa a cogestão das UC's com a comunidade local
	O TBC pode aproximar a comunidade local das UC's
	O TBC é estratégico para a conservação da biodiversidade
	O TBC é viável em UC's
	O TBC demanda de melhorias para aumentar o fluxo sem impactar o meio ambiente
	As UC's devem incorporar o TBC para construir redes entre empreendedores e fortalecer a autonomia que favorece a proteção ambiental e a participação social
	Os moradores locais desejam adotar o modelo de gestão reconhecendo seu potencial para preservação das UC's
Efeitos positivos ao ambiente natural	
Social	O TBC potencializou a convivencialidade entre turistas e visitantes
	Maior inclusão social por meio do TBC
	O TBC pode ser estratégico para mitigar o êxodo rural
	Houve o fortalecimento da comunidade
	O TBC demanda um maior engajamento da comunidade
	O TBC contribui no aspecto humano
O TBC envolve a comunidade	
Cultural	O TBC contribui na preservação e valorização da cultura local evitando seu apagamento
	O TBC é estratégico para sobrevivência de modos de vida
	A cultura local é relevante para o TBC mas há muitas restrições nas UCs para seu desenvolvimento
	O TBC valoriza a cultura alimentar que desperta interesse nos turistas
	O TBC contribui na preservação das paisagens culturais
O TBC reforça características comunitárias	

Fonte: Autoral.

Os resultados relacionados aos aspectos econômicos foram os que mais apareceram nas pesquisas e eles abordaram, em maior volume, a gestão do modelo. Trabalhos que apresentam resultados econômicos ainda não são suficientes para trazer números sobre o aumento efetivo

de trabalho e renda nas comunidades locais, porém, é possível observar, por meio das pesquisas levantadas, que efeitos positivos na economia local ocorrem com a adoção do modelo de gestão. Embora ainda não tenhamos números que sejam atrativos para a economia de mercado atual, as pesquisas acadêmicas afirmam que o TBC tem gerado resultados positivos na economia das comunidades locais.

Os efeitos do aquecimento global têm sido sentidos com maior intensidade pelas populações economicamente vulneráveis (Grimm; Sampaio, 2016). Comunidades locais, portanto, têm adotado o TBC como forma de vencer a diminuição da renda familiar em consequência da desaceleração de atividades tradicionais como a pesca, que ao longo dos anos não atendem mais as demandas de subsistência (Grimm; Sampaio, 2016). Além de ser uma alternativa para os desafios locais o turismo, inclusive, torna-se uma ferramenta de receita relevante para os residentes ao passo que [...] muitos moradores (comerciantes, artesãos, pescadores, donos de pousadas e restaurantes) dependem dos visitantes para movimentar a economia, pois são os turistas que consomem produtos e usam os serviços ofertados localmente (Grimm, Sampaio, 2016, p. 74).

O TBC apresenta-se como ferramenta de reinserção econômica das comunidades que estão na periferia do sistema econômico vigente. Embora os resultados não apresentem números esperados pelo mercado e por gestores públicos, que esperam respostas quantitativas para tomadas de decisão, o TBC auxilia, de fato, famílias que vêm no modelo uma saída para melhoria da renda. Dessa forma, a reinserção na economia por meio do turismo traz novas oportunidades de trabalho e renda, melhorando a receita das famílias ao agregarem o turismo nas atividades socioeconômicas, além das tradicionais. Nesse sentido, há diversificação da economia local e contribuição para o desenvolvimento territorial (Grimm; Sampaio; Betti, 2017 e Vieira *et. al.*, 2021).

As produções acadêmicas paranaenses observaram que o TBC estabelece-se por meio de uma economia que busca o desenvolvimento de maneira solidária. Especialmente os estudos desenvolvidos nas comunidades da Microbacia do Rio Sagrado, por pesquisadores liderados pelo Prof. Carlos Alberto Cioce Sampaio, trouxeram resultados nessa direção. Esses trabalhos na Microbacia, de maneira geral, se voltaram para analisar os arranjos socioprodutivos do TBC, definidos como APLTur.Com²⁷ e que contribuem para a diversificação da economia local.

²⁷“os [...] APLTur.Com configuram redes de organizações socioprodutivas locais, qualificadas como associativas, comunitárias ou de socioempreendedorismo individual, que precedem responsabilidade socioambiental (Zamignan, Sampaio, Montovaneli, 2011, p. 252).

Nesse sentido, conforme as pesquisas no Paraná, o TBC ao diversificar essa economia por meio de uma economia alternativa, a exemplo da economia solidária, demanda sobretudo que o planejamento e a gestão do modelo devem ser integradores, levar em consideração a base territorial comum e incluir todos os atores (Biesek, 2013). A inclusão dos atores parece ser relevante na medida que as pesquisas apontaram para esses resultados. O TBC contribuiu com o fortalecimento das lideranças ao engajar e capacitar membros da comunidade local para gerir o modelo (Zechner; Alves; Sampaio, 2008). Ao envolver e fortalecer a comunidade o TBC firma-se como modelo de gestão do turismo que leva a autogestão, com o protagonismo da comunidade local, como um de seus elementos-chave.

Os resultados dos trabalhos ainda apontaram que o TBC paranaense possui um vasto campo a ser coberto no Estado. Os pesquisadores entendem que há interesse por parte de comunidades locais em adotar o modelo; há espaço para a ampliação da oferta; existem atividades com potencial a serem incorporadas no turismo local e espaço para aumento do fluxo de visitantes interessados em experiências que sejam geridas por meio desse modelo. Ao apontarem tais resultados, os pesquisadores indicam lacunas de pesquisas e também de trabalhos técnicos que levantem iniciativas de TBC no Paraná que ainda são desconhecidas; levantamento de comunidades com potencial para a adoção do modelo, pesquisas que apontem o perfil do turista que vivencia as experiências de TBC no Paraná, uma vez que pesquisas como essa no Estado são escassas e estão defasadas, ao passo que encontramos apenas a pesquisa de Sampaio e Zamignan de 2012.

Para além das contribuições, ainda são necessários avanços com relação ao planejamento e gestão do modelo no Estado. Fazemos essa afirmação pois muitos resultados apontaram para dificuldades enfrentadas com relação a ele. Os problemas na gestão parecem ser os mais significativos, ao passo que o maior volume de resultados foi nessa direção. Problemas relacionados a governança, dificuldade de acesso ao mercado, baixa qualidade de produtos e serviços, necessidade de melhoria da imagem de produtos e serviços, demanda sobre melhoria na estrutura e infraestrutura, entre outros, deixam claro lacunas relacionadas a capacitação técnicas e dificuldades relacionadas a investimentos financeiros. Um dos trabalhos que abordou o tema com maior profundidade foi o trabalho de Mielke (2017) que avaliou a governança da iniciativa de TBC Cooperguará, em Guaraqueçaba e, apontou que um caminho para amenizar esses desafios são investimentos de longo prazo, alinhamento da comunidade com seus membros, fortalecimento de lideranças locais, entre outros.

Os resultados ligados ao TBC e meio ambiente aparecem na sequência em maior volume após os econômicos. Isso ocorre, afinal, o TBC historicamente esteve ligado às comunidades

que residem em áreas ou próximas a áreas de proteção ambiental (Projeto Bagagem, 2022). Essas comunidades demandaram por mais alternativas de renda uma vez que suas atividades tradicionais passaram a não ser mais permitidas em áreas protegidas. Nesse sentido os resultados das pesquisas indicaram para uma estreita ligação do TBC com as UC's pois, esse é o modelo do turismo que tem maior compatibilidade com a proteção dos recursos naturais. Além disso, as pesquisas apontaram que o TBC potencializa a cogestão das UC's entre comunidades locais e gestores (Betti; Dernadin, 2019), aproximando, como consequência, a comunidade local das áreas protegidas, sendo assim,

[...] considera-se que iniciativas organizadas em base comunitária são alternativas viáveis para o turismo em UCs como Parques Nacionais e seu entorno, e contribuem para que essas unidades cumpram seu papel no desenvolvimento local, uma vez que via TBC promovem justiça ambiental na repartição dos benefícios da biodiversidade e liberdades humanas, como autonomia, participação, redução da pobreza, valorização cultural, qualificação profissional, entre outras (Betti; Dernadin, 2019, p.13).

Betti e Dernadin (2019) deixam claro que os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais estão interligados e ao promovermos melhorias em um ou mais aspectos os efeitos tornam-se efeitos em cascata. Nesse sentido, os autores antecipam que os resultados do TBC também aparecem no aspecto social das comunidades locais. As pesquisas apontaram que a adoção do modelo contribui para o aspecto humano, envolvendo e fortalecendo a comunidade, promovendo inclusão social, promovendo a convivencialidade de turistas e residentes além de contribuir para a mitigação do êxodo rural, criando mais condições para que os indivíduos permaneçam em seu local de vida.

Por fim, observando os aspectos culturais, compreendemos que os resultados indicam que o TBC preserva e valoriza a cultura local tornando-se uma ferramenta utilizada na sobrevivência dos modos de vida e produção das comunidades. Trabalhos como de Cabral e Teixeira (2020) e Teixeira, Ferrari e Filippim (2021) que analisaram os aspectos da cultura alimentar de populações tradicionais e sua relação com o TBC, apontaram que há uma interdependência entre TBC, cultura alimentar e culinária tradicional, porém, desafios como a ampliação e fortalecimento de parcerias com setores públicos e privados, o estabelecimento de políticas públicas para o TBC no Paraná, dentre outros, ainda precisam ser enfrentados.

Compreendido o contexto geral na literatura, ainda permanecia uma inquietação: “Não existem mais comunidades em pequenas localidades periféricas/não metropolitanas no Paraná?”. Para nós, a realidade do interior do Paraná ainda permanecia nebulosa. As iniciativas

na literatura ainda estavam na sua maioria localizadas em áreas de maior aglomeração demográfica, excluindo uma ou outra manifestação. Com essa inquietação, seguimos para a tarefa de mapear as comunidades locais que adotam o turismo como uma alternativa social no Paraná, pois ao insistir na busca, acreditávamos que descobriríamos mais iniciativas.

4 MERGULHANDO NOS PEQUENOS

Observando que o turismo, quando gerido de maneira coletiva, pode carrear benefícios para as localidades onde ocorre e, que acreditamos que o modelo de TBC traz outros benefícios que são limitantes para o modelo convencional, empreendemos a tarefa de debater a partir desse capítulo as implicações sociais do TBC para as pequenas localidades. Contemplamos aqui, o quarto objetivo de levantar as características gerais dos atores e os desafios das pequenas localidades que habitam. Para atender a essa tarefa, mapeamos as iniciativas de comunidades locais que fazem a gestão do turismo no Estado, dado que, esse mapeamento é uma lacuna tanto teórica quanto prática no Paraná. Além de realizar essa ação, olhamos para os pequenos municípios onde essas iniciativas localizam-se com o intuito de compreender seus desafios que, de muitas maneiras, podem justificar a busca por alternativas de desenvolvimento por parte de suas comunidades. Por fim, traçamos um quadro dos grupos sociais levantados apresentando dados que possam indicar quais as características do TBC no Paraná.

4.1 A grandiosidade dos pequenos: Estamos subestimando o tamanho do TBC no Estado do Paraná?

Quando iniciamos este trabalho, pensamos em refletir sobre o TBC e seus efeitos para o desenvolvimento de pequenos municípios/localidades, especialmente, em seu aspecto social no Estado do Paraná. Para empreender esse desafio precisávamos olhar para as iniciativas de TBC no Estado. Porém, uma das lacunas desta pesquisa, foi justamente a insuficiência de dados sobre o TBC em âmbito estadual. Ao buscarmos as informações sobre as iniciativas que existem atualmente, nos deparamos com a demanda de mapear essas iniciativas, pois, no Estado, esse mapa ainda não existia. Uma das preocupações iniciais, foi problematizar: Como pensar o TBC no Paraná se não conhecemos as características gerais do modelo no Estado? Como pensar o desenvolvimento social de comunidades locais via TBC, sem antes entender a contemporaneidade desse modelo no Paraná?

A escassez de dados não é uma especificidade paranaense. O Brasil como um todo está empreendendo esse esforço em descobrir qual a identidade do modelo no país. Em 2020, no mesmo ano que iniciamos a pesquisa, a ONG Projeto Bagagem também dava os primeiros passos sobre o mapeamento do TBC brasileiro. Sabemos disso, pois, durante a pandemia,

alguns eventos foram promovidos para debater essas demandas e, inclusive, foram levadas a cabo ações para iniciar esse trabalho. Entramos em contato em uma das ocasiões com representantes da ONG para estabelecer parcerias, a fim de contribuir com o mapeamento no Paraná, uma vez que, esse era um de nossos objetivos nessa pesquisa.

Esse contato, nos levou posteriormente, a outros caminhos que culminaram na parceria firmada com o governo do Estado do Paraná para mapear as iniciativas. Isso porque, enquanto estávamos iniciando nosso levantamento, a Rede Anfitriões de TBC organizava um movimento no Estado para a construção do Projeto de Lei para o TBC. Esse movimento culminou no Projeto de Lei n° 138/2021, que estabelece diretrizes sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC), protocolado em 06/04/2021. Durante esse processo, entramos em contato com a Coordenadora da Rede, a Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Paraná *campus* Litoral, Me. Beatriz Cabral, para tratar do mapeamento, em razão de sua experiência com o TBC no litoral, região em que o modelo atualmente encontra-se mais consolidado em comparação com outras regiões do Estado.

Com o contato, fomos convidados pela Me. Angela Nardelli, que integra a coordenação do Grupo de Diálogo do Projeto de Lei desde março de 2020, para fazer parte desse grupo. Quando iniciamos nosso trabalho juntamente com o grupo, divulgamos nossa pesquisa e seus objetivos, dentre eles, mapear as iniciativas de TBC estaduais. A Paraná Turismo²⁸, na ocasião, divulgou que também havia iniciado processo de mapeamento das iniciativas e, em razão dos esforços da tese e, também da Paraná Turismo, firmamos uma parceria interinstitucional para realizarmos o mapeamento de maneira conjunta. Durante o compartilhamento de informações apresentamos nosso questionário, que seria enviado para as iniciativas com o objetivo de levantar suas informações gerais e chegar ao mapeamento. A equipe do setor de Segmentos da Paraná Turismo fez suas contribuições para melhorar o questionário e fechamos a ferramenta que foi, então, enviada para as iniciativas. Após esse trabalho, a Paraná Turismo sofreu uma reestruturação e a parceria foi concluída com apresentação e debate dos resultados até então levantados e, seguimos sem qualquer parceria até o final do mapeamento.

Anteriormente ao envio dessa ferramenta, sobre a qual falaremos mais adiante com maior detalhamento, iniciamos processo de levantamento das iniciativas de TBC. Abrimos aqui um parêntese para detalhar como definimos os parâmetros desse levantamento inicial. Nossos trabalhos exploratórios prévios, para a construção do projeto de pesquisa, deixaram claro que

²⁸ A Paraná Turismo é uma autarquia do Estado do Paraná que atualmente está vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest).

havia no Estado uma grande diversidade de grupos sociais trabalhando com o turismo. Além dessa diversidade, muitos desses grupos não tinham na época (e muitos deles ainda não têm), conhecimento sobre o que é o modelo de TBC e, operam no turismo, de maneira próxima a ele, porém, sem ter conhecimento da possibilidade em adotar essa ferramenta como uma alternativa de gestão de suas iniciativas. Como não conhecíamos todas as iniciativas que possivelmente operavam próximas ao TBC e, não podíamos chegar nelas usando esse termo (pois excluiríamos muitos grupos que podiam estar operando próximo ao modelo) tanto no levantamento de gabinete, quanto no levantamento via questionário, decidimos utilizar na primeira etapa os termos: *turismo em comunidades locais* e *atividades de turismo próximas ao modelo de TBC*. Assim, incluiríamos possíveis iniciativas que não se autodenominam deste modo, mas apresentam proximidade com esse modelo.

A amplitude dos termos foi grande e, incorríamos no risco de levantar iniciativas que não se aproximassem do modelo. Assumimos esse risco e empreendemos a tarefa, sabendo que posteriormente organizaríamos os resultados e os apresentariamos para a sociedade a fim de debatê-los e, em uma construção colaborativa, construir o mapa do TBC paranaense. Iniciamos assim o processo de levantar iniciativas de coletivos (comunidades, famílias, associações, cooperativas, entre outros) que estavam fazendo a gestão do turismo e, que pudéssemos observar neles a característica interacional que uma localidade pode ter (Tetamanti, 2009). Portanto, incluímos na pesquisa tanto iniciativas que foram citadas/indicadas como de TBC, quanto aquelas que tivessem um coletivo que estava gerindo o turismo e, que o termo TBC não fosse citado.

Definimos esse caminho, pois ainda não há na literatura especializada uma definição única e, nem mesmo um consenso sobre o que define uma iniciativa como sendo de TBC como debatemos em sessão anterior. Sabemos que existem sim, variadas definições com princípios, premissas, elementos-chave e características basilares e, que cada local possui a sua especificidade, tornando múltiplas as possibilidades das características do TBC no mundo, tanto quanto são múltiplas as características das comunidades locais nas suas diferentes regiões (Giampiccoli; Jugmohan; Mtapuri, 2015). Nessa perspectiva, não poderíamos nessa altura do trabalho, nos posicionarmos como “juizes” do modelo no Estado e, definirmos, sem amplo debate com a coletividade (as comunidades locais, a academia, as instituições, entre outros) e, sem antes olhar para a realidade, (observando o que essa realidade nos apresenta), quais iniciativas deveriam entrar ou não no mapeamento.

Ressaltamos que quando pensamos no protagonismo local, sabemos que cabe a cada grupo social, por meio de sua autonomia, decidir se adotam ou não o TBC. Para que essa decisão seja consciente é preciso informação e debate e, como o conhecimento do TBC ainda não chegou para todos os coletivos locais paranaenses, foi necessário partir de uma realidade mais ampla. Dessa forma, nessa primeira etapa fizemos um levantamento geral, para depois, levarmos o resultado final para o debate com a coletividade interessada no Estado. Decidimos seguir esse caminho, porque não compete a um único indivíduo ou organismo definir qual iniciativa deve estar no mapa ou não, mas sim o coletivo. Coube a nós a tarefa em dar os primeiros passos, observando as características base do TBC, levantadas em sessão anterior, que são: a) O ator principal é a **comunidade local**. A comunidade, aqui entendida, como constituída por diversos grupos sociais, reunindo um ou mais indivíduos em rede, ou não, especialmente os grupos minoritários que demandam de inclusão socioeconômica e estão em situação de vulnerabilidade social, mas não apenas eles. Se incluem como comunidades que podem adotar o TBC, os grupos que não demandem de inclusão econômica, mas que contribuem para a proteção do patrimônio comunitário e estão alinhados com uma economia alternativa que favoreça, sobretudo, o valor de uso e, não o de troca, de seus modos de vida e produção. b) O objetivo central da comunidade é a busca pela **autonomia**; c) A gestão do modelo é realizada por meio de uma **economia alternativa**; d) A comunidade local está circunscrita em um **território solidário** no campo ou na cidade

Iniciamos esse caminho com os levantamos na literatura. Começamos pelos artigos científicos, que seguiram nesta etapa, os mesmos procedimentos adotados para o primeiro capítulo, quando levantamos a relação dos pequenos municípios/localidades paranaenses com o turismo, com a diferença de que neste momento buscamos apenas artigos que versaram sobre o tema específico do TBC e, não mais amplamente sobre turismo. Neste levantamento de artigos científicos, utilizamos nas mesmas bases de dados os termos: *turismo de base comunitária*; *turismo*; *comunitário*; *comunidade(s)* além de *Estado* e *Paraná*. Encontramos nos artigos uma diversidade relevante de iniciativas que traziam desde o seu potencial para desenvolver projetos em turismo, até análises de iniciativas que estão ou estiveram em curso. Para a nossa pesquisa registramos todas as iniciativas, mesmo aquelas que não deixaram claro se estavam ou não em curso e, não registramos aquelas em que os pesquisadores apresentavam seu potencial e não haviam realizado nenhuma ação concreta. Para as iniciativas que não tivemos certeza se ainda estavam operando em razão da data da publicação do artigo (com mais de dez anos) ligamos para as prefeituras e buscamos informações que comprovassem se a

iniciativa ainda era ativa. Não conseguimos o contato de algumas das iniciativas e outras delas não retornaram nossa tentativa de estabelecer comunicação. Nesse caso, as mantivemos no levantamento, muito embora elas não tenham respondido nosso questionário.

Não só artigos científicos foram investigados, mas também, as teses e dissertações de programas de pós-graduação paranaenses. Evocamos aqui, uma das informações que levantamos na primeira sessão deste trabalho, que foi a última área de formação e/ou atuação dos pesquisadores nos artigos científicos sobre o turismo em pequenos municípios/localidades. As áreas foram: Turismo; Geografia; Administração; Desenvolvimento e Engenharia Florestal. Assim, acessamos os bancos de dados de 23 programas (Apêndice A) paranaenses nessas áreas em busca de teses e dissertações que abordassem iniciativas de TBC. Além das teses e dissertações, também acessamos estudos científicos na base de dados do Observatório de Turismo do Paraná. Assim, como nos artigos, também registramos apenas as iniciativas que estavam em curso ou que estivessem em processo de elaboração de ação concreta para operar o turismo.

Nos trabalhos dos programas de pós-graduação, observamos que muitos deles debateram o turismo nas mais diversas localidades e suas comunidades como uma alternativa de desenvolvimento. Identificamos um volume expressivo de trabalhos que abordaram o potencial do turismo para comunidades locais. As organizações coletivas formais como associações, cooperativas e outras, foram consideravelmente debatidas como possíveis ferramentas para o fomento do turismo. Essas modalidades de trabalho trouxeram visibilidade especialmente, para as iniciativas de turismo rural que ocorrem por meio da agricultura de base familiar, isso porque, o volume de trabalhos que abordaram esse tema foi significativamente expressivo.

Também foram nessas produções, que pudemos observar a existência de inúmeras comunidades no interior do Estado ligadas a agricultura que estão trabalhando com o turismo. Nesse sentido, observamos que nas pesquisas muito se refletiu sobre as agroindústrias familiares e seu potencial para o turismo rural. Ficou claro também, que os trabalhos abordaram significativamente coletivos como os assentamentos rurais e comunidades tradicionais e étnicas como povos quilombolas, indígenas e grupos de imigrantes japoneses, alemães e outros. O turismo foi marcadamente debatido como ferramenta de resistência da sua cultura e tradições e do direito de não migrar desses povos.

Além da literatura, levantamos também, junto aos organismos institucionais, as iniciativas de comunidades locais que trabalham com o turismo como a Paraná Turismo; o

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR – Paraná)²⁹; as Instâncias de Governança Regionais³⁰ (IGR's) e os pesquisadores do Grupo de Diálogos do Projeto de Lei de TBC no Paraná. Também levantamos materiais nos *sites* de organismos públicos; organismos privados e/ou de organismos não governamentais que nos levaram a identificar a existência de iniciativas de TBC paranaenses. Esses materiais, geralmente eram os *sites* e/ou redes sociais da Paraná Turismo; das IGRs; das iniciativas de TBC que conhecíamos (como a Rede Anfitriões), além de alguns municípios que a literatura nos apontava como potenciais para o TBC.

Em parceria com a Paraná Turismo levantamos os contatos dos representantes das IGR's e iniciamos comunicação com os mesmos. Neste momento da pesquisa mantivemos os mesmos parâmetros para questionar as IGR's que utilizamos no levantamento da literatura. No primeiro contato, perguntamos sobre o conhecimento dos representantes de iniciativas de TBC. Percebemos que grande parte dos representantes das IGR's desconhecia, ou conhecia parcialmente, o modelo de TBC, ou ainda, questionava qual definição de TBC estávamos usando para a pesquisa. Isso deixou claro que, como dissemos, não só no Estado do Paraná, mas de modo geral, existe ainda uma clara construção em processo da ideia do que vem a ser esse modelo de gestão e é emergente a demanda por seus debates e difusão.

Durante o levantamento percebemos que algumas IGR's tinham uma ideia mais clara do que é o modelo e responderam que não possuíam iniciativas ou apresentavam aquelas existentes nas regiões turísticas. Outras IGR's pediam um tempo maior para fazer o levantamento e posteriormente retornavam com a resposta. Para os representantes das IGR's que questionavam o que era TBC ou qual definição de TBC que estávamos seguindo respondíamos utilizando os mesmos parâmetros do levantamento na literatura: que estávamos em busca de comunidades locais como agricultores familiares; povos indígenas e quilombolas; grupos de imigrantes; associações de artesanato ou qualquer outro coletivo que estivesse organizado recebendo turistas, tal qual, fizemos em nosso questionário que apresentaremos na próxima sessão. Reforçamos aqui, que adotamos essa conduta em apresentar o TBC de maneira mais geral para abrigar nesse primeiro levantamento o maior número de iniciativas possível e, posteriormente, organizar os resultados.

²⁹ O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater foi criado pela Lei 20.121/19, a partir da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) (IDR-Paraná, 2021).

³⁰ Organização representativa do poder público, privado, do terceiro setor e da sociedade civil organizada, encarregada do planejamento ao monitoramento de uma determinada região turística. (SETU, 2024).

Além das IGR's, por meio da Paraná Turismo e do Grupo de Diálogo, chegamos no IDR-Paraná. O Instituto foi relevante na indicação de comunidades rurais que trabalham com o turismo. Por meio do IDR chegamos em iniciativas de assentamentos rurais, povos quilombolas e indígenas e agricultores de base familiar. Para além dessas instituições, integrantes do Grupo de Diálogo também compartilharam algumas iniciativas. Com o transcorrer do levantamento percebemos que o universo de comunidades que trabalham com o turismo (e podem estar operando próximas ao modelo de TBC) é maior do que esse que pudemos alcançar na pesquisa. Fazemos essa afirmação, pois sabemos que muitas iniciativas não serão contempladas pela tese em razão do grande número de comunidades que fazem a gestão do turismo em suas localidades e, não apareceram nos levantamentos. Porém, desde o início desse trabalho tínhamos claro que esse era o primeiro passo do recém criado mapa do TBC paranaense. Esse mapa é vivo e, portanto, ele nasce com a tese, mas não possui um fim. Com o mapa muitas discussões serão levantadas e, outras iniciativas se juntarão a essa ferramenta, assim como outras iniciativas, posteriormente, podem se desfazer e sair do mapeamento.

Esse movimento é significativo na medida que permite suscitar debates que caminhem para uma maior inteligibilidade do que pode ser a ideia adotada de TBC no Paraná, tendo como mote a diversidade estadual das comunidades que se apropriam do turismo para buscar garantir um meio de resistência. O mapa do TBC paranaense, pode contribuir para o Projeto de Lei de TBC na medida que torna visível as comunidades locais e deixa mais clara as características dessas comunidades, oferecendo posteriormente a oportunidade em levantar e debater suas demandas, dentre outras questões. Uma das dificuldades que enfrentamos, foi a dificuldade sobre a compreensão do que é o TBC por parte dos organismos institucionais como as IGR's, das comunidades que contatamos no levantamento e, inclusive, dos pesquisadores que continuam debatendo a ideia de TBC. Sabemos que a construção conceitual do modelo é um esforço constante para atender o tamanho da diversidade que se apresenta a todo o momento e está sempre em evolução.

Isso tudo é relevante, pois, levanta as reflexões necessárias e impõe força no movimento de buscar a identidade do TBC paranaense e sua demanda na construção de políticas e programas para o modelo. Nosso entendimento é de que o modelo de TBC é tão elástico quanto forem as diversidades de iniciativas que surgirem pelas localidades. Como vimos anteriormente, cada país na América Latina possui sua especificidade e, mesmo que alguns princípios do TBC sejam basilares para o modelo onde quer que ele seja adotado, cada iniciativa constrói sua própria identidade e, as políticas locais devem acompanhar essa diversidade. Por

esse motivo, nesta tese, não partimos da ideia de TBC já posta para posteriormente levantar os dados. O movimento que fizemos foi o oposto. Levantamos os dados para que eles expusessem a realidade, para aí sim refletirmos sobre o TBC no Paraná e seus efeitos. Por todo esse caminho, assim sendo, chegamos no primeiro levantamento geral (Quadro 7) de manifestações de comunidades locais que adotam o turismo como ferramenta socioeconômica em suas localidades.

Decidimos organizar os dados por região turística e não geográfica pois, as IGR's foram os contatos mais frutíferos para o levantamento dos dados e, o caminho mais viável, em razão das IGR's conhecerem melhor as iniciativas locais, do que se entrássemos em contato por outras vias que seriam até mesmo quantitativamente inexecutáveis como abordar cada prefeitura. Além disso, apresentando as iniciativas por região turística, conseguimos evidenciar fatores que nos intrigaram, como o exemplo de Guaraqueçaba, que é o município com maior número de iniciativas de turismo, mas que, não está no mapa do Litoral. Dessa maneira, a apresentação por meio das regiões turísticas nos trouxe a viabilidade metodológica e a condição de descortinar mais debates sobre a produção espacial do turismo via seus agentes.

Quadro 7 – Paraná. Iniciativas de comunidades locais que adotam o turismo como atividade socioeconômica no estado do Paraná, 2021.

Número de localidades por região	Nome da iniciativa de turismo	Organismo responsável	Nome da localidade em que se localiza	Município	Porte demográfico do município.
Região turística: Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu					
1	Cooperlipa	Cooperlipa	Não identificado	Santa Tereza do Oeste	13.174
2	Reserva Indígena <i>Tekohá Añetete</i>	Não identificado	Reserva Indígena <i>Tekohá Añetete</i>	Diamante d'Oeste	4.557
4	Cachoeira do Tio João	MEI	Comunidade São Roque	Matelândia	18.450
5	Vale D'aventura	MEI	Estrada Vale D'aventura		
6	Recanto Familiar Chácara da Pereira	MEI	Linha Tibola		
7	Comunidade indígena <i>Tokoha Ocoy</i>	Não identificado	Reserva indígena <i>Tokoha Ocoy</i>	São Miguel do Iguaçu	29.122
8	Comunidade quilombola Apepu	Não identificado	Quilombo Apepu		
9	Vila Ipiranga Turismo Rural	Oscip	Vila Ipiranga		
10	Recanto Familiar Sonho Meu	Agricultor familiar	Linha Navegantes	Santa Helena	25.492
11	Sítio Paraná	Não possui	Estrada da Base Náutica, Santa Helena Velha		
12	Cabanha Rosso	MEI	Linha São Braz		
13	Recanto Olivo	MEI	Linha São Braz	Medianeira	54.369
14	Sítio da Marlene	MEI	Linha Mineira		
15	Sítio do Beto	Não identificado	Linha São Miguel		
Região turística: Litoral					
1	Aspran	Aspran	Não identificado	Antonina	18.091
2	Família Silva	Não identificado	Bairro Alto		
3	Microbacia do Rio Sagrado	Associação de bairro	Microbacia do Rio Sagrado	Morretes	18.309
4	Grupo Turismo Rural	Associação dos Produtores Rurais e Moradores do Mundo Novo do Saquarema	Mundo Novo do Saquarema		
5	Café Caiçara	Acomçu	Balneário Guaraguaçu	Pontal do Paraná	30.429
6	TBC e turismo náutico	Não identificado	Pontal do Sul		
7	Grupo Guarapés	Instituto Guaju	Praia de Caieiras	Guaratuba	42.062
8	Caminho das Ostras	Aguamar	Colônia Cabaraquara		
9	Ater	Ater	Riozinho, Descoberto, Empanturrado, Potreiro, Parati.		
10	Turismo popular	Casa do Guia	Ilha do Mel	Paranaguá	145.829

11	Rede Caiçara de Turismo Comunitário	Rede Caiçara de Turismo Comunitário	Ilha dos Valadares; Eufrasina; Piçaguera; Ponta do Ubá; São Miguel; Ilha do Mel		
12	TBC e turismo náutico	Não identificado	Ilha do Mel		
13	Ilha do Mel Tur	Não identificado	Ilha do Mel		
14	TBC Ilha do Mel	Não identificado	Ilha do Mel (Vila Encantadas e Nova Brasília)		
15	Território Nativo	Não identificado	Ilha do Mel (Vila Encantadas)		
Região turística: Terra dos Pinheirais					
1	Passo Velho - Camping, Lazer e Eventos	MEI	Passo Velho		
2	Orquidário São Miguel	Não tem formalização	Barra Bonita		
3	Colha e pague Queimadas	Não tem formalização	Queimadas	Prudentópolis	49.393
4	Rota do Equilíbrio	Grupo de mulheres	Comunidade Pinho de Baixo	Irati	59.250
5	Colônia Entre Rios	Aster	Distrito Entre Rios		
6	Caminhos de São Francisco da Esperança	Associação de Turismo Rural Caminho de São Francisco da Esperança	Faxinal do saltinho, comunidade Invernadinha, comunidade Matinho, comunidade São Francisco e Guairaca		
7	Projeto "Um dia no Quilombo"	Não identificado	Comunidade quilombola Paiol de Telha – Distrito de Entre Rios	Guarapuava	182.093
Região turística: Rotas do Pinhão					
1	Assentamento do Contestado (MST)	Não identificado	Assentamento do Contestado (MST)	Lapa	45.003
2	Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos	Associação quilombola Palmital dos Pretos	Palmital dos Pretos e Sete Salto de Cima	Campo Largo	136.327
3	Caminho Trentino dos Mananciais da Serra	Associação Trento Transforma	Volteio, Laranjeiras, Roça Nova, Capoeira dos Dinos, Colônia Santa Maria, Entremar e Botiatuva		
4	Comunidade indígena Araçá-í	Não identificado	Não identificado	Piraquara	118.730
5	Caminhos do Guajuvira	Associação de turismo rural caminhos do Guajuvira	Distrito de Guajuvira	Araucária Colombo	151.666
6	Circuito Italiano de Turismo Rural				232.212
7	Caminho do Vinho	Não identificado	Não identificado	São José dos Pinhais	329.628

Região turística: Vales do Iguaçu					
1	Terra do Vinho e do Queijo	Conselho Municipal de Turismo (Comtur)	Diversas	Salgado Filho	4.075
2	Aprosud: Associação dos produtores de queijo artesanal do sudoeste do Paraná	Aprosud	Diversas na região Sudoeste	Pinhal de São Bento (Município não está no Mapa do Turismo 2024)	2.761
				Sulina	3.440
				Salgado Filho	4.075
				Flor da Serra do Sul (Município não está no Mapa do Turismo 2024)	4.364
				Saudade do Iguaçu (Município não está no Mapa do Turismo 2024)	6.108
				São Jorge d'Oeste	9.378
				Itapejara do Oeste	12.344
				Chopinzinho	21.085
				Santo Antônio do Sudoeste	23.673
				Dois Vizinhos	44.869
Francisco Beltrão	96.666				
3	Ampevi - Associação de Produtores de Vinho de Ampére-Paraná	Ampeivi	Não identificado	Ampére	19.620
4	Santo Antônio do Sudoeste	Departamento de Turismo	Diversas	Santo Antônio do Sudoeste	23.673
5	Caminhos do Marrecas			Francisco Beltrão	93.308
Região turística: Campos Gerais					
1	Witmarsum	Associação de moradores	Colônia Witmarsum	Palmeira	33.855
2	Contempla Cercado	Não tem formalização	Cercado		
3	Comunidade Vieiras	Não tem formalização	Vieiras		
4	Colônia Santa Barbara	Não tem formalização	Santa Bárbara		
5	Associação de Turismo Sustentável Jaguariaíva Melhor do Paraná	Associação de Turismo Sustentável Jaguariaíva Melhor do Paraná	Não identificado	Jaguariaíva	35.141
6	Centro Cultural Castrolanda	Associação cultural Castrolanda	Colônia Castrolanda	Castro	73.075
7	Colônia Terra Nova	Acpheten	Colônia Terra Nova		
Região turística: Caminho das Águas					
1	Caminho das Paineiras	Não tem formalização	Comunidade Paineira	Altônia	18.742
Região turística: Norte do Paraná					

1	Vale Cachoeirado	Associação de moradores	Assentamento São Luiz 2	Sapopema	6.695
Região: Norte Pioneiro					
1	Caminho do Café das mulheres	Amucafé	Lavrinha e Matão	Pinhalão (município não está no Mapa do Turismo 2024)	6.566
				Tomazina (município não está no Mapa do Turismo 2024)	8.426
				Carlópolis	16.905
Região turística: Entre Matas, Morros e Rios					
1	Gralha Azul – Turismo e Aventura	Rede Colaborativa de Turismo (Privada) - Gralha Azul – Turismo e Aventura	Aldeia Guarani <i>Koe Ju Porão</i> , Comunidade Quilombola Campina dos Morenas, Povoado Arroio Fundo, Povoado Colônia Velha Ivaí, Assentamento Marrecas.	Turvo	14.231
2	Rede Colaborativa de Turismo / <i>Green</i> Ecoturismo	<i>Green</i> Ecoturismo	Terra indígena Ivaí; Linha Cantu; Barro Preto; Limeira; Barra Bonita; outras.	Pitanga	33.567
Região turística: Encanto dos Ipês					
1	Artesãs de Astorga	Associação de moradores	Distrito Tupinambá	Astorga	25.475
Região turística: Cinturão Verde					
1	Caminhos da natureza com sabor	Aflotur	Proprietários rurais distribuídos em todo o município	Cianorte	79.527
Região turística: Sul do Paraná					
1	Rota do Vinho	Apruvibi	Não identificado	Bituruna	15.533
Iniciativas que se encontram em mais de uma região turística					
1	Rota do Café	Associação Rota do Café		Santa Mariana (Região turística Norte Pioneiro)	11.066
				Rolândia (Região turística Norte do Paraná)	71.670
				Londrina (Região turística Norte do Paraná)	555.965
Municípios que não estão no Mapa do Turismo 2024					
1	Caminhos da Uva	Cooperativa Vinícola São Francisco de Salles	Não identificado	Mariópolis	6.371
2	Barra Ararapira	Associação das mulheres produtoras de cataia	Ilha de Superagui	Guaraqueçaba	7.430

3	Barra do Superagui	Não identificado			
4	Aldeia indígena <i>Kuaray Haxa</i>	Não identificado	Não identificado		
5	Restaurante comunitário da Ilha das Peças	Clube de mães amigas e colaboradoras da Ilha das Peças	Ilha das Peças		
6	Comunidade Batuva	Não identificado	Batuva		
7	Família caiçara	Não identificado	Ilha das Peças e região de Guaraqueçaba		
8	Grupo Guaraguatá	Rede Guaraguatá Turismo de Base Comunitária	Guaraqueçaba, ilha do Almeida, Barbados, Potinga, Pedra Chata		
9	Projeto Siri Guaçu	Não identificado	Comunidade Costão		
10	Quilombo Rio Verde	Associação da Comunidade de Remanescentes de Quilombolas Rurais de Rio Verde	Comunidade Quilombola Rio Verde		
11	Nininho House	Não identificado	Ilha Rasa – Comunidade ponta do Lanço		
12	Recanto Lagoa Azul	Não possui	Estrada Linha Lagoa Azul	Céu Azul	11.087
13	Antigo “Circuito do Sol”	Não tem formalização	Comunidade Melissa, Palmitópolis, Baixo Iguazuzinho, Medio Iguazuzinho, Linha Pirapora, Anta Gorda	Nova Aurora	13.765
14	Circuito Nipo brasileiro	Laca	Vila Velha	Assaí	13.797
15	Assentamento Vila Velha	Não tem formalização	Vila velha	Rio Bonito do Iguazu	13.929
16	Caminhos da Uva	ONG	Est. Iti, Est. Cooperativa, est. Marialva, est. Santa Fé.	Marialva	41.851
Total de iniciativas: 80					
Total de municípios: 56					

Fonte do porte demográfico: IBGE Cidades (2022).

Fonte das Regiões turísticas: Mapa do Turismo 2024 (Brasil, 2023).

Fonte das iniciativas e organização dos dados: Autoral.

Ao levantarmos as comunidades locais que trabalham com o turismo no Estado do Paraná identificamos, até a conclusão desta pesquisa 80 iniciativas em 56 municípios que podem estar operando dentro desse modelo de gestão ou próximos a ele. Dos 56 municípios (Tabela 5) que possuem iniciativas de comunidades locais trabalhando com o turismo como uma ferramenta dinamizadora de seu desenvolvimento, 27 deles possuem até 20 mil habitantes.

Tabela 5 - Paraná. Número de municípios com iniciativas de turismo em comunidades locais por classe, 2021.

Classes da população	Número de municípios por classe	Porcentagem
Até 20.000 habitantes	27	48%
De 20.001 até 50.000 habitantes	14	25%
Maior que 50.000 habitantes	15	26%
Total	56	100%

Fonte: IBGE Cidades (2022).

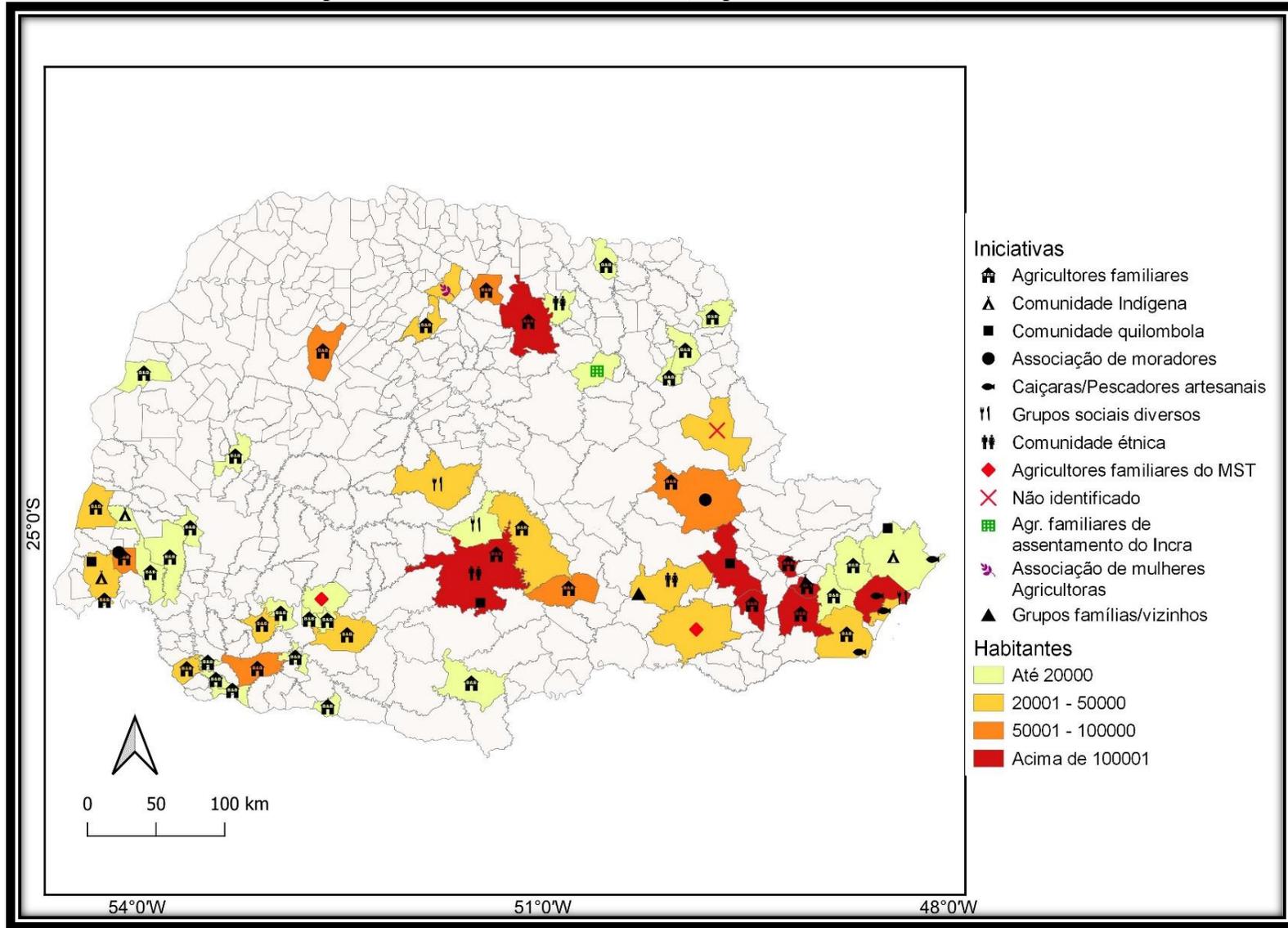
Org.: Autoral.

Se incluirmos ainda os 14 municípios com até 50 mil habitantes (definidos como recorte nesta pesquisa) chegamos em 73 municípios que possuem iniciativas de TBC, ou próximas ao modelo, sendo municípios de pequeno porte demográfico. Para a construção desse quadro, contatamos, como tratamos anteriormente, todas as 19 IGR's existentes no Estado e, conseguimos contato com todas elas³¹. Porém, algumas IGR's não possuem registros de iniciativas por alguns motivos. Na região Lagos e Colinas, por exemplo, o representante afirmou possuir muitas iniciativas, porém, precisava realizar levantamento e até a entrega dessa pesquisa não houve retorno. O representante da região Vale do Ivaí retornou afirmando que a região não tinha iniciativas dessa natureza. A região Ecoaventuras, histórias e sabores retornou solicitando um encontro presencial que até o momento da entrega desta pesquisa não houve possibilidade de ser realizado.

Somando todos os levantamentos, tanto na literatura quanto com as instituições e pesquisadores (Mapa 4), observamos que das 80 iniciativas a maioria encontra-se, mais uma vez, nas áreas de concentração do turismo no Estado.

³¹ No momento dos contatos, as regiões turísticas paranaenses eram 15 no total. Após os contatos houve a reorganização do mapa e as 15 regiões passaram a ser 19. Isso porque, a região Corredores das Águas deixou de existir e foram criadas 5 novas regiões: Encanto dos Ipês; Águas do Arenito Caiuá; Encontro das Águas e Biomas; Caminho das Águas e Cinturão Verde. Embora essa nova configuração tenha surgido após o levantamento, acreditamos que as existências das iniciativas tenham se mantido as mesmas, pois, elas independem desse novo formato, no sentido de que novas iniciativas não surgiram ou deixaram de existir em razão dele.

Mapa 4 – Paraná. Iniciativas de TBC (ou próximas ao modelo), 2024.



Fonte: Autoral.

A região Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu possui 15 iniciativas; Litoral 15 iniciativas; Terra dos Pinheirais sete iniciativas; Rotas do Pinhão sete iniciativas e Campos Gerais sete iniciativas. Das 80 iniciativas, 44 delas estão nas áreas de concentração do turismo (Castro; Feger, 2021) como no Litoral; Região Metropolitana de Curitiba; região dos Campos Gerais e região de Foz do Iguaçu. A porção norte e especialmente a porção central do Estado não possuem iniciativas, não souberam responder, não conseguiram retornar o contato ou, ainda, desconhecem essas manifestações. Esse fenômeno, possivelmente ocorre, muito em razão do trabalho nas IGR's ser voluntário, o que demanda tempo e atenção, que muitos dos seus representantes não possuem para consolidar uma gestão mais efetiva para o turismo.

A região turística do Litoral, se contarmos com as iniciativas de Guaraqueçaba é a região com maior número de iniciativas. Porém, observando o levantamento identificamos que Guaraqueçaba não faz parte do Mapa do Turismo 2024. Apesar de possuir o maior número de iniciativas o pequeno município está deslocado, em determinados aspectos, quando trata-se do turismo. Não só do turismo mas de outros tantos aspectos como um pequeno município isolado em uma região sem acesso por via terrestre asfaltado e com um cenário complexo em razão desse contexto (Souza, 2014). Não só Guaraqueçaba mas, Mariópolis, Céu Azul, Nova Aurora, Assaí, Rio Bonito do Iguaçu e Marialva também estão fora do Mapa. Se levarmos em consideração o porte demográfico de 50 mil habitantes como um pequeno município, apenas pequenos municípios estão excluídos dessa regionalização. E, não apenas no nosso levantamento neste trabalho mas, os municípios de grande porte são os únicos a estarem todos incluídos no Mapa. Os municípios que ficam de fora são apenas os pequenos e alguns municípios de médio porte.

Esse cenário nos faz refletir sobre a política de regionalização do turismo no Brasil e sua tendência em excluir os pequenos municípios que mais demandam de apoio para suas necessidades com relação ao turismo. Municípios que possuem demandas ainda mais básicas e, talvez por esse motivo decidem não se integrar ao Mapa do Turismo, por colocarem outras áreas como prioridade a exemplo da saúde, educação, segurança, etc. Não nos comprometemos com este debate nesta tese, mas, deixamos aqui essa reflexão: em que medida o programa de regionalização do turismo no Brasil tem sido positivo e tem de fato incluído e beneficiado pequenos municípios periféricos e mais pobres? Fonseca, Tedesco e Silva (2022) embora não tenham olhado para o contexto específico dos pequenos municípios, trouxeram algumas observações para esse tema relacionado a regionalização do turismo. Os autores afirmaram que essa política tem promovido uma competitividade inter e intraregional fomentando, uma competição e não uma cooperação entre os municípios e regiões concretizando-se no que Santos

(2006) definiu como guerra dos lugares. Esse quadro se confirma também com os estudos de Alves (2018) sobre a política brasileira de turismo que não mostra-se assertiva no atendimento dos pequenos municípios que

[...] têm demandas muito específicas, e por isso exigem atenção especial para se inserir no competitivo mercado de destinos turísticos. Regiões metropolitanas, destinos indutores ou zonas turísticas especiais recebem atenção diferenciada e políticas específicas, devido às suas necessidades particulares, enquanto os destinos turísticos em municípios demograficamente pequenos continuam carentes nesse aspecto (Alves, 2018, p. 260).

Dito isso, voltamos para os números do levantamento que devem ser observados com muita cautela e levados em consideração apenas para proposições gerais. Isso porque, como falamos, ainda existe um universo que desconhecemos que não foi incluído no levantamento por muitos motivos, assim, ao passo que fomos atualizando ele pode mudar. O número de iniciativas variou muito em razão do entendimento da IGR sobre o TBC e, se tinham maiores condições de ter esses dados em mãos ou se, inclusive, já tinham esses dados. Outro ponto é que enquanto algumas IGR's e, algumas iniciativas na literatura, citaram em uma única iniciativa várias famílias e indivíduos (como por exemplo em roteiros, circuitos, entre outros) algumas IGR's apontaram várias famílias contabilizando uma iniciativa por família o que aumentou o número de iniciativas na IGR, como é o caso da região Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu. Nesse caso, a IGR compreende o TBC como de base familiar, entendendo a família como um coletivo com o objetivo em comum que é gerir o turismo dentro da unidade de produção familiar no campo.

Existe uma diversidade marcante nas manifestações. Observamos (Quadro 7) que estamos falando de manifestações ligadas aos povos de comunidades tradicionais como os quilombolas, indígenas e caiçaras. É possível olhar para uma quantidade significativa de agricultores familiares, agricultores assentados e comunidades de imigrantes. A questão étnica é evidenciada no Estado quando nos deparamos com manifestações que ocorrem em reservas indígenas (a exemplo dos municípios de São Miguel do Iguaçu, Diamante D' oeste, Turvo, Guaraqueçaba); em terras quilombolas (a exemplo do município de São Miguel do Iguaçu); em áreas de grupos de imigrantes (como os suábios do Danúbio, no distrito de Entre Rios em Guarapuava, das colônias holandesa e alemã do município de Castro e da imigração japonesa no município de Açaí).

Chamamos a atenção, também, de que essas iniciativas em sua maioria (Tabela 5) ocorrem, em pequenos municípios e pequenas localidades como: distritos; reservas indígenas; assentamentos do movimento dos trabalhadores sem-terra; terras quilombolas; entre outros, dados que detalharemos em próxima sessão. Esse indicativo nos leva a refletir o turismo organizado por comunidades locais como ferramenta de apropriação do espaço por seus cidadãos (Lefebvre, 2016). Nesse sentido, não só a diversidade está na própria comunidade como também na localidade onde ela se encontra.

Observamos comunidades que possuem uma organização formal, como as associações para gerir o turismo e, outras que operam informalmente, de maneira individual, por meio de núcleos familiares, a exemplo. Do total de 80 iniciativas, 32 delas afirmaram adotar o modelo de TBC como forma de gestão do turismo na comunidade. Dessas 32, 14 delas estão localizadas em municípios no Litoral do Estado e 18 delas afirmam adotar o modelo no interior paranaense. Do total de 80 iniciativas, 48 delas responderam não adotar o modelo de TBC. Assim, a maior parte das iniciativas (55), seguem do Litoral para o interior do Estado e desconhece o modelo ou não o adota, por motivos ainda desconhecidos.

4.2 Quem somos nós na diversidade?

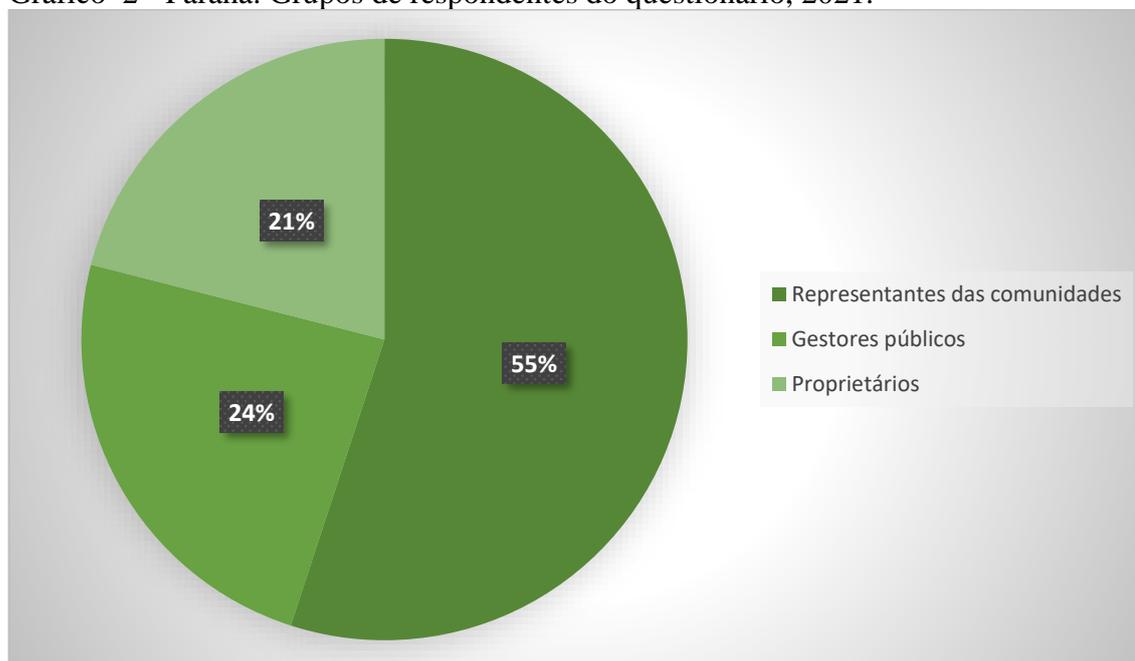
Buscamos entrar em contato com as iniciativas para compreender suas características gerais. Dessa forma, procuramos suas vozes para identificar de quem estamos falando. Como descrevemos anteriormente, há uma lacuna no Estado do Paraná em mapear as iniciativas de TBC e, por esse motivo, empreendemos essa tarefa. Para mapear as iniciativas, além dos levantamentos anteriores, enviamos questionários (Apêndice C), para todas aquelas que conseguimos o contato. Essa ferramenta possui questões que levantam suas características como: quem são; onde se localizam; como se organizam; o que oferecem para os turistas/visitantes e se conhecem e adotam o modelo de gestão do TBC.

Enviamos então, questionários por meio do *Google* formulários para as iniciativas que pinçamos da literatura; das informações de *sites* e redes sociais; dos organismos e com os pesquisadores. O envio dos questionários foi feito para cada iniciativa separadamente e de maneira direcionada. Conforme descobríamos uma iniciativa, buscávamos o contato de seu representante e enviávamos a ferramenta nos apresentando, apresentando a pesquisa e solicitando que respondessem nosso questionário. A maior parte dos representantes retornaram

nosso contato com relativa rapidez e os diálogos sempre foram muito receptivos por parte dos respondentes.

Até a conclusão deste trabalho, das 80 iniciativas levantadas tivemos 66 respostas. Das 14 iniciativas que não fazem parte dos resultados, sete delas foram contatadas e os questionários foram enviados, mas não tivemos retorno das respostas e as demais os contatos não foram encontrados. Os respondentes dos questionários (Gráfico 2), foram na sua maioria representantes das comunidades e gestores públicos que as representaram.

Gráfico 2 - Paraná. Grupos de respondentes do questionário, 2021.



Fonte: Autoral.

Foram 55% os respondentes que representaram as comunidades (presidentes de associações, líderes não formalizados e indicados para responder o questionário, entre outros). Na sequência, 24% deles se identificaram como gestores públicos e dois deles como extensionistas do IDR. Se identificaram como proprietários 21% dos respondentes e, um deles se apresentou como Presidente do Conselho Municipal de Turismo (Comtur). Um dos extensionistas do IDR respondeu pela comunidade por representar o projeto “Caminho do café das Mulheres”. Um dos gestores públicos alegou responder pela comunidade em razão do difícil acesso à *Internet* por parte dela, como no caso das colônias Santa Barbara, Vieiras e Cercado no município de Palmeira. O número de respondentes de representantes das comunidades ser maior que os demais, indica, no nosso entendimento, uma independência e das comunidades relacionada a outras instituições que falem por elas.

Com relação a localização das iniciativas, a maior parte delas está no interior do Paraná como observamos anteriormente (Quadro 7). Para além, com o questionário, inferimos que a maior parte das iniciativas está localizada no campo e não na cidade, sendo que 53 respondentes afirmaram estar localizados no campo, dez deles afirmaram estar na cidade, dois afirmaram estar tanto no campo quanto na cidade e um não respondeu.

Dos dez respondentes que afirmaram estar na cidade alguns dos respondentes parecem ter compreendido que a questão se referia à localização do organismo que o respondente representava e não sobre a localização da comunidade. Isso porque dos dez respondentes quatro deles eram de comunidades de agricultores familiares e, os respondentes eram representantes de prefeituras ou outras instituições localizadas na cidade. Para além, quatro deles eram de iniciativas de caiçaras/pescadores artesanais que possuem comunidades na cidade e oferecem produtos e serviços relacionados à pesca artesanal e a vida que ocorre relacionada a ela. Um dos respondentes possui iniciativa no município de Pitanga e agrega vários grupos sociais como indígenas, agricultores familiares e, podem haver associações de artesanato com sede na cidade, da mesma forma como outros respondentes que afirmaram estar na cidade e apresentaram como grupos sociais associação de moradores, mulheres, que podem indicar a existência de vivências na cidade. Esse item demanda maiores levantamentos e debate, inclusive porque, na literatura, a exemplo de Lopes, Soares e Santos (2023) que afirmaram que o TBC tem integrado projetos sociais em suas práticas para inserir a comunidade no circuito local. Os autores citam cooperativas, incubadoras, feiras e outras iniciativas que partem da comunidade local e ofertam seus produtos e serviços. De toda forma essas manifestações demandam maiores investigações e debates.

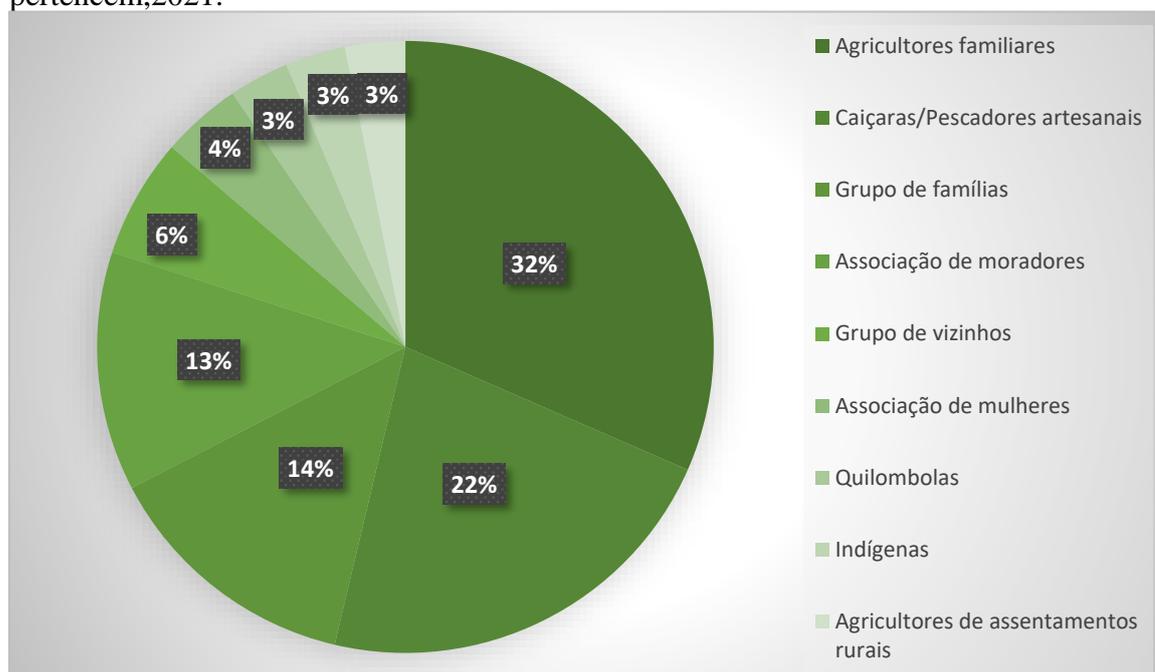
As iniciativas de TBC, estão localizadas mais no campo do que na cidade no Paraná. Essa é uma característica mundial e latino-americana do TBC (Giampiccoli; Kalis, 2012). O Estado do Paraná, não se descola de uma realidade maior. As dificuldades vividas pelos grupos sociais no campo (avanço de grandes propriedades, êxodo rural, violência e pressão sobre os povos tradicionais e seus patrimônios, diminuição de oportunidades de trabalho e renda, entre outros) criam espaço para a busca de alternativas socioeconômicas que auxiliem na sobrevivência dessas comunidades.

Sobre a *Internet*, quando questionamos se as iniciativas possuíam rede social, ou outro tipo de página, a maioria (46 iniciativas) registrou positivamente. Esse dado nos leva a concluir que essas iniciativas atualmente estão visíveis (via *Internet*) para acesso ao público que possa se interessar em conhecer as iniciativas. Quando questionadas se possuíam acesso à *Internet*, a maioria (57 iniciativas) afirmaram que sim. Esse quadro indica que há condições e comunicação

das iniciativas para que elas estejam visíveis para o público na *Internet*. É, preciso contudo, investigar mais a fundo, pois, a organização e gestão das ferramentas nesse espaço é ainda um campo complexo entre as iniciativas de TBC (Coutinho; Thomaz; Sampaio, 2015). Observamos com as respostas que, no Paraná, as iniciativas estão, ao menos tentando estabelecer comunicação via meio digital com o público externo. Para as comunidades que têm menor acesso (ou até mesmo que não têm acesso, como algumas comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras), observamos durante os contatos, que essas comunidades recebem uma ponte por meio de seus divulgadores como os gestores públicos; as agências de turismo receptivo comunitário que gerem as iniciativas; as redes colaborativas de turismo; entre outras.

Questionamos, então, a qual grupo social pertenciam as iniciativas (Gráfico 3). Os respondentes podiam escolher mais de uma das alternativas, ou ainda, incluir outras. Notadamente, o grupo de “agricultores familiares” foi o mais selecionado. Entre os 63 respondentes dessa questão, 30% deles se identificaram como desse grupo social.

Gráfico 3 – Paraná. Grupos sociais aos quais os coletivos das iniciativas de turismo pertencem, 2021.



Fonte: Autoral.

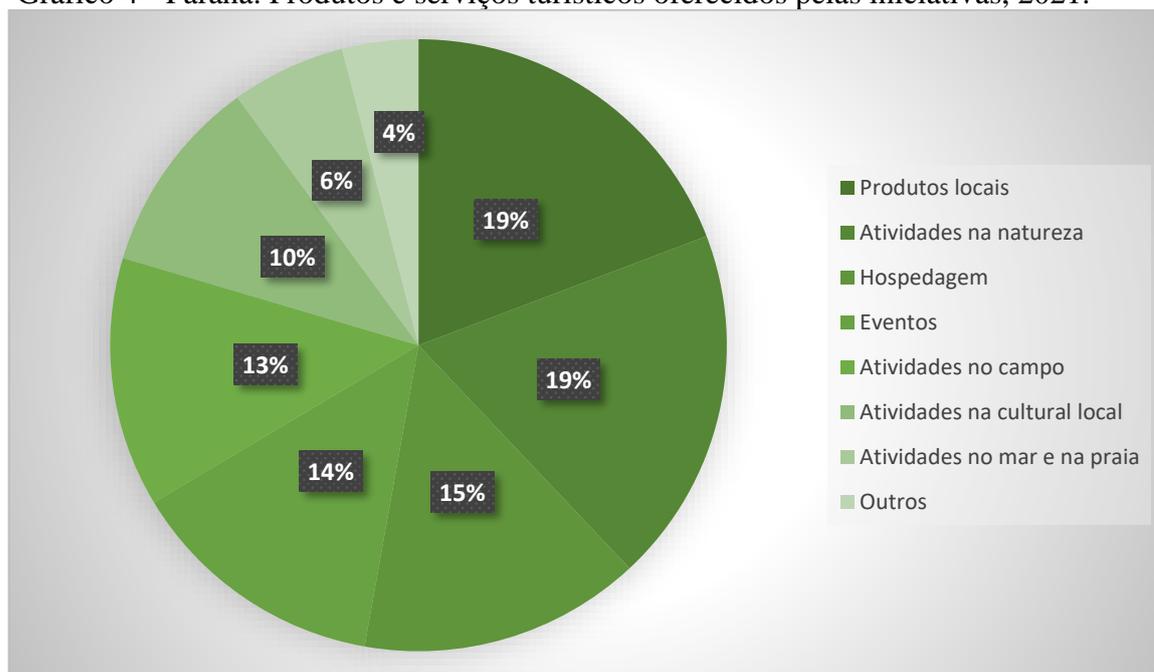
Observamos que para além de se identificarem como agricultores, caiçaras, pescadores artesanais, entre outros, também assinalavam ser vizinhos, grupos de mulheres, associação de moradores, etc. Com relação aos grupos que se identificaram como caiçaras, todos eles, também se identificaram como pescadores artesanais. Assim, os grupos predominantes foram de agricultores familiares e caiçaras/pescadores artesanais. Quatro respondentes apresentaram

diferentes grupos sociais interagindo na mesma iniciativa de turismo como é o caso, a exemplo, da Gralha Azul – Turismo e Aventura no município de Turvo, que congrega povos indígenas; povos quilombolas; agricultores familiares; agricultores familiares assentados; entre outros.

Identificamos, como grupos mais assinalados os: “agricultores familiares” foram seguidos de “caiçaras/pescadores artesanais”, “grupos de famílias”; “associação de moradores”. Depois, foram citados “grupos de vizinhos”; “associação de mulheres”; “quilombolas”; “indígenas” e “agricultores de assentamentos rurais”. Separamos os “grupos agricultores” de “agricultores de assentamentos rurais” para dar visibilidade a esse último grupo. Os respondentes adicionaram ainda outras opções conforme a sua compreensão da questão como “grupo de fruticultores”; “agroindústria”; “empresas”; “particular”; “turismo na área rural onde temos colhe e pague, pesque-pague e etc.”; “empresa familiar” e “prefeitura municipal”.

Para termos um extrato das características gerais das iniciativas que responderam ao questionário, também indagamos quais serviços e produtos turísticos as iniciativas ofereciam (Gráfico 4). Para isso, indicamos como alternativas atividades de segmentos do turismo como: ecoturismo; turismo de sol e praia; agroturismo; turismo cultural; entre outros. Utilizamos termos como “atividades na natureza”, “atividades no campo”, “atividades no mar e na praia” e, citamos alguns exemplos para que a comunicação da ferramenta fosse mais eficiente, no sentido de ser mais clara, uma vez que nem todos os respondentes podiam estar familiarizados com a noção de segmentação turística. Para além das atividades, também incluímos o serviço de “hospedagem” e “produtos locais” (que incluía alimentação e outros). Dentre os produtos e serviços oferecidos, aquele que mais se destacou foram os “produtos locais” como o artesanato; as bebidas e alimentos artesanais; entre outros.

Gráfico 4 - Paraná. Produtos e serviços turísticos oferecidos pelas iniciativas, 2021.

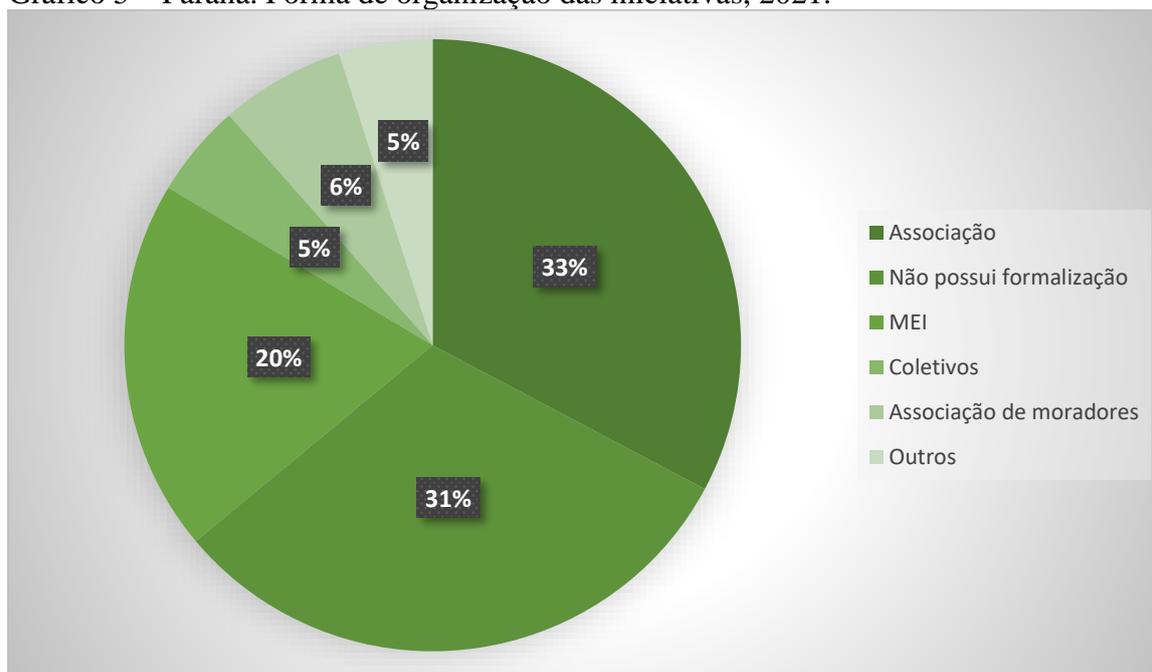


Fonte: Autoral.

Os “produtos locais” foram seguidos das “atividades na natureza” (com a oferta de trilhas; banho de rio e cachoeira; cicloturismo e outros). O serviço de “hospedagem” aparece na sequência e, os “eventos” (ligados a religiosidade da comunidade e a sua gastronomia), vem na sequência. Em seguida, foram citadas as “atividades no campo” (com a participação na rotina local). As atividades da “cultura local” (com as danças, músicas, histórias e contos locais) também foram citadas e, por fim, as atividades no mar e na praia (com os passeios de canoa e a participação na rotina local). Em “outros”, as iniciativas descreveram atividades específicas como: “oficinas de classificação e degustação de café”; “observação da fauna” e atividades ligadas a “gastronomia” ou a “religiosidade local”, que poderiam também ser englobadas nos serviços e produtos mais gerais citados anteriormente. Esse resultado segue uma coerência com os grupos sociais citados em razão dos produtos e serviços estarem alinhados com a localização das iniciativas (no campo, próximas a natureza) e, os demais itens como “eventos”, “atividades no campo”, “cultura local”, entre outros, apontam para uma relação estreita com o patrimônio cultural das comunidades.

Além das informações anteriores, também buscamos identificar como essas comunidades locais se organizam para conduzir o turismo na localidade. Apresentamos a seguir as cinco respostas mais assinaladas (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Paraná. Forma de organização das iniciativas, 2021.



Fonte: Autoral.

Dos 61 respondentes dessa questão, 33% deles afirmaram que a comunidade local está organizada e formalmente constituída por meio de uma “Associação”. Esse quadro nos leva a inferir que a organização coletiva formal é uma via vista como necessária pelas comunidades quando se trata da organização para o turismo, uma vez que, dentre outras questões, torna a comunidade autônoma e auto-organizada para tomar suas próprias decisões. Isso nos remete a ideia de que

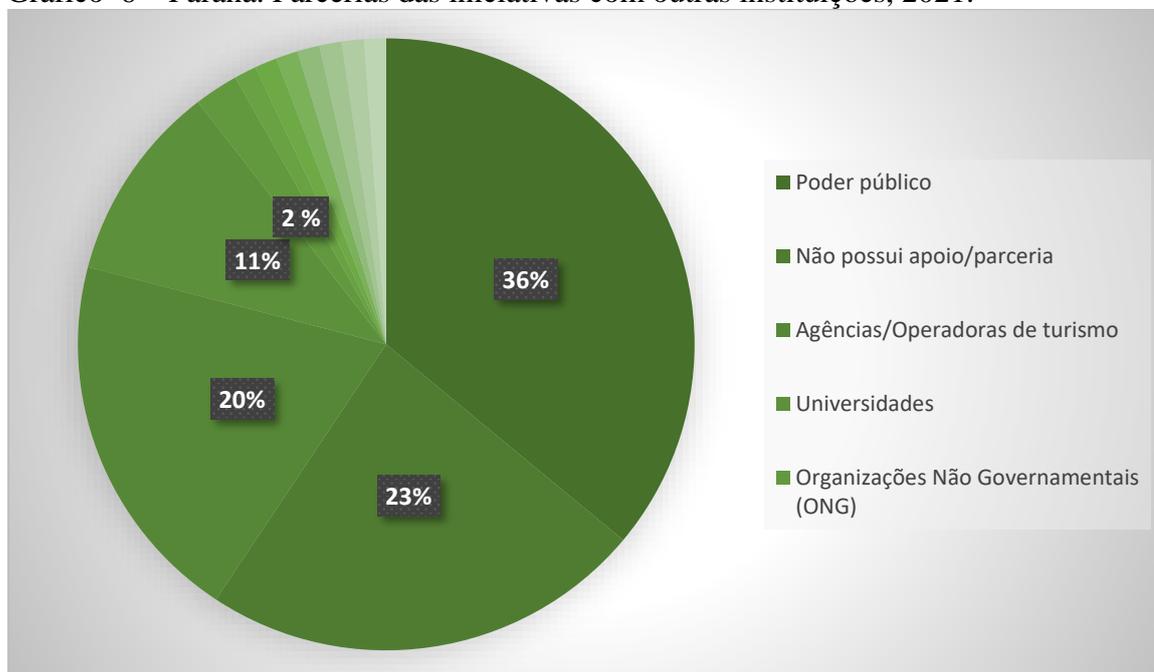
[...] a economia social se faz pela busca do equilíbrio entre os arranjos econômicos, representados pela união voluntária de trabalhadores em cooperativas e associações, e a coletividade, que corresponde ao universo da comunidade ou de comunidades em coalizção de forças, para que os primeiros sejam a ponta de lança de revoluções sociais no âmbito do segundo. Em outras palavras, a organização pelo trabalho torna-se a liga necessária ao fortalecimento de uma outra forma de organização comunitária (Brandão, 2021, p. 212).

Porém, mesmo que a maioria tenha assinalado estar organizada de alguma maneira formalmente, 31% das iniciativas afirmaram não possuir qualquer formalização, fato que não significa que elas não estejam de alguma forma organizadas e, que demanda maior investigação. Logo em seguida, observamos que outra parcela, 20% dos respondentes, afirmam estar organizada por meio de MEI. Identificamos que as iniciativas que apareceram como MEI foram unidades produtivas de famílias agricultoras da região turística Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu. Essas iniciativas estão operando nos estabelecimentos com a família, sem

uma organização com toda a comunidade da localidade. Outras iniciativas de comunidades caiçaras no litoral do Paraná também apareceram no questionário afirmando a formalização por meio da MEI. Com relação ao registro como MEI, acreditamos que ele viabiliza o trabalho no turismo, ao passo que a formalização proporciona emissão de nota fiscal; regularização com o pagamento de impostos; dentre outros fatores. Porém, nem todos os grupos sociais conseguem formalização via MEI, ao passo que essa formalização cria entraves para a continuidade de seus modos de produção, a exemplo. Esse quadro é complexo e merece maior debate no TBC (Carmo; Silva; Deus, 2018).

Buscamos também identificar se as iniciativas contavam com o apoio de outras instituições para avançar no trabalho com o turismo (Gráfico 6), uma vez que a literatura aponta que as iniciativas de TBC dependem de instituições externas a comunidade para amadurecer seu modelo de gestão (Valente; Mielke, 2017). Encontramos, nas repostas do nosso levantamento o “Poder público” como agente mais citado como apoiador e parceiro das iniciativas, em que, dos 62 respondentes, 36% deles afirmaram receber apoio municipal e/ou estadual.

Gráfico 6 – Paraná. Parcerias das iniciativas com outras instituições, 2021.



Fonte: Autoral.

Depois do poder público nos chamou a atenção que 23% dos respondentes afirmaram não receber nenhum tipo de apoio de instituição externa. Na sequência aparece a parceria/apoio de “Agências de turismo/operadores” com 20% dos respondentes apontando para essa

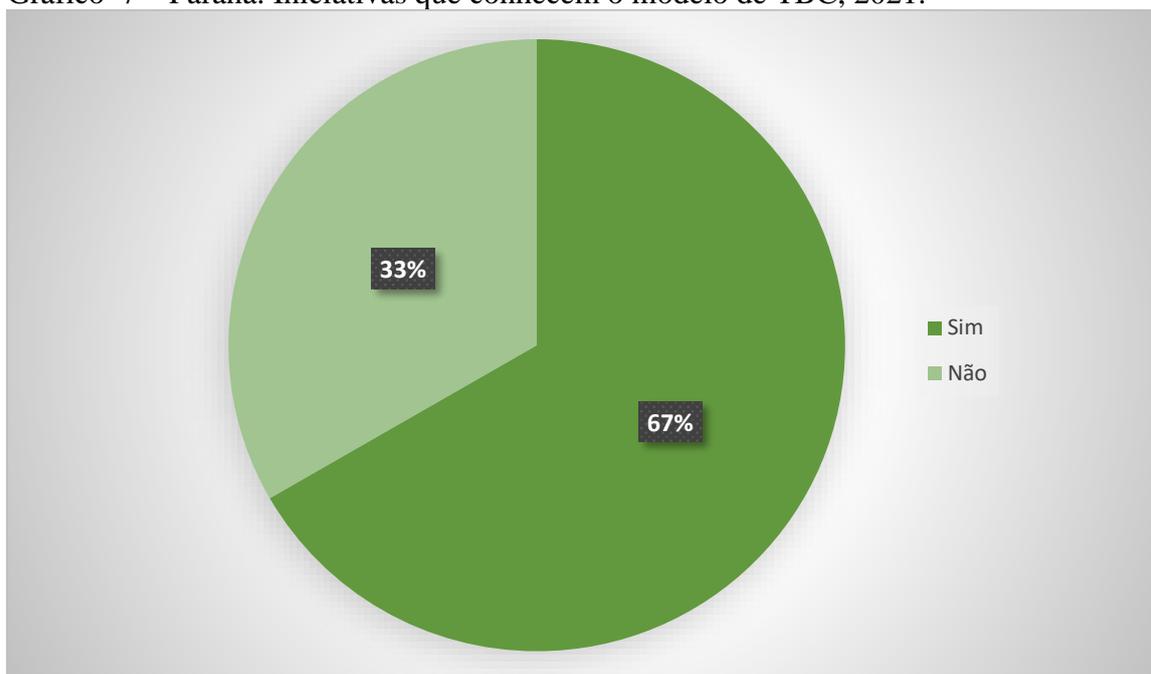
informação. As “Universidades” e “Organizações não governamentais (ONGs)”, também, apareceram como parceiras. Quando seguimos para a questão seguinte, em que questionamos quais eram as instituições parceiras, (para o caso daqueles que citaram existir algum tipo de apoio externo), identificamos como instituições mais citadas: “as prefeituras”; “as IGRs”; “as universidades”; “o IDR Paraná” e o “Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)”.

Sobre as prefeituras, desperta a atenção que um dos respondentes afirmou que existe uma ajuda muito tímida dessa instituição. É preciso investigar com maior aprofundamento a relação dessas iniciativas com as prefeituras, afinal, elas podem ter sido muito citadas pois são os agentes mais próximos das comunidades na escala local, em pequenas localidades, porém, não necessariamente são agentes ativos. Afirmamos isso pois, observamos esse fato em alguns estudos como no trabalho desenvolvido por Calvente (2004) sobre as políticas públicas de turismo rural no norte paranaense. A pesquisadora em seus achados afirma que a atuação das prefeituras, na maioria dos municípios, não está realizando nenhuma ação relacionada ao turismo rural, a exemplo. As prefeituras realizam ações como organização e divulgação de festas e eventos; cessão de máquinas e mão-de-obra para melhorias em vias de acesso; organização do Comtur; reuniões e palestras sobre o turismo. Anos depois, Alves (2018) reafirma esse papel não estratégico das prefeituras que inclusive não possuem recursos humanos para atender as demandas do turismo.

Sobre as universidades, Brandão (2021) afirma que essas instituições são relevantes em razão da cooperação que se pode estabelecer com as comunidades que decidem assumir o TBC como atividade socioeconômica local. Essa cooperação, para o autor, deve ser baseada na mediação entre os saberes-fazer e cosmovisão das comunidades e o conhecimento técnico-científico “[...] considerando, ainda, a solidariedade, autonomia comunitária e reconhecimento do território por seu valor de uso como pilares de um novo porvir para o turismo” (Brandão, 2021, p. 215).

As últimas questões da ferramenta foram sobre se a iniciativa conhecia o TBC e se adota o modelo. Fizemos essas perguntas para identificar quais dos respondentes se reconhecem como uma iniciativa de TBC e se as iniciativas têm conhecimento dessa modalidade, sendo uma possibilidade a ser pensada para o turismo da localidade. Sobre as iniciativas que conhecem o modelo de gestão do TBC (Gráfico 7) 67% dos 63 respondentes afirmaram conhecer o modelo.

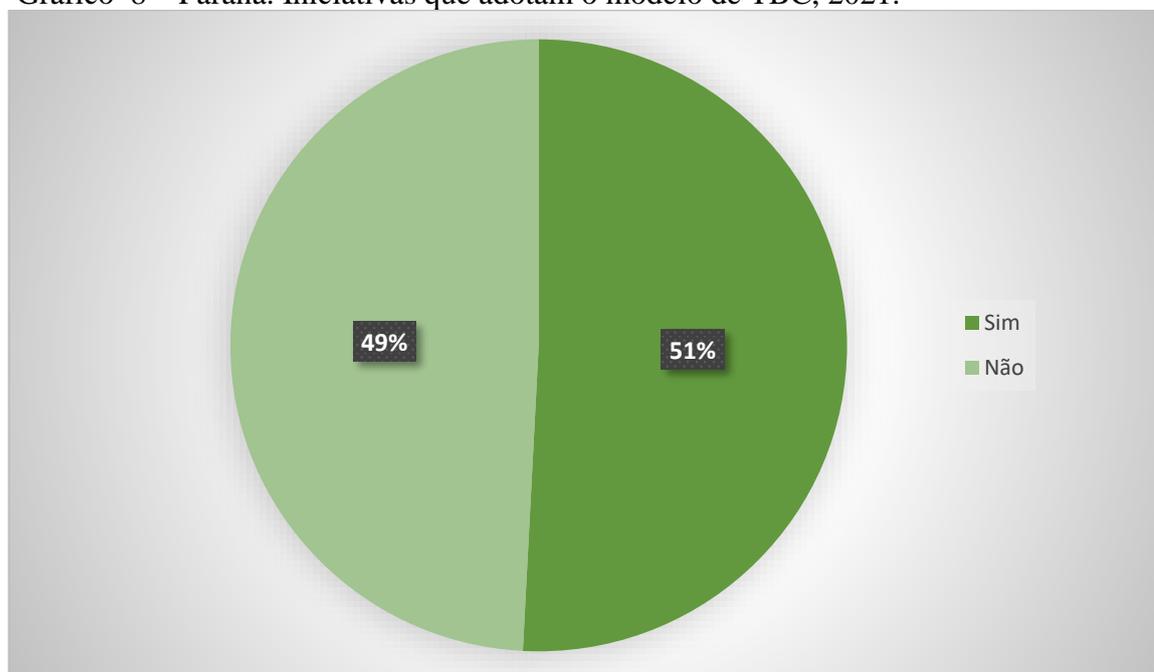
Gráfico 7 – Paraná. Iniciativas que conhecem o modelo de TBC, 2021.



Fonte: Autoral.

Sobre a pergunta que questionou se as iniciativas adotam o modelo de TBC (Gráfico 8) a maioria dos 61 respondentes, 51% deles, afirmaram adotar esse modelo de gestão do turismo.

Gráfico 8 – Paraná. Iniciativas que adotam o modelo de TBC, 2021.



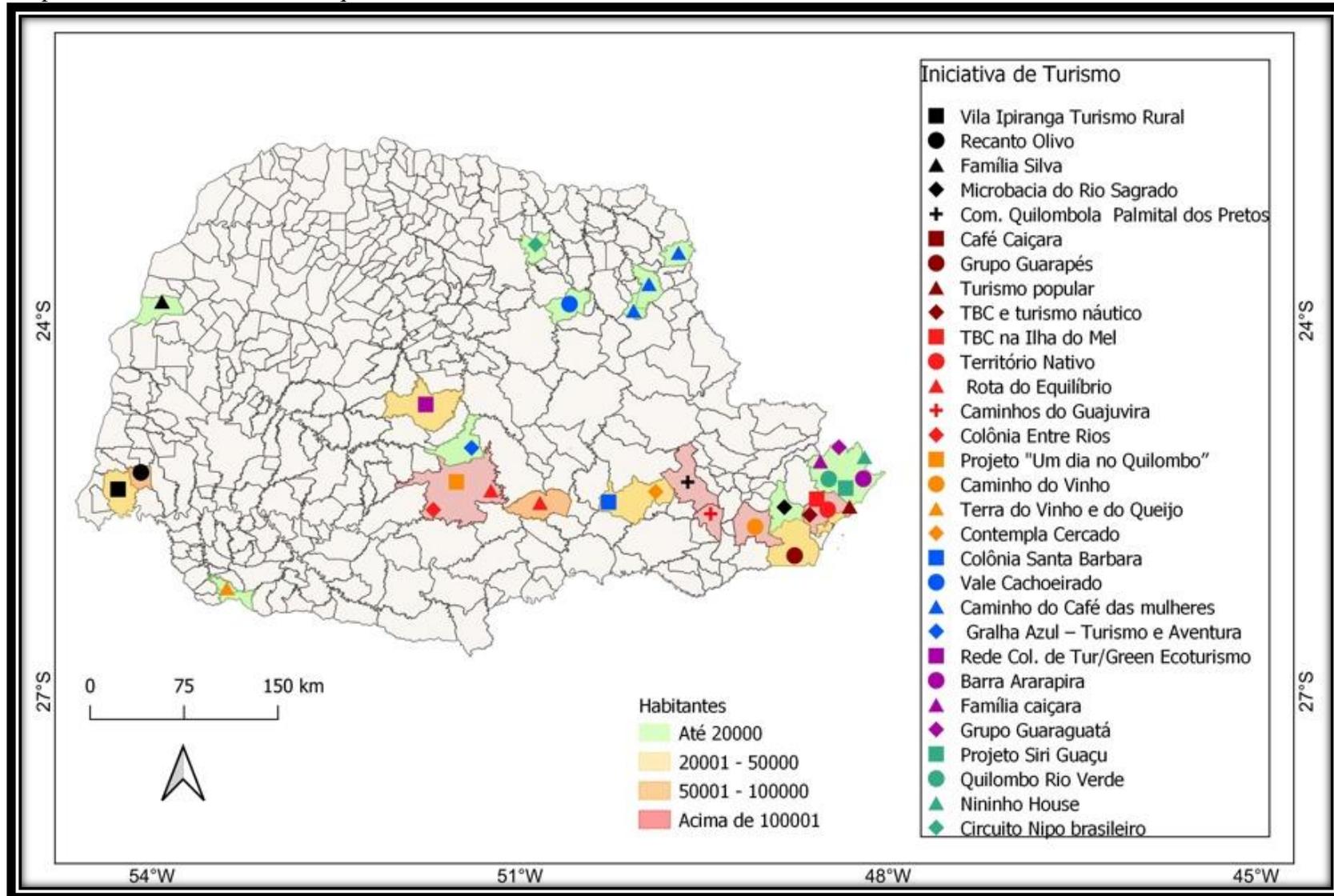
Fonte: Autoral.

Com o resultado de que a maioria das iniciativas conhece o TBC, mas que praticamente metade delas não adota o modelo, nos debruçamos sobre o detalhamento das respostas no

questionário, afinal, as iniciativas foram indicadas por organismos, por pesquisadores e/ou pela literatura como sendo de TBC, ou sendo iniciativas próximas ao modelo. Abrimos, então, o questionário e levantamos cada resposta. Organizamos esse material em mapas para melhor compreensão e visualização.

O primeiro deles foi o mapa de iniciativas que afirmaram conhecer e que adotam o modelo de TBC (Mapa 5). Das iniciativas que responderam a essa questão, algumas delas chamaram a nossa atenção. As iniciativas da Microbacia do Rio Sagrado, em Morretes e, o Clube de Mães do Restaurante da Ilha das Peças, em Guaraqueçaba, amplamente conhecidas e propagadas pela literatura como sendo iniciativas de TBC, responderam conhecer, mas não adotar o modelo.

Mapa 5 - Iniciativas de turismo que afirmaram adotar o modelo de TBC,

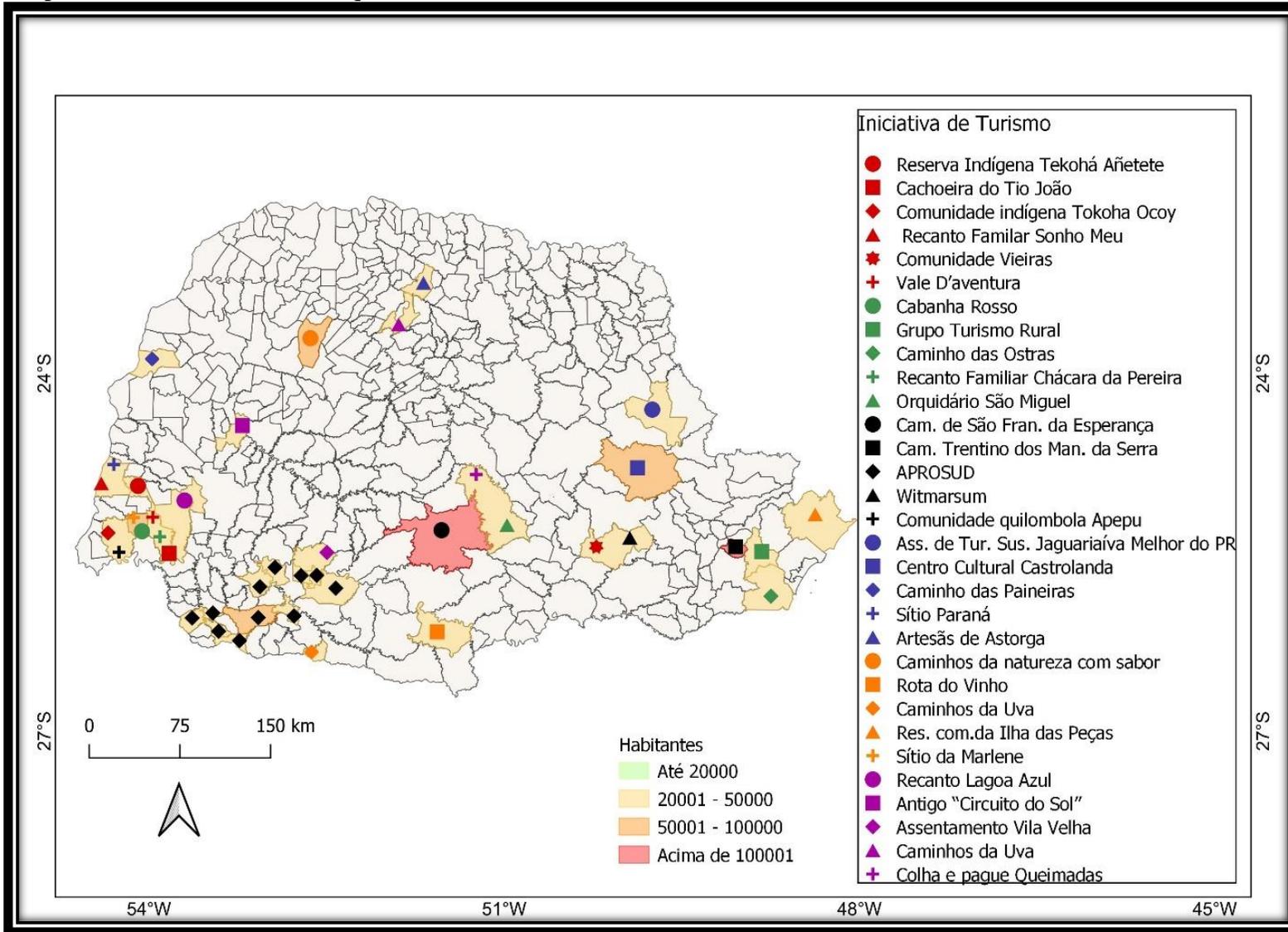


Fonte: Autoral

Intrigados com as respostas, entramos em contato com a Microbacia do Rio Sagrado e questionamos por quais motivos eles afirmaram não adotar o modelo. Eles retornaram afirmando que assinalaram incorretamente a questão e afirmaram adotar o modelo de TBC. Outra iniciativa, o Caminho de São Francisco da Esperança, em Guarapuava, também assinalou a questão como não sendo de TBC, porém, ela foi citada como sendo de TBC em uma publicação midiática na *Internet*. Nesse sentido, observamos que há a necessidade em entrar em contato com as iniciativas para averiguar seus posicionamentos e, inclusive, confirmar se a não adoção do TBC é uma escolha consciente da comunidade, pelos mais variados motivos, ou se é desconhecimento.

O segundo (Mapa 6) apresenta as iniciativas que afirmaram não adotar o modelo. Dessas iniciativas, a primeira inferência que fazemos é de que, como muitas das iniciativas afirmaram não conhecer o modelo, não afirmam, portanto, que o adotam.

Mapa 6 - Iniciativas de turismo que afirmaram não adotar o modelo de TBC, 2023.

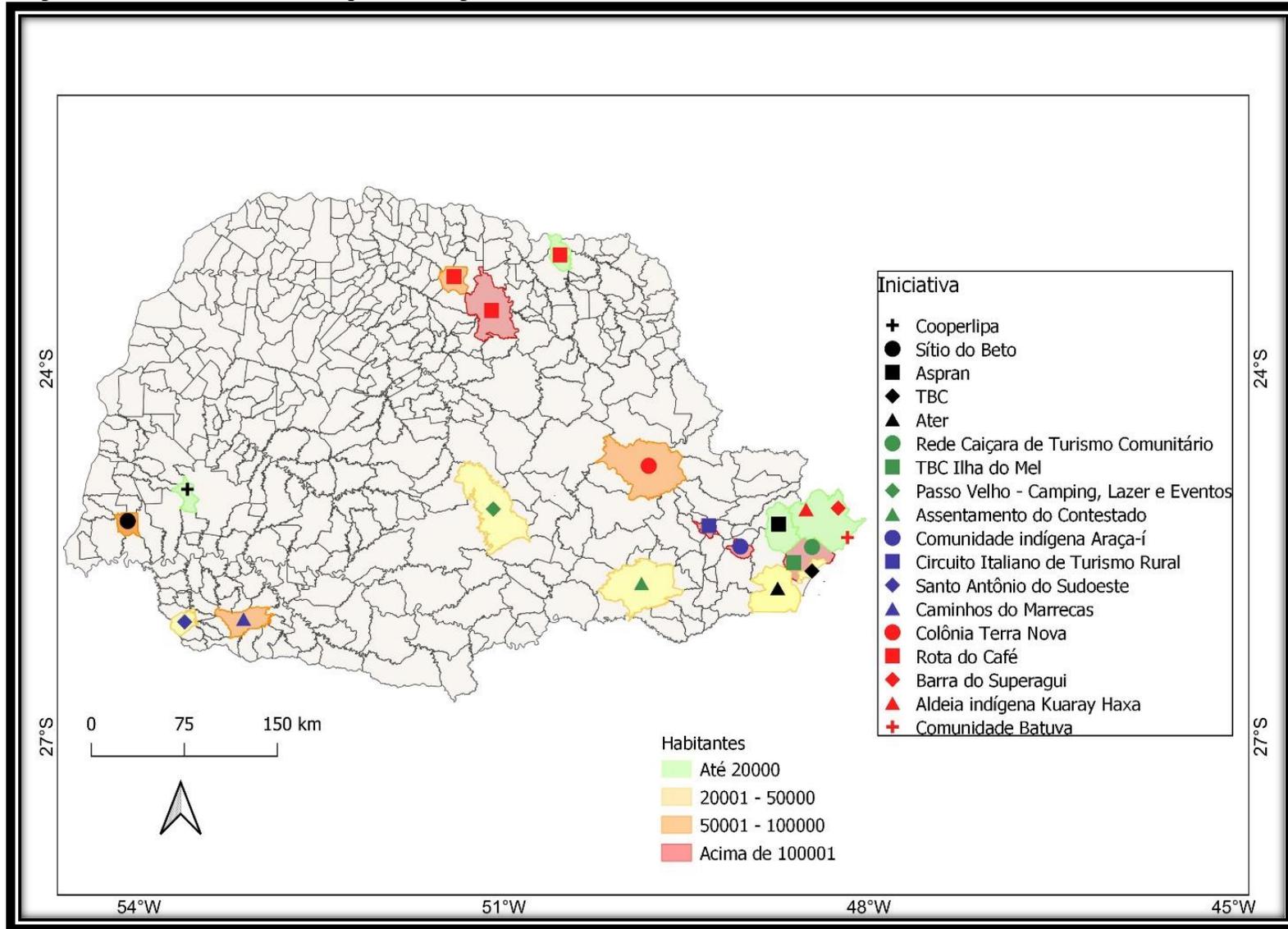


Fonte: Autorial.

Nesse sentido, pensamos sobre a demanda em sensibilizar as comunidades que desconhecem o modelo sobre ele, para que tenham a oportunidade de refletir a respeito da sua adoção, se assim for do interesse da comunidade e se os elementos-chave do TBC estiverem alinhados com a proposta de turismo do grupo. Porém, duas iniciativas afirmaram adotar o modelo embora tenham afirmado que a comunidade o desconhece. Uma das iniciativas é a Rede Guaraguatá de TBC, em Guaraqueçaba, pertencente a Rede Anfitriões de TBC. Sabemos, então, que é uma iniciativa de TBC, porém, um dos possíveis motivos para responderem que não conhecem o modelo é terem assinalado a questão incorretamente ou terem compreendido que embora a comunidade adote o modelo ele ainda não é amplamente debatido e conhecido por todos. A outra iniciativa é o quilombo Palmital dos Pretos e Sete Salto de Cima, em Colombo, que acreditamos ter assinalado que desconhecem o TBC por esses mesmos motivos. Nesse sentido, essas iniciativas merecem maiores investigações.

Alguns representantes de iniciativas responderem de maneira diferenciada ou não responderam a essas perguntas. O terceiro mapa, apresenta as iniciativas que não responderam se adotam ou não o modelo de TBC (Mapa 7).

Mapa 7 - Iniciativas de turismo que não responderam se adotam o modelo de TBC, 2023.



Fonte: Autoral

A iniciativa da Colônia Terra Nova, em Castro, respondeu que desconhece o modelo, mas não afirmou se adota ou não o TBC. O representante da iniciativa do Circuito Italiano de Turismo Rural (Citur), em Colombo, afirmou que o circuito não possui o TBC estruturado na localidade e que um ou outro participante adota o modelo de forma isolada. O representante da Rota do Café não respondeu ao questionário, mas afirmou que não adotam o modelo. Por fim, os representantes do Caminho dos Cafés das mulheres e do Passo Velho – *camping*, lazer e eventos, não responderam a essas duas questões. Ao final dessas observações compreendemos que avaliar se as iniciativas adotam ou não o modelo de TBC é complexo e demanda aprofundamento em cada iniciativa.

O tema do TBC merece ser contemplado no Paraná e, os coletivos que se organizam para adotar o turismo como atividade socioeconômica, demandam desse debate como forma de ponderar se desejam adotar o modelo ou não, inclusive, pensando em seus direitos para buscar junto ao Estado e, coletivamente, ações que atendam suas demandas específicas. Isso porque

Esse fazer político de auto-organização comunitária é, pois, a base sobre a qual se consolidam a autonomia e soberania populares, estas que, por sua vez, impelem a comunidade à busca continuada pela primazia de definir os usos e as formas de proteção dos ditos meios concretos de reprodução da vida no território em que habita. É precisamente como expressão desse poder que a comunidade decide *se e como* o turismo – ou qualquer outra atividade – passará a fazer parte do seu conjunto de formas de reprodução social e econômica (Brandão, 2021, p. 210).

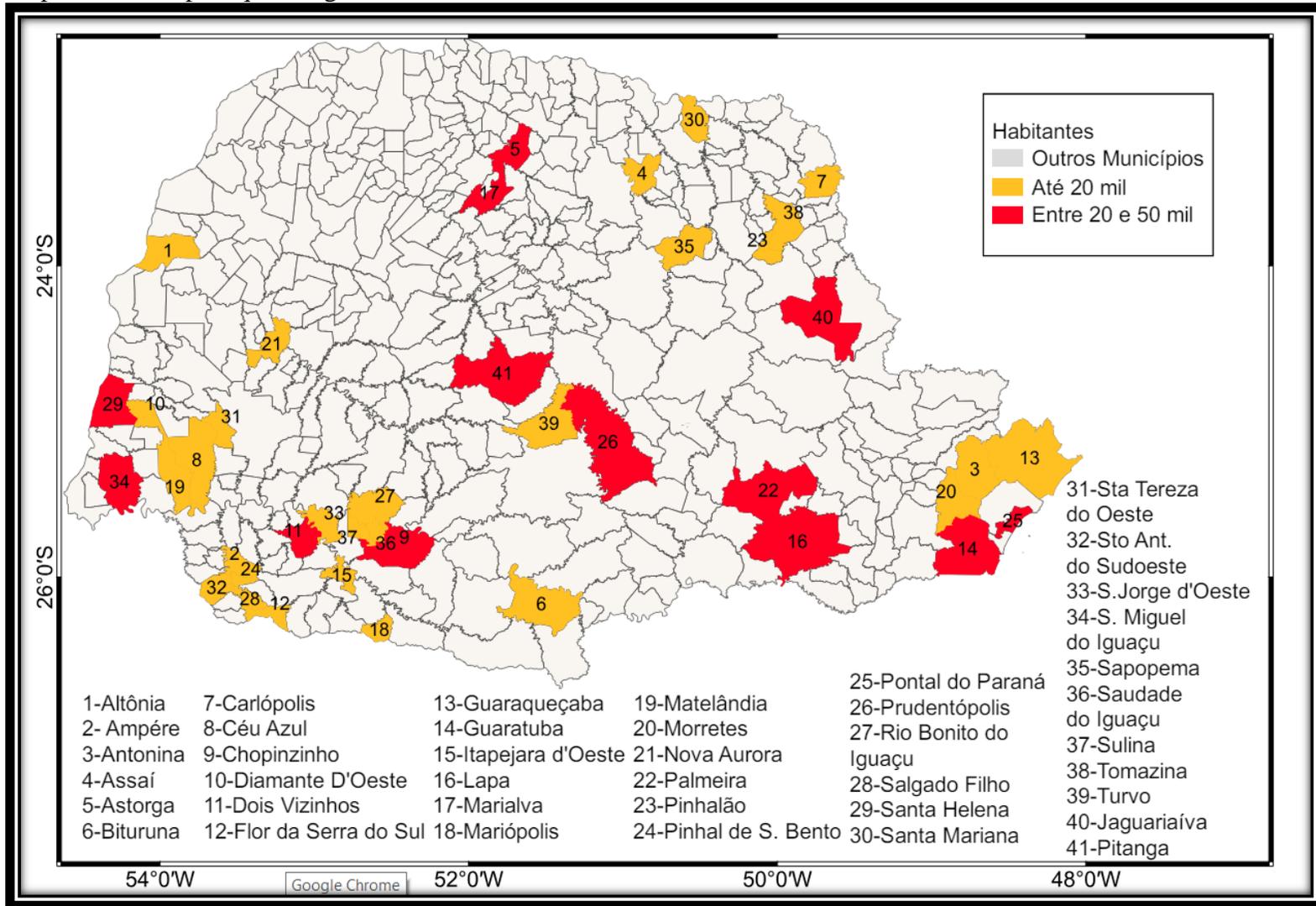
Nesse caminho é preciso debater o TBC e compreender quais as demandas e percepções dessas iniciativas no Paraná. Ao final do questionário confirmamos se as iniciativas possuíam acesso à *Internet* e se podiam nos atender em uma chamada de vídeo para a realização de entrevistas. Dos 54 respondentes, 51 disseram estar dispostos a nos atender. Fizemos isso, pois em razão do contexto da pandemia não tínhamos certeza se o campo seria possível presencialmente. Além disso, a intenção também era levantar dados para a Rede Pinhal e o projeto de Lei de TBC Estadual em vídeo chamadas com as comunidades.

4.3 Há uma unidade dentro da diversidade? Sobre os indicadores nos municípios que abrigam as iniciativas

Das iniciativas levantadas anteriormente, buscamos refletir nesse momento da pesquisa por meio de indicadores, sobre algumas das demandas socioeconômicas dos municípios em que

elas se localizam. Nosso objetivo, ao olharmos para os indicadores, foi compreender os desafios desses municípios com maior profundidade e, que possivelmente levam os coletivos locais a buscar alternativas para enfrentá-los. Ao passo que pensamos sobre o turismo em pequenos municípios/localidades e, que é no âmbito do município que podemos levantar esses indicadores, inclinamos nosso olhar para os municípios com porte demográfico de até 50 mil habitantes como sendo considerados municípios de pequeno porte demográfico para esta pesquisa. Da totalidade dos 56 municípios levantados, 41 deles possuem porte demográfico de até 50 mil habitantes (Mapa 8). Dos 41 municípios, conforme dados da população em 2022, Pinhal de São Bento possui o menor porte demográfico com uma população de 2.761 habitantes e Prudentópolis possui o maior porte com 49.363 habitantes (IBGE, 2022)

Mapa 8 - Municípios que abrigam as iniciativas levantadas com até 50 mil habitantes, 2023.



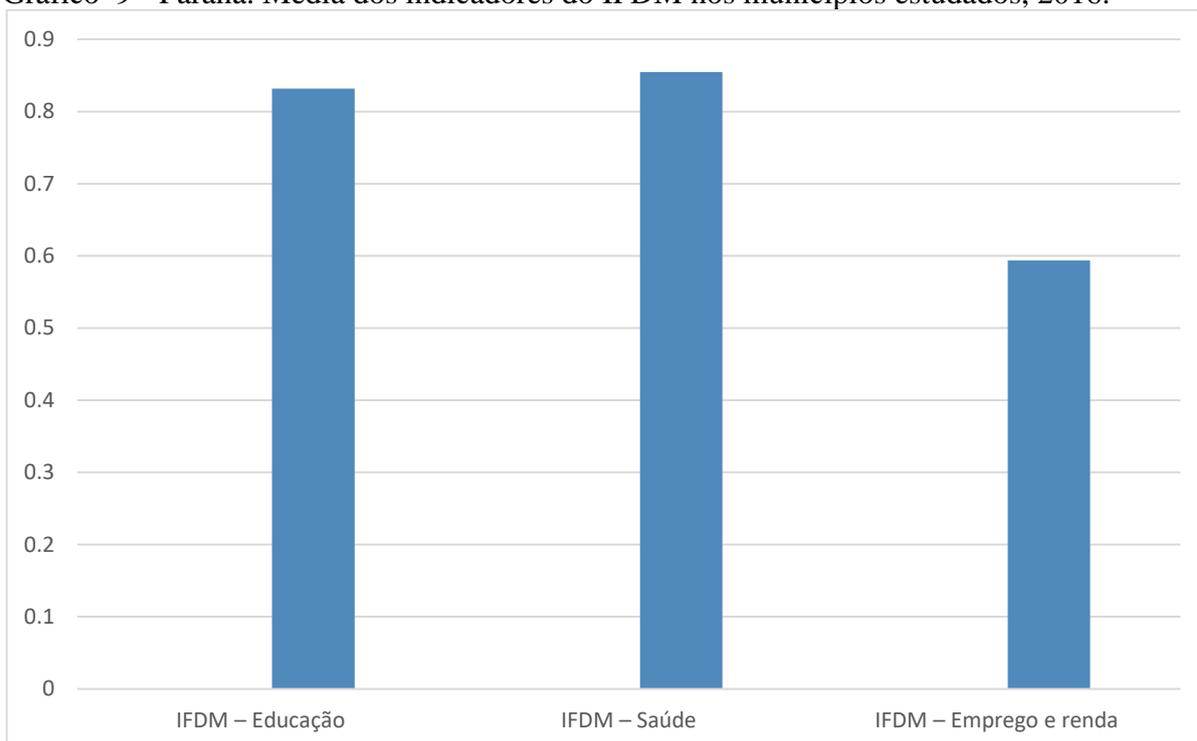
Fonte: Autoral.

Para esse recorte de municípios selecionamos os seguintes índices: Índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM); Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M); Índice de Gini e Índice de Exclusão Social. Esses índices foram selecionados em razão dos indicadores utilizados para observar a realidade socioeconômica dos municípios brasileiros como educação; renda; desigualdade; emprego; saúde, que podem auxiliar no acompanhamento das evoluções dos desafios enfrentados pelos municípios. Observamos a utilização desses índices na literatura acadêmica e, conforme identificamos que traziam elementos relevantes para a leitura da realidade da nossa pesquisa, fomos agregando nos nossos levantamentos. Para exemplificar esse ponto, citamos o Índice de Exclusão Social que trabalha com o índice de Juventude que observa a proporção da população com até 19 anos de idade nos municípios abordados. A permanência dos jovens nas localidades é uma preocupação e, a literatura do turismo, especialmente a do TBC, indica a possibilidade de manter os jovens em suas localidades de origem ao propiciar geração de trabalho e renda e auxiliar na valorização das tradições locais por parte desses indivíduos. Para além desses índices também somamos a eles um olhar para suas atividades econômicas com dados dos valores adicionais e produto interno bruto e das atividades características do turismo (ACT's) com o objetivo de mergulhar em seu contexto mais econômico e compreender o posto que ocupa o turismo em suas realidades.

Com relação aos indicadores do IFDM³² observamos que na média (Gráfico 9) a variável “saúde” apresenta o melhor cenário, seguido da variável “educação”. Porém, é na variável “emprego e renda” que o desempenho cai consideravelmente saindo do conceito “alto”, das outras variáveis, para “regular” na média geral dos indicadores.

³² O índice pode ser acompanhado ao longo dos anos e retrata anualmente o desenvolvimento socioeconômico brasileiro acompanhando as variáveis emprego e renda, saúde e educação. O índice varia de 0 a 1 para classificar o nível de cada localidade em quatro conceitos: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1), (Sistema Firjan, 2018).

Gráfico 9 - Paraná. Média dos indicadores do IFDM nos municípios estudados, 2016.



Fonte: IFDM (2016).

Org.: Autoral.

Os 41 municípios apresentam em sua maioria conceito “moderado” no IFDM consolidado com uma média de 0,7601 (Tabela 6). Quando olhamos detalhadamente para os municípios observamos que Itapejara d’Oeste, Dois Vizinhos, Astorga, Céu Azul e Matelândia são os municípios que estão no conceito “alto”. Os demais municípios estão em conceito “moderado” e apenas Guaraqueçaba está no “regular”. Nenhum município aparece no conceito “baixo” (Tabela 6).

Tabela 6 - Paraná. IFDM dos municípios de estudo, 2016.

Município	IFDM – Consolidado	IFDM – Educação	IFDM – Saúde	IFDM – Emprego e renda
Itapejara d'Oeste	0,8447	0,9322	0,9024	0,6997
Dois vizinhos	0,8156	0,8575	0,8753	0,7139
Astorga	0,8124	0,8854	0,9228	0,6288
Céu azul	0,8075	0,8662	0,9393	0,6169
Matelândia	0,8070	0,8293	0,8227	0,7691
Santo Antônio do Sudoeste	0,7995	0,8392	0,9438	0,6155
Nova Aurora	0,7893	0,8578	0,7947	0,7154
Pontal do Paraná	0,7880	0,8632	0,7398	0,7610
Marialva	0,7841	0,7832	0,9592	0,6098
Palmeira	0,7760	0,8136	0,8607	0,6538
Santa Tereza do Oeste	0,7737	0,8153	0,8747	0,6310
Salgado Filho	0,7724	0,8775	0,9098	0,5300
Santa Helena	0,7720	0,8796	0,822	0,6144
Lapa	0,7716	0,8061	0,9265	0,5824
Saudade do Iguaçu	0,7671	0,8256	0,8475	0,6282
Chopinzinho	0,7667	0,9125	0,7989	0,5887
São Miguel do Iguaçu	0,7649	0,8163	0,8503	0,6282
Pitanga	0,7638	0,8013	0,9013	0,5887
São Jorge D'Oeste	0,7626	0,8425	0,9460	0,4993
Ampére	0,7608	0,8725	0,7865	0,6233
Flor da Serra do Sul	0,7474	0,8225	0,8552	0,5645
Bituruna	0,7377	0,7487	0,8636	0,6007
Mariópolis	0,7369	0,8107	0,9230	0,4771
Prudentópolis	0,7352	0,8227	0,8672	0,5158
Carlópolis	0,7279	0,8308	0,8161	0,5369
Guaratuba	0,7276	0,8287	0,7617	0,5923
Jaguariaíva	0,7249	0,7790	0,7033	0,6924
Tomazina	0,7247	0,7945	0,8872	0,4923
Santa Mariana	0,7147	0,7515	0,8538	0,5389
Altônia	0,7102	0,8264	0,8309	0,4734
Assaí	0,7096	0,8723	0,8215	0,4351
Sapopema	0,6920	0,7536	0,7942	0,5280
Diamante D'Oeste	0,6800	0,7686	0,7869	0,4844
Pinhalão	0,6771	0,7141	0,7856	0,5317
Pinhal de São Bento	0,6631	0,7869	0,7545	0,4479

Rio Bonito do Iguaçu	0,6616	0,7608	0,8105	0,4136
Sulina	0,6612	0,7368	0,8021	0,4446
Turvo	0,6565	0,7830	0,7347	0,4517
Morretes	0,6495	0,6861	0,7669	0,4955
Antonina	0,6369	0,6860	0,6731	0,5518
Guaraqueçaba	0,5712	0,6509	0,6808	0,3819
Média dos indicadores	0,7601	0,8317	0,8546	0,5939

Fonte: IFDM (2016).

Org.: Autoral.

Como observamos anteriormente (Gráfico 9), a variável “emprego e renda” se coloca como o maior desafio a ser enfrentado pelos municípios segundo o IFDM. Dentre os 41 municípios, 22 deles apresentam um conceito “regular” nessa variável e 11 deles apresentam números inferiores a 0,5 se colocando no limite do conceito “regular” para o “baixo”. Apenas Guaraqueçaba aparece com conceito “baixo”.

Dois fatores, portanto, nos chamam a atenção. O primeiro deles trata-se do município de Guaraqueçaba que apresenta a realidade mais difícil entre os municípios. Guaraqueçaba está na posição 396^o no *ranking* estadual do IFDM. Somamos a essa observação, a informação de que dentre os municípios levantados com iniciativas de comunidades trabalhando com o turismo, Guaraqueçaba possui um dos maiores números de iniciativas de comunidades gerindo a atividade na escala do pequeno município. Foram levantadas sete iniciativas até o momento. Alguns fatores podem explicar essa realidade como a preservação/conservação da natureza na localidade e a dificuldade de acesso ao município que impede o desenvolvimento de outras atividades econômicas, inclusive o avanço do turismo nos moldes convencionais (Endlich; Mattos; Teixeira, 2022).

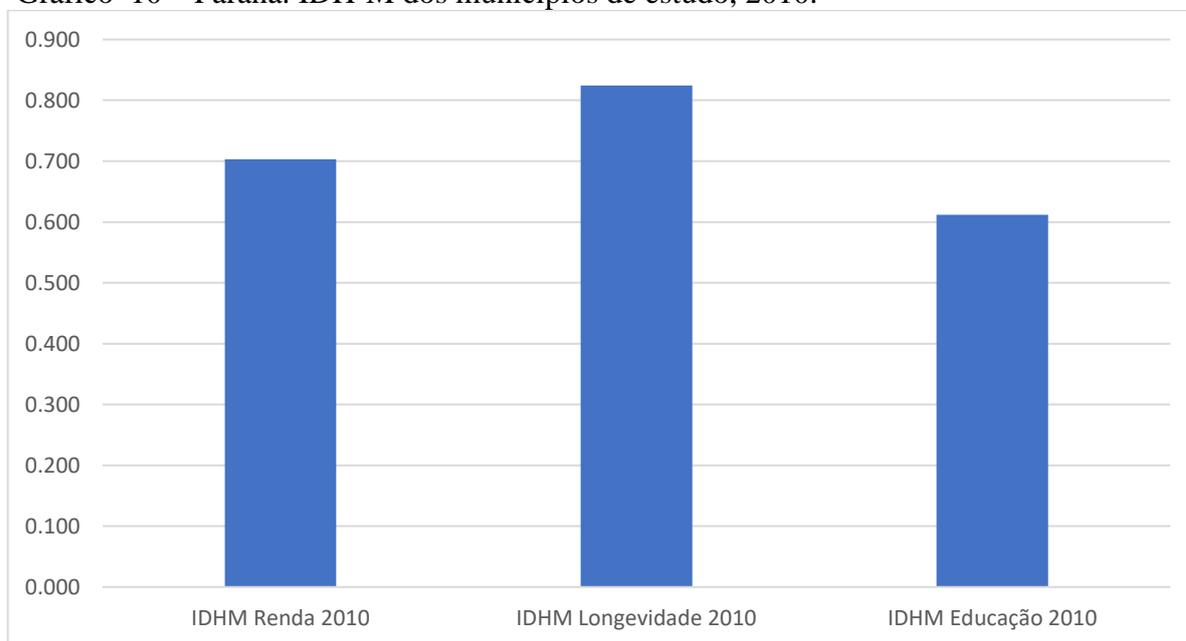
O segundo fator que chamou a atenção foi, como apontamos, a variável “emprego e renda” que na grande maioria dos municípios está no conceito “regular” destoando das demais variáveis. Esse dado aponta que um dos maiores desafios dos pequenos municípios, segundo o IFDM, é a geração de trabalho e renda para a população local, fator que propicia a manutenção da vida nessas localidades. Estariam as iniciativas de turismo nas comunidades locais, então, sendo uma ferramenta tentando vencer essa debilidade?

Com relação ao segundo índice selecionado que é o IDH-M³³ identificamos (Gráfico 10) que o componente “educação” possui a menor média (0,607) se compararmos com “renda”

³³ “O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam

(0,703) e “longevidade” (0,823). A “educação”, nesse índice, se coloca como o maior desafio para os municípios ao contrário do que vimos no IFDM que foi emprego e renda.

Gráfico 10 – Paraná. IDH-M dos municípios de estudo, 2010.



Fonte: Atlas Brasil (2010).

Org.: Autoral.

Dos 41 municípios de pequeno porte demográfico que foram identificados no levantamento, 23 deles estão na faixa “alto” e 15 deles na faixa “médio”. A única exceção, novamente, é o município de Guaraqueçaba que está na faixa “baixo” (Tabela 7). Guaraqueçaba possui, também nesse índice, desempenho baixo no componente “renda”. A respeito do componente “educação” o município está na faixa “muito baixo”, juntamente agora com Rio Bonito do Iguaçu.

Os demais municípios também perdem desempenho ao observarmos os indicadores renda (reafirmando o achado no IFDM) e educação, uma vez que a maioria deles está na faixa média para esses dois indicadores. Nos chama a atenção o índice de longevidade que está na categoria muito alto na maioria dos municípios, porém, fazemos a ressalva que após a pandemia

os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. O IDHM é acompanhado por mais de 180 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal. O índice é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. O IDH-M possui classificação em cinco faixas: IDH muito baixo (0 a 0,4999); baixo (0,5 a 0,599); médio (0,6 a 0,699); alto (0,7 a 0,799) e muito alto (0,8 a 1)” (Ipea, 2013 p. 25-27).

de covid-19 esse quadro pode mudar e, que são necessárias maiores pesquisas que levantem este tema para compreender se a longevidade está ligada a maior qualidade de vida e/ou a mobilidade desse grupo social para esses municípios durante a aposentadoria, entre outros motivos. Chies (2017) traz contribuições para este debate, ao inferir que a aposentadoria rural contribui para a permanência de agricultores familiares no campo, auxiliando no processo de frear o esvaziamento populacional de pequenas cidades em municípios periféricos, trazendo maior qualidade de vida para idosos destas áreas.

Tabela 7– Paraná. IDH-M dos municípios de estudo, 2010.

Municípios	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Paraná	0,749	0,757	0,830	0,668
Dois Vizinhos	0,767	0,747	0,850	0,711
Astorga	0,747	0,754	0,818	0,675
Santa Helena	0,744	0,738	0,823	0,678
Jaguariaíva	0,743	0,698	0,859	0,684
Chopinzinho	0,740	0,740	0,817	0,671
Pontal do Paraná	0,738	0,737	0,831	0,655
Marialva	0,735	0,733	0,814	0,666
Nova Aurora	0,733	0,726	0,844	0,642
Céu Azul	0,732	0,732	0,812	0,659
Itapejara do Oeste	0,731	0,713	0,828	0,661
Assaí	0,728	0,724	0,833	0,641
Matelândia	0,725	0,715	0,831	0,642
São Jorge d'Oeste	0,722	0,705	0,813	0,656
Altônia	0,721	0,690	0,848	0,641
Palmeira	0,718	0,725	0,826	0,618
Guaratuba	0,717	0,737	0,828	0,604
Carlópolis	0,713	0,696	0,832	0,625
Ampére	0,709	0,699	0,824	0,620
Lapa	0,706	0,696	0,848	0,595
Santa Tereza do Oeste	0,705	0,686	0,808	0,632
São Miguel do Iguaçu	0,704	0,726	0,818	0,588
Pitanga	0,702	0,696	0,802	0,621
Salgado Filho	0,700	0,682	0,831	0,604
Santa Mariana	0,700	0,684	0,804	0,624
Saudade do Iguaçu	0,699	0,695	0,803	0,611
Tomazina	0,699	0,661	0,829	0,622

Mariópolis	0,698	0,717	0,804	0,591
Pinhalão	0,697	0,679	0,828	0,601
Pinhal de São Bento	0,695	0,669	0,801	0,626
Sulina	0,693	0,684	0,854	0,570
Antonina	0,687	0,686	0,838	0,564
Morretes	0,686	0,710	0,837	0,544
Flor da Serra do Sul	0,682	0,680	0,833	0,560
Prudentópolis	0,676	0,664	0,807	0,577
Turvo	0,672	0,668	0,828	0,549
Santo Antônio do Sudoeste	0,671	0,690	0,807	0,543
Bituruna	0,667	0,645	0,829	0,556
Sapopema	0,655	0,695	0,795	0,509
Diamante d'Oeste	0,644	0,647	0,776	0,532
Rio Bonito do Iguaçu	0,629	0,631	0,792	0,498
Guaraqueçaba	0,587	0,587	0,792	0,434
Média dos indicadores	0,705	0,703	0,823	0,607

Fonte: Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Org: Autoral.

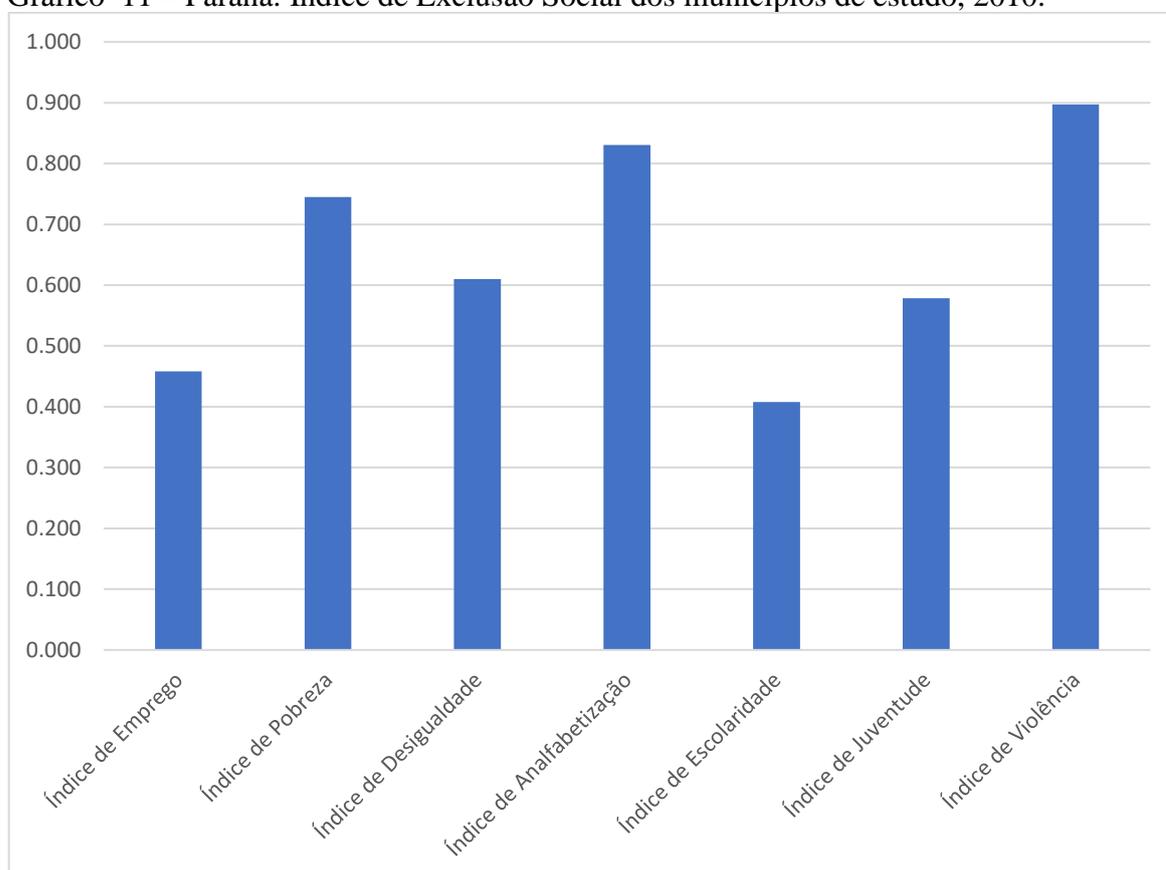
Com relação ao índice de Gini³⁴ observamos algumas situações de municípios que nos chamaram a atenção. Entre alguns dos municípios que apresentaram bons desempenhos nos índices anteriores, com relação ao índice de Gini (Apêndice B) eles aparecem com o maior grau de desigualdade como no caso de Marialva, Astorga, Santa Helena e Pontal do Paraná, a exemplo.

Em outro sentido observamos que municípios que apresentaram desempenhos não tão satisfatórios nos índices até aqui citados, possuem maior grau de igualdade conforme o índice de Gini, que são os casos de Guaraqueçaba, Turvo e Sulina.

³⁴ “Instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Existe também uma versão que expressa a concentração de terras. Nesse caso, adotamos o que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1 (alguns apresentam de 0 a 100). O valor 0 representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor 1 (ou 100) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza” (Ipea, 2021).

Com relação ao Índice de Exclusão Social³⁵³⁶, observamos que na média geral (Gráfico 11) o índice de escolaridade possui o desempenho mais baixo (corroborando com o IDH-M, como visto anteriormente), seguido dos índices emprego; juventude; desigualdade; pobreza; analfabetização e por fim, apresentando a melhor situação social o índice de violência apontando para uma relativa sensação de segurança nos municípios de estudo. O tema da violência ilustra a deficiência dos índices em certos sentidos, isso porque, embora esse índice em específico apresente bom desempenho, estudos como o de Fernandes (2017), revelam que a sensação de segurança não reflete a realidade de pequenas localidades que atualmente sofrem com o aumento da violência.

Gráfico 11 – Paraná. Índice de Exclusão Social dos municípios de estudo, 2010.



Fonte: Guerra; Pochmann; Silva (2014).

Org.: Autoral.

³⁵ Para a construção do índice foram utilizados dados do Censo Demográfico 2010 (disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Sistema de Informações de Mortalidade 2010 (disponibilizado pelo Ministério da Saúde). O índice permite sintetizar alguns dos principais atributos da exclusão social provenientes de indicadores: pobreza, emprego, desigualdade, juventude, escolaridade e alfabetização e violência. O índice varia de 0 a 1 sendo que as piores condições de vida equivalem a valores próximos a 0 enquanto as melhores situações sociais estão próximas de 1 (Guerra; Pochmann; Silva, 2014).

³⁶ O Índice de Exclusão Social não apresentou dados dos municípios de Saudade do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho, Sulina, Pinhal de São Bento, Rio Bonito do Iguaçu, Mariópolis, Pitanga, Altônia, Marialva, Astorga, Sapopema, Madianeira, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu.

Embora tenhamos essa questão em conta quando olhamos com maior detalhamento para os índices (Tabela 8), observamos que o indicador relativo à violência (taxa de homicídios por 100 mil habitantes) possui o melhor desempenho com números que se aproximam de 1 ou até mesmo chegam a 1 em municípios como Santa Mariana, Guaraqueçaba, Antonina, Santo Antônio do Sudoeste, Ampére e Chopinzinho. Chamam a atenção municípios como Guaraqueçaba, Antonina, Santo Antônio do Sudoeste que mesmo apresentando desempenhos não muito satisfatórios nos índices anteriores se colocam com indicador de violência em melhor situação social.

Tabela 8 - Paraná. Índice de Exclusão Social dos municípios de estudo, 2014.

Município	Índice de Exclusão	Índice de Emprego	Índice de Pobreza	Índice de Desigualdade	Índice de Analfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Juventude	Índice de Violência	Posição Brasil
Santa Mariana	0,713	0,616	0,883	0,569	0,850	0,462	0,650	1	828°
Tomazina	0,702	0,568	0,854	0,635	0,873	0,552	0,580	0,942	991°
Morretes	0,694	0,579	0,755	0,707	0,726	0,463	0,648	0,958	1083°
Pinhalão	0,686	0,534	0,843	0,641	0,884	0,448	0,624	0,906	1192°
Bituruna	0,673	0,515	0,835	0,807	0,806	0,399	0,632	0,721	1383°
Turvo	0,652	0,450	0,734	0,634	0,857	0,396	0,632	0,943	1732°
Diamante D'Oeste	0,648	0,460	0,793	0,600	0,860	0,408	0,601	0,901	1794°
Guaraqueçaba	0,642	0,268	0,790	0,837	0,850	0,315	0,503	1	1903°
Antonina	0,626	0,350	0,656	0,665	0,739	0,356	0,643	1	2117°
Santa Tereza do Oeste	0,609	0,495	0,693	0,423	0,917	0,432	0,550	0,935	2359°
Lapa	0,600	0,469	0,706	0,497	0,860	0,432	0,544	0,835	2468°
Jaguariaíva	0,594	0,253	0,702	0,603	0,770	0,395	0,608	0,916	2569°
Palmeira	0,582	0,426	0,699	0,541	0,759	0,279	0,511	0,917	2689°
Guaratuba	0,581	0,325	0,667	0,535	0,796	0,429	0,539	0,904	2710°
Pontal do Paraná	0,577	0,501	0,726	0,477	0,887	0,488	0,529	0,611	2755°
Céu azul	0,576	0,521	0,583	0,589	0,856	0,272	0,462	0,869	2765°
Santo Antônio do Sudoeste	0,570	0,413	0,594	0,529	0,758	0,304	0,478	1	2819°
Ampére	0,562	0,379	0,587	0,577	0,662	0,259	0,487	1	2906°
Dois Vizinhos	0,522	0,279	0,709	0,637	0,840	0,273	0,639	0,387	3334°
Chopininho	0,520	0,316	0,421	0,596	0,682	0,219	0,471	1	3354°
Itapejara d'Oeste	0,470	0,174	0,336	0,470	0,425	0,283	0,599	0,970	4081°
São Jorge D'Oeste	0,468	0,153	0,538	0,565	0,795	0,185	0,430	0,772	4112°
Média dos indicadores	0,603	0,411	0,687	0,597	0,793	0,366	0,562	0,886	

Fonte: Guerra; Pochmann; Silva (2014).

Org.: Autoral.

Na sequência o índice de analfabetização (Taxa de alfabetização das pessoas de cinco anos ou mais de idade) também possui números com bom desempenho em sua maioria exceto para o município de Itapejara d'Oeste que apresenta indicador de 0,425. É a partir do índice de pobreza (proporção de domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo) seguido pelo índice desigualdade (índice Gini da renda domiciliar per capita da população residente) que identificamos queda nos desempenhos municipais.

Desperta a atenção, ainda, os índices de concentração juvenil (Proporção da população com até 19 anos de idade); emprego (Proporção de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e funcionários públicos estatutários na População Economicamente Ativa) e escolaridade (proporção de pessoas com 17 anos ou mais que concluíram o ensino médio) que ficam com os desempenhos mais prejudicados se comparados aos demais. A concentração juvenil possivelmente relaciona-se diretamente com o índice emprego, pois, a manutenção dos jovens nos municípios passa pela geração de trabalho e renda, além da disponibilidade de educação superior. O emprego no Índice de Exclusão Social reafirma o desafio da geração de trabalho nessas localidades.

Para além dos índices trouxemos os Valores Adicionais e o Produto Interno Bruto (PIB) (Tabela 9) com o objetivo de observar o desempenho econômico dos municípios nos setores da economia. Somados os setores da economia, identificamos que o setor de serviços se coloca como muito expressivo em relação aos demais setores indicando uma maior dinamização da economia urbana em relação à rural.

Tabela 9 - Valores adicionais e Produto Interno Bruto dos municípios estudados (x1.000 R\$), 2019.

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Impostos	TOTAL (PIB)
Lapa	310.860,61	419.856,81	674.863,77	229.156,57	170.611,54	361.069,86
Dois Vizinhos	181.407,39	386.688,48	763.699,51	194.383,35	149.863,67	335.208,48
Marialva	121.041,74	309.724,34	718.392,64	177.683,29	169.399,14	299.248,23
Jaguariaíva	120.386,35	578.912,02	397.694,53	159.297,53	231.634,87	297.585,06
Palmeira	333.278,37	240.412,48	461.647,92	161.157,21	148.827,79	269.064,75
São Miguel do Iguaçu	184.363,03	145.098,55	495.134,83	159.638,90	110.439,66	218.934,99
Santa Helena	211.146,17	144.348,00	374.306,24	161.161,55	87.594,61	195.711,31
Pontal do Paraná	3.137,74	315.705,14	367.598,04	150.056,52	57.588,85	178.817,26
Saudade do Iguaçu	33.600,54	760.131,54	37.753,39	47.971,19	9.249,21	177.741,17
Guaratuba	39.048,53	91.588,43	475.060,11	207.135,29	62.884,03	175.143,28
Pitanga	183.842,37	73.020,79	401.701,47	139.188,75	69.485,05	173.447,69
Matelândia	126.858,94	257.465,04	268.282,93	93.805,70	98.600,02	169.002,53
Astorga	138.026,26	92.659,82	331.330,96	121.358,32	55.566,06	147.788,28
Chopinzinho	150.941,78	84.395,06	265.160,19	105.379,17	57.606,60	132.696,56
Céu Azul	141.609,38	151.750,53	199.033,36	62.005,06	51.294,89	121.138,64
Ampére	73.538,21	148.627,45	216.293,80	87.401,13	70.133,86	119.198,89
Antonina	13.490,86	202.979,59	211.781,31	98.032,90	39.241,10	113.105,15
Nova Aurora	176.733,36	56.230,16	211.109,88	59.770,32	51.323,83	111.033,51
Itapejara d'Oeste	95.155,72	133.489,16	196.495,70	56.642,74	52.380,06	106.832,68
Santo Antônio do Sudoeste	124.388,41	52.526,48	197.536,26	90.278,12	37.221,63	100.390,18
Assaí	88.510,97	66.696,03	182.648,22	72.189,86	29.741,68	87.957,35
Turvo	77.151,66	150.358,44	100.645,36	67.373,61	35.975,45	86.300,90
Santa Tereza do Oeste	71.542,26	80.322,14	127.700,90	52.856,98	46.322,56	75.748,97

Altônia	60.655,52	22.730,20	167.270,62	96.456,49	25.078,72	74.438,31
Santa Mariana	128.388,69	25.966,64	133.151,12	52.868,46	24.968,09	73.068,60
Bituruna	94.770,65	61.198,06	99.317,83	78.702,81	26.760,79	72.150,03
Morretes	54.548,01	27.827,85	159.081,08	85.566,39	24.614,33	70.327,53
Carlópolis	107.866,62	29.523,19	128.310,97	65.348,26	19.348,39	70.079,49
Rio Bonito do Iguaçu	127.308,09	12.245,96	85.416,34	65.815,11	18.153,58	61.787,82
Mariópolis	112.290,74	25.600,24	87.610,74	35.792,43	29.826,94	58.224,22
Carlópolis	82.467,74	16.819,96	54.590,60	38.655,97	9.346,14	40.376,08
Pinhalão	58.569,26	15.478,01	41.029,82	31.817,45	6.876,70	30.754,25
Flor da Serra do Sul	44.054,56	4.900,27	36.218,71	25.895,52	8.187,93	23.851,40
Sapopema	29.149,97	10.024,92	27.297,89	34.208,16	7.118,30	21.559,85
Guaraqueçaba	28.979,02	6.086,77	28.895,51	37.512,33	4.295,06	21.153,74
Diamante d'Oeste	36.094,93	4.369,49	27.257,52	28.695,71	5.631,77	20.409,88
Sulina	46.015,71	3.646,38	23.899,97	20.390,20	5.707,40	19.931,93
Salgado Filho	39.059,80	3.494,00	24.511,44	20.652,91	5.992,39	18.742,11
São Jorge d'Oeste	36.858,81	8.546,81	22.873,78	17.490,54	4.307,80	18.015,55
Pinhal de São Bento	20.100,67	1.900,32	15.769,34	15.022,53	2.068,44	10.972,26
TOTAL	4.211.134,45	5.680.469,99	9.767.790,25	3.718.944,07	2.370.690,68	5.149.805,89

Fonte: IBGE (2019)
Organização: Autoral.

Em segundo plano segue o setor da indústria e, apenas posteriormente da agropecuária. A administração pública e a arrecadação de impostos estão na sequência. Aparentemente esses municípios passam a ter economias urbanas mais fortes, em relação as demais que também são frágeis, com a dinamização do setor de oferta de serviços na medida que a vida no campo vai perdendo força com a concentração fundiária e, conseqüentemente o êxodo rural. Não nos parece um acaso, que identificamos um número considerável de iniciativas de famílias agricultoras, e demais grupos sociais localizados no campo, em busca de alternativas de resistência.

Sabendo que nossa intenção também é refletir sobre o setor nos pequenos municípios, trouxemos para o estudo, para além dos índices, números do turismo que apresentassem mais informações sobre as realidades abordadas. Levantamos dados sobre o número dos estabelecimentos; a ocupação formal e a participação relativa na economia das atividades características do turismo (ACT's) que são: alojamento; alimentação; transporte (terrestre, aquaviário, aéreo); aluguel de transporte; agência de viagem e cultura e lazer. Para isso selecionamos dados do extrator do Ipea de 2012³⁷ e 2019 (para uma análise comparativa) cuja fonte é o Registro Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Previdência. Os dados do extrator do Ipea só vão até o ano de 2019 e, decidimos mesmo assim utilizá-los para entender o contexto do turismo sem a influência da pandemia que alterou significativamente os números do setor.

Antes de iniciarmos as reflexões sobre esses números do turismo buscamos observar em que categoria estavam os municípios do estudo no Mapa do Turismo Brasileiro 2024 (Brasil, 2023)³⁸. Nenhum município encontra-se na categoria A, pois no Estado apenas Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina estão nessa posição e na categoria B temos os municípios de Guaratuba e Pontal do Paraná. Na categoria C estão os municípios de Morretes, Pitanga, Lapa, Jaguariaíva, Santa Helena e Dois Vizinhos. Na categoria E estão Salgado Filho e Diamante D'Oeste. Os municípios de Marialva, Pinhalão, Itapejara d'Oeste, Astorga, Santo Antônio do Sudoeste, Saudade do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Pinhal de São Bento não foram categorizados. Os demais 25 municípios estão na categoria D. Esse quadro paranaense não está descolado da

³⁷ Os dados do extrator do Ipea se iniciam no ano de 2012.

³⁸ O Mapa do Turismo Brasileiro define a área a ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério do Turismo no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas. Além disso, os municípios são categorizados no intuito de identificar o desempenho da economia do setor nos municípios a partir de cinco variáveis cruzadas em uma análise de cluster (a- Número de estabelecimentos das ACT's em 2019; b- Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem; c- Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos; d- Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais; e- Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem). Elas deram origem a cinco categorias (A,B,C,D e E) diretamente relacionadas à economia do turismo (Brasil, 2021).

realidade nacional em que dos 2.694 municípios categorizados, 2,3% estão na categoria “A” e 9,54% estão na categoria “B”. Na categoria “C” o mapa possui 17,7% de municípios e na categoria “E” 14%. Mais da metade dos municípios, 56,5% está na categoria “D”.

Portanto, esse mesmo quadro repete-se no recorte da pesquisa por não se descolar dessa realidade maior. A categorização é um suporte para a gestão pública que orienta as políticas no setor para cada categoria de município focadas em suas especificidades. Em nosso recorte, e na realidade maior do país, a grande maioria dos municípios necessita avançar no desenvolvimento para o setor, porém, como abordado anteriormente, as ações públicas e privadas seguem concentrando e especializando o turismo no país. E, sobre isso, os números que apresentaremos a seguir, em nossa realidade de estudo, deixam esse contexto ainda mais evidente.

Com relação ao número de estabelecimentos das ACT’s (Apêndice C) observamos que houve um leve decréscimo na maioria dos municípios, antes mesmo da crise que se apresentou com a situação pandêmica em 2020. Dos 41 municípios Morretes, Antonina, Palmeira e Salgado Filho tiveram ligeiro aumento. Mantiveram os números Pitanga, Santa Tereza D’Oeste, São Jorge D’Oeste, Saudade do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Assaí, Altônia e Marialva. Podemos considerar que de modo geral o quadro de número de estabelecimentos manteve-se o mesmo em um período de oito anos. O município com maior porcentagem de estabelecimentos ativos do turismo em relação ao de estabelecimentos totais foi Pontal do Paraná com 17% em 2019 e o menor Flor da Serra com 3%.

Dentre os municípios com 10% ou mais de estabelecimentos relacionados as ACTs um caso nos chama a atenção que é o município de Mariópolis. Isso porque, em 2012 Mariópolis estava, juntamente com os municípios litorâneos, com uma das maiores porcentagens de estabelecimentos na economia municipal (mesmo tendo queda em 2019) e, diferentemente desses municípios Mariópolis está no interior do Estado, não muito próxima de aglomerações urbanas e de áreas de concentração e especialização do turismo, como é o caso do litoral paranaense. Fazendo uma pesquisa em plataformas de viagem e até mesmo no *site* “Viaje Paraná” descobrimos que Mariópolis é conhecida como “Terra da Uva”.

A produção da fruta, nos parece ser responsável pelos números que apresentamos, pois, as ACT’s parecem estar organizadas ao redor dessa produção. Existem vinícolas em Mariópolis e quando voltamos para o levantamento das iniciativas de comunidades locais que fazem a gestão do turismo observamos que o “Caminho da Uva”, gerido pela Cooperativa Vinícola Francisco de Salles, foi registrado como uma iniciativa coletiva local. Com pouco mais de 6 mil habitantes e, fora do circuito de turismo de sol e praia, Mariópolis movimenta número de

estabelecimentos ligados as ACT's com uma iniciativa local que chega próximo ao número dos municípios litorâneos que possuem vantagem pelo apelo de sol e praia.

Se no total de estabelecimentos das ACT's houve ligeira queda nos números, com relação a ocupação formal (APÊNDICE D) do total de empregos formais de 2012 para 2019 a maioria dos municípios manteve os números relacionados a ocupação. Sabemos que o setor de turismo possui uma informalidade significativa (Alves, 2018) e, trabalhar com esses registros é delicado pois, eles retratam a realidade em partes, porém, podem nos indicar alguns caminhos.

Dentre os 12 municípios que apresentaram aumento no número de ocupações formais nas ACT's apenas Morretes teve um aumento pouco mais significativo de 3% e foi o único município do litoral a apresentar acréscimo nessa área, fato esse que nos faz refletir que apesar de sua localização e apelo turístico os municípios de pequeno porte, que estão em áreas de concentração do turismo, próximos de grandes centros no Paraná, nem sempre apresentam desempenhos excepcionais no turismo. Lembremos, inclusive, que são localidades que convivem entre a riqueza e a pobreza, em acentuada desigualdade (Estades, 2003). É preciso, contudo, fazer a ressalva de que esse índice pode tratar da queda na empregabilidade de outros setores, fato que deve ser melhor observado em trabalhos posteriores. Os demais municípios que apresentaram aumento nos números foram municípios do interior do Paraná que não apresentam significativos desempenhos no setor. Assim como os estabelecimentos, também podemos inferir que de modo geral não houve mudanças significativas na ocupação formal nesses municípios, na proporção da ocupação pelo turismo.

Em se tratando da participação relativa na economia das ACT's nesses municípios (APÊNDICE E) percebemos que apenas São Miguel do Iguazu manteve o mesmo desempenho. Para os demais 40 municípios, 21 deles tiveram queda na participação relativa do turismo na economia e 19 deles tiveram aumento.

Identificamos com os dados relativos às ACT's que embora 25 dos municípios sejam categorizados como "D" Mapa do Turismo Brasileiro e, embora tenham perdido estabelecimentos no período de 2012 a 2019, esses mesmos municípios tiveram ligeiro aumento no número de vagas formais no setor de turismo. Não observamos de maneira geral que esses municípios possuem números significativos no setor o que corrobora com a maior parte deles estar categorizado como "D" no mapa. Apesar do programa de regionalização do turismo no Brasil registrar a demanda em haver ações específicas para esses municípios, eles ainda precisam de maior atenção dos organismos públicos de gestão do turismo, pois persiste a concentração em médias e grandes cidades no Estado (Castro; Ferguer, 2021) e, os pequenos

municípios necessitam dos mais diversos investimentos para qualificar o setor e captar seus benefícios.

Ao trabalhar com os índices, confirmamos que o desafio de geração de trabalho e renda é o mais expressivo nessas localidades e, também por esse motivo, nos parece que a alternativa da atividade turística tem se expandido para esses municípios, para além das grandes cidades. Com relação ao IDH-M e o Índice de Gini ao mesmo tempo que o primeiro apresenta bom desempenho na maior parte dos municípios, essas mesmas localidades estão no topo da lista de desigualdade referente ao índice de Gini. E, contraditoriamente, em alguns casos como Guaraqueçaba, mesmo não apresentando bom desempenho no IDH-M, apresenta o melhor desempenho em relação a igualdade. Ao abordarmos o IFDM constatamos que os maiores desafios estão relacionados com escolaridade, a manutenção dos jovens nas localidades e a geração de renda.

Sabendo que os números na economia não apresentam melhores desempenhos para a geração de emprego e renda para esses municípios entendemos que o olhar para o turismo que ocorre por meio de comunidades locais e, de forma a buscar uma alternativa para o modelo convencional deve ser melhor aprofundada. A proposta deste trabalho segue então buscando maiores respostas para os resultados do turismo nessas localidades que os números não puderam oferecer. Concordamos com Alves (2018) que os trabalhos que abordam os pequenos municípios e sua relação com o turismo demandam maior expansão e outras análises devem ser feitas para aprofundar os debates. Reforçamos ainda, que os índices, embora apresentem parte da realidade, não contemplam o todo e, estudos que levantem mais informações são indispensáveis.

Dessa mesma forma, embora os números tragam alguns indicativos sobre os pequenos municípios estudados e, sobre o turismo, é necessário compreender melhor essas realidades e aprofundar as observações sobre elas. Seguimos, no próximo capítulo refletindo os efeitos do TBC para as pequenas localidades no Estado do Paraná avaliando os limites e possibilidades desse modelo para o desenvolvimento das pequenas localidades.

5 PENSANDO OS INDICADORES PELAS VOZES DOS PEQUENOS

No capítulo que segue procuramos atender ao último objetivo de pesquisa que foi analisar os limites e possibilidades do Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento em pequenas localidades. Para atender esse objetivo, em um primeiro momento, empreendemos tarefa de definir os pequenos municípios e as iniciativas de TBC a serem estudados, dando base empírica para as reflexões deste trabalho. Uma vez que os municípios e iniciativas foram definidos passamos pelo processo de estabelecer um conjunto de indicadores que permitissem avaliar o TBC em pequenas localidades, baseados em um levantamento de estudos no Brasil e no exterior, que também utilizaram indicadores para compreender as mais diversas realidades locais relacionadas ao turismo. Somados aos indicadores, definimos nossas demais abordagens e partimos para uma caminhada de levantamentos que nos permitiram pensar os efeitos sociais do TBC para as pequenas localidades do Paraná.

5.1 O interior do Estado e o caminho para buscar respostas

Uma pergunta ecoou durante o levantamento das iniciativas de TBC no Paraná: “Nós estamos subestimando a capacidade das comunidades em buscar soluções para os problemas locais?” Isso porque, nos mapeamentos de TBC que observamos em outros Estados do país e, no próprio mapeamento nacional, o quantitativo de iniciativas é bem mais tímido. O mapeamento nacional, a exemplo, levantou 90 iniciativas em todo o país e, cinco delas estão no Estado do Paraná (Projeto Bagagem, 2022). Quando iniciamos o levantamento paranaense, nossa hipótese era de que provavelmente tínhamos uma subnotificação de iniciativas, pois temos mais visibilidade sobre as iniciativas do litoral. O cenário do interior ainda era nebuloso. Era possível que mais iniciativas existissem no interior, mas não imaginávamos que eram tantas.

Durante os levantamentos realizados para o mapeamento das iniciativas de TBC, a grande surpresa foi observar um número tão expressivo de manifestações desse modelo de gestão (ou próximas a ele) no Estado do Paraná. Um quantitativo de 80 iniciativas³⁹ (e ainda

³⁹ Devemos, porém, olhar para o levantamento com muita cautela, pois, ele foi amplo, no sentido de agregar o máximo de iniciativas consideradas pelos atores que contribuíram para essa pesquisa (como detalharemos

contando) não é comum no TBC, um modelo de gestão do turismo de pequena escala, baseado em grupos sociais muitas vezes marginalizados. Esse número nos trouxe algumas reflexões: estamos subestimando as pequenas localidades e suas comunidades no empenho de levantarem ações para enfrentar seus desafios; estamos negligenciando o quantitativo e a capacidade de pequenos grupos locais de se organizarem em prol de objetivos comuns; desconhecemos o TBC que surge nos pequenos municípios, especialmente, aqueles longe das grandes aglomerações demográficas, das grandes e médias cidades.

Esse debate está assentado em um contexto maior sobre o planejamento territorial brasileiro. Fernandes, Bitoun e Araújo (2009) desenvolveram um robusto estudo pensando nas parcelas do território nacional que são desperdiçadas e a demanda em buscar o pleno aproveitamento. Fonseca; Tedesco e Silva (2022) debatem a interiorização do turismo brasileiro e afirmam que ainda há uma demanda urgente em voltarmos o olhar para o interior. O professor e pesquisador Carlos Alberto Cioce Sampaio, uma das referências sobre TBC no Estado e no país, em sua apresentação no evento “Sustentabilidade e Turismo: desafios para pesquisas e políticas públicas no horizonte da Agenda 2030”, afirmou que desconhecemos a realidade do interior do Brasil, em específico a realidade do interior do Paraná quando falamos de TBC. Sampaio (2022), afirma que existe uma demanda por pesquisas que avancem no levantamento e nas reflexões sobre a interiorização do turismo no Estado. Dessa forma, com base no cenário ainda desconhecido de iniciativas de TBC no interior paranaense, em pequenos municípios, afastados da centralização demográfica e de investimentos, decidimos por investigar os alcances sociais do turismo nos pequenos municípios interioranos de Altônia, Mariópolis, Pinhalão, Sapopema e Turvo.

A escolha de cada município não foi aleatória. No esforço empreendido para selecionar cada um deles, dentre aqueles que foram identificados no mapeamento, observamos realidades que nos inquietaram de diferentes formas e, decidimos jogar luz e lupa sobre essas realidades. Buscamos por municípios com menos de 50 mil habitantes que estivessem longe de aglomerações urbanas, em áreas periféricas do Paraná. Olhamos para o mapeamento e fomos observando as iniciativas de turismo localizadas nos pequenos municípios, suas características e as características da localidade. Um dos critérios para seleção dos municípios foi a localização de cada um em diferentes regiões do Estado. Definimos esse critério, para observar as

posteriormente) como de TBC. Novas análises do mapeamento são necessárias para problematizar os resultados encontrados.

similitudes e discrepâncias entre as realidades dos pequenos municípios nas diversas porções do território estadual. Ao final, cinco municípios e suas iniciativas de turismo foram selecionados para a verticalização das reflexões.

Como apontamos, os cinco municípios localizados ficam em diferentes regiões do Estado e longe das áreas de concentração do turismo (Castro; Ferger, 2021). Altônia nos chamou atenção em relação a sua localização, pois o município fica às margens do Parque Nacional de Ilha Grande e, possui uma iniciativa chamada “Caminho das Paineiras”, lembrando que paineira é uma árvore nativa da região. As iniciativas de TBC no Brasil, são em sua maioria localizadas próximas as áreas de Unidades de Conservação. Do total de 90 iniciativas identificadas pelo mapeamento nacional, 70 delas estão instaladas em Unidades de Conservação (Projeto Bagagem, 2021). Nesse caso, ficamos interessados em entender melhor as características do “Caminho” e sua relação com os recursos naturais. As respostas obtidas por meio do questionário caracterizaram a iniciativa como de agricultores familiares, que ofertam produtos locais e hospedagem, não estão organizados em forma de associações ou outro coletivo formal, recebem o apoio do poder público (Coripa), responderam conhecer, mas não adotam o modelo de TBC.

Mariópolis é um município paranaense conhecido pela produção de uvas e seus derivados como o vinho e o suco. Em razão desse contexto reúne grupo de agricultores familiares que migraram de regiões do Estado do Rio Grande do Sul para a localidade em busca de melhores condições de vida. O nosso interesse pelo município, foi o conjunto de agricultores familiares reunidos para receber turistas/visitantes para vivenciar o cultivo da uva no município. O grupo social mais citado como aquele que adota a ferramenta do TBC no Paraná foi o grupo de agricultores familiares na etapa do envio dos questionários. Nesse sentido, selecionamos Mariópolis para compreender essa realidade mais de perto. No formulário, o responsável respondeu que a localização da iniciativa estava na cidade (provavelmente compreendeu que a pergunta se tratava da prefeitura e não da comunidade), sendo constituída de agricultores familiares (especialmente fruticultores), ofertam atividades na natureza, eventos e produtos locais, se organizam em forma de cooperativa, recebem apoio do poder público (Prefeitura e IDR), não conhecem e, assim, não adotam o modelo de TBC.

Pinhalão nos chamou atenção desde o início, quando apareceu no mapeamento. A iniciativa de turismo foi indicada pela Coordenadora Estadual de Turismo Rural do IDR Paraná, Terezinha Busanello Freire. O município abriga atualmente o “Caminho dos cafés das Mulheres”, uma iniciativa organizada por mulheres cafeicultoras premiadas pela produção de

cafés especiais. O caminho das mulheres surgiu por meio do trabalho feito em parceria com o IDR Paraná e a Associação de Mulheres do Café. A iniciativa é organizada por agricultoras familiares, especificamente por associação de mulheres, que oferece atividades ligadas à cultura do campo, produtos locais e hospedagem, está organizada em associação (Associação das Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná – Amucafé), recebe apoio do IDR e da Amucafé e, afirma que adota o modelo de TBC.

Sapopema entrou no nosso radar por abrigar grupo de famílias assentadas que adotou o turismo como ferramenta de auxílio para a permanência na terra. O Assentamento São Luiz é um assentamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que foi instituído em 1987 no município (Paraná, 2016). Observar o turismo como ferramenta de permanência na terra no Paraná, é relevante quando partimos da ideia de que o TBC é um modelo de gestão não convencional de luta das comunidades locais pela sua liberdade e fortalecimento, como ficou claro nas manifestações debatidas para alguns países da América Latina anteriormente. A iniciativa de turismo em Sapopema identifica-se, portanto, como de agricultores familiares assentados, ofertam hospedagem, atividades na natureza e ligadas a cultura do campo, estão organizados em forma de associação, recebem apoio de agências de turismo e do poder público (prefeitura, IDR) e afirmam adotar o modelo de gestão de TBC.

Por fim, chegamos no município de Turvo que possui iniciativa de TBC liderada por jovens do município, que reuniu na mesma iniciativa povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares descendentes de imigrantes. É a iniciativa que congrega a maior diversidade de grupos sociais nesta pesquisa. A organização de um receptivo por jovens chamou a atenção em uma realidade de evasão da juventude em pequenos municípios. Para além, somar na mesma experiência de turismo grupos sociais que possuem suas singularidades nos pareceu ainda mais complexo. A localização em uma das regiões mais pobres do Estado também nos causou interesse em mergulhar nessa realidade.

Após definir e compreender de maneira geral as especificidades dos municípios e das iniciativas que fariam parte da pesquisa, buscamos atender nosso quarto objetivo específico que foi estabelecer um conjunto de indicadores que permitissem avaliar as implicações do TBC em pequenas localidades. Portanto, levantamos indicadores que foram construídos em pesquisas anteriores e tiveram o intuito de compreender as iniciativas do modelo. Para essa tarefa, seguimos os mesmos passos dados nos capítulos anteriores e, empreendemos um levantamento da literatura acadêmica. Para tanto buscamos artigos científicos completos; publicados em periódicos de livre acesso; em língua portuguesa, inglesa e espanhola; indexados em bases de

dados como *Google Acadêmico*; *Scielo*; Publicações de Turismo; *Research Gate*; Portal de periódicos da Capes; entre outros. Para além dos artigos, buscamos também, teses e dissertações nas mesmas bases de dados. Alertamos que alguns artigos científicos, foram resultados de teses e dissertações, nesses casos, decidimos trabalhar com a produção mais recente que eram os artigos. O recorte temporal estabelecido foram os trabalhos publicados até o ano de 2021 (momento em que levantamos esses dados para a pesquisa). Utilizamos a saturação como sinalizador de que é possível concluir o levantamento. Ao passo que os indicadores começaram a se repetir e, não surgiam mais novos indicadores, encerramos o levantamento.

Após seleção do material, identificamos que atualmente há produção que utiliza indicadores para abordar iniciativas de TBC. Observamos que o quantitativo de artigos que abordam essa temática está crescendo ao longo dos anos. Os trabalhos acadêmicos que utilizaram indicadores para avaliar as iniciativas de TBC, os utilizaram das mais variadas formas e nos mais diferentes contextos. Do total de 22 trabalhos (Apêndice G), 19 deles são artigos científicos; uma dissertação e duas teses.

A produção ainda em crescimento sobre os indicadores de TBC, ocorre em razão dos próprios estudos sobre o modelo de gestão serem recentes. Ainda existem muitas áreas do TBC a serem atendidas, não apenas nos estudos acadêmicos. Sobre os indicadores, compreendemos que se faz necessário avançar nos levantamentos, debates e inovações que possam mensurar de maneira quali-quantitativa, adequada e única. Isso porque, muitos dos indicadores utilizados para abordar as iniciativas de TBC são adotados de outras áreas, inclusive dentro do turismo, como os indicadores de sustentabilidade do turismo, mas é preciso avançar na construção de indicadores específicos para o TBC, para atender suas demandas, conforme observaremos posteriormente.

Sobre as características gerais dos trabalhos, constatamos que existem algumas particularidades que são comuns a eles. A maior parte das pesquisas esteve assentada em uma abordagem qualitativa ou quali-quantitativa. Os objetivos dos trabalhos estiveram centrados em avaliar o desenvolvimento do TBC nas localidades que foram estudadas, observando seus efeitos, estágio de evolução, demandas, entre outros. Grande parte dos estudos aplicaram os indicadores nas iniciativas de TBC e, os trabalhos que se caracterizaram como apenas de revisão da literatura, não optaram por estudos de caso, pois delinearam esforços em propor indicadores específicos para esse modelo de gestão do turismo. Esses dados nos deram base para pensar no delineamento metodológico do nosso próprio conjunto de indicadores que iríamos aplicar nas localidades que nos preparávamos para trabalhar.

Com relação aos indicadores utilizados nos trabalhos, é possível compreender que a maior parte deles construiu seu próprio conjunto de indicadores para trabalhar a realidade a ser atendida pela pesquisa. Isso ocorreu pelo fato de que os autores compreenderam que o TBC demanda de indicadores próprios para o acompanhamento das iniciativas em razão de suas características únicas como modelo de gestão e, das comunidades que dele utilizam-se. A menor parte dos pesquisadores desenvolveu seus trabalhos partindo da formulação de indicadores adaptados do turismo sustentável, bem como outros indicadores extraídos de bases de dados como, por exemplo, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outra base do país de origem do estudo. A adaptação e/ou utilização de indicadores do turismo sustentável, para trabalhar com iniciativas de TBC, dá-se pelas origens do modelo de gestão estarem profundamente ligadas com o caráter indissociável entre as comunidades locais e os recursos naturais e a preocupação dos efeitos negativos turismo para essas localidades. Para mensurar os efeitos do turismo nas iniciativas onde ocorre, é possível identificar trabalhos acadêmicos que se baseiem nos indicadores do turismo sustentável para avaliar as iniciativas do TBC.

Expomos aqui nossa concordância com Giampiccoli e Mtapuri (2015); Pinnheiro (2014); Fabrino, Nascimento e Costa (2016) entre outros autores, que os indicadores voltados para o TBC, devem ser construídos partindo do TBC e suas características como elemento maior para então incluir características do turismo sustentável como elementos menores na compreensão do modelo e, não o contrário. Isso porque, muitos pesquisadores partem dos indicadores do turismo sustentável para observar o fenômeno do TBC incorrendo no equívoco de pensar o modelo como elemento do turismo sustentável. Nesse sentido, entendemos que para atender as especificidades do modelo com suas características únicas é preciso pensar em indicadores que sejam adequados a ele e, não adequar indicadores preexistentes ao TBC. Nosso entendimento para a construção de indicadores que acompanhem as iniciativas de TBC caminha próximo ao de Pinheiro (2014), em que cada iniciativa, ou grupo de iniciativas, demanda a construção de indicadores específicos para observar as suas diferentes realidades.

Nesse sentido, organismos públicos e privados, demandam de indicadores que sejam amplamente estabelecidos para acompanhar e monitorar o desenvolvimento das iniciativas e os efeitos do modelo para cada comunidade (ou conjunto de comunidades), ofertando informações que possam contribuir com os direcionamentos necessários. Porém, deve-se somar aos indicadores base, indicadores específicos que atendam a realidade de cada comunidade e sua localidade.

Com base nos dados levantados e nas reflexões sobre os trabalhos que trataram dos indicadores voltados para o TBC, decidimos por construir um conjunto próprio de indicadores (Quadro 8) para compreender a realidade paranaense representada nesta pesquisa pelos pequenos municípios e, suas iniciativas que selecionamos para o desenvolvimento da etapa da pesquisa de campo. Para além do levantamento dos trabalhos que abordaram indicadores para o TBC, para a construção dos indicadores desta pesquisa, também somamos as características principais que levantamentos e observamos na literatura e nas iniciativas encontradas e analisadas na América Latina, como vimos anteriormente, em que identificamos: a luta pela terra; o protagonismo feminino; a relação com os recursos naturais; a alternativa de renda via turismo; a organização local para o setor e seus efeitos.

Quadro 8 – Indicadores sociais de TBC aplicados nas comunidades dos pequenos municípios objetos dessa pesquisa, 2021.

INDICADOR	OBJETIVO(S)	DESCRIÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Economia 	<p>Formas de organizar o turismo na localidade; nível de protagonismo da comunidade no planejamento e gestão; organização da economia local; geração de emprego, trabalho e renda.</p>	<ol style="list-style-type: none"> Organização formal do turismo ou que abriga o turismo, características gerais e condições atuais; Mecanismos formais de gestão para o turismo, características gerais e condições atuais; Fundos financeiros para o turismo e características gerais de gestão; Parcerias externas com diversos fins; Posse local e/ou externa da terra e dos empreendimentos; Planejamento e gestão local e/ou externa; Mão de obra empregada local e/ou externa; Participação de membros externos da comunidade; Insumos, produtos e serviços locais e/ou externos; Porte dos empreendimentos; Monitoramento do fluxo de visitantes; Geração de trabalho, emprego e renda; Oportunidades de negócios; Comercialização dos produtos e serviços; Gestão coletiva dos recursos; Empreendedorismo.
<ul style="list-style-type: none"> Cultural 	<p>Resgate, transformações, fortalecimento e evolução das tradições locais; intercâmbio cultural; limites.</p>	<ol style="list-style-type: none"> Compatibilidade do turismo com o modo de vida local; Compartilhamento do modo de vida e produção; Promoção de intercâmbio cultural; Efeitos do turismo na cultura local; Liberdade e satisfação no compartilhamento do modo de vida e produção; Resgate e fortalecimento das tradições; Contribuição para o lazer local;

		8. Paisagem local.
<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de entorno e relação com os recursos naturais 	Existência e qualidade de serviços básicos e modificações do entorno da comunidade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso e condições dos serviços básicos; 2. Gestão dos resíduos; 3. Ações e condições de sustentabilidade; 4. Ações e efeitos da visitação; 5. Relação com os recursos naturais; 6. Mudanças do entorno; 7. Efeitos do turismo na sensibilização ambiental.
<ul style="list-style-type: none"> • Educação • Inovação e tecnologia social 	Busca por conhecimento formal e informal; por soluções inovadoras e pelo desenvolvimento de tecnologias sociais para solucionar problemas locais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ações em busca de conhecimento formal e informal diretamente e indiretamente ligados ao turismo; 2. Ações de inovação social e/ou desenvolvimento de tecnologias sociais.
<ul style="list-style-type: none"> • Questões de gênero e geracionais 	Participação equitativa dos diferentes gêneros e gerações no turismo e sua contribuição na fixação de indivíduos no local, especialmente dos jovens.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envolvimento, liderança e divisão de tarefas para o turismo dos diferentes gêneros; 2. Envolvimento e estímulo da participação das diferentes gerações; 3. Satisfação com a divisão das tarefas, estímulo e participação nas ações para o turismo; 4. Relação do turismo com a migração, especialmente de jovens.
<ul style="list-style-type: none"> • Coesão social e satisfação com a qualidade de vida 	Relações entre os membros da comunidade; percepção e evolução da qualidade de vida local.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Interação e respeito entre as diversidades sociais; 2. Fortalecimento comunitário dos laços sociais; 3. Compartilhamento de recursos e conhecimento; 4. Gestão de conflitos; 5. Efeitos do turismo na satisfação da vida local.

Fonte: Autoral.

Nesse sentido, chegamos a uma abordagem de levantamento de dados qualitativa que contou com a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados em campo e as observações sistemáticas. A entrevista semiestruturada (Apêndice F) foi organizada em três blocos de perguntas. O primeiro bloco foi dedicado a compreensão do contexto geral da comunidade e as características gerais da iniciativa de TBC; o bloco seguinte foi reservado para os seis indicadores gerais do conjunto definido (cada indicador possuiu um número de perguntas abertas específicas para seu contexto) e o último bloco foi separado para perguntas gerais.

As entrevistas foram realizadas com os representantes das iniciativas indicados pelas próprias comunidades. Em algumas delas o representante era algum gestor público como por exemplo, Secretária Municipal; extensionista do IDR local, entre outros e, em algumas iniciativas eram presidentes de associações, ou líderes indicados pelo grupo. Para além dos representantes entrevistamos também os próprios comunitários em um esforço de registrar a voz dos protagonistas dessa história. As entrevistas aconteceram por ordem de disponibilidade dos entrevistados e os nomes utilizados são fictícios a fim de manter anonimato. Os trechos das entrevistas apresentados e utilizados neste capítulo, foram coletados entre os meses de Junho e Agosto do ano de 2022. Para a análise dos resultados, utilizamos a análise de conteúdo (Bauer, 2008), que foi instrumento para dar base a coleta e análise dos dados.

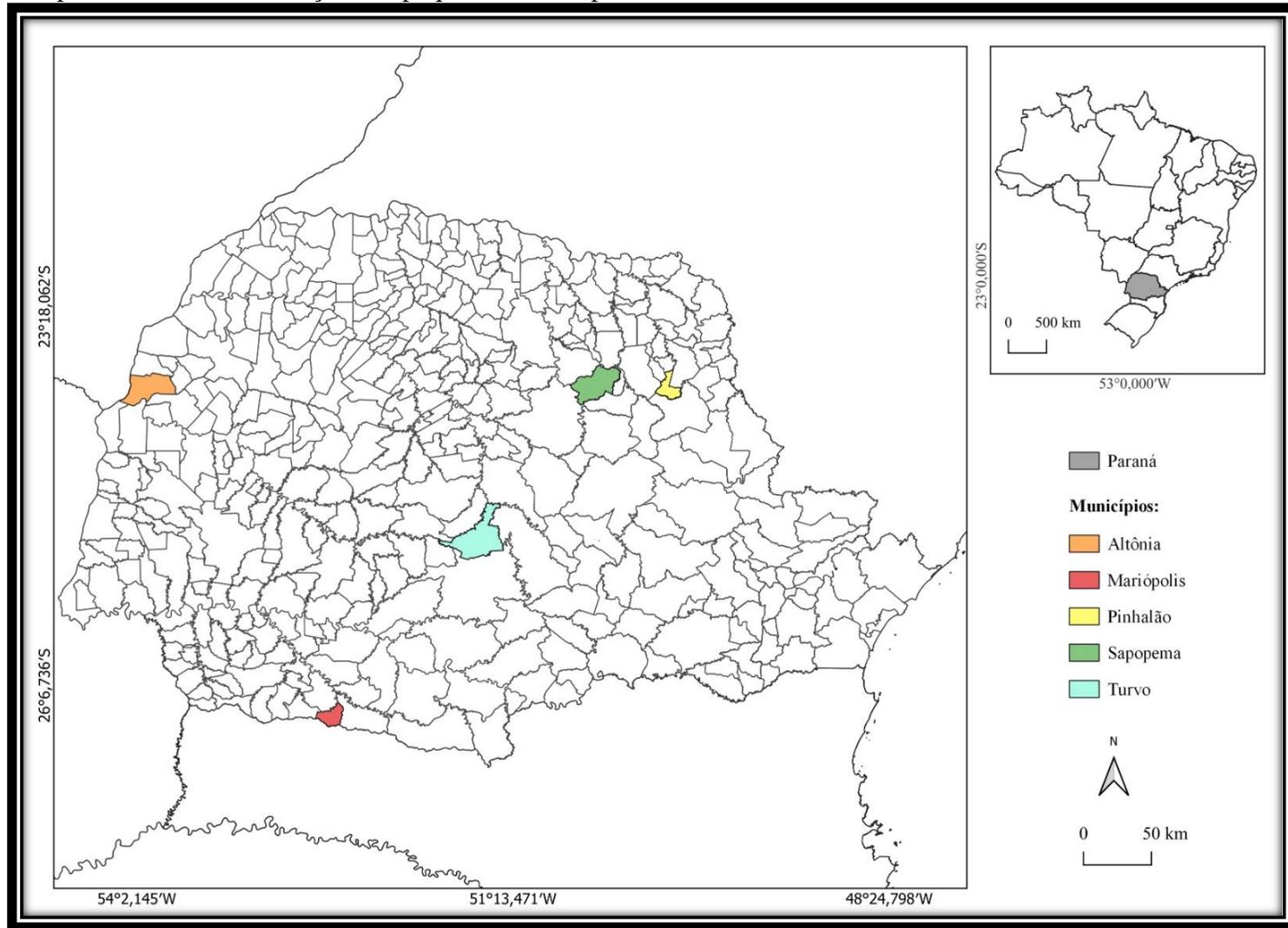
5.2 Sobre os pequenos municípios de Altônia, Mariópolis, Pinhalão, Sapopema e Turvo

Foi em nível local que buscamos sentir os problemas sociais e observar as ações construídas para seus enfrentamentos. Sobre os pequenos municípios que abrigam as iniciativas de turismo em comunidades locais, buscamos mergulhar em suas características gerais para compreender a realidade local que se concretiza, no dia a dia dos grupos sociais, a procura, definição e execução de alternativas de desenvolvimento. Levantar aspectos como localização; história; dados demográficos; estrutura fundiária; composição etária da população; dentre outros aspectos, podem, de muitas maneiras, apontar para possíveis causas da busca por alternativas para vencer seus desafios.

Altônia, Mariópolis, Pinhalão, Sapopema e Turvo localizam-se (Mapa 9) em porções diferentes do território paranaense. O posicionamento de cada município em diferentes regiões do Estado não foi mero acaso. A escolha dos municípios também foi baseada pela intenção em

refletir sobre a existência de diferentes realidades estaduais e as semelhanças compartilhadas. A grandiosidade territorial do interior do Estado em comparação ao seu litoral, abriga uma grande diversidade de grupos sociais e uma pluralidade de pequenos municípios que ao mesmo tempo que possuem suas especificidades compartilham entre si as mesmas dificuldades e a demanda em tornar-se visível para as ações de desenvolvimento.

Mapa 9 - Paraná. Localização dos pequenos municípios de estudo, 2023.



Fonte: Autoral.

Sobre a localização dos municípios dois deles, Pinhalão e Sapopema, estão no Norte Pioneiro Paranaense, na Região Intermediária de Londrina. Pinhalão está na Região Imediata de Ibaiti e Sapopema na de Cornélio Procópio. Do lado oposto, Altônia está no Noroeste Paranaense, na Região Intermediária de Maringá e Imediata de Umuarama. Mariópolis está na fronteira com Santa Catarina, no Sudoeste do Estado e, está na Região Intermediária de Cascavel e Imediata de Pato Branco. O pequeno município de Turvo está no Centro-Sul, na Região Intermediária e Imediata de Guarapuava.

Em cada município, os grupos sociais construíram sua história, com suas características locais. Tais características, apesar de únicas, possuem pontos de convergência em razão do estabelecimento de contextos maiores nas demais escalas. A exclusão de povos indígenas, quilombolas e outros minoritários; a ocupação e colonização dessas áreas por companhias colonizadoras, caboclos, imigrantes e emigrantes; a exploração da madeira e de outros recursos naturais; a disputa por terras; a modernização da agricultura; o êxodo rural; a reorganização do campo e da cidade, dentro desses contextos, são pontos que em maior ou menor grau convergem.

Os achados da década de 1970, no município de Altônia, no sítio arqueológico Lagoa Xambrê, indicam que os primeiros grupos sociais, que temos registros, a habitarem a região, onde localiza-se o município, foram os povos Tupiguarani. Esses povos indígenas habitavam toda a região da América do Sul, composta hoje por Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai, Peru e Bolívia (Macari, 2013). Foi em meados das décadas de 1950 e 1960 que a ocupação da localidade por outros povos, em maior número mineiros e nordestinos, foi motivada pela expansão da cafeicultura, organizada pela Companhia Byington de Colonização Ltda que vendia lotes de 10 alqueires de terra para cada família. Seu nome advém do nome de Alberto Byington Junior, dono da Companhia, somando AL e TON, resultando em Altônia (IBGE, 2013). A atuação da empresa colonizadora norte-americana teve papel fundamental na formação socioespacial do município de Altônia e, nos demais municípios, nos quais atuou (Fabrini; Endlich; Cordovil, 2022).

Em 1966 foi elevado à categoria de município e em 1968 definitivamente instalado por meio da Lei Estadual n.º 5.394 (IBGE, 2013). O município possui atualmente três distritos: Altônia, Jardim Paredão e São João. É em meados da década de 1970 que ocorre o declínio da cafeicultura e, com o processo de modernização da agricultura a reconfiguração do campo e da cidade, com o êxodo rural e, dentre outros resultados desse processo, o município passa pela estagnação econômica entre as décadas de 1980 e 1990. É a partir da década de 1990, que a

indústria têxtil favoreceu o aquecimento da economia do município ao demandar mão-de-obra para o setor (IBGE, 2013).

O processo de colonização por companhias colonizadoras passou também por Mariópolis. Em 1940 chegaram, na área onde localiza-se o município hoje, as primeiras famílias oriundas especialmente do Rio Grande do Sul descendentes e/ou imigrantes de italianos, mas também de Santa Catarina e, descendentes e/ou imigrantes de alemães e poloneses. A colonização da localidade intensificou-se, em meados de 1948, quando instalou-se no município a Companhia Clevelândia Industrial e Territorial (Citla). Seu representante, Mario José Fontana, dá origem ao nome do município. Com a instalação da Companhia a extração da madeira aumentou e, a localidade passa a ter 29 serrarias funcionando ao mesmo tempo (Cattani, 2020).

Com o declínio do ciclo madeireiro a produção de grãos ganhou evidência com o feijão, milho e soja. Em 1958, foi criado o Município de Mariópolis, que é desfeito em 1959 e, em 25 de julho de 1960 com a Lei nº 4.245, torna-se definitivamente município que, possui atualmente três distritos: Mariópolis, Rio Pinheiro e Senhor Bom Jesus dos Gramados. O município de Mariópolis é conhecido pela produção de uva. Os primeiros colonizadores oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina trouxeram consigo a tradição do cultivo de videiras. Em 1990 estabeleceu-se como grande produtor de uva. Ações do poder público e de outros agentes incentivaram a produção local que resultaram no seu fortalecimento como a criação da Associação dos Fruticultores de Mariópolis (Frutimar) e a realização anual da Festa da Uva, que acontece até os dias de hoje (Cattani, 2020).

No Norte Pioneiro do Paraná a organização do povoado que antecedeu o pequeno município de Pinhalão, foi incentivada por companhia ferroviária. Pinhalão começou a surgir em meados de 1921 com a construção de uma estação ferroviária, pela Estrada de Ferro da Rede Ferroviária Federal S/A, com o objetivo de transportar carvão mineral das minas de Cambuí e Figueira para centros maiores. A movimentação da Estação atraiu caboclos que começaram a produzir pequenas roças de milho e criar suínos que eram vendidos para a Companhia Matarazzo em Jaguariaíva. Os caboclos passaram a se referir ao local como Pinhalão (aumentativo de Pinhal) em razão da grande quantidade de pinheirais que existiam no local (Pinhalão, s/d).

Em 14 de Dezembro de 1952 por meio da Lei Estadual nº790 instalou-se a localidade como município. A expansão e estabelecimento socioeconômico de Pinhalão chegou com a produção de café no Norte Pioneiro paranaense. Vinda de famílias, especialmente mineiras e paulistas, impulsionadas pelas ações da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná,

consolidou a produção de café, que permanece atualmente como determinante para a economia local (Moriconi, 2022).

Não foi apenas Pinhalão que recebeu denominação em razão de espécie da flora nativa. Sapopema é uma árvore nativa do Sudeste do Brasil que pode chegar a até 15 metros de altura em média. Foi ao lado de uma Sapopema que o engenheiro Antônio Martins Paraná construiu a primeira casa do patrimônio conhecido como Conserva e, que deu nome ao município por ter virado ponto de referência. Os povos que habitaram a região antes da chegada do homem branco foram os povos indígenas *Umbu*, *Kaigang* e *Guarani*. É em 1846 que a história desses povos começa a ser apaga quando o Barão de Antonina (proprietário de terras na região) determina a ocupação dos sertões do jataí (Sapopema, 2014).

Na década de 1930 iniciou-se a construção da estrada que liga Curitiba a Londrina e a movimentação na região, passou a ser mais intensa. Em 22 de setembro de 1960, foi instalado o município de Sapopema pela Lei nº 4.245. Sapopema não ficou de fora do contexto histórico de ocupação e colonização da região. Foi na década de 1960 que chegaram com maior intensidade os paulistas e mineiros que se dedicaram a produção de arroz, feijão, milho café, mandioca, trigo e a pecuária (Sapopema, 2014). A partir da década de 1960 começou a avançar no município as áreas de latifúndio. A estrada entre Curitiba e Londrina sai da rota de Sapopema e passa a ser a rodovia do café. A queda significativa da população só passa a ser revertida em meados de 1978 quando estabeleceu-se programa de desenvolvimento de infraestrutura (Sapopema, 2014).

Também no pequeno município de Turvo viveram os povos indígenas especialmente a etnia *Kaigang*. Posteriormente, no século XVIII, instalaram-se os povos quilombolas e caboclos que foram explorados na abertura da mata nativa para passagem e instalação da ocupação e colonização. Nos séculos posteriores, famílias oriundas de Guarapuava e Pitanga, além de imigrantes poloneses, alemães, ucranianos, suíços e italianos avançaram para a região (Neumann, 2016). Como nos demais municípios as primeiras atividades econômicas foram a extração de recursos naturais, especialmente a madeira, a agricultura de subsistência e, em Turvo com maior predominância o tropeirismo e a erva-mate.

A erva-mate teve maior expressão no município entre 1830 e 1930. Nas próximas décadas a instalação de indústrias, entre 1940 e 1990, especialmente a madeireira, explorou os recursos madeireiros e de erva-mate na área. Atualmente, a indústria madeireira extrai recursos de reflorestamento como o pinus e o eucalipto. A erva-mate permanece em áreas de produção agrícola, mas vem perdendo espaço para o cultivo de milho e soja. O município é o mais tardio

em relação a sua emancipação e instalação, por meio da Lei Estadual n° 7.576, eleva-se a categoria de município em 1° de fevereiro de 1983 (Neumann, 2016).

A evolução histórica da população nos cinco municípios abordados neste trabalho (Tabela 10) não se descola da realidade da maioria dos pequenos municípios brasileiros em que o desafio da perda populacional se intensificou durante décadas. Entretanto, no Paraná, em algumas regiões, é possível observar uma recuperação nas perdas, embora, em tantas outras, esse problema permaneça e ainda se agrave (Endlich; Alves; Teixeira, 2023 e Fernandes, 2023).

Tabela 10 - Paraná. Evolução histórica da população total dos municípios de estudo, 1991 a 2022.

Município	1991	2000	2010	2022
Altônia	24.589	19.230	20.516	18.742
Mariópolis	6.280	6.017	6.268	6.371
Pinhalão	5.728	6.217	6.215	6.566
Sapopema	7.095	6.872	6.736	6.695
Turvo	15.189	15.533	13.811	14.231

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Para os municípios deste estudo observamos que em três deles a tendência de perda populacional começa a apresentar mudanças. No município de Mariópolis, desde a década de 1990 ocorre um aumento populacional. No último censo de 2022 há um leve aumento no número de habitantes de 6.268 em 2010 para 6.371. Em Pinhalão, desde a década de 1990 o número de habitantes vem aumentando gradativamente, de maneira tímida, porém, constante. Em 2010, houve uma leve queda, com 6.215 habitantes, que não se manteve para o censo de 2022, que apontou um total de 6.566 indivíduos. Também nos resultados preliminares do último censo, Turvo apresenta uma recuperação em termos populacionais com 14.231 habitantes em 2022 em relação aos 13.811 do último censo de 2010. Ainda não ultrapassa os números da década de 1990, como em Mariópolis e Pinhalão, mas, de toda forma, apresenta aquecimento nessa área.

Quando verticalizamos o olhar para dados relacionados a população rural e urbana (Tabela 11) avançamos ainda mais nos resultados populacionais destes cinco municípios.

Tabela 11 - Paraná. Evolução histórica da população rural e urbana dos municípios de estudo, 1991 a 2010.

Municípios	População rural 1991	População urbana 1991	População rural 2000	População urbana 2000	População rural 2010	População urbana 2010
Altônia	12.664	11.925	7.526	11.704	5.422	15.094
Mariópolis	3.425	2.855	2.246	3.771	1.799	4.469
Pinhalão	3.022	2.706	2.685	3.532	2.291	3.924
Sapopema	4.234	2.861	3.689	3.183	3.184	3.552
Turvo	12.345	2.844	11.354	4.179	8.763	5.048

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Quando falamos dos ganhos populacionais em três dos cinco municípios, compreendemos agora que estes ganhos estão ligados a população urbana. Desde a década de 1990 até o censo de 2010 todos os municípios perderam população rural e ganharam população urbana. Altônia foi o município que mais perdeu população rural, ao mesmo tempo que foi o que mais ganhou população urbana, sendo ele o município com número de população urbana mais expressiva. Turvo é o município com maior população rural em 2010 e, que perdeu o maior número de população urbana. Em termos gerais, os municípios apresentam atualmente uma determinada concentração populacional na cidade, exceto, o município de Turvo.

Nos capítulos anteriores, identificamos que um dos desafios dos pequenos municípios que apareceram no mapeamento das iniciativas de TBC, seria quanto a permanência de jovens nessas localidades, conforme o Índice de Exclusão Social. Com relação aos municípios selecionados para a verticalização do nosso olhar a realidade se confirma (Tabela 12).

Tabela 12- Paraná. Evolução histórica da população de 15 a 29 anos de idade dos municípios de estudo, 1991 a 2010.

Municípios	População de 15 a 29 anos de idade 1991	População de 15 a 29 anos de idade 2010
Altônia	7.041	4.895
Mariópolis	1.702	1.579
Pinhalão	1.508	1.533
Sapopema	1.888	1.650
Turvo	4.343	3.663

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Na maioria dos municípios, desde a década de 1990 não houve aumento na população de jovens, considerados de 15 a 29 anos conforme Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). A única

exceção é o município de Pinhalão que teve um leve aumento nessa população. Além da evasão de jovens desses municípios, identificamos que dentro do contexto mundial e brasileiro (IBGE, 1991; 2010) a população destes pequenos municípios também está envelhecendo. Em todos os municípios a taxa de envelhecimento da população cresceu (Tabela 13). A maior taxa de envelhecimento ocorreu em Altônia que passou de 5,09% para 10,71%.

Tabela 13- Paraná. Evolução histórica da porcentagem da taxa de envelhecimento da população dos municípios de estudo, 1991 a 2010.

Municípios	% da taxa de envelhecimento 1991	% da taxa de envelhecimento 2000	% da taxa de envelhecimento 2010
Brasil	4,83	5,83	7,36
Paraná	4,36	5,50	7,53
Altônia	5,09	8,48	10,71
Mariópolis	4,33	6,76	8,73
Pinhalão	6,49	6,88	9,38
Sapopema	5,07	5,86	8
Turvo	3,56	4,59	6,73

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Não podemos inferir que a causa do envelhecimento nesses municípios é apenas a evasão dos jovens dessas localidades. Não é essa relação que estamos estabelecendo neste estudo. As causas do envelhecimento populacional estão dentro de um contexto maior de declínio da taxa de natalidade (IBGE, 1991; 2010) e, a evasão dos jovens de pequenos para médios e grandes municípios está relacionada a outros fatores. Entretanto, a soma dos dois fatores (evasão de jovens e aumento na taxa de envelhecimento da população nos pequenos municípios), torna ainda mais grave a questão populacional dessas áreas, que começa a se agravar no Brasil, que caminha para uma direção de esvaziamento de determinados locais.

Outros índices que nos chamaram a atenção nos levantamentos anteriores foi que, os índices de educação, juntamente com emprego/renda e juventude, apresentaram os menores desempenhos, embora, estivessem dentro das faixas de indicadores de médio a alto (IFDM, 2016 e IDHM, 2010). Uma vez que a qualidade do ensino está como moderada a alta, buscamos levantar os números de jovens que frequentam a escola (Tabela 14) em um esforço de compreender se há manutenção dos jovens que permanecem nessas localidades no ensino formal.

Tabela 14- Paraná. Evolução histórica da porcentagem de jovens na escola dos municípios de estudo e dos maiores municípios de suas Regiões Intermediárias e Imediatas, 1991 a 2010.

Municípios	% de 15 a 17 anos de idade na escola 1991	% de 18 a 24 anos de idade na escola 1991	% de 25 a 29 anos de idade na escola 1991	% de 15 a 17 anos de idade na escola 2010	% de 18 a 24 anos de idade na escola 2010	% de 25 a 29 anos de idade na escola 2010
Região Intermediária de Maringá	68,56	22,07	5,62	85,17	39,93	17,92
Região Imediata de Umuarama	58,4	20,83	4,63	83,61	32,83	13,14
Altônia	55,26	18	3,42	77,91	23,18	5,84
Região Intermediária de Cascavel	52,02	15,23	3,54	83,37	31,42	13,33
Região Imediata de Pato Branco	65,57	20,47	6,42	84,2	38,66	21,03
Mariópolis	35,15	10,65	0,71	74,29	19,32	4,55
Região Intermediária de Londrina	59,08	20,75	6,23	83,58	36,48	18,3
Região Imediata de Ibaiti	42,67	11,17	2,68	73,93	28,12	11,64
Pinhalão	51,67	13,96	5,33	86,12	25,59	9,77
Região Imediata de Cornélio Procopio	58,57	18,18	5,4	87,97	43	18,65
Sapopema	36,54	16,16	1,61	68,57	21,49	12,84
Região Intermediária e Imediata de Guarapuava	45,26	13,13	3,92	78,51	30,81	12,55
Turvo	21,59	8,23	2,2	71,57	22,5	8,23

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Além dos índices educacionais estarem em níveis médios a altos a taxa de jovens frequentando as escolas nestes municípios cresceu em todas as décadas desde 1990. As maiores taxas de jovens de 15 a 24 anos na escola em 2010 está em Pinhalão e, de 25 a 29 em Sapopema. Porém, na medida que vai avançando a idade, as taxas vão diminuindo. Esse fato pode estar

relacionado ao acesso dos jovens ao ensino superior em pequenos municípios, longe dos centros maiores onde estão concentradas as ofertas de ensino superior. Por esse motivo, trouxemos os dados das maiores cidades das Regiões Intermediárias e Imediatas de cada município deste estudo, para observar a disparidade das realidades. Os municípios maiores possuem também, maiores taxas de jovens nas escolas, mas a maior diferença ocorre na faixa etária de jovens de 18 a 29 anos, quando há a necessidade em cursar o ensino superior. A concentração da oferta deste nível de ensino nas grandes aglomerações populacionais, derruba a frequência dos indivíduos no ensino formal.

Não apenas o acesso ao ensino superior, relacionado à distância, influencia na queda das taxas de frequência. Quando falamos, especialmente, sobre a necessidade desses jovens em buscar trabalho e renda, estamos falando sobre a inviabilidade, em uma sociedade mais empobrecida, muitas vezes, da manutenção dos estudos e do trabalho simultaneamente. A necessidade de trabalhar influencia sobremaneira na permanência desses jovens nos pequenos municípios, conforme vimos as taxas de evasão desta população nos achados anteriores. As taxas de evasão dos jovens, somadas as taxas de emprego e renda nessas localidades podem estar relacionadas com o deslocamento destes indivíduos, como força de trabalho, para cidades médias e grandes, onde está concentrada a oferta de emprego.

É, então, quando falamos em trabalho e renda, que chegamos ao índice com o menor desempenho dentre os índices dos municípios deste estudo, levantado, também, anteriormente. O índice de Gini dos municípios estudados teve melhora nos últimos anos (Tabela 15), acompanhando o aumento do PIB (IBGE, 2019).

Tabela 15- Paraná. Evolução histórica do Índice de Gini dos municípios de estudo, 1991 a 2010.

Municípios	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010
Brasil	0,63	0,64	0,60
Paraná	0,60	0,60	0,53
Altônia	0,61	0,51	0,38
Mariópolis	0,53	0,60	0,48
Pinhalão	0,59	0,55	0,49
Sapopema	0,53	0,48	0,58
Turvo	0,61	0,55	0,52

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Com exceção de Sapopema, em que o índice de Gini apresentou uma elevação da desigualdade na distribuição de renda no município. Comparado aos anos de 1991 e 2000, o índice aumentou no ano de 2010. A maior queda ocorreu em Altônia que apresentou o menor PIB *per capita* dentre os municípios (Tabela 16).

Tabela 16- Paraná. Valores adicionais e Produto Interno Bruto dos municípios estudados (x1.000 R\$), 2019.

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Impostos	PIB <i>per capita</i> , a preços correntes (R\$ 1,00)
Altônia	95.557,87	26.012,80	170.323,58	99.209,00	27.860,10	18.892,65
Mariópolis	194.415,70	24.457,18	91.959,63	36.059,53	25.102,41	56.090,84
Pinhalão	93.595,47	16.339,09	38.978,52	33.260,48	5.947,00	29.747,08
Sapopema	48.235,72	12.653,02	30.890,05	35.697,04	8.011,28	20.155,77
Turvo	144.253,08	179.090,50	111.671,39	70.825,72	37.704,14	41.507,81

Fonte: IBGE (2019)

Organização: A autora.

Sobre os setores da economia que apresentam maior destaque nos municípios, observamos que a agropecuária exibe os maiores números, seguida do setor de serviços, administração pública e, os números mais tímidos estão na indústria, exceto no município de Turvo, em que o maior destaque está neste setor. Conforme dados da Rais (2021), embora a agropecuária reúna os valores mais expressivos nos municípios de Mariópolis, Pinhalão e Sapopema, o número de empregos formais não está alocado nesse setor.

Nos casos de Mariópolis e Sapopema eles estão no setor de serviços seguido da administração pública e, em Pinhalão ocorre fenômeno contrário. Quando olhamos para Altônia, identificamos que a maior parte dos empregos formais está na indústria de transformação, seguida do setor de serviços. É no município de Turvo que o setor que tem maior destaque, a indústria de transformação, liderada pelo beneficiamento da erva-mate, que também emprega mais, seguida do setor de serviços quando falamos de empregos formais. É verdade que o número de empregos informais pode alterar esses dados, porém nos ativemos aos dados dos empregos formais neste estudo.

Como as iniciativas de TBC estão em sua maioria localizadas no campo e não na cidade, decidimos aprofundar nosso olhar para essa área dos municípios. Sobre a extensão territorial, a maior delas está em Turvo, com 938,966 km². Na sequência temos Sapopema com 667,609 km²; Altônia com 661,560 km²; Mariópolis com 230,365 km² e Pinhalão com 220,625 km². Os estabelecimentos agropecuários (Tabela 17) distribuem-se pelo campo desses municípios em maior número com pequenos e, em menor número, com grandes estabelecimentos.

Tabela 17– Paraná. Total dos estabelecimentos agropecuários por área nos municípios de estudo, 2017.

Grupo de estabelecimentos por área	Municípios				
	Altônia	Mariópolis	Pinhalão	Sapopema	Turvo
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	61	-	-	-	9
De 0,1 a menos de 0,2 ha	24	1	1	-	8
De 0,2 a menos de 0,5 ha	35	2	3	4	49
De 0,5 a menos de 1 ha	78	4	8	26	82
De 1 a menos de 2 ha	84	4	39	12	77
De 2 a menos de 3 ha	110	20	41	16	91
De 3 a menos de 4 ha	89	15	72	15	68
De 4 a menos de 5 ha	107	31	72	24	71
De 5 a menos de 10 ha	292	57	168	63	173
De 10 a menos de 20 ha	283	142	104	125	247
De 20 a menos de 50 ha	223	131	58	201	154
De 50 a menos de 100 ha	93	51	22	57	90
De 100 a menos de 200 ha	54	33	15	38	50
De 200 a menos de 500 ha	23	10	12	47	42
De 500 a menos de 1.000 ha	10	2	-	18	6
De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	1	1	6	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	-	-	1	2
De 10.000 ha e mais	-	-	-	-	-
Produtor sem área	4	-	-	-	-
Total	1571	504	616	653	1219

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Nos municípios deste estudo, a estrutura fundiária local, está assentada na pequena propriedade. Um pequeno estabelecimento agropecuário é considerado com uma área de até 4 módulos fiscais. O tamanho do módulo fiscal varia de região para região (Brasil, 1993). O módulo fiscal varia de município para município, sendo determinado pelo Incra. O módulo fiscal dos municípios de estudo varia de 18 a 20 (ha) (Brasil, s/d). Os cinco municípios em questão, possuem o maior número de estabelecimentos nos grupos de até 100 hectares. Dos 1.571 estabelecimentos em Altônia 1.479 deles possuem até 100 hectares. No caso de Mariópolis do total de 504, são 458; em Pinhalão do total de 616 são 558; em Sapopema do total de 653 são 543 e em Turvo do total de 1.219 são 1.119. Dos cinco municípios, Altônia e Pinhalão concentram o maior número de estabelecimentos no grupo de 5 a menos de 10 hectares; em Mariópolis e Turvo no grupo de 10 a menos de 20 hectares e em Sapopema de 20 a menos de 50 hectares.

Os estabelecimentos de agricultura familiar⁴⁰ predominam nesses municípios (Tabela 18). Do total de estabelecimentos tanto no censo agropecuário de 2006, quanto no censo agropecuário de 2017 a maioria deles, em cada município pertence a agricultura familiar.

Tabela 18– Paraná. Número de estabelecimentos agropecuária de Agricultura Familiar, 2017.

Municípios	Agricultura familiar – não 2006	Agricultura familiar – sim 2006	Agricultura familiar – não 2017	Agricultura familiar – sim 2017
Altônia	216	1999	274	1297
Mariópolis	82	386	103	401
Pinhalão	76	488	120	496
Sapopema	198	542	238	415
Turvo	274	1408	360	859

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Embora a maioria dos estabelecimentos seja de agricultores familiares, observamos que a estrutura fundiária dos municípios passou por mudanças quando olhamos para o resultado dos censos. Somando os cinco municípios de 2006 a 2017 houve uma queda de 1.355 no número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar. Embora a maioria dos municípios tenha perdido estabelecimentos desse grupo, dois deles ganharam alguns desses estabelecimentos. Mariópolis ganhou 15 estabelecimentos e Pinhalão ganhou oito. Sobre as perdas, a maior delas ocorreu em Altônia com uma queda de 702 estabelecimentos, seguida por Turvo com uma perda de 549 e Sapopema com 177. Chamamos a atenção para a forte estrutura do município de Pinhalão que, com a menor extensão territorial de todos os municípios, possui em seus 220.625 km², número expressivo de estabelecimentos que são da agricultura familiar, em comparação aos demais municípios com extensão territorial maior.

Compreendemos que a queda nos estabelecimentos da agricultura familiar na estrutura fundiária desses municípios é um fenômeno complexo e que pode trazer efeitos negativos. Isso porque, a agricultura familiar no Brasil é responsável pela produção dos alimentos básicos consumidos no país como feijão, hortaliças, leite e animais de pequeno porte como suínos e galináceos (IBGE, 2017). Na grande maioria das regiões paranaenses, de 60% a 80% (dependendo da região) são estabelecimentos classificados como agricultura familiar. Para além disso, de todo o pessoal ocupado em agropecuária no país, 67% (cerca de 10 milhões de indivíduos) está ocupado na agricultura familiar (IBGE, 2017). Em um contexto de perda

⁴⁰ A agricultura familiar realiza a gestão do estabelecimento com o trabalho compartilhado entre os familiares, a atividade agropecuária é a principal fonte de renda e o tamanho do estabelecimento é baseado na pequena propriedade com até quatro módulos fiscais. (Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017).

populacional dos pequenos municípios em razão, especialmente com as dificuldades relacionadas a emprego e renda, a diminuição da agricultura familiar pode agravar ainda mais esse quadro.

Nos municípios as áreas cultivadas estão na sua maioria ocupadas com culturas temporárias, especialmente, com soja (Tabela 19).

Tabela 19– Paraná. Cultura temporária e permanente por área colhida nos municípios de estudo, 2021.

Cultura temporária/permanente por área colhida (ha)	Municípios				
	Altônia	Mariópolis	Pinhalão	Sapopema	Turvo
Soja (grão)	5.500	13.600	3.900	3.000	16.000
Milho (grão)	3.200	3.600	3.100		2.600
Mandioca	3.460				
Feijão (em grão)		6.300	355		
Cana-de-açúcar			100		
Trigo (em grão)				4.300	2.100
Café (em grão)	107		3.050	170	
Limão	560				
Uva		80			
Erva-mate (folha verde)					150

Fonte: Ipardes – Cadernos Municipais (2003).

A maior produção de soja está no município de Turvo, seguido de Mariópolis. O único município que não tem a soja como maior produto agrícola é Sapopema que tem no trigo a sua maior produção. Nos demais municípios, Altônia tem produção relevante na mandioca e milho; Mariópolis no feijão e milho; Pinhalão no milho; em Turvo no milho e trigo. Das culturas permanentes, em Altônia aparecem o limão e o café; em Mariópolis a uva; em Pinhalão e Sapopema o café e no Turvo a erva-mate. As culturas permanentes nos municípios estão intimamente ligas a história de ocupação e colonização dessas áreas e as temporárias com o processo de modernização da agricultura. Atualmente, Altônia apresenta uma relação com a produção de limão.

Com relação a pecuária nos municípios, o efetivo de galináceos é muito maior que os demais (Tabela 20). Somados os municípios tiveram um efetivo de 2.862.481 efetivos.

Tabela 20 – Paraná. Efetivo da pecuária e aves nos municípios de estudo, 2021.

Efetivo pecuária e aves	Municípios				
	Altônia	Mariópolis	Pinhalão	Sapopema	Turvo
Rebanho de bovinos	62.201	6.256	7.692	49.766	38.700
Rebanho de equinos	760	209	164	1.280	1.700
Galináceos	1.710.170	409.764	680.247	8.000	54.300
Rebanho suínos	7.013	4.159	10.000	1.750	3.500
Rebanho de ovinos	652	1.502	1.100	1.250	6.000
Rebanho de caprinos	190	145	580	215	590
Rebanho vacas ordenhadas	4.685	2.867	1.750	6.005	6.800
Rebanho de bubalinos				406	

Fonte: IparDES – Cadernos Municipais (2023).

A maior contribuição nesse número é de Altônia. Apenas neste município, o efetivo é de mais de um milhão de galináceos, seguida de Mariópolis, Pinhalão e Turvo. Sapopema possui seu maior efetivo em bovinos, porém, Altônia possui o maior efetivo desse rebanho. Após os galináceos e os bovinos, os maiores números estão com o rebanho de suínos e vacas ordenhadas.

A produção de origem animal é maior com relação ao leite (Tabela 21).

Tabela 21 – Produção de origem animal (Valor R\$1.000,00) nos municípios de estudo, 2021.

Produção de origem animal (Valor R\$1.000,00)	Municípios				
	Altônia	Mariópolis	Pinhalão	Sapopema	Turvo
Casulos do bicho-da-seda	592	X	405	68	X
Leite	29.600	27.326	3.818	12.349	51.910
Mel de abelha	1.711	73	837	314	1.207
Ovos de galinha	148	69.415	148	79	255

Fonte: Fonte: IparDES – Cadernos Municipais (2023).

O município do Turvo teve como resultado financeiro R\$51.910,00; Altônia R\$29.600; Mariópolis R\$27.326; Sapopema R\$12.349 e Pinhalão R\$3.818, em 2021, todos em decorrência da produção de leite. Porém, Mariópolis tem sua maior produção em ovos de galinhas (provavelmente utilizando seu efetivo de galináceos para esse objetivo) com uma produção em 2021 de R\$69.415, muito diferente dos demais municípios.

A relação que os municípios mantêm com seu processo histórico fica registrada em alguns desdobramentos da realidade atual. A perda de população, em razão da escassez das condições possíveis para a permanência, teve seu momento de declínio acentuado na história e, busca recuperar, com dificuldades, a viabilização da manutenção de vida nesses municípios. O

deslocamento da população para a cidade e, para cidades de médio e grande porte, modifica e reorganiza a dinâmica desses municípios na relação campo/cidade, no próprio município e dele com cidades de maior porte. O envelhecimento da população e os desafios de manutenção dos jovens está relacionada com contextos maiores, que também reorganizam a estrutura fundiária e acentuam suas desigualdades. Para refletir sobre o turismo como ferramenta de contribuição no seu desenvolvimento, especialmente em seu aspecto social, mergulhamos nessas realidades, por meio da abordagem qualitativa, para proporcionar um meio de tornar visível a voz dos indivíduos que dele lançam mão.

5.3 Indicador: Economia

O Turismo de Base Comunitária, baseado em economias alternativas, a exemplo da economia solidária e, entre tantas outras, se coloca como um dos caminhos que pode ser percorrido. Compreendemos que o TBC possui limitações pois, as comunidades em si são heterogêneas, afinal, são formadas por grupos e indivíduos que possuem diferentes interesses. Para além, ele está sob a orientação e pressão de políticas econômicas mundiais, nacionais e locais e, também, envolvido em disputas de poder. Porém, ele é, de fato, um caminho que se tem para impulsionar a sustentabilidade social do turismo local (Aldecua, 2011). Além disso, é indispensável o entendimento de que a escala local é terreno frutífero para a realização de ações estratégicas que funcionam de forma articulada, não sendo apenas resultado das determinações do modelo econômico vigente (Vainer, 2001).

As pequenas localidades possuem um papel fundamental na resistência e na busca de alternativas ao paradigma econômico atual, com seus tempos lentos, contrapostos aos tempos rápidos das grandes aglomerações, em uma relação dialética entre o local e o global (Santos, 2005). A resiliência dessas áreas também está na busca por outras possibilidades que possam trazer possíveis respostas para os desafios impostos. A opção por economias alternativas, baseadas na escala local, na inovação social, no patrimônio comunitário, torna-se cada vez mais relevante para os pequenos.

Orientados por essas reflexões buscamos compreender as características gerais das iniciativas selecionadas e como organizam-se na esfera local a partir da perspectiva econômica. Por essa razão procuramos compreender se existem instituições que formalmente abrigam o turismo que ocorre no pequeno município, se existem parcerias da comunidade com instituições externas a ela, se existem recursos financeiros, como ocorre a comercialização de produtos e

serviços, se há geração de emprego e renda e oportunidade de surgimento de novos negócios, se os empreendimentos e produtos são todos locais e priorizam os insumos locais, se as condições de trabalho no turismo são justas e como os atores se articulam entre si.

Para abordar esses pontos começamos tratando da história do **“Caminho das Paineiras”** (Figura 5) que é relativamente recente e, para compreendê-la é preciso entender o contexto maior da iniciativa, com relação a sua localização e aos organismos e atores que estiveram e estão envolvidos neste contexto. Participaram desse processo as famílias locais de duas comunidades de Altônia, a comunidade Paineira I e Paneira II. Dentre os organismos que estiveram mais ativamente associados com as comunidades nas ações relativas ao turismo, está o Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência (Coripa).

Figura 5 – Altônia. Portal de entrada do “Caminho das Paineiras”, 2022 ⁴¹.



Fonte: Autoral.

A bióloga e secretária executiva do consórcio, Nayara Raposo Livo, esclarece que o Coripa foi criado em 1995 por força das ações dos municípios de Altônia, São Jorge do Patrocínio e Alto Paraíso. Em 1994, esses municípios criaram as Áreas de Proteção Ambiental (APA) com o objetivo de proteger os recursos naturais e acessar recursos provenientes do

⁴¹ A esquerda da imagem está a Paineira, espécie endógena da região, por essa razão, a Estrada e as comunidades levam esse nome.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológico (ICMS), que remaneja receita para municípios com base na proteção ambiental. Considerado como um instrumento de política ambiental, o ICMS é entendido como uma forma de compensação relevante para pequenos municípios ao criarem e manterem áreas protegidas em seus territórios (Endlich; Dias; Xavier, 2022). Com os recursos do ICMS, os pequenos municípios, podem melhorar a qualidade de vida local, se utilizarem esses recursos com planejamento adequado (Endlich; Dias; Xavier, 2022). Após a criação das APA's os municípios observaram a dificuldade de gerir essas áreas e, em 1995 criaram o consórcio. Com a criação do Coripa, outros municípios da região também passaram a criar suas próprias APA's e associar-se ao consórcio. Nayara Livo afirma que esse tipo de consórcio foi uma iniciativa inédita e uma referência ao reunir municípios com a temática dos recursos naturais e áreas protegidas no Brasil.

Em 1997 o Coripa solicitou a criação do atual Parque Nacional de Ilha Grande, nas ilhas do arquipélago e também a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. Com a criação do Parque a gestão da área de proteção passa ser feita de maneira compartilhada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Água e Terra do Paraná (IAT) e o Coripa. Atualmente o consórcio é composto por sete municípios: Icaraíma, Altônia, São Jorge do Patrocínio, Guaíra, Terra Roxa, Esperança Nova e Xambrê. A gestão do Parque e das APA's é realizada pelo ICMBio local, com sede em Umuarama, que é compartilhada com o Coripa, com sede em São Jorge do Patrocínio, por meio de um termo de reciprocidade.

A relação do Coripa com o turismo, segundo Nayara Livo, é antiga, afinal, as áreas protegidas e os municípios demandaram e demandam de ações nesse setor. Em 2007 o Coripa foi regulamentado como consórcio público no país. A partir desse momento houve contratação de funcionários, por meio de concurso público e, dentre eles está prevista a contratação de turismólogo, mas que até hoje não foi realizado. Em 2009 o consórcio efetivou seu primeiro trabalho com a Rede de Turismo Regional (Retur), capacitando os gestores dos municípios. Ainda durante seu relato, Nayara Livo afirma que quando o parque foi criado, as famílias que viviam na área tiveram que sair das ilhas do arquipélago. Esse contexto criou um sentimento de revolta nas comunidades locais e, inclusive, de alguns gestores, que observaram uma série de restrições na realização de atividades econômicas na área.

O complexo contexto da ruptura entre ser humano e natureza é retratado por Diegues (2008) contribui para a compreensão dos desafios que são resultado dessa ideologia. Nesse sentido, os esforços para manejar conflitos entre a sociedade e a gestão das áreas protegidas é um esforço árduo que demanda ações colaborativas. No caso específico do Coripa e da gestão do parque, foram realizadas expedições pelos gestores do Parque por toda a área e, em todos os

municípios de abrangência (inclusive no Estado do Mato Grosso do Sul) para sensibilizar os gestores municipais e os residentes locais sobre o que o Parque poderia trazer de benefícios, focando, inclusive no turismo. Nayara Livo detalha que

Quando eu entrei em 2014 fizemos um trabalho de revisão do Plano de Manejo com oficinas itinerantes nos municípios do Parque tanto no Mato Grosso do Sul quanto no Paraná. Fizemos todo o diagnóstico de atualização. Fomos falando com os produtores sobre o Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo Náutico (Informação verbal).

O Coripa tem o turismo previsto em seu Estatuto e no Protocolo de Intenções. Como resultado, o consórcio tem instituído atualmente o Programa de Turismo com dotação específica para área. Todo o trabalho de apoio do turismo na região, a exemplo, é financiado por meio de material gráfico; participação em feiras; e outros. Todos os municípios do Coripa, tem secretaria ou departamento de turismo, tanto em razão das demandas do Coripa e do Parque, quanto em razão da necessidade em fazer parte da região turística e do Mapa do Turismo brasileiro, conforme entrevista.

Atualmente, dentre os municípios que fazem parte do consórcio, Guaíra é aquele que tem o turismo mais amadurecido e evidente na região, conforme Nayara Livo. Uma ação que foi citada pela secretária executiva, são os passeios de barco até a lagoa Saraiva que se localizam-se dentro da Ilha Grande e na Ilha do Frei Pacífico. Além disso, há todo um trabalho na orla, que segundo Nayara, é como se fosse um complexo turístico com *camping*; quadra de vôlei; futsal; parquinho; além de rampa com embarque e desembarque de pescadores, “[...] com a pandemia veio muito forte a pesca esportiva, nós temos hoje muitos pescadores profissionais que trabalham como guia de pesca. Eles deixaram de trabalhar como pescador profissional e hoje trabalham guiando os turistas que vem com o objetivo de praticar a pesca esportiva”.

Segundo Nayara, atualmente o Coripa tem ações em Porto Camargo, com relação ao turismo náutico, em parceria com a Associação dos Operadores de Turismo de Porto Camargo (Aotur), que opera na “praia do meio”. O Coripa contribuiu com a criação da associação, construção de seu Estatuto, com capacitação e, hoje os associados estão autorizados pelo ICMBio para atuar na área.

Outras ações do Coripa para o turismo foi o auxílio na Rota dos Pioneiros, que é a maior trilha aquática do Brasil, com início no município de Rosana (São Paulo) até Guaíra; apoio ao turismo de negócios de Terra Roxa e Esperança Nova, destaques na produção de vestuário de moda infantil; apoio as ações no balneário da Vila Yara, um pequeno porto que está em processo de regularização com área de quiosques e estrutura para receber visitantes e turistas; apoio ao

trabalho de ordenamento e revitalização na Prainha do rio Xambrê; auxílio ao turismo em São Jorge que movimenta a Prainha do Paracá, que fica dentro do Parque de Ilha Grande com estrutura para *camping*; quiosques e possibilidade de contemplação da natureza da orla.

Uma das ações do Coripa foi a abertura de uma trilha de 2700 metros de extensão, para fomentar o turismo e ações de Educação Ambiental no município de Altônia. A trilha passa por três estabelecimentos agropecuários que margeiam a Lagoa Xambrê, área do Parque. Dois desses estabelecimentos são de famílias que recebem visitantes e turistas há alguns anos na localidade conhecida como estrada das Paineiras. Sobre o fomento de atividades nessa localidade, Nayara Livo explica que ela e o antigo gestor do Parque, observaram que a comunidade das Paineiras era muito organizada e, havia nela, produtores que estavam, por iniciativa própria, recebendo visitantes e turistas nas propriedades, movimentando a estrada da comunidade. Foi então que a bióloga e o gestor do Parque decidiram auxiliar essas famílias e começaram a pesquisar roteiros de turismo para pensar como podiam implementar um roteiro no caminho.

Antes de iniciar qualquer ação eles entraram em contato com iniciativas em outros locais e visitaram de turismo mais consolidadas para compreender como poderiam construir um projeto na comunidade das Paineiras. Depois desse processo, Nayara relata que eles chamaram

[...] os produtores, porque já existia a Fernanda com sua propriedade que estava autorizada pelo ICMBio para realizar atividades na Lagoa e, tinha a Helena, que também recebia. A comunidade acatou o projeto, dissemos que apoiariamos e fizemos uma reunião com todos que margeavam a Lagoa e com aqueles que estão do outro lado da estrada. Muitos tiveram medo, receio, medo de turistas se acidentarem dentro da propriedade. Aqueles que estavam trabalhando iam entrar e os demais iam ver os resultados e naturalmente iriam entrar. A gente se reunia praticamente todos os meses, aí eles foram se organizando devagar. Aí a pandemia chegou e o pessoal desmotivou, mas agora eles estão voltando aos poucos (Informação verbal).

Nayara descreve que na primeira reunião realizada na capela da comunidade, para debater o projeto de turismo, fizeram-se presentes cerca de 25 comunitários. Desses, quatro deles decidiram participar e hoje são três que fazem parte do projeto. Segundo a bióloga “[...] a expectativa é que aos poucos, observando a ação dos vizinhos mais famílias se interessem em agregar ao projeto”.

Ainda em entrevista, Nayara afirma que “O caminho das Paineiras” no município de Altônia, localiza-se na região que engloba duas comunidades: a Paineira I e a Paineira II. A Paineira I possui atualmente seis famílias e a Paineira II aproximadamente 50. Todas elas são

de agricultores familiares. A renda principal dessas famílias está na produção de limão, leite, goiaba, mandioca, soja, entre outros. As famílias têm muito trabalho e falta mão de obra para trabalhar no campo.

Uma das famílias é da Helena. O marido dela chegou em 1968, quando a produção de café estava crescendo exponencialmente no município. Segundo os relatos ele lembra o quanto o município era movimentado e a região recebia cada vez mais gente para trabalhar no cultivo do café e depois do feijão “[...] tinha muita produção, muita gente, Altônia chegou a ter 80 mil habitantes. Cada propriedade de três alqueires tinha o morador e mais a família de quatro a cinco pessoas para colher café, era tudo manual”. O marido de Helena veio do município de Malu, no Paraná, e começou a trabalhar como porcenteiro e hoje tem uma propriedade com a esposa margeando a Lagoa Xambrê, no Parque de Ilha Grande. Helena veio para o município em 1989 como extensionista da Emater (atual IDR) e morou na cidade por seis anos, quando casou e passou a morar na propriedade. Hoje o casal tem dois filhos e um deles permaneceu no campo trabalhando com os pais.

Helena recebe visitantes, segundo ela, muito antes do Coripa chamar para falar do projeto do “Caminho das Paineiras”. Segundo agricultora, desde a época que veio morar com o marido no campo começou a receber escolas para conhecer a propriedade, falar da produção do café e dos recursos naturais por causa da Lagoa. Começou devagar, trabalhava muito e não cobrava pelas visitas. Helena conta que depois de algumas conversas com representantes da Retur, fez um curso sobre turismo e passou a cobrar pelo trabalho com o turismo. Depois da cobrança as visitas diminuíram, segundo ela, uns 90%, porém, a sensibilidade dos visitantes em cuidar da propriedade e aproveitar o passeio aumentou.

Dos três comunitários, um deles é Pedro, nascido em Altônia e filho de produtores rurais. Seu pai também chegou no município na época do café. Pedro conta que após a geadas e da doença que atacou os cafezais, o grão foi substituído por outras produções como o milho e feijão. Para ele, a estrada da Paineira tem muita história. A estrada conta sobre Altônia e o café e, como tornou-se hoje conhecida como “a rainha do limão”. Pedro possui um restaurante em frente ao portal de entrada da estrada das Paineiras, que era um antigo armazém da época mais relevante do café, comprado pela sua família posteriormente. Igual ao seu armazém só existem mais dois em Altônia e, segundo Pedro na época tinha bastante gente na região “[...] o pessoal começou a trazer fígado para fritar, aí começou a perder o controle e começamos a vender frango também e fomos ampliando, isso faz uns 20 anos. Era muita gente, uma loucura”. Pedro ampliou o armazém e recebe os locais, visitantes e turistas atualmente.

Além de Helena e Pedro, Fernanda mora na estrada com sua família há mais de 20 anos. Fernanda saiu do Brasil para morar no Japão com o marido em busca de uma vida melhor. Decidiram voltar depois de melhorarem a condição financeira e, no mesmo dia que chegaram em casa, no município de Umuarama, foram assaltados. Fernanda conta que recolheram o que sobrou, entraram no primeiro ônibus e pararam em Altônia, porque, segundo ela, na cidade grande não ficava mais. O casal e a filha compraram uma casa na pequena Altônia e trabalharam por anos na construção civil. Sempre passeavam na estrada das Paineiras e Fernanda dizia que quando pudesse iria comprar uma propriedade ali.

Anos depois eram produtores de leite na comunidade com a família. Segundo a entrevistada, fizeram um almoço em um final de semana para receber os produtores de leite da região, algo entorno de 20 casais. Fernanda conta que desse almoço as pessoas se interessaram em conhecer a Lagoa, mas na época era proibido. Com o tempo crescia o número de famílias que chegava na propriedade pedindo para passear e visitar a Lagoa. Por isso, a família de Fernanda entrou em contato com o Coripa e solicitaram autorização para liberar o uso da água para atividades de lazer há dez anos atrás. Em um ano a família de Fernanda fez uma ceia de natal para os vizinhos e a família e, a partir de então o fluxo de visitantes só aumentou. Fernanda conta que eles nunca pensaram em receber turistas, eles foram conhecendo a propriedade e chegando cada dia mais, observando a oportunidade ela e a família foram improvisando e recebendo como dava. Foram reinvestindo o dinheiro, fazendo melhorias e hoje têm a pousada. Atualmente Fernanda e a família recebem famílias, grupos agendados de crianças e idosos do Centro de Referência de Assistência Social (Cras). O TBC, nos parece o modelo de gestão que mais inclina-se na integração com as organizações que realizam trabalhos sociais, pois, esse fenômeno como em Altônia, também foi apontado, a exemplo, em Foz do Iguaçu (Lopes; Soares; Santos, 2023), como observamos anteriormente.

Os entrevistados afirmam que o projeto do “Caminho das Paineiras” agregou muito a respeito de um melhor planejamento, qualificação e trabalho em conjunto entre as famílias. Com a pandemia os produtores relatam que pararam para pensar e organizar melhor o roteiro. Atualmente a ideia é integrar as três famílias e suas propriedades, agregando as atividades e refeições entre eles conforme as demandas dos grupos agendados que pretendem receber. Os comunitários planejam que os grupos façam a primeira refeição e as primeiras atividades em uma das famílias, sigam para atividades na família vizinha e encerrem na propriedade final com refeição e as últimas atividades.

A pandemia do ano de 2020, nos relatos, trouxe efeitos positivos para as iniciativas de turismo nas comunidades. Fazemos essa afirmação, pois, não foi apenas o “Caminho das

Paineiras” que utilizou o período para debater o modelo de turismo que os locais desejam para suas comunidades. Durante a pandemia, as comunidades pensaram como gostariam de organizar-se entre si e repensaram o número de turistas/visitantes que desejam localmente. Os relatos são de que os comunitários precisam organizar-se formalmente para melhor gerir o turismo e que as recepções por agendamento parecem ser o melhor caminho para que o turismo não se torne predatório, uma vez que, agendando um número adequado de turistas/visitantes que chegam ao mesmo tempo, é possível manejar com maior qualidade seus efeitos.

A crise sanitária colocou em evidência os problemas vividos pelos pequenos municípios, mas por outro lado, jogou luz sobre sua capacidade de proporcionar maior possibilidade de qualidade de vida para seus residentes (Lazzeroni, 2022). Embora tenha maiores dificuldades com recursos disponíveis, resistências a novas ideias e com a especialização industrial, os pequenos “[...] graças à sua dimensão, após períodos de crise e eventos de choque, podem mostrar uma maior flexibilidade à mudança e a possibilidade de construir e partilhar visões locais de desenvolvimento” (Lazzeroni, 2022, p. 62, tradução nossa)⁴². Nesse sentido, nestes locais é possível observar que os demais atores e, não apenas os institucionais e políticos, agem localmente em busca de soluções para os problemas locais, buscando adaptar-se a novas situações e propor modelos alternativos (Lazzeroni, 2022). Por esse motivo, para o TBC a organização local de base endógena e a autogestão, são fundamentais, no sentido de proporcionar a comunidade local condições para caminhar para sua autonomia sem que ela sofra com os resultados do modelo econômico hegemônico e, não tenha condições de buscar alternativas por si mesma para tal (Irving, 2009).

A pousada da Fernanda atualmente oferece alimentação, hospedagem e atividades de lazer na Lagoa Xambrê. Helena oferece passeios para grupos grandes de escolas, universidades, famílias, casais. Ela cobra pela visita que pode ter café da manhã incluso. Fernanda acrescenta que ela prefere receber grupos com no mínimo 15 pessoas, mas abre exceções para grupos menores. Helena contou que no final de semana seguinte a entrevista, iria receber um grupo de universitários e que o objetivo deles é conhecer toda a produção de café e que cada grupo, portanto, tem um foco e ela organiza a visita conforme o objetivo do grupo.

Sobre a origem dos visitantes, as três famílias do caminho alegam que a maioria é da região, porém é comum receber turistas de São Paulo e cidades mais distantes. Especialmente Fernanda que já chegou a receber 250 pessoas em eventos como de ciclismo e na alta temporada. Sobre o volume de visitantes simultaneamente, Fernanda alega estar desmotivada e

⁴² “[...] thanks to their size, after periods of crises and shock events, they can show greater flexibility to change and the possibility of building and sharing development place visions” (Lazzeroni, 2022, p. 62).

com a expectativa de reduzir a quantidade de visitas. Pedro, como possui restaurante, recebe simultaneamente até 100 pessoas. Segundo ele, seu forte é a gastronomia e os passeios a cavalo, afinal o restaurante não fica na margem da Lagoa. Ele relata que antigamente existia uma tradição forte dos eventos de cavalgada e espera que eles voltem. Sobre a família da Helena, eles não recebem mais que 50 pessoas ao mesmo tempo, isso porque não há estrutura e a proposta não é receber volume, mas sim ter uma vivência de qualidade com os grupos.

Sobre a divulgação, as famílias relatam que a melhor propaganda deles é o “boca a boca”. Hoje eles possuem redes sociais do caminho e das propriedades. Porém, a divulgação também ainda está sendo debatida, no pós-pandemia eles estão reorganizando e debatendo esses assuntos. Uma das ações do pós-pandemia é a expectativa de reinaugurar o portal do caminho. O Portal terá o mapa do “Caminho das Paineiras”, com telefone para contato e as atrações da estrada, como as propriedades, a Lagoa, a trilha, a capela, entre outros. Embora existam informações necessárias no Portal, as famílias asseveram que as visitas vão ser todas agendadas. A visita espontânea, segundo elas, não vai ao encontro com o objetivo do projeto. Helena explica que a família prepara tudo: pães, geleias, bolos e que tudo é fresco, feito para a hora e, o que não é daqui é pego com os vizinhos para de receber os visitantes/turistas. Além disso, a vivência tem maior qualidade, quem recebe está pronto para atender e viver a experiência junto com quem chega.

Todos os três se entendem como empreendedores no turismo e, entendem o turismo como um negócio que demanda investimento e esforço, mesmo sendo renda complementar da propriedade. Sobre isso, todos eles investiram recursos próprios para receber visitantes/turistas e entendem que o retorno já está acontecendo e, se houver melhor organização e apoio da comunidade e dos organismos interessados a expectativa de melhorar o caminho é grande. Outra expectativa é de que mais vizinhos da comunidade façam parte do projeto, segundo Helena, “[...] muita gente tem medo de fazer algo diferente da agricultura e a agricultura tá indo bem e, aí eles não querem mexer com isso. Quando eles entenderem que dá dinheiro talvez eles se animem”.

Se o “Caminho das Paineiras” está inserido em um contexto de uma área protegida e sua relação com a comunidade de entorno, o “**Caminha da Uva**” (Figura 6), em Mariópolis surge em razão da produção de uva e vinho no pequeno município. A produção da uva chega ao município em meados da década de 1940, trazida sobretudo por migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes, especialmente de italianos que trouxeram consigo a tradição do cultivo da uva e do preparo do vinho como consumo básico da família. Na década de 1990 o Pároco da Igreja local, Frei Romildo Cerutti, visitou as famílias produtoras e percebeu uma

relevante produção de uvas no município, decidindo agregar à festa do padroeiro da cidade, São Francisco de Sales, a venda da produção das famílias. Em 1991, aconteceu a primeira Festa da Uva junto com a festa do padroeiro da cidade.

Figura 6 - Mariópolis. Início da estrada que dá acesso às comunidades São Pedro e Nossa Senhora do Carmo que formam o “Caminho da Uva”, 2022.



Fonte: Autoral.

Com a Festa da Uva, muitos dos visitantes que iam participar do evento começaram a se interessar pela produção da fruta e, seus derivados, e pediam aos produtores para conhecer as propriedades das famílias. Desde a década de 1990, o fluxo de interessados em conhecer os parreirais de Mariópolis cresceu gradativamente. As famílias produtoras relatam que os visitantes começaram a chegar nas propriedades espontaneamente e acompanhavam os produtores em um passeio para entender como era a produção, contemplar as parreiras, comer a uva no local, experimentar o suco e o vinho. De algumas famílias, os produtores passaram a receber grupos de até 50 pessoas simultaneamente. Sobre o aumento do fluxo das visitas, os agricultores afirmam que

[...] é bom a parte de receber o pessoal. Mas você tem que limitar as coisas para você não virar escravo daquilo, então tem que colocar limite para ter uma qualidade de vida. A falta de mão de obra hoje é muito difícil, então você tem que deixar de atender um serviço para atender o pessoal, mas não é sempre, é mais na safra. Então você tem que atender o cara que vem comprar uva para fazer vinho e atender ao mesmo tempo o turista. Então por isso a gente deixa o pessoal a vontade (Informação verbal).

As condições de trabalho no turismo chamam a atenção nesse caso. Isso porque, embora alguns dos entrevistados tenham relatado mudar o trabalho com a produção de leite para o turismo em razão de condições mais dignas de trabalho, o turismo traz consigo alguns desafios. Trabalhar todos os dias da semana para agregar à produção local o turismo e receber um número expressivos de turistas/visitantes ao mesmo tempo nos parece mais uma forma de exploração do trabalho, agora, por outro setor da economia que o não a produção de leite, a exemplo. Porém, os entrevistados afirmam que o turismo se apresenta como uma oportunidade de renda menos penosa e que as famílias se organizam para terem condições dignas de trabalho. É preciso, contudo, possuir um monitoramento desse contexto que atualmente não existe na comunidade em questão. A evolução do turismo para um modelo predatório é inevitável se não houver planejamento e gestão efetivo e controlado pela comunidade local, seja na autogestão ou em qualquer outra forma de propriedade sobre o turismo, por parte da comunidade (Maldonado, 2009).

Os relatos são de que o caminho passou a crescer também, não apenas pela festa, mas pela visibilidade que a forma associativa de trabalho dos agricultores chamou a atenção dos viajantes que estavam de passagem pelo município e avistavam as cooperativas locais da rodovia. O modo de produção da uva das famílias é organizado por meio da Associação de Fruticultores de Mariópolis (Frutimar) criada em 1994 e, mais recentemente a organização da produção de vinho é feita pela Associação Cooperativa Vinícola São Francisco de Sales (Coopersales) criada em 2003. Os relatos são de que os viajantes que passavam pela rodovia paravam nas associações para comprar uva e vinho e perguntavam onde era produzida a uva e o vinho no município. Muitos dos interessados dirigiam-se para as propriedades que ficavam próximas a rodovia e posteriormente traziam a família, amigos e indicavam o local para os conhecidos.

Após uma série de ações da prefeitura em conjunto com as associações e outros organismos, como o IDR, a produtividade de uva cresceu no município, e o aumento dos parreirais chamou ainda mais a atenção dos visitantes. A crescente procura de pessoas de fora do município, não apenas nos dias da festa, para conhecer as parreiras foi formalizada em

Mariópolis em 2019 com a criação oficial do “Caminho da Uva”. Fazem parte do caminho famílias de duas comunidades locais: São Pedro e Nossa Senhora do Carmo. As duas comunidades são produtoras de uva e somam atualmente entorno de 35 famílias que recebem em suas propriedades visitantes/turistas ao longo do ano e, especialmente, em maior volume nos meses de verão, quando os parreirais estão carregados de uva, e durante o mês de janeiro, com maior volume, nos dias da Festa da Uva.

Quem visita as famílias tem a oportunidade de conhecer um pouco mais do seu modo de vida e produção. Das 35 famílias agricultoras, visitamos com o acompanhamento da Secretária de Indústria Comércio e Turismo, Juliana Wegerman, e do extensionista do IDR, Ivanderson Borelli, quatro famílias em suas propriedades e conhecemos um pouco do caminho. Atravessando a PR-280 chegamos na entrada do “Caminho das Uvas” que dá acesso as comunidades São Pedro e Nossa Senhora do Carmo.

Todo o caminho é pavimentado, parte em pedras poliédricas e parte em pavimentação asfáltica, nesse caso, o acesso fica facilitado até mesmo em dias de chuva, fato que não é comum no campo. A história das famílias que moram no caminho segue um curso similar entre elas, de um contexto maior que foi a migração de colonos do Rio Grande do Sul para os Estados de Santa Catarina e Paraná. A maioria delas conta que ao virem para Mariópolis encheram um caminhão com todos os pertences, os membros da família, que naquela época reunia entorno de 12 pessoas, os meios de produção, alimentos, os animais de estimação e as videiras, que vieram para consumo próprio e, apenas posteriormente tornaram-se uma fonte de renda. Os migrantes contam sobre a relação histórica com a produção de uva

Meu pai sempre lidou com uva no Rio Grande do Sul e fazia vinho para consumo [...] faz mais de 45 anos que estamos nesta propriedade e mais de 40 anos que cultivamos uva. Para vender faz 30 anos que vendemos e começamos a vender na Br mesmo. De uns 25 anos para cá a prefeitura começou a incentivar doando palanque, arame e tudo o que precisava para aumentar e melhorar o cultivo (Informação verbal).

Foi na terceira geração de uma das famílias que o modo de vida e produção começou a ser apresentado aos visitantes/turistas, iniciando pela venda de vinho e, que hoje passa por outros derivados da uva, além de produtos e serviços que são agregados na propriedade para oferecer uma maior diversidade de atrativos para quem visita o estabelecimento da família. O filho mais velho da família conta que

Eu sai de casa com 17 anos e faz 7 anos que voltei, aí conheci minha esposa e começamos a vender o vinho. Meu pai fazia um pouco a mais de vinho e vendia o que sobrava. Hoje triplicamos os parreirais, dobramos a produção de vinho, fazemos mais cachaça que meu pai fazia para consumo próprio. A gente aqui não tem lavoura e meus pais estão aposentados e estamos em seis pessoas aqui. Só comercializamos na propriedade. A propriedade produz uva, vinho, cachaça e produtos da agroindústria familiar como queijo, salame, doce de leite. A minha esposa é formada em enfermagem, mas deixou para ajudar na propriedade que está crescendo (Informação verbal).

O turismo parece ser uma ferramenta que incentiva as famílias a produzirem mais uva e agregarem outros produtos e serviços a essa produção. Porém, o plantio da uva não é o maior mote econômico das famílias que geralmente somam essa produção com a produção de grãos como soja e milho. Além disso, fala-se muito na produção de leite nas propriedades, mas que, segundo relatos durante as entrevistas, começa a ser repensada por sua substituição pelo turismo e o trabalho com a uva, em razão da menor penosidade do trabalho. Conforme o extensionista do IDR, o turismo tem se mostrado de fato uma maneira de manter as famílias no campo. Também, por esse motivo o “Caminho da Uva” foi criado e o IDR tem trabalhado em ações que fortaleçam práticas dessa natureza.

Conforme Ivanderson Borelli, o município está participando do Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense (Revitis). O programa tem quatro bases que são incentivo à produção; reorganização da comercialização; desenvolvimento do turismo e apoio à agroindústria. Mariópolis foi aprovada no programa e espera o recurso ser liberado. O programa deve ajudar o município, pois um dos grandes problemas locais é a produção artesanal fora dos padrões necessários para comercialização que é feita nas feiras ou na própria propriedade. Os recursos do programa vêm a fundo perdido e limitam-se até 25 mil por CPF.

O IDR também tem investido em pesquisa e demais ações para fixar o produtor no campo por meio da produção de uva. Segundo Ivanderson os parreirais de Mariópolis começaram a sumir e dar espaço para as *commodities*. Após as ações locais de vários atores, os hectares de uva aumentaram nos últimos anos. Além disso, muitas famílias estão passando pela questão da sucessão familiar, isso faz com que as propriedades que aumentam a produção de grãos como a soja, libere muita mão de obra e por isso a família acaba indo para a cidade. Com a produção da uva há uma demanda de mão de obra muito alta, o que faz com que a família se sinta incentivada a permanecer. Segundo os produtores a rentabilidade da uva é alta e, em algumas propriedades até maior que da agropecuária, muito em razão da agregação de valor pela venda dos produtos derivados como o vinho e agora com o turismo. Por esse motivo, existe um contexto muito propício para a ampliação de ações que apoiem aqueles que tem interesse

em investir mais na produção de fruta. No caso do turismo, por exemplo, a participação do programa como o Revisis, pode servir para instalar e melhorar a sinalização, fixar lixeiras no caminho e nas propriedades, construir estruturas para receber os visitantes, criar novas agroindústrias e melhorar as existentes.

As famílias têm investido com dinheiro próprio para realizar as melhorias necessárias para o turismo. Conforme vão recebendo os resultados financeiros do trabalho, vão reinvestindo na propriedade e não há, até o momento, qualquer incentivo financeiro de outros organismos. O apoio que existe é sempre técnico com relação a produção agropecuária, algumas ações têm sido feitas pelo IDR sobre o turismo, mas quando se trata dessa área, o apoio não é tão qualificado tecnicamente falando, apenas como incentivo. Os extensionistas cada vez mais tem estudado e buscado compreender o setor de turismo para auxiliar os atores do campo que se interessem pelo setor.

No “Caminho da Uva” as famílias têm recebido na maioria visitantes/turistas da região, como Mariópolis, Vitorino e Pato Branco. Porém, elas também recebem alguns turistas/visitantes de outros Estados como Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo e Santa Catarina. Quem vem de fora se hospeda na casa de parentes ou em hotéis de Pato Branco, cidade mais próxima com rede de hoteleira. As famílias ainda não dispõem de estrutura para hospedar quem vem de fora e precisa passar o pernoite nas comunidades. Sobre isso, a Secretária Juliana Wegerman, explica que em razão do município não possuir um hotel, os munícipes não entendem que o turismo já acontece no local. O primeiro hotel está em construção na cidade e é de propriedade de um empresário da cidade que sentindo dificuldade em hospedar os diversos viajantes que vinham para estabelecer negócios com a empresa, decidiu construir a hospedagem. Para Juliana Wegerman, o hotel é positivo no sentido de fazer com que as pessoas do município percebam o turismo acontecendo com maior clareza e, passe a hospedar viajantes que vem para conhecer o caminho e a Festa da Uva.

A Secretária e o extensionista do IDR, ainda, afirmam que as próprias famílias agricultoras não percebem que receber os visitantes/turistas nas propriedades é turismo, pois muitos deles “[...] fazem sem perceber que isso é turismo. Eles acolhem, recebem para explicar sobre a uva, mas não percebem que pode ser rentabilizado”. Porém, atualmente é possível registrar que as famílias que conhecemos já despertaram para muitas questões relacionadas ao turismo e estão crescendo. Com esforços próprios vão aprendendo e melhorando os produtos e serviços. Parte das famílias entende a produção de uva e seus derivados como um negócio, mas não o turismo. Um dos produtores afirma que “[...] pensando pelo lado do vinho e da uva sim. Principalmente do vinho”. Porém, percebemos que eles estão compreendendo que o turismo é

uma ferramenta que viabiliza e fortalece a produção de uva e, ele mesmo vem crescendo como um negócio, porque “O vinho se não tiver quem vem comprar aqui não tem como vender, porque aqui nós somos produção artesanal, sem registro, diferente do industrial. Não pensamos em turismo, mas investimos nos vinhos que acaba influenciando no turismo”.

Seus visitantes/turistas são de diversos grupos sociais como universitários, escolas, famílias, outros produtores de uva que vem para visitas técnicas e, cada família recebe tanto grupos agendados quanto os espontâneos (de 30 a 40 pessoas) e, elas vêm se adaptando e se qualificando a partir das experiências que vivem com o fluxo induzido pelas propriedades.

A grande maioria dos produtos que se oferece aos visitantes/turistas é do local. Nas refeições e na venda desses produtos, tudo é produzido pelas mulheres e homens das famílias como as uvas *in natura*, geleias, suco de uva, vinho, mel, cachaça, queijos, salames, vinagre, requeijão caseiro, broa, cuca, pão caseiro e outros. Algumas famílias servem cafés coloniais e almoços e para além, oferecem passeios para conhecer os parreirais, a produção do leite, de pequenos animais, da horta, passeios de carroça e demais serviços. Algumas famílias estão planejando a construção de pequenas hospedagens para os turistas e estruturas maiores para receber grupos com a possibilidade de servir jantares com gastronomia ligada às tradições locais.

A divulgação no “Caminho da Uva”, segundo as famílias, é basicamente feita pelo “boca a boca”. Inclusive, a festa foi e é a maior divulgadora do trabalho deles, inclusive a Frutimar e a Associação de Vinho São Francisco de Sales, que indicam as propriedades para quem passa comprar uva, vinho e suco. Se existem grupos agendados, geralmente são grupos para visita técnica que entram em contato com a prefeitura ou com o IDR para maiores informações. Porém, algumas famílias providenciaram perfis em redes sociais e têm investido nesses meios de divulgação. Em contrapartida, outras famílias afirmam que há mais de 20 anos as pessoas têm aparecido na propriedade apenas no boca a boca, então não há atualmente interesse em ampliar a visibilidade por dois motivos: o primeiro está relacionado a necessidade de regulamentar a produção e o segundo em não haver interesse em aumentar o fluxo de visitantes para não se perder a qualidade da vivência sobre seus modos de vida e produção.

Além do “boca a boca” as próprias famílias trabalham de maneira colaborativa. As famílias afirmam que se ajudam na comunidade, isso porque, eles indicam uns aos outros para os visitantes. As indicações acontecem quando os visitantes/turistas solicitam algum produto que não tem na propriedade, mas tem no vizinho, quando eles solicitam algum produto/serviço específico e outra família pode ofertar e quando há muitos visitantes em uma propriedade, eles enviam para outra com mais espaço no caminho. Os produtores afirmaram que não há uma

organização formal para o turismo como reuniões ou outros mecanismos para reunir a comunidade e trabalhar em um planejamento formal. O que ocorre é que em momentos de lazer como nos jogos de futebol ou nos encontros da igreja, eles trocam informações, ideias e dividem dificuldades. Ainda, o movimento no município tem ampliado e diversificado o setor local, pois, iniciativas, a exemplo de uma agência local, que tem se organizado para trazer visitantes/turistas para o “Caminho da Uva”, começam a se manifestar no município.

A colaboração é um dos elementos das economias alternativas e o estabelecimento de parcerias é fundamental para a existência das iniciativas de TBC. O **“Caminho do café das Mulheres”** que percorre propriedades do pequeno município de Pinhalão, pelo nome, sugere o destaque ao trabalho das mulheres no modo de vida que tem como base o café. E de fato, o destaque é delas, como observamos em trabalho de campo. A proposta desse caminho começa a ser construída com a parceria estabelecida com o IDR quando o instituto identifica no trabalho das mulheres uma oportunidade de tornar a produção do café, na região onde está o município de Pinhalão, em produção de café especial, que vale de 40% a 50% mais que o café tradicional, melhorando assim, a renda das famílias e em consequência sua qualidade de vida. O turismo, dessa forma, no “Caminho do Café das Mulheres” surge após o desenvolvimento do projeto que formalizou a Associação das Mulheres do Café do Norte Pioneiro (Amucafé).

A Amucafé é formalizada em 2019, porém, o projeto das mulheres do café surgiu em 2013. Segundo a extensionista do IDR, Luciana de Moraes, o IDR observou em eventos fora do Paraná que havia um movimento no Brasil e no mundo de associações de mulheres organizadas em função da produção de café. Observando a realidade local das mulheres do Norte Pioneiro, ficou claro que o trabalho das mulheres era propício à produção de café especial, uma vez que elas aderiam melhor as inovações, tecnologias e tinham melhor técnica com a produção. O objetivo do projeto é aperfeiçoar a cadeia de produção, agregando renda e acessando outros mercados, fazendo com que as mulheres sejam mais respeitadas e ouvidas em um trabalho que elas já desenvolviam e que agora ganha visibilidade. Atualmente o projeto agrega 250 produtoras, 14 municípios da região e quatro municípios da região do vale do Ivaí.

Foi no ano de 2015 que as cafeicultoras começaram a ganhar visibilidade nacional e internacional, quando aconteceram as primeiras premiações. Foram essas premiações que chamaram a atenção de interessados em conhecer nas propriedades o processo de produção de um café especial premiado. Observando o interesse e o aumento progressivo das visitas, as produtoras junto com o IDR iniciaram, em 2018, as primeiras conversas sobre formalizar o acolhimento de visitantes/turistas. Sobre esse contexto, Marilena, produtora de café no bairro do Matão em Tomazina, afirma que

Quando comecei a trabalhar com café especial e eles foram premiados, veio muita gente me procurando para comprar café e conhecer a produção. Aí vinham três a quatro pessoas ao mesmo tempo. Dormiam, comiam, porque não tinha outro lugar para ficar aqui, compravam café e iam embora e assim passei dois anos recebendo gente assim. Aí um certo dia uma moça de uma cafeteria perguntou porque eu não fazia turismo e cobrava para receber essas pessoas em casa. Eu fiquei surpresa porque como ia cobrar para receber gente na minha casa, minha casa tá aberta para pessoas, não podia cobrar por uma cama e comida. Mas até que na minha cabeça lá no fundo eu pensava isso. Aí comentei com a Luciana do IDR sobre isso aí e ela gostou da ideia e começamos o projeto e quando ela apresentou a proposta eu entrei no projeto (Informação verbal).

Em 2019, a equipe do projeto começou os trabalhos nas propriedades com as famílias interessadas na proposta e, o “Caminho dos Cafés das Mulheres” foi lançado em 2021. A proposta é uma realização da Amucafé, em parceria com o IDR Turismo Rural, e hoje abriga três propriedades em dois pequenos municípios de Pinhalão e Tomazina, mas tem a expectativa de receber mais produtoras, conforme forem observando o processo e sentindo interesse de fazer parte dele. Luciana entende que a pandemia dificultou a entrada de mais produtoras no projeto e “[...] muitas ainda não entenderam o turismo. Até a gente tinha um receio e não entendia muito bem, mas depois a gente foi estudando e percebendo que era possível”.

Segundo Luciana o projeto é apoiado e possui parcerias com a Amucafé, que detém a marca do caminho. Conforme a extensionista a Amucafé fica com uma porcentagem da taxa de visitação que é recolhida nas propriedades, que é retirada do custo e não do lucro das agricultoras. Essa porcentagem é destinada a manutenção dos custos básicos para realizar as ações voltadas ao caminho. A Amucafé disponibiliza uma funcionária e a utilização do escritório da entidade para a realização de trabalhos como atendimento do público para informações, agendamentos e outros.

Para além da Amucafé, as demais parcerias são feitas com o IDR e com as prefeituras, especialmente a de Pinhalão que abriga a sede da Amucafé e o laboratório de classificação e degustação de café. O laboratório é do consórcio dos municípios da região, o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território do Vale do rio Cinzas (Civarc). Luciana afirma que existe uma boa comunicação com as prefeituras e com deputados para tratar de emendas que possam contribuir com melhorias no laboratório. O diálogo com os municípios de Pinhalão e Tomazina é aberto para a manutenção de estradas e a sinalização do caminho está em fase de confecção. A prefeitura de Pinhalão patrocinou o material do lançamento do projeto e da divulgação. Segundo Luciana, em outras escalas, falando especificamente de turismo “[...] não há proximidade nem com a Secretaria de Turismo e nem com a IGR”. Sobre o fomento,

existem esforços que partem da equipe do projeto como a participação em editais para fomento da proposta. As produtoras, junto com o IDR, participaram de um edital do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) mas não foram contempladas e as agricultoras buscaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mas nenhuma ainda efetivamente solicitou verba do programa.

Sempre que convidadas e com apoio financeiro para participar, as produtoras levam sua iniciativa para ser divulgada em eventos. Elas já participaram de eventos de turismo em Foz do Iguaçu, Curitiba, Ponta Grossa, em feiras agropecuárias, eventos online, e outros. A participação é sempre por meio do IDR-Paraná. Em um dos eventos sobre a Amucafé na Assembleia Legislativa do Paraná, quando houve uma apresentação cultural das mulheres de Carlópolis, o projeto chamou a atenção de alguns deputados que procuraram saber mais e, uma das deputadas quis conhecer a Cíntia Mara Lopes de Souza, coordenadora do Projeto e a Claudionira Inocência de Souza, Presidente da Amucafé. Conforme Luciana “[...] durante o encontro elas mencionaram sobre o caminho e a deputada achou por bem fazer um projeto de Lei regulamentando o turismo no caminho. A Lei abarca todos os municípios e deixa aberta as possibilidades para o turismo”. O Projeto de Lei 565-2021 foi publicado em 11 de agosto de 2022, instituindo o “Caminho do Café das Mulheres” como rota turística de turismo rural no Paraná, torna-o de responsabilidade da Amucafé e cita os 11 municípios que fazem parte da rota.

Além disso, a Amucafé é afilhada da Aliança Internacional das Mulheres do Café – Brasil (IWCA)⁴³, o que ajuda a trazer inspirações para o projeto e, o Empório Ouro do Norte, localizado em Curitiba, que pertence à família de uma das agricultoras, comercializa e divulga os produtos da marca, além de torrar o café de mulheres que não possuem o equipamento em suas propriedades. A extensionista explica que o apoio ainda é maior para a produção de café e apesar do esforço dos parceiros e apoiadores, auxílios específicos para o turismo ainda são escassos.

As parcerias, o trabalho compartilhado e colaborativo, baseado na solidariedade e na ajuda mútua, são formas de humanização da economia que busca, formas alternativas de crescimento local que não estejam baseadas no objetivo único, final da concorrência, do lucro, da exploração. Uma economia baseada em parcerias e na colaboração, é uma das características das economias alternativas que possuem como objetivo crescer em equilíbrio e que demanda trabalhar em nossas características de seres sociais, que dependem uns dos outros, que são

⁴³ No original em inglês: *International Women's Coffe Alliance*.

próximos (Raworth, 2019). Experienciar outros modelos econômicos, significa vivenciar o trabalho colaborativo e compartilhar vitórias e derrotas em que há propriedade associada do capital e o direito à liberdade individual (Singer, p. 2002, 10).

Sobre os investimentos, eles ainda partem unicamente das produtoras que realizam as melhorias na propriedade conforme o que entra do próprio caminho (Figura 7). Luciana explica que desde o início o trabalho foi orientado para que as agricultoras não fizessem grandes investimentos. A ideia era fazer um trabalho de organização com o próprio esforço da família como limpeza, jardinagem e pequenos reparos. Isso porque, inclusive, as produtoras, como a Marilena, já estavam recebendo os visitantes/turistas em casa.

Figura 7 - Tomazina. Propriedade da família de Marilena com o terreiro de café em primeiro plano e ao fundo reformas na estrutura para receber turistas/visitantes, 2022.



Fonte: Autoral.

Marilena vive na propriedade que se localiza no bairro Matão na cidade de Tomazina. Essa propriedade fica em um bairro localizado no campo em uma área periurbana, onde o asfalto ainda não chegou e, as ruralidades e urbanidades confundem-se com intensidade no processo de fim da área da cidade e início da área do campo. Marilena vem de uma família mineira de cafeicultores. Seus pais nasceram no Paraná e deram continuidade ao trabalho com o café no campo “[...] me lembro do meu pai plantando café, ele desbravou tudo aqui para poder plantar”. O café, hoje, é a principal fonte de renda da família de Marilena, mas com muitas dificuldades, ela conta que

Sempre produzimos café, mas teve época que ele foi muito mal e fomos complementar renda fora, mas nunca deixamos o café de lado. Como renda alternativa costuro lingerie há 14 anos para vender e meu marido é pedreiro e marceneiro. Quando não estamos mexendo no café fazemos isso para complementar renda (Informação verbal).

Com as crises do café a família aprendeu outras funções para poder manter-se no campo e não abandonar o trabalho com o grão. As dificuldades na cafeicultura fizeram que com que o IDR buscasse novas formas de melhorar a produção e conseqüentemente a qualidade de vida dessas famílias. A saída foi a produção de café especial, como tratamos anteriormente, Marilena lembra que

[...] o IDR veio com um projeto para as mulheres produzirem café porque somos mais atenciosas e cuidadosas então a gente ia conseguir produzir um café diferenciado. Então fizemos cursos, melhoramos nossa produção e a qualidade do café. Depois disso vieram as premiações, a exportação do café que hoje é tipo exportação dado todo o processo de produção que torna ele um café especial desde o pé até a torrefação (Informação verbal).

Rosa, a “vizinha” de Marilena, como preferem referir-se uma sobre a outra, reside em uma propriedade também em um bairro localizado no campo, conhecido como Lavrinha, no município de Pinhalão. Rosa é maringaense e diz ter nascido em baixo de um pé de café. Mais tarde foi morar em São José dos Campos (SP) e em uma das visitas para a família do marido que reside em Lavrinha, decidiram não voltar mais para São Paulo

Relembrei da minha infância e, aos poucos fomos comprando uns pedaços de terra até que conseguimos voltar morar no sítio definitivamente. De lá para cá começamos a comprar mais máquinas e expandir o café porque aqui uma parte da propriedade era de lavoura branca e meu marido disse que não queria trabalhar com ela. Que o sonho era ter só café. No início plantávamos só o *comoditie*. Aí em 2016 entrei no grupo do café das mulheres e de lá para lá começamos a fazer o café especial (Informação verbal).

A renda principal do sítio de Rosa é o café, a família cria pequenos animais, tem produção de mel, pomar, gado leiteiro, mas apenas para consumo próprio e, que agora, são servidos também para os turistas. Para Rosa o turismo é um negócio novo que está surgindo complementar ao café e ela, junto com a família, pretendem investir mais com o retorno que receberam. A família tem um museu sobre o café na propriedade na sala de estar da casa e quando recebe os visitantes essa é a primeira parada para contar a história e iniciar as explicações sobre o café.

Marilena, Rosa e as demais produtoras definiram juntas como seriam as visitas nas propriedades. A extensionista do IDR afirma que as decisões são debatidas e tomadas em grupo “[...] a gente estimula muito a questão da coletividade porque o trabalho individual cria atrito e dispersa. Existem ruídos, mas faz parte do trabalho coletivo. Temos um diálogo muito franco, do que elas precisam e como a gente pode ajudar”. Conforme Katia, a colaboradora da Amucafé que trabalha com os agendamentos, comercialização do café e comunicação com as agricultoras, a maior procura dos visitantes/turistas é na época da colheita nos meses de maio, setembro e outubro. No ano de 2021 as produtoras receberam visitas de interessados no passeio e visitas técnicas de escolas e universidades. O perfil dos turistas, segundo Katia, geralmente são pessoas que nunca viram um pé de café e não conhecem nada sobre a produção do grão; proprietários de cafeterias que querem conhecer mais da produção; além de técnicos, estudantes e pesquisadores.

As produtoras definiram que o limite de cada grupo depende da propriedade que irá receber, pois cada produtora sabe do limite e da capacidade de sua propriedade e família para receber visitantes/turistas. De maneira geral todas as produtoras recebem grupos agendados de em média 15 pessoas para uma visita de duas horas na propriedade com o objetivo de apresentar a produção do café e deixar momentos livres para fotos e passeios no cafezal. Todas elas servem um café da manhã ou da tarde com produtos locais. Cada estabelecimento possui sua singularidade e os visitantes/turistas podem conhecer as diferentes qualidades de café, uma produção manual, semimecanizada, mecanizada, agroindústria com torrefação de café e produção de geleias. Há a possibilidade de receber grupos menores como famílias pequenas, casais e, o valor do passeio aumenta conforme diminui o grupo para que o trabalho seja justo conforme a perspectiva das produtoras.

Para as visitas dos grupos com mais de cinco pessoas não há, ainda, pernoite nas propriedades. Isso porque, a única que oferece um passeio diferenciado é a Marilena. A produtora oferece uma vivência sobre o café de 24 horas. Ela, o marido e as filhas, recebem grupos de até quatro pessoas. Os turistas ficam hospedados no quarto cedido gentilmente pelas filhas do casal que dormem com os pais quando recebem turistas. A família acolhe o grupo no final da tarde, quando mostra a propriedade e acomoda as “visitas”. A noite oferecem o jantar e tomam uma xícara de café na sala da família batendo papo e contando histórias. No dia seguinte pela manhã, Marilena leva o grupo para conhecer o cafezal. Após o almoço, na parte da tarde a visita acontece no laboratório de café e o passeio encerra às 16 horas. Além desses passeios, as produtoras contam que existem vizinhas que estão interessadas em participar e um

grupo do bairro Matão estão planejando receber grupos no barracão de produção de café para servir um café colonial.

Segundo Luciana, os acordos necessários para as definições do projeto sempre foram tranquilos. A extensionista conta que elas precisaram fazer uma revisão do preço das visitas, porque algumas produtoras não estavam satisfeitas. Todas participaram do debate e chegaram a um acordo sobre os novos preços e a taxa da Amucafé. Todo o trabalho é orientado, Luciana exemplifica que antes de chegar nos valores, foi realizado um trabalho robusto sobre precificação.

O turismo tem se apresentado como a viabilização de um negócio complementar de geração de trabalho e renda. Uma das agricultoras afirmou que se o volume de visitantes continuar a crescer existe uma previsão de contratação, especialmente, dos filhos dos funcionários como jovens aprendizes. Há um implemento de renda que se pode perceber com a visita que vem crescendo passo a passo. Luciana afirma que as produtoras têm mudado a visão sobre o turismo, pois, “[...] no início ninguém acreditava que ia dar certo. Antes elas recebiam sem receber e perceberam que poderiam cobrar por isso pois tem seu valor, seu valor de trabalho, tem o valor dos produtos”. Marilena e Rosa se entendem como empreendedoras também no turismo, para Marilena turismo é um negócio e “[...] e eu tenho fé que no futuro a renda com o turismo vai ultrapassar a renda com a costura”.

O “Assentamento São Luiz”, em Sapopema, segundo os relatos dos entrevistados, ganhou maiores proporções no turismo com a divulgação do município nas redes sociais e programas de televisão. Turistas e visitantes de cidades médias e grandes de regiões como Maringá e Londrina engrossaram o fluxo turístico com a divulgação, especialmente, dos atrativos naturais, de aventura e do turismo rural com preços acessíveis e acesso relativamente facilitado.

Dentre os atrativos que chamam a atenção aquele que causa maiores efeitos na indução do fluxo de turistas e visitantes é o Pico Agudo com cerca de 1.110 metros de altura. As subidas ao Pico Agudo que se tem notícia, segundo os moradores locais, começaram por volta da década de 1990. Segundo Eduardo, morador do assentamento São Luiz, houve pressão dos moradores locais para que o proprietário da fazenda Zamarian, onde se localiza o Pico, começasse a cobrar e organizar uma estrutura adequada para as atividades na área, pois “[...] as pessoas deixavam o carro na porteira e andavam sete quilômetros para chegar na base e ainda tinham que subir mais dois e voltavam. Não tinha trilha naquela época lá, eles iam pelo rumo. Não tinha nenhuma segurança, estrutura”. A ideia era movimentar o turismo local e, compartilhar o trabalho e os ganhos com o fluxo que se estabelecia.

De lá para cá, houve um aumento no número de visitas, especialmente, na década de 2000 com a gravação do programa Plug, que divulgou na televisão paranaense o atrativo. Segundo os entrevistados houve um “boom” do turismo com as mídias digitais e com o programa de TV. Atualmente a área do Pico Agudo e as atividades de Turismo de Aventura são regulamentadas por meio da organização do proprietário da área, juntamente com a iniciativa pública e privada, que estabeleceram regras para a visitação, tornando-a mais segura para os visitantes e para os recursos naturais.

O fluxo para o Pico Agudo movimentou o município, especialmente, o Assentamento São Luiz, por onde passa a estrada para chegar no atrativo. Conforme os depoimentos, o fluxo de turistas incentivou a abertura das primeiras hospedagens e restaurantes familiares nas propriedades do assentamento. A área começou a ser atendida pelo Sebrae que “batizou” o assentamento como “Serra das Nuvens”, devido a altitude do local e seu terreno acidentado, que possui muitas áreas de contemplação da paisagem.

Roberto, filho de produtores rurais orgânicos do assentamento, viu nesse fluxo de turistas uma oportunidade. A família está no assentamento há 32 anos e fazem 17 anos que Roberto trabalha com a produção de leite. O fluxo de turistas e visitantes que passavam na propriedade pedindo informações despertaram em Roberto o interesse em trabalhar com turismo “[...] eu entrei no ramo porque morava na beira da estrada. O pessoal pedia informação e começou a me despertar e eu pensei que se fizer um curso posso trabalhar na área”. Foi então que um receptivo local ofereceu um curso de guiamento específico para o Pico Agudo. Roberto participou do curso e passou a guiar o público nos passeios.

Se dividindo entre o trabalho na leiteria e nos guiamentos, Roberto decidiu abrir mão do trabalho com o leite e dedicar-se apenas ao turismo. O trabalho com o leite, segundo ele, era muito penoso e não era mais possível dividir-se entre as duas atividades. O produtor investiu em chalés para hospedagem na propriedade dos pais de sua esposa, “[...] vendi todo o gado e comecei a construir. Deixei uma atividade e parti pro turismo. Meus pais apoiaram e eu acreditei muito. Me planejei e fiz [...] o ramo do leite com a trilha tava muito difícil.”

A área de ocupação do assentamento é da década de 1980, época em que a população de Sapopema iniciou um processo intenso de declínio de população. Os trabalhadores que permaneceram no campo ficaram em condições precárias, vivendo de empreitadas e arrendamentos. Em 1986 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapopema que era afiliado da Federação dos Trabalhados Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep), incentivador da Reforma Agrária. O Sindicato solicitou em 1986 ao que hoje é o

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) a permissão de ocupação de uma área de quase quatro mil alqueires no município (Paraná, 2016).

A área, segundo os relatos de entrevista, era improdutivo e ocupada por cinco funcionários de um grande latifundiário que possuía outras terras no Paraná, Paraguai e Mato Grosso. Em razão da improdutividade, do débito de impostos e da não comprovação legal da posse da terra, em 1987 o MDA foi favorável a entrada dos trabalhadores na área que passou por processo de regularização via Incra. Na área improdutivo, antes ocupada por um proprietário e cinco funcionários, atualmente há 138 parcelas e entorno de 250 famílias em que a maior fonte de renda é a produção de leite, a agricultura de subsistência e gado de corte.

A paisagem atrativa, proporcionada pela terra “caída”, como chamam os locais, anos depois trouxe para o assentamento o desejo de incluir o turismo como mais uma fonte de renda e oportunidade de compartilhar o local com as pessoas de fora. A família Silva conta que há 27 anos atrás um antigo morador, produtor de morangos, sempre dizia que Sapopema ia ser um lugar turístico “[...] ele era um sonhador e [...] as pessoas aqui não davam bola”. A família Silva, foi assentada há 27 anos pelo Incra. A esposa é enfermeira e o esposo pedreiro. Ela, a pedido da comunidade, passou a fazer parte da Associação de Turismo do município de Sapopema (ATS) para trabalhar com a divulgação pois “[...] de todo mundo eu que entendia mais, aí eu comecei a divulgar porque eu entendia de mexer nas redes sociais no celular, aí começaram a perguntar porque eu não abria algo na minha propriedade”.

Suzana afirma que achava que isso não ia dar certo, porém, conversando com o esposo eles pensaram em abrir uma trilha para cachoeira que há na propriedade. A partir desse ponto eles foram procurar conhecimento sobre o assunto. Suzana, tinha feito um rapel com uma empresa de Santa Catarina. O responsável pela empresa, a pedido do casal foi conhecer a propriedade e ajudar com algumas sugestões. Segundo Eduardo

[...] ele veio aqui trocar uma ideia na nossa propriedade para ficar duas horas e ficou dois dias passando muito conhecimento para gente. Nosso sítio não era feio, era muito feio, tinha um galpão velho que tampava toda visão, tinha um pasto sujo, não tinha grama, não era plano. E, ainda, antes dele vir a gente trabalhou com a consultora do Sebrae que falou que tinha mais contra do que prós, mas ela falou a verdade, foi muito sincera. Mas o rapaz falou que dava, que não era para desistir. Na primeira semana que abrimos a trilha da cachoeira e ele ajudou trazendo um grupo dele para fazer rapel. Na segunda semana já desceu bastante gente, por volta de 20 pessoas. Aí no domingo recebemos uma van com gente [...] aí entrou a pandemia. Fechou tudo. Aí o bom foi que tivemos tempo de pensar. Como tenho experiência na construção civil, foi tempo de construir uns banheiros, era um camping. Aí do camping construímos uma cabaninha, da cabaninha construímos uns chalezinhos, dos chalezinhos... (Informação verbal).

A família mora no assentamento com mais dois filhos e, a filha mais velha, que está no ensino superior, tem participação ativa nas atividades relativas ao turismo e, de fato, não é a única família que tem a participação dos jovens na rotina de trabalho para receber. A família do Jurandir, está no assentamento há 23 anos e mora em uma das propriedades com mais dois dos quatro filhos. Um dos filhos jovens, que mora com os pais e ainda é solteiro, gostou da ideia do turismo e decidiu fazer o trabalho de organização das visitas na propriedade da família. A principal fonte de renda atualmente é o turismo que ultrapassou os ganhos com a pequena lavoura de milho, a produção de leite, a criação de pequenos animais e a agricultura de subsistência. A principal fonte de renda da família, é gerida pelo filho mais jovem da família. A mãe ainda tem a ajuda da filha mais velha, que vem da cidade junto com o esposo nos finais de semana para deixar tudo pronto para receber. Sobre o começo de tudo na propriedade a família conta que

[...] isso foi tipo uma brincadeira, temos primos de criança que eram daqui. Meus primos subiram no morro e começaram a se arrastar com folha de bananeira e, aqui tem um paredão de pedra com água bonita. Aí os primos tiraram foto, colocaram na internet, aí meu filho que entende mais também começou a colocar na internet e meus primos falaram que ia vir gente para nós trabalhar com turismo. Aí o [...] vizinho que já trabalhava com turismo veio aqui e conversou com a gente sobre isso, aí [...] incentivou a gente, e [...] nós tamo com um ano e pouco que recebemos gente (Informação verbal).

A família oferece hospedagens em chalés e, passeios na propriedade. Além disso tudo que é produzido no local, servido no café da manhã, almoço e jantar é vendido para os visitantes/turistas como queijo e doce de leite. A capacidade é de 12 hospedagens nos chalés e mais espaço para *camping* com capacidade para 50 pessoas. Os visitantes/turistas costumam chegar na sexta-feira e, passam de um a dois pernoites no local. Geralmente eles sobem o Pico Agudo e fazem outros passeios em Sapopema, quem fica na propriedade pode andar a cavalo e acompanhar a família que continua com a rotina do dia a dia.

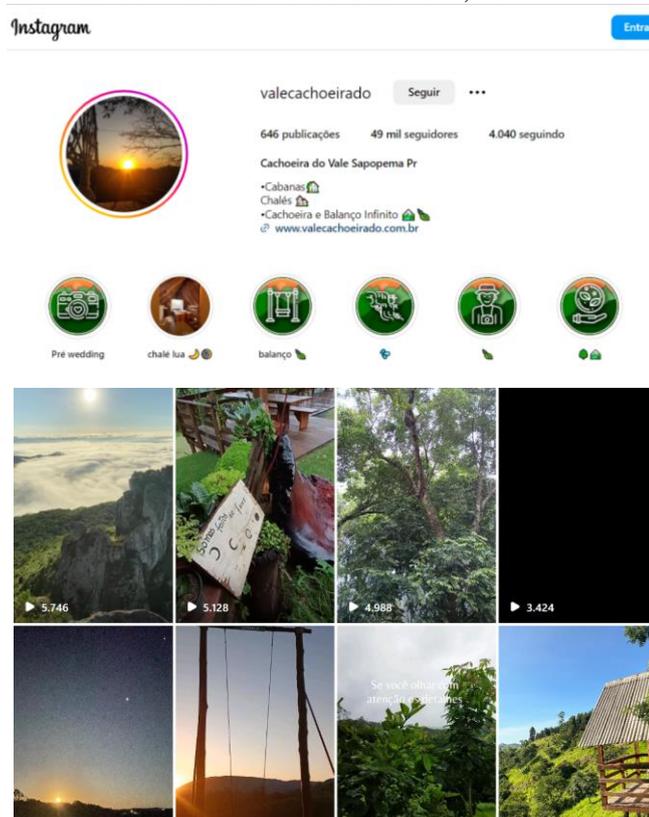
Suzana e a família também ofertam hospedagem, com chalés e *camping*. A refeição é apenas o café da manhã e um café da tarde para quem fica o dia na propriedade ou vem fazer um passeio durante o dia com a trilha da cachoeira, o pai da família explica que “[...] como a gente trabalha com a mão de obra só da família a gente optou por diminuir e servir só café da manhã [...] aí almoço e jantar a gente manda nos vizinhos, no restaurante da cidade”. Suzana e a família recebem visitação espontânea, mas a prioridade são os grupos agendados, pois não há estrutura para receber muitas pessoas ao mesmo tempo, segundo ela [...] já aconteceu de chegar

família com criança às 10 horas da noite. Não podemos dizer não. Tem abrigo, a gente acolhe, porém tem limite de pessoas”.

Roberto que faz o guiamento no Pico Agudo recebe especialmente grupos na propriedade que possui apenas a hospedagem e não oferece outros serviços e atividades. A propriedade tem cozinha e banheiros coletivos e serve café da manhã, preparado pela família com produtos locais e o almoço e o jantar é servido na “vizinha”, pois “[...] Sempre trabalhamos com ela incentivando. Aí eu ofereço hospedagem e guiamento do pico. Faço questão que eles fechem com os parceiros para gente ter sempre cliente trabalhando em conjunto”.

As hospedagens e serviços são fechados pelas famílias primordialmente pelas redes sociais, especialmente, *instagram* (Figura 8) e *whatsapp*. Pelo *instagram* e *facebook* são divulgadas as propriedades além do site da prefeitura, mas segundo elas a melhor divulgação é o boca a boca. Algumas parcerias com o setor privado também acontecem, segundo eles a loja de departamentos esportivos Decathlon e a choperia do centro da cidade sugeriram uma permuta de divulgação, em que cada um faz a divulgação do empreendimento parceiro em seu estabelecimento.

Figura 8 – Sapopema. Instagram de uma das famílias do Assentamento São Luiz, 2022.



Fonte: *Instagram @valecachoairado*, 2022.

Com o fortalecimento do turismo as parcerias externas ao assentamento têm crescido, porém, a maior colaboração é de fato entre os próprios assentados. Quando não há mais hospedagem disponível em uma propriedade, cada família indica o vizinho. Além disso, os relatos são de apoio entre os comunitários, estabelecendo parcerias não só para a hospedagem, mas também alimentação, atividades, trocando ideias, informações. No assentamento há uma associação para o turismo

[...] não existe nada formalizado, mas as famílias do assentamento acabam fazendo isso sem formalização, porque a gente se ajuda, indica, troca informação. Até já tivemos a ideia de fazer a ATS “Serra das Nuvens” que seria a associação só daqui. Só que a gente achou que não seria legal, porque as outras pessoas do município ficariam excluídas do turismo e isso não ia ser legal. Tem a associação de moradores aqui, e lá nas reuniões a gente acaba falando de turismo também, não tem como, isso faz parte da vida do assentamento agora (Informação verbal).

A ATS do município, inclusive, é muito ativa, segundo as famílias e, além dela, o Comtur também. O próprio município tem uma ação mais participativa nas ações. Sapopema possui a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente e, uma das ações da Secretária é o programa de turismo nas escolas em que há um dia de aula por mês em que se debate o turismo com os estudantes “O Secretário [...] fazia muita parceria e o atual também”. Mas a relação mais estreita é com o IDR, embora existam parcerias com a Paraná Turismo e a IGR.

As famílias se entendem como empreendedoras no turismo “[...] a minha filha tem *status* de gerente porque é ela que agenda, ela que compra, ela que paga, a gente se ajuda, mas ela que divulga e organiza tudo[...]. Porém, por se tratar de assentamento e de produtores rurais eles não podem estar registrados com CNPJ e isso causa entraves, que segundo eles “[...] como não podemos cadastrar CNPJ aqui no sítio ela abriu MEI com endereço na cidade para não perder o *status* de produtor rural porque perdendo esse status nós vamos aposentar quando?”. Além disso, os investimentos que as famílias fazem são de recursos próprios, pois as linhas de crédito que existem não são para o turismo, tudo que entra é reinvestido na propriedade. Para eles vale a pena o investimento pois o pai da família afirma que “[...] o turismo me proporciona algo que sempre sonhei que era ficar do lado da minha família”, durante 27 anos de casado o esposo de Suzana trabalhou 27 anos fora de casa, além disso a fonte de renda que o turismo proporciona é investido no estudo dos filhos.

As formas de organização formal e/ou não formal para o turismo nas comunidades, o auto financiamento das iniciativas, realizado pelas próprias famílias e, todas as ações locais encontradas para driblar desafios em se inserir no turismo, deixa claro que existem economias

alternativas se formando (ou formadas) no interior dos pequenos municípios. Segundo uma das famílias entrevistadas, muitos vizinhos deixaram o assentamento em razão das dificuldades em se manter na terra. Para essa família o turismo foi a saída, pois, estavam em vias de deixar o local também. A renda proveniente do turismo, que hoje se tornou a principal renda da família, é gerida no interior do núcleo familiar.

A criação de MEI com endereço na cidade para manter a aposentadoria, a gestão dos recursos financeiros partindo do núcleo familiar e não da comunidade como uma cooperativa ou associação, nos parece mais relacionada a economia popular do que a autogestão baseada em uma economia social ou solidária. Fazemos essa afirmação com base nas observações de Cielo, Gago e Tassi (2023) que identificam grupos sociais não necessariamente organizados de forma associativa ou cooperativa, como na economia solidária, caracterizando-se como indivíduos que autogerenciam seu trabalho e não são necessariamente combativos, mas que no âmbito de suas ações, estão de toda forma, buscando saídas para o modelo econômico imposto "Assim, a capacidade das organizações populares de prestar serviços, administrar territórios marginalizados, recriar e gerir o coletivo sobrepõe-se à dinâmica do Estado com formas e práticas de autogestão popular" (Cielo, Gago, Tassi, 2023, p. 32).⁴⁴.

Foi justamente dentro deste contexto de recriar e gerir o coletivo para a prosperidade de um pequeno município periférico que os jovens de Turvo criaram a **“Rede Colaborativa Gralha Azul – Turismo e Aventura”**. Em 2020, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) da Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu o *“Premio A La Innovación Juvenil Rural”* e, dentre as propostas inscritas, a Gralha Azul foi a campeã da categoria “Geração de Renda” dentre as oito categorias do prêmio: Ação Climática; Comunicação e Tecnologia; Conservação; Educação; Geração de Renda; Inclusão Financeira; Segurança Alimentar e Sustentabilidade. O prêmio não caracteriza o final de uma jornada, construída pela juventude do pequeno município de Turvo, que está sendo construída por meio de um longo caminho, afinal, quando questionados como a iniciativa começou, um dos entrevistados afirmou que “[...] Não existiu um ponto de virar a chave, foi um processo”.

Aos poucos a juventude do pequeno município foi voltando o olhar para sua terra e construindo o projeto, na medida que conhecia e experienciava outros municípios por meio do turismo. Um dos jovens entrevistados relata que

⁴⁴ *“Así, la capacidad de las organizaciones populares de proveer servicios, administrar territorios marginalizados, recrear y gestionar lo colectivo se sobreponen a dinámicas de la estatalidad con formas y prácticas de la autogestión popular”* (Cielo, Gago, Tassi, 2023, p. 32).

Sou nascido e criado aqui no Turvo num sítio aqui próximo onde é a atual sede da Gralha Azul, então minha infância foi andar de bicicleta por aí nesses matos do Turvo. Quando comecei a fazer cicloturismo e viagens maiores em cidades turísticas maiores, via o que tinha de atrativo, de produto e pensava nossa, mas no Turvo isso é muito melhor, cachoeiras pequenas, com pouca água e lá no Turvo tem uma riqueza natural que você percebe mais rápido. E depois tem a diversidade das etnias, a formação das localidades, cada uma com sua característica. Morar um pouco fora e viajar me fez perceber a riqueza daqui. Olhando para isso pensava em como trabalhar isso, como fazer (Informação verbal).

O jovem formado em comunicação, começou a idealizar o projeto da Gralha Azul durante o desenvolvimento do seu trabalho de conclusão de curso quando começou a compreender mais a fundo o turismo e passou a pensar sobre como ele seria implementado no seu município, “[...] conhecia aqui quase todos os lugares com potencial e a partir daí fui para esses lugares já com o olhar de pensar como implementar”. Todo o trabalho de planejamento desde a inventariação durou dez meses, segundo os entrevistados. Durante o caminho mais jovens foram sendo incluídos no processo de acordo com o surgimento de demandas específicas como abertura de trilhas, redação do projeto, entre outros.

Ao fim desse primeiro passo foram levantadas 35 famílias que possuíam potencial para serem agregadas pela Rede na proposta. Os entrevistados convidaram todas as famílias para uma conversa para apresentar o projeto

[...] e também já detalhamos como os valores seriam divididos entre os participantes, quem receberia o que, pelo o que, se quisesse fazer algo além como seria, já estava tudo definido, as porcentagens de tudo que ia para Gralha Azul e o que não ia. Então toda a parte de gestão ficaria para nós e as famílias que quisessem criar atividades complementares podiam, mas toda responsabilidade de gestão era nossa. Então das 35 famílias, 33 toparam (Informação verbal).

Segundo os entrevistados o processo de conversar com a comunidade foi facilitado porque em uma cidade pequena todo mundo se conhece, e conheciam, assim, a família de um dos jovens que é pioneira no município, para o entrevistado essa confiança entre o grupo estava estabelecida antes do turismo e isso ajudou no diálogo. Além disso, para os jovens proponentes, o que também facilitou o trabalho foi que não havia nenhuma cobrança de contrapartida financeira e a proposta estava bem definida “[...] fizemos contrato com as famílias de 5 anos para fazer valer o nosso trabalho, com garantias, responsabilidades, elaboramos tudo isso com advogado com base na lei do turismo.” O relato é de que depois de toda a conversa e apresentada a proposta pré-definida é que começaram a trabalhar com a estrutura, *site*, rede social,

comunicação, textos descritivos de publicidade dos roteiros, das atividades, entre outros. Segundo eles a agenda sobre trabalhar com o turismo nesse pequeno município era bem diversificada, pois “[...] de manhã falávamos como a chapa da carroça não poderia cair, a tarde sobre cardápio gastronômico de comida tradicional da família e a noite sobre especificações técnicas pro *site* não cair”. Depois de dez meses os jovens lançaram o projeto e, atualmente mais famílias se agregaram a proposta e são ao todo 38. Para eles o aumento das famílias se deu “[...] porque os vizinhos vão se interessando e/ou a gente vai perguntando se querem se agregar e, vendo que está dando certo e eles vão se incluindo no projeto”⁴⁵.

Para os jovens, o prêmio da ONU que veio em 2020 foi um aval para as famílias e comunidades que viram que o que estão fazendo é diferente dos outros lugares “[...] por isso que é difícil, novo, não tem outra referência. Eu pensava porque não tem outras referências, depois entendi que estávamos começando algo do zero, nossos resultados são resultados de toda uma geração, só saberemos fazendo mesmo”. Os entrevistados salientaram que as famílias não investiram financeiramente para começar, a participação no projeto se dava com o que a família tinha, era ofertada a estrutura de cada família que previamente existia para oferecer aos turistas e visitantes como o banheiro, a cozinha e, foram feitas limpezas, pinturas, pequenas organizações no quintal, no jardim que não demandavam dinheiro, possibilitando que famílias de baixa e baixíssima renda pudessem participar.

[...] qualquer retorno que fosse era muito para essas famílias. Um dia recebemos 140 reais, pensamos ‘um dia todo de trabalho só 140?’ E para família daquela propriedade foi muito, e aí a gente entendeu que as oportunidades nas pequenas propriedades nos pequenos municípios são escassas ou até nulos. As pessoas vivem da subsistência. Pensamos em não haver investimento inicial para poder integrar todos porque não tem turismo onde não tem gente. Você não vai fazer turismo num latifúndio de soja, porque não tem o que ver ali. E onde tem gente é onde tá a riqueza, mas aí não tem recursos. Não conseguem financiar, não tem nem condições de banco dar crédito para elas. Então o pouco que foi entrando eles foram reinvestindo, foi crescendo, o retorno foi maior, aí eles foram aprendendo a vender mais (Informação verbal).

Aos poucos as famílias locais estão melhorando a oferta de produtos e serviços ao observarem o retorno financeiro e de fortalecimento das suas tradições proporcionado pelo turismo. Exemplo disso, são as mulheres do quilombo que não valorizavam as compotas feitas por elas e atualmente deixam os produtos na porta de saída, após o almoço (Figura 9). Os jovens contam que “[...] nós não falamos nada. Elas viram isso. A gente falava das sementes criolas.

⁴⁵ Em entrevista concedida em julho de 2022.

Aí os visitantes pediam, aí eles iam no paiol pegavam um saco e vendiam. Hoje tá embalado bonitinho. Já tão criando novos produtos”.

Figura 9 – Turvo. Cantinho das vendas do quilombo, 2022.



Fonte: Autoral.

Os jovens explicam que para essas famílias, na realidade da Rede, um pacote menor possui mais retorno que vender um pacote maior e mais caro, afinal, para eles em um pacote menor as pessoas gastam mais no que está agregado. O que agrega valor são os produtos e serviços que são fruto das tradições dessas famílias, por isso, segundo eles “[...] as famílias começam a olhar para o que eles fazem de modo diferente, agora eles valorizam”. Segundo os jovens, representantes da iniciativa, as famílias da Rede começaram não apenas a fazer produtos para vender, mas a saber o que valorizar dentro da sua cultura, a fazer produtos que façam sentido para essas famílias, que foram elas mesmas que fizeram, com os recursos locais, com a sabedoria passada de geração para geração, segundo os entrevistados.

As famílias dos descendentes de ucranianos servem comidas tradicionais que antes não eram vendidas separadamente para os turistas e visitantes, hoje

[...] tudo que é servido no cardápio está embalado, em embalagens de tamanhos diferentes, em um lugar bem visível. A refeição, na localidade, custa 30 reais e o pacotinho custa 40 reais e os turistas levam tudo, se sobrar algo no buffet ela embala e eles levam [...] teve uma pintora que o pessoal levou 5 quadros dela num roteiro. Ela ia levar uns 2, 3 meses para vender (Informação verbal).

Segundo os relatos das famílias que participam da iniciativa, elas recebem em um dia de trabalho com o turismo a mesma renda que levam um ou dois meses na propriedade “[...] o sítio é para subsistência, por isso vão perdendo espaço para as grandes fazendas. Então a Dona Maria dobra a renda do pequeno sítio. Teve um final de semana que deu 1.500 reais”. Em entrevista, Dona Maria afirma que ela e o marido trabalham com a criação de pequenos animais, mas a fonte de renda principal é do esposo que trabalha na cidade e, que é complementada pelos artesanatos e produção de pães e doces feitos por ela. A renda melhorou com a chegada do turismo. Não só para ela, mas para os filhos que moram em outras propriedades, e na cidade, e vão para o sítio aos finais de semana ajudar nas preparações e na recepção dos turistas e visitantes.

Dona Maria afirma que tudo começou quando os jovens da iniciativa foram até a propriedade dela para pedirem autorização para passar pela área com os turistas e, a partir desse momento, começaram a conversar sobre a possibilidade de servir um café na casa da família. Posteriormente, o café evoluiu para um almoço “tropeiro” e, hoje a Dona Maria, seus filhos e seu esposo estão todos envolvidos com as atividades na propriedade relacionadas ao turismo servindo café da manhã, almoço e ou café da tarde, tudo fica a critério dos jovens que organizam os pacotes e das demandas dos turistas [...] fazemos virado de feijão com linguiça, arroz carreteiro, salada e suco natural. O café caipira tem bolacha, bolinho, sonho, pão integral, pão branco e broa”. Além das refeições Dona Maria vende os produtos que oferece durante as visitas como as compotas doces, bolachas, pães e seu artesanato e, ela afirma que decidiu participar “[...] porque gosto do contato com o público e gosto de conversar e ajudaria na renda, mas o principal é tá em contato com as pessoas, receber, eu me sinto bem”.

A exclusão de determinados grupos sociais dos pequenos municípios da economia vigente impulsiona um movimento de reinserção por meio de economias alternativas. Portanto, é possível identificar aposentados, jovens, mulheres, comunidades tradicionais, entre outros, que se dedicavam a trabalhos que deixaram de ter valor, ou que não encontraram outras

oportunidades, buscar o turismo como fonte de renda alternativa. A reinserção, via turismo, se faz, nesse contexto, também por via das economias populares, que propicia a criação de iniciativas de turismo com base na comunidade local, que surgem como uma saída para a permanência no território (Cielo; Gago; Tassi, 2023).

Seguindo com suas características gerais, sobre a origem dos turistas/visitantes, o público das famílias da Rede é proveniente principalmente de Guarapuava (que representa em média 80% do total) e, de outras cidades paranaenses como Curitiba e Maringá, segundo os jovens “[...] nosso público é local e regional (num raio de 250km). Vem gente de outros Estados e países, mas é uma porcentagem pequena, estava crescendo muito no pré-pandemia, estávamos tendo um crescimento de 12% ao mês”. Sobre o período pós-pandemia a média de turistas e visitantes tem oscilado muito, conforme os entrevistados, ainda não está normalizado. Sobre os meses de maior fluxo, antes da pandemia o melhor deles era outubro por ser um mês mais quente. Com relação ao período de menor fluxo o inverno é mais fraco, porque a busca por natureza e esportes aquáticos cai muito conforme os entrevistados, nesse período o enfoque fica mais nos passeios culturais. Sobre a permanência dos turistas e visitantes, antes da pandemia a maior parte do público (em média 83%) era de um dia, com poucos pernites no município.

Para o público que pernoita no local a Rede possui parceria com o único hotel do município para grupos maiores que procuram as amenidades dos hotéis das cidades, segundo os entrevistados “[...] o hotel é confortável, mas é uma parede branca que toda cidade tem”, o hotel, porém, é o local mais preparado atualmente para receber o maior público da Rede que são os idosos. Outra opção de hospedagem é o casarão histórico de uma das famílias que possui oito quartos e é uma proposta mais voltada para grupos de famílias. O banheiro do casarão é compartilhado, fato que é um desafio quando a Rede hospeda no local grupos diferentes. Há ainda a opção de *camping*, mas segundo os entrevistados “[...] o *camping* é um público pequeno, mas que está aumentando depois da pandemia, porém, ele não dá muito retorno e acaba não valendo muito a pena para as famílias”. A sede da Rede também é uma opção de hospedagem com quartos com banheiro e, onde acontecem muitas das refeições e atividades dos passeios, com área capaz de receber grupos grandes e que abriga a cozinha, os banheiros e uma loja colaborativa da iniciativa. A sede da Gralha Azul não faz parte do patrimônio de toda a comunidade sendo de propriedade de apenas uma das famílias, mas que é utilizada de forma compartilhada.

Na sede acontecem eventos grandes como as Caminhadas na Natureza e atividades como rapel, *cascading*, voo de *paratrike*, tirolesa, e etc. Outras atividades são oferecidas com as famílias e comunidades espalhadas pelo município como boia *cross*, *aquatrecking*,

exploração de cavernas, trilhas e etc. Além do turismo de aventura (que é a marca da Rede) e o ecoturismo, os serviços e produtos não se limitam a esses segmentos. O turismo rural e o turismo cultural aparecem com muita força na iniciativa em razão da diversidade étnica da localidade. No campo existem comunidade indígenas, quilombolas, descendentes de ucranianos, italianos e outros. Nesse sentido, há uma riqueza cultural que é compartilhada com os turistas e visitantes por meio de experiências gastronômicas (existem mais de 10 cardápios oferecidos pelas famílias), atividades em museus familiares, festas e modos de produção tradicionais, entre outros. Tudo que é oferecido é do local, poucas coisas vêm de fora e “[...] as vezes entra algo de fora porque alguém pede, não gostamos de vender industrializados, mas se pedirem a gente oferece”. A Rede sempre prioriza os empreendedores e os produtos locais, em dias de festa, são fechadas parcerias com empresas locais, a exemplo, a cervejaria artesanal do município.

A divulgação da Rede é feita principalmente pelo “boca a boca” e é por meio dela que se efetivam a maior parte dos pacotes. Depois do “boca a boca” estão as redes sociais que desempenham um bom papel, segundo os entrevistados. Outras parcerias ajudam a divulgar os produtos e serviços da Galha Azul e trazem grupos de turistas para o município como a parceria com as agências emissivas especialmente de Curitiba. As agências emissivas, segundo os jovens, rendem mais que a venda direta. Quando há o contato de grupos interessados a Rede monta um pacote de acordo com o interesse do grupo que geralmente é composto por 30 a 40 pessoas.

Sobre as parcerias, os representantes da Rede afirmam não possuir nenhuma parceria externa específica para o turismo. Não existem acordos ou auxílios no âmbito técnico e financeiro para auxiliar nas demandas da iniciativa. A parceria que acontece na Rede é propriamente a parceria interna entre as próprias famílias e os jovens idealizadores da proposta. Conforme os relatos dos entrevistados, algumas ações são realizadas com a prefeitura e a Instância de Governança do Turismo da região, mas nada que seja uma parceira forte e que contribua de forma significativa para Galha Azul.

As formas de se organizar, os recursos provenientes do patrimônio comunitário, as parcerias, os recursos financeiros advindos do próprio núcleo familiar, dentre outras questões ligadas a economia local do turismo, que se constrói de forma diária, baseada nas vivências locais e nas saídas, até mesmo improvisadas que as comunidades vão encontrando nos pequenos municípios periféricos, vão atribuindo a eles um contexto de resistência ao turismo convencional e ao modelo econômico hegemônico. Assim,

A invenção de formas de produção e circulação, que envolvem a gestão de subsídios estatais, a invenção de empreendimentos produtivos, a montagem de dinâmicas autogeridas com formas de empreendedorismo popular, a interseção de trajetórias migratórias com modos de comércio justo e a adaptação de uma inserção laboral descontínua em setores pré-existentes, mas sob processos de forte transnacionalização e informalização (têxtil, por exemplo), organiza formas muito diferentes de disputa, negociação, exploração, cooperação e luta (Cielo; Gago; Tassi, 2023)⁴⁶.

A diversificação da economia local por meio do turismo busca promover nos pequenos municípios saídas para a reinserção econômica e, por meio do TBC, busca essa reinserção sem perder sua identidade local, conectando-se com o global, porém, sendo resistência ao modelo que promove sua supressão. Os pequenos municípios precisam promover suas economias locais com base em seu patrimônio local como forma de se proteger de pressões externas que expropriem os grupos sociais locais de seus territórios por diversas vias. As economias dos pequenos municípios demandam de negócios locais que sejam viáveis, baseados na propriedade local, que ofereçam oportunidades para os residentes, desenvolvendo sua resiliência (Knox; Mayer, 2013).

5.4 Indicador: Cultural

Com o esvaziamento das pequenas localidades, vão embora as pessoas e tudo o que foi construído na relação com o local. O território usado esvazia-se e, dessa forma, esvaziam-se os modos de viver e produzir que foram e são relevantes para a produção da sociedade. As ruínas de um passado podem virar atrativo para o turismo, de um lugar que já existiu, como tantos, que foram esvaziados pelos motivos mais diversos, geralmente relacionados a povos que foram dizimados em nome da civilização moderna. É preciso pensar em um turismo, que se baseie na diversidade antes do esvaziamento (Max-Neef, 2005).

Não falamos apenas do esvaziamento material, propriamente dito, mas também do esvaziamento que mercantiliza as comunidades e transforma o lugar em um não-lugar (Carlos, 1999). Na medida que encontramos ferramentas que possam contribuir para o resgate e fortalecimento dessas histórias em pequenos municípios, delas podemos lançar mão, afinal

⁴⁶ “*Inventar formas de producir y circular, que implican gestionar subsidios del Estado, inventar emprendimientos productivos, ensamblar dinámicas autogestivas con formas de empresariado popular, intersectar trayectorias migrantes con modos de comercio feriante y adecuar una inserción laboral discontinua en rubros preexistentes pero bajo procesos de fuerte transnacionalización e informalización (textil, por ejemplo), organiza formas muy distintas de disputa, negociación, explotación, cooperación y lucha*” (Cielo; Gago; Tassi, 2023, p. 36).

“Parece-me tremendamente importante que nesta matéria tenha-se claro a concepção do conceito de desenvolvimento em relação ao turismo, em que o turismo comunitário descubra a diversidade ex-antes e faça o possível para que se mantenha e não se desmorone” (Max-Neef, 2005, p.14).

Durante o trabalho com os resultados identificamos pontos que foram compreendidos como relevantes para compreender os indicadores culturais coletados em campo. Nesse sentido, abordaremos aqui, algumas reflexões que apontam para as contribuições do TBC para o desenvolvimento de pequenos municípios/localidades. Trataremos a respeito de efeitos que emergiram nas análises relacionados ao resgate, fortalecimento e renovação das tradições locais; da relação solidária entre turistas/visitantes e as comunidades; da compatibilidade entre o TBC e o modo de vida e produção e das alterações na paisagem que ocorreram após a chegada do turismo nesses municípios.

Em Altônia, as famílias que fazem parte do “Caminho das Paineiras” participam do projeto de turismo como uma forma de fortalecer a identidade local, especialmente ligada à produção do café e, tudo que se relaciona a ela e a vida no campo. Para um dos entrevistados “Nós gostamos e sentimos orgulho da nossa história e o turismo é uma saída pro município”. A tentativa de resgatar a história e fortalecer os modos de vida e produção atuais, em Altônia, parece ter um objetivo claro e maior para os comunitários que é repensar a imagem do município ligada ao tráfico de drogas e a violência. Os entrevistados afirmam que Altônia tem sido lembrada pela relação violenta estabelecida por meio desse contexto e, os comunitários afirmam que “A gente quer mostrar as coisas boas de Altônia. Antes ela era a rainha do café e hoje do limão, mas quando perguntamos para as crianças elas disseram que conhecem Altônia pelo “cigarro”. Então a gente quer mostrar que não. Que Altônia é um lugar bom e bonito.”

Fernandes (2017) esclarece que a ideia de uma vida tranquila e pacata está ligada as pequenas cidades, porém, esse ideário não tem mais se materializado. Os números relacionados à violência e a sensação de insegurança, têm crescido nessas localidades. Altônia é um desses casos, mas o que nos chama a atenção é que, embora o estigma da violência tenha crescido sobre o município, a localidade é procurada pela população regional para viagens relacionadas ao lazer (Fernandes, 2017). Esse dado nos direciona para uma reflexão de que o turismo pode ser uma ferramenta de reconstrução da imagem de um destino. Mais que isso, pode ser vetor de ressignificação por parte de seus habitantes que voltam seu olhar para aquilo que fortalece o pequeno município baseado em sua cultura local. Reforçamos aqui, a relevância do TBC como estratégia de comunicação social para as comunidades locais (Sampaio, 2005), especialmente em pequenos municípios periféricos, que proporcionam a valorização de sua cultura.

No caso de Mariópolis a Festa da Uva e o “Caminho da Uva” são veículos de recuperação e fortalecimento das tradições locais. Atualmente o município não chega a sete mil habitantes e, conforme o censo de 2022 a taxa de natalidade e de envelhecimento da população podem ser considerados um risco para a localidade que possui muita história para contar, dada suas contribuições sociais. Em Mariópolis estabeleceram-se os migrantes gaúchos e a produção da uva e seus derivados foi a base para a continuidade da vida. A constante queda e envelhecimento da população colocam em risco sua história.

E é justamente essa história, esse modo de produção da uva e o modo de vida construído entorno dela que chama a atenção de turistas e visitantes. Segundo os entrevistados “O turismo ajuda as pessoas a aprenderem sobre a nossa história. Na nossa casa morava o fundador de Mariópolis [...] nessa propriedade tinha uma igreja que é hoje nossa capela [...] a cidade era para ser aqui, depois mudou para onde é hoje e nós preservamos toda a história do município aqui”.

Um dos elementos-chave do TBC é o intercâmbio entre comunidade local e turistas/visitantes. A troca de conhecimento para a promoção do respeito as diversidades é fundamental para o turismo, mesmo em outros modelos de gestão, em tratando-se do turismo de maneira geral. Para o TBC, esse elemento é indispensável na medida que esse intercâmbio funciona para resgatar, fortalecer e renovar as tradições locais bem como dissemina conhecimento, tão relevante para a construção do respeito entre os diferentes. Turistas/visitantes aprendem com as comunidades e as comunidades aprendem com eles, em uma troca que garanta o fortalecimento e ao mesmo tempo a evolução do conhecimento, que se concretiza no “encontro” (Irving, 2009) e na ajuda mútua (Kropotkin, 2009).

A história dessas comunidades é contada, por meio do seu trabalho, do modo como produzem e, a troca com os turistas/visitantes que ocorre durante a vivência com os membros comunitários. Para os entrevistados, os turistas/visitantes são curiosos e interessados “eles sempre perguntam de tudo, como é o processo da produção da uva, colheita, fermentação, como faz o vinho doce, outros tipos de vinho [...] tem moça de 20 e poucos anos que não conhece parreiral”. Os agricultores afirmam que a festa e o caminho reforçaram a cultura de vida e produção entorno da uva e esse intercâmbio é motivo de orgulho, afinal, houve muita dedicação e aprendizado na produção da uva “[...] e ver a propriedade no estágio que está e o trabalho que a gente fez sendo mostrado para pessoas de fora”. A casa construída em 1964 (Figura 10) por uma das famílias, é hoje um dos pontos turísticos mais procurados pelos turistas/visitantes, conforme os entrevistados.

Figura 10 – Mariópolis. Casarão de 1964, atrativo turístico das comunidades do “Caminho da Uva”, 2022.



Fonte: Autoral.

É durante a visita da propriedade que a família conta a história da casa que foi construída após a sua chegada. Durante 30 dias, todos os familiares dormiram no paiol, com 12 filhos, até conseguir mudar para a casa do antigo morador e, finalmente construir a casa que atualmente é dos avós. Esse patrimônio local, é valorizado pelo turismo e democratiza o passado cultural (Timothy, 2021). O processo compreendido como democratização do patrimônio é entendido como uma resposta a proteção de patrimônios elitistas que preservaram obras “da humanidade” voltadas para uma ideia eurocêntrica ou baseada no Norte Global. Como resposta a esse cenário “[...] no último quarto de século, tem havido um alargamento da narrativa sobre o patrimônio, como forma de dar poder a grupos destituídos de poder e de contar uma história mais equilibrada” (Timothy, 2021, p.35, tradução nossa). Não só uma história mais equilibrada, mas a história real, especialmente de povos de imigrantes e de comunidades tradicionais que ficaram à margem dos processos de desenvolvimento.

Em Pinhalão as mulheres do café, também se sentem orgulhosas em dividir não só a forma como se produz o café, mas a rotina da família entorno desse trabalho. Uma das cafeicultoras recebe os turistas em casa e os hábitos diários da família, desde o café da manhã

até o café após o jantar é dividida. Segundo uma das cafeicultoras “[...] a gente come junto, anda junto pela propriedade e eles querem conhecer nossa história, como a gente trabalha, já chegamos a fazer amizade com os visitantes que conversamos até hoje, com pessoas diferentes que a gente nunca tinha visto”. A técnica do IDR afirma que todo o modo de vida que envolve a produção do café é motivo de orgulho para as agricultoras e as famílias e o desejo delas, segundo elas próprias é “[...] mostrar o que a gente tem de bom, compartilhar e não guardar só para gente. A gente tem que compartilhar”.

Luciana, técnica do IDR, afirma que algumas tradições foram resgatadas com o turismo, especialmente, na questão da alimentar. Segundo Luciana,

As agricultoras buscam oferecer comida caseira, típica rural. Quando eu era criança eu comia carne na lata, e fui comer outra vez na Marilena, e elas viram valor nisso que os turistas gostam. Então a gente estimula muito o que é do local. Nós não servimos refrigerantes, mas os sucos naturais da propriedade. O primeiro casal de visitantes foi na Rosa, e tomaram café com bolo de mandioca que era da propriedade produzida pelo marido. A turista falou que o que ela mais gostou foi a comida ser local que não tem em roteiros famosos que ela já foi (Informação verbal).

Reforçamos a valorização das tradições locais, referentes aos modos de se alimentar e se relacionar com o alimento, partindo das comunidades locais, que não os mercantilizam, tornando-os produtos sofisticados a serem comercializados em uma lógica deslocada da rotina local, servida em restaurantes sofisticados ou em locais que já não há uma relação genuína da comunidade com o momento da alimentação (Woortmann, 2006). Por esse motivo, as comunidades, por meio do TBC, colocam em evidência seus modos de vida de maneira a fortalece-los e, tornar possível sua reprodução para que não ocorra um processo de desaparecimento ou até mesmo mercantilização da sua cultura. Cabral e Teixeira Junior (2020) compreendem que a presença da comunidade local é indispensável no processo de compreensão da cultura alimentar de um povo, visto que são eles os intérpretes dessa cultura.

Em Sapopema além da troca na mesa de refeições da família, ela acontece também ao redor da fogueira (Figura 11). Para a família esse é um dos seus maiores legados, fazer amizades com os turistas/visitantes, segundo eles “passou do portão faz parte da família”.

Figura 11 – Sapopema. Fogueira dos “encontros” onde turistas/visitantes sentam junto com a família, 2022.



Fonte: Autoral.

Na área de convivência da fogueira, a família conta que a troca cultural é grande. A família senta com os turistas/visitantes e conversa com eles e eles entre si, as pessoas tem a oportunidade de se conhecer melhor e fazem trocas sobre tudo. Para a família [...] Às vezes a gente fica até inibido, não sabe como conversa com gente que é muito diferente, porém, ninguém precisa ser igual, basta ter respeito”. Além disso, a família sente que “[...] o pessoal tá carente de conversar. O pessoal chega aqui e quer conversar muito”.

Para eles a base da relação com os turistas/visitantes está na confiança. Os entrevistados contam que deixam uma prancheta ao lado do refrigerador e da prateleira de produtos. O turista/visitante se serve, anota o que pegou e ao final da estadia paga o que consumiu. Eles afirmam que nunca tiveram problemas, mas têm histórias para contar

Já teve gente de pegar cerveja e não anotar, mas eu fiquei observando, eu não vou cobrar a honestidade dele, eu tomo prejuízo, mas não cobro. Aí ele perguntou para mim: tem câmera? Eu disse tem! Aí ele perguntou onde? Eu disse tá aí (apontou pro peito dele). Aí ele disse que tava querendo me dar uma volta (Informação verbal).

Acreditamos que as relações de troca se estabelecem com maior profundidade quando se trata de uma troca que parte de quem de fato constrói seu modo de vida e produção. Ao tratar da sociabilidade Endlich (2006) promove reflexão sobre os pequenos municípios que têm a sociabilidade como um atributo. Baseado nisso, observa-se uma demanda de turistas que procuram os pequenos municípios e, especialmente os modos de vida baseados no campo para estabelecer e/ou reestabelecer um contato com essa sociabilidade cada vez mais escassa na cidade, afinal, “No ambiente urbano, a sociabilidade tende a se concretizar com relações criadas no meio profissional, resultante das atividades econômicas, diferenciadas daquelas fundamentadas na amizade, no companheirismo e de base familiar” (Endlich, 2006, p. 162).

Os pequenos municípios têm como atrativo, o que lhes é característico, uma vida baseada em relações mais sólidas que vêm se desfazendo em uma sociedade cada vez mais baseada em relações efêmeras, mas que possui saídas para esse cenário, como a busca pelo cuidado mútuo e novos modelos de organização social (Bauman, 2011). Modelos de vida comunitária podem ser revisitados e valorizados para auxiliar a sociedade em um processo de repensar o modelo atual. As comunidades tradicionais, a exemplo, têm muito a contribuir com esse cenário. O TBC, se coloca como uma das ferramentas para auxiliar na autoestima dessas comunidades, que, de muitas formas tem a contribuir para uma mudança de inúmeros paradigmas sociais.

Os povos tradicionais, estão se apropriando desse modelo de gestão para reafirmar sua história. No Turvo, a iniciativa Gralha Azul, trabalha com povos tradicionais quilombolas e indígenas e, a história desses povos tem sido contada para os turistas/visitantes, de modo a ser resgatada, fortalecida e renovada. Dentre os pacotes oferecidos pela Gralha Azul, um deles, é formulado especialmente na Terra Indígena Marrecas do povo *Kaingang*. Um dos jovens explica que a relevância do turismo como ferramenta de intercâmbio também está no resgate e fortalecimento de tradições que vão se perdendo ao longo da história

[...] eu vejo um exemplo nítido nos roteiros culturais, principalmente indígenas, que hoje eles não caçam mais, mas eles sabem técnicas muito avançadas de caça. Os mais antigos sabem fazer e fomos resgatando para mostrar pros turistas. Se não caçam mais, eles não fazem mais. Os jovens não sabem mais fazer, então com o turismo eles resgatam pros turistas e acabam fazendo e resgatando para comunidade. As crianças indígenas hoje sabem fazer, ficam brincando antes dos turistas chegarem [...] na casa de reza, as mulheres vão para lá preparar a comida, só esse fato você valoriza esse momento. Havia mulheres que já não participavam mais, e agora tão chegando, participando e aprendendo (Informação verbal).

Além do resgate de tradições a descoberta e redescoberta de sua própria relevância pelos povos étnicos é um efeito que aparece nas iniciativas levantadas. Segundo os jovens, os povos passaram a se reconhecer como importantes e, esse fato, foi promovido e fortalecido por meio do turismo. A evolução das mulheres do quilombo como indivíduos, é motivo de orgulho para a Rede, uma delas não conseguia falar e hoje concede entrevistas na TV e conversa com os turistas com desenvoltura, uma das jovens que ajuda a liderar a visita no quilombo, segundo os representantes da iniciativa “[...] tem vergonha de falar, mas certa vez quando cheguei no rio ela já tava explicando toda a história de lavar roupa com sebo de carneiro e cinza sozinha, ela já tá se desenvolvendo”.

A própria maneira de falar e escrever tradicional passa a ser motivo de orgulho para a comunidade. Um dos jovens afirma que as mulheres de uma das famílias tinham vergonha com relação a forma que ela escrevia os rótulos nos doces preparados no local. Atualmente a palavra “docê” nas compotas é motivo de orgulho e passou a ser uma marca das mulheres da comunidade. Durante as observações de campo, uma das mulheres quilombolas explicava para um grupo de mulheres a produção da cerveja artesanal no quilombo com o lúpulo crioulo. As turistas se interessaram pelo lúpulo e a quilombola aprofundou a explicação para uma aula de como ocorre o cultivo do lúpulo crioulo e, no final, as sementes foram doadas para as turistas/visitantes. Esse contato com o modo de produção das comunidades locais, especialmente em pequenos municípios, transforma a vida de indivíduos que se sentiam isolados e passam a se orgulhar de toda uma tradição. O turismo é relevante para as tradições quilombolas na medida que revitaliza sua cultura “[...] além de fortalecer o sentimento de pertença de um povo orgulhoso de suas origens e tradições, sempre marcadas pelo espírito de solidariedade social [...]” (Teixeira Junior; Ferrari; Filippim, 2021, p. 25).

O resgate das tradições, seu fortalecimento e renovação, a busca pela particularidade do lazer, que ocorre em pequenas localidades, também se manifesta nos festejos locais que aproximam turista/visitante da comunidade local. Em Mariópolis, para um dos casais entrevistados, o turismo resgatou uma das festas mais tradicionais que é o almoço italiano realizado pelo Círculo Italiano de Mariópolis. Durante o almoço é servida a ovelha enfarinha feita por toda a comunidade. As comunidades têm convidado os turistas/visitantes e, os turistas/visitantes têm solicitado para participar das festas locais. Em Sapopema os membros do assentamento contam que a comunidade anualmente organiza a Festa da Capela de São Sebastião e agora a associação do assentamento organizou a primeira Festa Junina e a primeira cavalgada, segundo os entrevistados “[...] os turistas que tavam todos hospedados aqui com a

gente foram tudo para festa junto. Embolo todo mundo. A [...] não foi porque eles tinham que atender e chegaram só no final”. Observamos que

Felizmente, um número crescente de pessoas no Sul Global está abraçando e valorizando elementos do seu patrimônio comum e está cada vez mais os preparando para o turismo através de iniciativas de turismo rural de base comunitária [...] Estes esforços emergentes apelam a nichos de mercado especiais que desejam uma experiência verdadeiramente rural e autêntica no Sul Global e são indicativos de que algumas comunidades valorizam o seu patrimônio cotidiano, mesmo que o turismo de massas não o faça. (Timothy, 2021, p. 43, tradução nossa)⁴⁷.

O turismo nessas pequenas localidades, dessa forma, funciona como uma das ferramentas de resgate, fortalecimento e renovação das festas tradicionais, segundo alguns dos entrevistados, que funcionam para o lazer da comunidade e dos turistas/visitantes. Não só os eventos, mas também as visitas nas famílias e comunidades podem ser consideradas, inclusive, um fator de convívio social relevante, especialmente para idosos que estão sendo isolados nessas áreas e, com o turismo passam a ter uma oportunidade de socializar e ter momentos de lazer.

Marilena em Pinhalão, explica que receber os turistas em casa para ela também é

[...] lazer porque eu gosto de falar, eu gosto de mostrar, eu não sinto como trabalho. Eu me divirto junto com o turista. Eu faço porque eu gosto muito. O pessoal as vezes brinca que tem que pagar para me visitar, mas para amigos eu não cobro. Mas eu explico sobre o café cobrando, ou não, porque é o que eu gosto. Eu gosto de cozinhar. Eu adoro cozinhar para pessoas (Informação verbal).

Seja em Mariópolis no gramado da casa da família, em frente ao parreiral, tomando chimarrão, comendo broa de fubá com café; ao redor da fogueira em Sapopema ou ouvindo o Antônio tocando sanfona no Turvo, a convergência dessas iniciativas é que os membros da comunidade compreendem que o turismo é um negócio, um trabalho que traz retorno financeiro para a família. Compreendemos, sobretudo, que ele contribui para a autoestima comunitária, de

⁴⁷ “Thankfully, increasing numbers of people in the Global South are embracing and treasuring elements of their ordinary heritage and are increasingly packaging them for tourism through community-based rural tourism initiatives. If kept at an appropriate scale and locally governed, such efforts have the potential to support the principles of sustainable development. Slowly, such perspectives are beginning to supplement the grandiose views of heritage found in much of the developing world. These emerging efforts appeal to special niche markets that desire a truly rural and authentic experience in the Global South and are indicative of some communities valuing their everyday heritage, even if mass tourism does not.” (Timothy, 2021, p. 43)

peessoas que vivem em pequenos municípios, e esse ponto é tão relevante quanto o retorno financeiro.

O orgulho das tradições e a conversa que dura muito tempo com os turistas/visitantes é também um momento de lazer para a família que acaba se confundindo e invertendo a ordem hegemônica do tempo livre e tempo de trabalho, até porque nas palavras deles “[...] é um trabalho, mas a gente acaba se divertindo porque cada um que vem aí conta uma história”. A troca das histórias é um dos exemplos que faz do TBC ser um modelo de gestão baseado na solidariedade social que mantém vivos os diferentes povos, especialmente aqueles que estão em pequenas localidades periféricas, com risco de desaparecimento.

Contudo, levantamos aqui, um sinal de alerta que nos preocupa. Embora os entrevistados tenham alegado que o turismo também passa a ser um momento de lazer, devemos ter cuidado ao refletir sobre esse ponto e ao contribuir no planejamento do turismo nessas localidades. Não devemos cair no risco de mercantilizar o lazer de grupos sociais, que buscam alternativas de renda, com o falso discurso de que se trata de um modelo alternativo de desenvolvimento. Estaríamos, nesse sentido, apenas utilizando mais uma forma diferente do sistema hegemônico em violar os direitos humanos (Harvey, 2004) em que o fenômeno de um turismo predatório, por exemplo,

[...] está associado à obrigação de usar vestuário tradicional (trajes tradicionais), de utilizar métodos de cozinha que já não são usados (cozinhar em panelas de barro) e de se dedicar a atividades que podem não ser a primeira escolha de alguns (fazer artesanato) porque não geram os mesmos benefícios econômicos ou satisfação pessoal que outros ofícios lhes permitiriam obter (Camargo; Arcken, 2004, p. 62, tradução nossa).⁴⁸

Porém, a busca pelo equilíbrio na relação comunidade local e turistas/visitantes para ser compatível, precisa atender alguns limites. Exemplo disso, é a família em Mariópolis que precisou colocar uma corrente na entrada da propriedade, que sempre foi aberta, com uma placa de horários para a visita. Isso porque, o fluxo durante a Festa da Uva aumentou expressivamente e a família passou a ser surpreendida por turistas/visitantes que chegavam na propriedade em horários inesperados. O que precisa ser posto em evidência é o incômodo dos locais quando os turistas/visitantes ultrapassam as barreiras da comunidade que muitas vezes

⁴⁸ [...] *el fenómeno se asocia con la obligación de usar una vestimenta tradicional (trajes típicos), aplicar métodos de cocción en desuso (cocinar en ollas de barro), y ocuparse en actividades que tal vez no serían la primera opción de algunos (elaboración de artesanías) por no generar los mismos beneficios económicos o satisfacciones personales que otros oficios sí les permitirían obtener.* (Camargo; Arcken, 2004, p. 62).

não são visíveis em um primeiro momento, mas que posteriormente precisam ser mais tangíveis para evitar problemas para as famílias.

O TBC apresenta-se como ferramenta de valorização da cultura local (Irving, 2009; Fabrino 2016; Lima, Irving, Oliveira, 2022) e, portanto, demanda que o turismo seja compatível com o modo de vida e produção das comunidades locais. Significa dizer que o turismo que ocorre junto as comunidades não interfere de maneira a descaracterizar e trazer efeitos negativos que causem alterações no dia a dia local.

As visitas agendadas, provavelmente, permitem estabelecer limites em pequenas localidades para que não haja uma massificação predatória do turismo e que o cotidiano da população residente não seja negativamente afetado. Em Mariópolis os viticultores têm procurado estabelecer agendamentos de grupos de turistas e visitantes, muito embora durante os períodos da Festa da Uva seja um desafio organizar o número de turistas que chegam ao mesmo tempo nas propriedades. Eles recebem, por ocasião dessa festa, em média de 30 a 40 pessoas simultaneamente.

Segundo os entrevistados, durante a festa a demanda de trabalho é muito intensa para eles, e significa grande parte das vendas da produção de uva. A época da colheita também é outro momento de intenso trabalho para as famílias que precisam estar organizadas para receber turistas/visitantes e se dedicar ao trabalho. Sobre esse tema, o técnico do IDR explica que “[...] a uva de mesa é diferenciada, pois precisa ser mais bonita, então, existem as épocas que não podem receber visita pois com a sazonalidade da uva e do trabalho fica difícil. Mesmo assim tem muitas famílias que se organizam para receber e trabalhar na uva ao mesmo tempo”.

Durante as entrevistas, percebemos que o fato de receber turistas/visitantes, ao mesmo tempo que trabalham com a produção da uva, ocorre porque nessas comunidades a visitação ainda é muito espontânea, mesmo que procurando organizar grupos agendados. Porém, quando questionados se o turismo é compatível com o modo de vida e produção, os viticultores afirmam que sim. Eles explicam que estão preparados para isso e esse trabalho ocorre apenas na temporada (fim de dezembro a fevereiro). Sobre isso elas afirmam que “[...] sim, porque mesmo tendo várias atividades na propriedade quando vem muita gente eles agendam e a gente se organiza e no verão a gente tá voltado só para isso. Tem gente que quer que a família inteira esteja para conhecer e conversar então a gente se organiza”.

Muitas famílias da comunidade adotaram a prática de colhe e pague, em que eles deixam os turistas/visitantes livres no parreiral colhendo as uvas, pesando e o pagamento é feito ao final. Para eles, esse cenário cria um contexto de confiança entre eles “[...] os visitantes são muito respeitadores, nunca tivemos problema com ninguém, nunca estragaram nada e nem

fizeram alguma coisa que a gente não gostou”. Essa prática ainda é discutida entre os agricultores pois muitos deles explicam que a uva é muito sensível e se colhida da maneira errada ou se um cacho sofre algum dano e compromete toda a fruta.

Para as cafeicultoras de Pinhalão, o turismo é compatível com seu modo de vida e produção, desde que seja organizado e o agendamento dos grupos é fundamental para isso. Para a técnica do IDR o turismo é compatível justamente porque oferece o modo de vida e produção do café, em que os turistas/visitantes acompanham o dia a dia das cafeicultoras. Para Marilena, a época da colheita é de muito trabalho, pois, o trabalho triplica porque “[...] eu preciso dar conta do café e dos turistas porque eles vêm bem nessa época para acompanhar a colheita e ver como é, porém, eu me organizo muito bem e planejado e dá tudo certo porque eu gosto muito de receber”. O terceiro turno, segundo a cafeicultora é o de dona de casa. Para Rosa as visitas acontecem geralmente aos finais de semana e ela explica que “[...] tem gente que já veio domingo de manhã. Você quer descansar, mas a gente se diverte também e duas horas não é muita coisa então é tranquilo. Sendo agendado a gente se organiza e se prepara então dá tudo certo”. A matriarca da família, ainda deixa claro que sábado pela manhã a família se dedica a religião e por isso o período não fica aberto às visitas na propriedade.

Passando pelos parreirais, pelos cafezais, pelas águas de Altônia, os picos de Sapopema e as comunidades étnicas do Turvo, a organização para o agendamento de grupos é uníssona. A compatibilidade reside na capacidade de receber e, cada iniciativa está experienciando, aprendendo e construindo seus próprios caminhos sobre quais são as fronteiras entre o turismo e seu modo de vida e produção. A capacidade que cada uma tem em receber os turistas e a elasticidade disso é uma preocupação e uma decisão da comunidade.

Com os levantamentos e observações percebemos que as famílias não se interessam em ampliar os limites da sua capacidade para receber mais turistas/visitantes mesmo recebendo mais para isso. É claro que, nesse ponto, nem todos concordam, o que é natural, devido a diversidade e as divergências de ideias. O que se está estabelecendo, no entanto, nas comunidades que pesquisamos é de fato um turismo mais voltado para a experiência local, o contato mais direto com a comunidade, privilegiando o intercâmbio e, se limitando as suas vontades e possibilidades.

Além do agendamento, em Sapopema, os limites que estão sendo construídos pela comunidade também estão relacionados aos modos de vida. Em razão do município ser mais forte nos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, o público é mais jovem e o encontro de diferentes gerações impacta a vida de alguns agricultores mais velhos. Segundo uma das

famílias do assentamento São Luiz, receber turistas/visitantes é um processo que eles ainda estão assimilando e aprendendo, pois

Sempre tem problema. Não é 100% perfeito. O primeiro desafio foi final de semana e feriado, abrir mão dos dias de descanso. Outro desafio foi quando abrimos, porque aqui era *camping*, uma coisa que foi um choque foi o pessoal consumir canabis aqui, a gente não criminaliza, quem somos nós para criminalizar. Aí a gente começou a impor os limites que fazem sentido para nós. Decidimos que na área de convívio não queríamos isso. Então com todo cuidado a gente conversa de um por um e pede para ir em locais mais reservados para isso e, além disso, tem limite de volume de som e tem horário de silêncio e os turistas sempre respeitaram (Informação verbal).

A comunidade ao estabelecer limites passa a exercitar sua autonomia. A definição do que se deseja e o que não se deseja nas localidades, embora ainda realizada de maneira mais espontânea e no âmbito do núcleo familiar, demonstra o exercício dos direitos da comunidade. As trocas ocorridas na associação de turismo do município e entre os vizinhos do assentamento permitem fortalecer os limites locais sobre o que a comunidade espera com o turismo. A valorização da cultura local e a construção de fronteiras sobre o que deve ou não estar à disposição do turismo é uma prerrogativa local.

Como resultado das relações dos grupos sociais e seu sentimento de pertencimento a uma comunidade, a paisagem torna-se parte e retrata a história desses grupos com o ambiente ao seu redor (Santos, 2006). Sobre as alterações na paisagem que ocorrem como implicação do turismo, as comunidades nos pequenos municípios estão em um processo de compreender até que ponto devem ir com as modificações. Muitas entendem que as modificações devem acompanhar o entorno e não serem completamente divergentes da paisagem local e que precisam acompanhar os limites estabelecidos pela comunidade em seus tamanhos e formas. Algumas mudanças precisam ser coletivamente pensadas para não descaracterizarem a comunidade na ânsia de receber mais turistas/visitantes e, inclusive, porque em muitas delas não se pode voltar atrás.

De maneira geral, das iniciativas que pesquisamos todas elas mudaram de alguma forma a paisagem de entorno em razão do turismo. Em casos específicos as alterações foram mínimas, por acompanhar os desejos de algumas famílias em manter a propriedade da forma como sempre quiseram e puderam. Em Mariópolis, a maioria dos agricultores alegam não terem feito muitas mudanças na paisagem de entorno. Segundo uma das famílias “[...] quando vem gente de fora você acaba caprichando mais na propriedade para ela tá mais bonita [...] A propriedade é para família, pro trabalho, para qualidade de vida e acaba ficando melhor pro turista. A gente

organiza porque gosta de ver tudo organizado e acaba ficando bom pro turista. As coisas se conciliam”.

Em Pinhalão as mudanças foram feitas atendendo um processo de planejamento para o turismo. A técnica do IDR alega que as alterações na paisagem local de fato não podem descaracterizar a comunidade, mas “[...] isso não nos permite ignorar as questões de organização da propriedade, pois tem que haver limpeza, cuidados. Então antes de colocar no roteiro tem que haver organização e planejamento. Não pode ser numa propriedade mal cuidada, sem o básico de agradabilidade pro turista”. No pequeno município as propriedades sofreram alterações relacionadas a limpeza, plantio de flores, pequenas pinturas e reparos que não afetassem o orçamento das famílias, que fossem financeiramente viáveis e tornassem o entorno “agradável” (nas palavras da técnica) para os turistas e visitantes.

Em alguns municípios as mudanças no entorno são mais visíveis aos olhos e significativas, porém, ainda acompanham certo grau, estabelecido pela comunidade, de não descaracterização do local, com a construção de hospedagens que não destoem e não causem efeitos negativos significativos aos recursos ambientais.

Levantando os dados relativos aos indicadores durante as entrevistas, um debate surgiu entre os jovens do Turvo da iniciativa Gralha Azul. Para eles, falar em alterações na paisagem, especialmente em locais onde residem grupos étnicos é muito delicado. Ao ofertar essa iniciativa, com produtos e serviços para o turismo é preciso tomar muitos cuidados para não perderem a sua característica. Para eles o limite das alterações é aquele que cada comunidade aceita e há que se tomar muito cuidado pois, gestores e turistas podem acabar influenciando na tomada de decisão de cada família.

Essa dimensão pode se perder na comunidade em si. Acho difícil definir um limite, acho que tem que se pensar ponto a ponto, e pensar, vou poder reverter? Que há limite é indiscutível, mas onde ele tá que é o ponto. É um trabalho em construção, eu particularmente eu não sei responder. Tudo o que a gente faz a gente pensa extremamente para não chegar até o limite, nós temos métricas, mas tem gente que tem métricas falsas e colocando limites sem ser compatível com a realidade. A gente faz essas reflexões pensando pontualmente no que aquilo ali vai transformar e depende da aceitação da comunidade e da família, nas comunidades tradicionais há um alinhamento maior em pensar em conjunto, agora os imigrantes europeus não aceitam nossa opinião e fazem por conta.

Nos pequenos municípios, a cultura irá imprimir na paisagem significados distintos de outras localidades, em razão da sua singularidade histórica, que irá ligar o passado ao futuro (Knox; Mayer, 2013). A paisagem particular de um pequeno município é resultado daquilo que

foi e é produzido pelos seus habitantes na sua relação com o entorno e “É sobre estes alicerces que os residentes contemporâneos são capazes de desenvolver uma identidade coletiva e um sentido de lugar” (Knox; Mayer, 2013, p. 67, tradução nossa)⁴⁹. A forma que a paisagem irá tomar parte de decisões locais e, partindo da ideia da autonomia das comunidades, deve ser pensada e definida a partir de seus desejos. O conhecimento a respeito dos limites que se pretende impor na expansão do turismo sobre a cultura que está impressa nessa paisagem é extremamente relevante para que a comunidade possa tomar decisões que se desdobrem em sentimentos de bem-estar e satisfação com o ambiente de entorno, em que o mesmo reflète a cultura local.

5.5 Indicador: Ambiente de entorno e relação com os recursos naturais

Os recursos naturais proporcionam uma vida feliz, saudável e com sentido e, os pequenos municípios possuem oportunidades em proporcionar aos seus habitantes uma relação mais estreita com a natureza (Beatley, 2022). Em razão da maior proximidade com o campo e, com as áreas naturais, os residentes de pequenos municípios possuem uma identidade socioespacial singular (Steinfuhrer, 2022). O trabalho, o lazer, os cuidados com a família, a relação com a comunidade molda-se nas proximidades e nas bordas das urbanidades e das ruralidades que, oportunizam aos moradores dos pequenos uma compreensão empírica da não dicotomia entre ser humano e natureza.

Essa relação estreita permite a construção de um caminho em direção a autonomia, proporcionada pela possibilidade de observar de perto e/ou manejar os recursos naturais. A autonomia, porém, começa com os acessos a serviços e estruturas básicas que viabilizam a vida e criam condições dos indivíduos e das comunidades em tomar decisões livres sobre seus destinos. Baseados nessas reflexões, procuramos identificar nos levantamentos de campo as condições entre a relação das comunidades e seu entorno para compreender se o TBC tem contribuído com os pequenos municípios em seus aspectos ambientais. Para tanto, trataremos aqui do acesso e condições dos serviços básicos; gestão dos resíduos; ações e condições de sustentabilidade; ações e efeitos da visitação; relação com os recursos naturais; mudanças do entorno; efeitos do turismo na sensibilização ambiental.

⁴⁹ “It is on these foundations that contemporary residents are able to develop a collective identity and a sense of place” (Knox; Mayer, 2013, p. 67).

Durante as entrevistas com os participantes observamos, de maneira geral, que as comunidades possuem acesso a água, energia elétrica, rede de esgoto (ou fossa séptica), telefonia e internet, entre outros serviços e estruturas básicas. Os entrevistados apresentaram maiores considerações a respeito da qualidade das estradas e no recolhimento dos resíduos sólidos para destinação adequada. Nenhum município possui sistema de recolhimento de resíduos nas comunidades residentes no campo.

Em Mariópolis as comunidades têm acesso facilitado pelas estradas as propriedades, pois, todo o caminho é asfaltado ou possui pavimentação com pedras irregulares. É o único município, dentre os que foram objeto deste estudo, que possui estradas asfaltadas na área rural. Sobre a segurança, uma das famílias afirmou que atualmente, diferente de quando chegaram no município, existe um sentimento de insegurança, mas afirmaram que esse sentimento ocorre em todo o lugar e não só ali.

Se para Mariópolis as estradas no campo são asfaltadas e com bom acesso, em Pinhalão a situação é diferente. Segundo os relatos dos entrevistados, quando chove o acesso é prejudicado, porém, existe a expectativa de que o município vai providenciar asfaltamento com pedras irregulares nos bairros de Matão e Lavrinha. Os entrevistados afirmaram também, que é necessário haver melhorias na rede de sinal para celulares e na internet na sede das comunidades.

Os serviços e equipamentos em pequenos municípios são escassos e, estão perdendo qualidade e quantidade cada vez mais (Endlich, 2017). Exemplo disso, é que ainda no Turvo, um dos entrevistados afirmou que a saúde não é muito boa “[...] porque o médico que atende na cidade só atende três dias na semana. Não é bom”. Sobre o acesso à comunicação, *internet* e telefone funcionam conforme a operadora. Alguns dos entrevistados no Turvo afirmam que as comunidades passaram a ter acesso a algumas inovações como o pix para facilitar, inclusive, as transações com os turistas. Sobre os resíduos sólidos para ela “[...] é complicado, eu queimo o lixo, mas tá errado, porém, não tem para onde ir. Os orgânicos vão para criação, e o que não dá eu levo para cidade. Não uso muita coisa industrializada que gera muito lixo”.

No assentamento de Sapopema o maior desafio era a escassez de água. O direito de acesso facilitado ao recurso natural só chegou ao assentamento em 2020, quando a comunidade se reuniu para reivindicar junto a prefeitura acesso a água potável. Os moradores relatam que

Tiveram épocas que contamos 105 dias puxando água na caminhonete para nós e pros vizinhos. Aí a comunidade se juntou e reivindicamos água. Aí a prefeitura se juntou a nós, a Sanepar que deu o material. A prefeitura trouxe o trator e a comunidade ajudou a enterrar os canos (Informação verbal).

Quando se falou sobre o recurso natural da água com as comunidades locais que participaram deste estudo, a reflexão sobre sua escassez apareceu em todas as entrevistas. Isso porque, o trabalho de campo aconteceu em meados de uma das estiagens que afetou o país no ano de 2021. No município do Turvo, a exemplo, um dos participantes descreve que

[...] na comunidade a maioria usa mina de água, duas famílias só que tem poço artesiano. Na estiagem falta água pro gado, para consumo, aí as vezes as famílias tem que buscar água. A gente tem reivindicado, no centro comunitário que tem que plantar mais árvores nas nascentes para recuperar as minas. Com a estiagem grande, não veio mais água da mina. Nós (o entrevistado e a esposa) pegamos um dinheiro que era para outra coisa e mandamos fazer um poço semiartesiano. O custo foi alto, mas água é vida e saúde, aí mandamos fazer (Informação verbal).

O debate que surgiu em razão da escassez de água está ligado a relação das famílias com os recursos naturais, mais especificamente, a dependência que essas comunidades têm desses recursos para a reprodução dos modos de vida e produção. Segundo a cafeicultora Marilena de Pinhalão “[...] o cafezal precisa que o tempo ao longo do ano seja regular (chuva na quantidade e época certa, frio na época certa e quantidade certa, calor e sol na quantidade e hora certa), a gente precisa de água para produzir e a última seca foi difícil”. Para Grimm e Sampaio (2016) os efeitos do aquecimento global são sentidos com maior intensidade pelas comunidades locais, especialmente as tradicionais e que vivem na periferia do sistema. Comunidades com menores condições financeiras sentem os efeitos das chuvas e secas em excesso, enchentes, aquecimento das águas oceânicas e, tem menores condições de vencer esses desafios.

Os entrevistados relataram que buscam utilizar a água e energia elétrica de maneira econômica e procuram destinar corretamente os resíduos sólidos que podem e não podem ser reciclados, mesmo que as prefeituras não façam o recolhimento do material, muitos deles separam e levam até a cidade o resíduo reciclável e o lixo comum. Alguns dos entrevistados mencionaram o interesse em instalar energia solar, porém, afirmaram que não podem no momento porque sem auxílio o custo é alto. Em Mariópolis o técnico do IDR afirma existirem ações para acessar a política de Estado “Renova Paraná” de energias renováveis que consiste em linha de crédito para instalação de energia fotovoltaica nas propriedades via Pronaf.

Algumas famílias dos pequenos municípios relataram reutilizar água da chuva. Um exemplo é de uma das famílias, em Mariópolis, que afirma que sempre fizeram a reutilização da água da chuva. A família afirma que “[...] aqui nada vai fora, tudo é reaproveitado, não se tem desperdício”. A relação de Mariópolis com a água é bem estreita, isso porque o município

fica na bacia do Rio Pato Branco que abastece os municípios da região. Mariópolis recebe ICMS por esse motivo. Segundo o técnico do IDR, os agricultores têm muito claro a relevância do local que estão para a proteção dos recursos hídricos e, isso foi confirmado nas falas dos entrevistados. Tudo ser reaproveitado na propriedade tem relação direta com o modo de produção da uva. Isso porque, as famílias explicam que na produção da uva todos os resíduos do parreiral voltam para o parreiral como adubo e, da mesma forma a família adota esse modo de reaproveitamento dos recursos em toda a propriedade.

Os vitivinicultores em Mariópolis dividem a produção da uva com a produção de soja. Os agricultores relatam que adotaram o cultivo de soja em razão da melhoria na renda e menor penosidade do trabalho, que diferente da uva, não é manual e não depende de toda a família e, nem de mão de obra externa para seu cultivo. Com relação a renda, vale reforçar que, dependendo do valor da saca de soja, os agricultores relatam que a uva ainda assim é mais lucrativa.

Mesmo produzindo soja os envolvidos afirmam que é preciso tomar uma série de cuidados para que a produção do grão não afete a produção da uva. O técnico do IDR, explica em entrevista que as famílias adotam a segurança química e biológica que possuem produtos específicos a serem aplicados na produção para não intoxicarem os consumidores da uva, especialmente os turistas/visitantes que vão para o parreiral e colhem a uva do pé. Por esse motivo, tanto na produção da soja quanto da uva, adotam-se padrões rígidos e com rastreabilidade que são indispensáveis para a saúde humana e para a não contaminação dos recursos naturais. No município é instituído por lei a proibição da utilização do agrotóxico 2-4D em determinados períodos do ano. O técnico explica que “[...] há um controle rígido de aplicação que, se for feito da forma incorreta, pode inclusive, arruinar a própria viticultura” e, ainda acrescenta que os agricultores “[...] são bem instruídos e sempre buscam melhorar, e ter a propriedade regularizada com as áreas de proteção”.

Na fala dos agricultores familiares, tanto em Mariópolis quanto em Pinhalão identificamos que a preocupação com os recursos naturais é ponto fundamental para eles, no sentido de entenderem que é preciso possuir uma relação de responsabilidade com esses recursos para a própria produção e suas vidas. Woortman (2004) esclarece que essa é a moral do camponês, baseada nos desejos da terra e de Deus, tratando-se de uma humanização da natureza.

Além dos cuidados com água, energia elétrica, resíduos, entre outros, as áreas de preservação e conservação de mata nativa foram reconstituídas e/ou ampliadas nas propriedades familiares. Uma das famílias em Mariópolis afirma que após a passagem das madeireiras na

região que devastaram toda a área para comercialização da madeira, as famílias que chegaram do Sul refizeram toda a mata nativa. O casal de uma das famílias descreve que

[...] a nossa reserva é muito maior que a necessária. Plantamos mais de 500 pinheiros quando nossas filhas eram pequenas. Elas foram junto ajudar a plantar as árvores e lembram até hoje. Nós chegamos aqui quando meu pai comprou esta terra. Essa área era um potreiro e lavoura e tava tudo desmatado. Plantamos, cuidamos e a floresta se renovou. A gente tenta fazer a nossa parte (Informação verbal).

Em Pinhalão a preocupação com o reflorestamento de mata nativa e a manutenção e ampliação das áreas também é tema entre as cafeicultoras. A cafeicultora Marilena afirma que em apenas um bairro, Matão, existem em torno de oito minas de água que abastecem toda a comunidade. As agricultoras afirmam que existe um esforço entre as famílias para manter as nascentes. Sobre essa relação das comunidades de pequenos municípios com os recursos naturais, o jovem de Sapopema relata que os pais possuem uma pequena propriedade de dez hectares e eles trabalharam a vida toda com agricultura orgânica, para ele

[...] o pequeno agricultor tem essa preocupação, o grande pensa só em capital. A gente tem plantação agroflorestal em cabecreira. Meu pai tem água potável a 93%. O meu pai nunca gostou de defensivo. Para ele não é compatível. O vizinho do meu pai planta algodão a três metros da mina. Meu pai que tem floresta nunca ficou sem água (Informação verbal).

A preocupação com o entorno das propriedades e das comunidades, como foi relatado nas entrevistas, é algo que antecede o turismo nos pequenos municípios pesquisados. Porém, com a chegada do turismo as comunidades passaram a realizar modificações na paisagem local para “[...] deixar a paisagem mais aprazível” nas palavras da técnica do IDR de Pinhalão. No pequeno município, uma das ações para o início do projeto do “Caminho dos Cafés das Mulheres” foi a realização de algumas modificações nas propriedades para receber os turistas. A técnica do IDR ao utilizar a expressão “mais aprazível” se referiu a trabalhar a paisagem das propriedades de maneira que o ambiente de entorno estivesse mais organizado para o olhar do turista.

As cafeicultoras e a técnica explicam nas entrevistas que as propriedades, antes da ideia de receber os turistas, estavam organizadas para o trabalho da família. Isso significa que, conforme os relatos, era possível encontrar nas propriedades, próximo das casas, nos caminhos de entrada e saída, materiais da produção que estavam sendo utilizados, ou depositados pela propriedade, as vezes sem função. Após a decisão em receber turistas as cafeicultoras fizeram

um mutirão entre as famílias para providenciar pinturas, limpeza, recolhimento de materiais sem uso, depósito e organização em local adequado de materiais utilizados no dia a dia do trabalho, plantio de árvores e flores, e outras ações para melhor receber os turistas.

As cafeicultoras não só organizaram o entorno para a chegada dos turistas como ficaram ainda mais interessadas em melhorar a propriedade da família. Segundo a técnica do IDR “[...]A gente sempre procura trabalhar com elas de que seja agradável a propriedade e o entorno. Plantar flores, plantar árvores, cuidar do jardim e de maneira geral da comunidade. Nós levamos mudas de flores e as agricultoras ficam empolgadas com o florescimento do jardim. Uma das agricultoras preparou 40 mudas de ipê amarelo. Buscamos sempre coisas de baixo custo para embelezar o ambiente”. Atualmente, conforme as entrevistadas, o turismo trouxe mais planos de realizar modificações nos estabelecimentos para melhorar a estrutura com o objetivo de melhor receber os grupos de fora para as visitas.

As mudanças não aconteceram apenas nas comunidades de Pinhalão, mas de maneira geral em todas as comunidades que realizamos o trabalho de campo, de Altônia ao Turvo. Cada família relata as mudanças que ocorreram nas propriedades para receber os turistas e descrevem as mudanças que ainda desejam fazer no futuro. No Turvo a Dona Maria afirma que “[...] a propriedade tem ficado mais bonita. Eu recebo num barracão para frente do potreiro e desde que tô recebendo tô deixando mais bonito, mais arrumado”.

Embora todas as comunidades estejam realizando mudanças no entorno, algumas delas alegaram que isso é uma prática anterior ao turismo. Em Mariópolis as famílias afirmam que deixar a propriedade bonita e agradável sempre foi um trabalho recorrente para a própria qualidade de vida da família e foram poucas as mudanças para receber os turistas, a forma como a família organiza a paisagem da propriedade aliado aos parreirais, que imprime sua identidade na paisagem, é o que chama a atenção dos turistas.

No Turvo, Sapopema e Altônia as alterações foram preparadas para receber os turistas, da mesma maneira que em Pinhalão, de maneira simples com organização da propriedade. Porém, algumas outras alterações de maior proporção podem ser observadas na paisagem. Em algumas propriedades das famílias, com o crescimento do turismo na localidade, algumas delas tem expandido as estruturas para aumentar a capacidade de recebimento dos turistas, ampliando inclusive as unidades habitacionais com a construção de mais chalés, a exemplo de Sapopema (Figura 12).

Figura 12 – Sapopema. Expansão do número de Chalés, 2022.



Fonte: Autoral.

Em todos os municípios que passamos havia obras de expansão das estruturas como em Sapopema (Figura 12). A expansão em si não é um fator que acarrete em problemas para as comunidades e o turismo, mas sim, como se planeja essa expansão. São vários os fatores que devem ser abordados no planejamento, como por exemplo, se há planejamento para essa expansão, se ela está sendo realizada conforme o planejamento, dentro dos parâmetros estabelecidos para diminuir efeitos negativos para a cultura e os recursos naturais, dentre outros.

O crescimento do turismo nessas pequenas localidades passou a ser observado pelas comunidades locais que se interessaram a investir mais esforços (financeiros ou não) no turismo. Sobre esse crescimento ouvimos as comunidades com relação as ações que são empregadas também para gerir os efeitos dessa expansão no entorno. Em Mariópolis os entrevistados relatam que como a comunidade cuida do seu ambiente e os turistas/visitantes se sentem estimulados a cuidar também e, não apresentam nenhum comportamento que se desdobre em efeitos negativos para os recursos naturais e o ambiente de entorno das famílias.

Porém, no mesmo município uma das famílias relata que nem sempre foi assim. Um dos casais de agricultores de Mariópolis afirma que a cachoeira que fica na propriedade atrai muitos turistas/visitantes do próprio município ou de municípios vizinhos, como Pato Branco, que passam as tardes dos finais de semana no local. Um dos efeitos locais foi a geração excessiva de resíduos sólidos na propriedade (Figura 13) e, uma quantidade considerável de carros estacionados na beira da estrada.

Figura 13 – Mariópolis. Resíduos sólidos deixados em uma das propriedades da comunidade local.



Fonte: Autoral.

Para a família, os turistas/visitantes nunca trouxeram qualquer tipo de problema. Com relação aos resíduos, os agricultores foram atendidos quando solicitaram à prefeitura a limpeza e destinação do material. Porém, ao observarmos a cachoeira encontramos uma quantidade expressiva de resíduos no local. A Secretária de Turismo explicou que esses resíduos não são deixados pelos turistas/visitantes, mas são carregados da cidade até o lá e a prefeitura faz limpezas periódicas.

Na propriedade da família de João, que também possui uma cachoeira, existiu uma época, segundo os entrevistados que

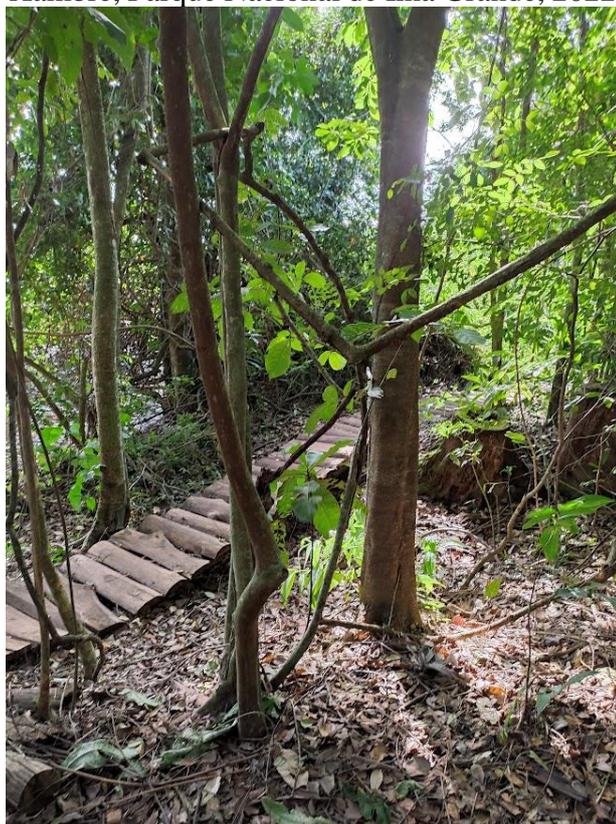
[...] começou a entrar muito jovem com som alto, fazendo bagunça, trazendo barulho, deixando lixo na propriedade. Começaram a incomodar e a gente teve que cortar. Porque queremos receber família, porque não deixavam lata de cerveja jogada no chão. Capricham mais no cuidado (Informação verbal).

Observamos que o turismo, embora em menores proporções, de toda forma, traz efeitos negativos aos pequenos municípios mesmo que estejamos falando de uma demanda local, como

exemplo a geração de lixo em pequenas propriedades familiares que, especialmente, possuem recursos naturais que chamam a atenção do público, como aqueles relacionados a água. Dessa forma, a escolha dos locais, sobre como vão gerir esse fenômeno é relevante para direcionar os resultados do turismo e seus efeitos (Giampiccoli; Matapuri, 2012) sobre gerir o TBC e sua relevância.

Em Altônia a comunidade das Paineiras que fica as margens da Lagoa Xambrê, tem se organizado para fazer a manutenção dos recursos naturais na trilha do Parque Nacional de Ilha Grande que passa pelas propriedades (Figura 14). Para as famílias de agricultores que moram nas margens da Lagoa é preciso melhorar a parceria com o Parque para a manutenção de uma das trilhas que passa por três propriedades locais.

Figura 14 – Altônia. Trilha as margens da Lagoa Xambrê, Parque Nacional de Ilha Grande, 2022.



Fonte: Autoral.

As famílias locais apresentam a demanda de receber recursos humanos e materiais para manter a trilha e, que haja maior frequência e uma periodicidade na sua manutenção. O apoio acontece entre a parceria com o Coripa e o município de Altônia, inclusive com a gestão do Parque, mas o desafio é sempre a morosidade das ações, especialmente relacionadas à gestão do Parque e as demais ferramentas relacionadas a ela. Uma das agricultoras explica que

[...] para limpar a trilha eu tenho que pedir autorização pro responsável pelo Parque de Ilha Grande. A trilha tem 3 km que margeia a Lagoa. Aí para limpar junta o pessoal de Altônia e o Coripa, mas o material vem de fora. Essa trilha precisa sempre de estrutura e manutenção. Tem uma ponte que sempre apodrece e tem que arrumar. A trilha tem sempre que limpar. A Nayara do Coripa pediu pro vizinho aqui para ele abrir a propriedade dele porque a trilha começa lá e tá vindo sempre um grupo de ciclistas usar a trilha para passeio, passam pelo nosso sítio e terminam na [...] (Fernanda) (Informação verbal).

A maioria das iniciativas de TBC está localizada em áreas de protegidas no Brasil (Projeto Bagagem, 2022). A literatura, inclusive a paranaense (Betti; Denardin, 2019) tem debatido a complexidade em gerir as áreas naturais na sua relação com as comunidades, especialmente as comunidades tradicionais e, como as comunidades observam essa relação que de muitas formas não tem sido colaborativa entre gestores e comunidades, deixando especialmente as comunidades as margens dos processos decisórios (Betti; Denardin, 2019).

Em Pinhalão a técnica do IDR afirma que não há um trabalho específico direcionado as cafeicultoras e aos turistas para tratar de temas como a sensibilização sobre os recursos naturais e sua demanda, sobre a relação da vida humana e a natureza [...] a não ser o lixo que desde o início foi trabalhado para não usar descartáveis para servir pros turistas para não gerar resíduos”. Na associação das mulheres voltada para o cultivo do café, segundo a técnica, sempre houve um trabalho que “[...] trata do currículo de sustentabilidade do café com a utilização dos recursos de maneira adequada”.

Em Sapopema as famílias afirmam que o perfil de turistas e visitantes que vai para lá é um perfil que está mais sensibilizado para a relevância de uma relação saudável entre o ser humano e a natureza, para eles, “[...] O povo que vem aqui não precisa de muita orientação, eles são muito educados, eles não usam som alto, não jogam lixo em qualquer lugar”. Esse perfil de turista/visitante vai ao encontro de pesquisas que apontam para um perfil nacional de turistas que são responsáveis com relação ao seu comportamento, valorizam a cultura local, se preocupam com os recursos naturais e estão disponíveis para novas experiências (Silva, 2021).

Embora a grande parte dos turistas contribua para a qualidade do ambiente de entorno algumas famílias relatam que “[...] tem gente que pede para pegar passarinho e a gente não deixa. Ensinamos que é só para olhar”. A expressão “ensinamos” diz muito sobre as comunidades locais. O turismo que elas desejam tem relação estreita com seu modo de vida e produção e os turistas e visitantes estarem alinhados a essa perspectiva, para eles, é fundamental. Parte de uma perspectiva de troca, em que a sabedoria local é relevante e gera frutos, também, para a melhoria qualitativa da relação ser humano e natureza.

Para o casal que trabalha com a recepção e guiamento de grupos de turistas com faixa etária mais jovem, que vem para Sapopema com o objetivo de desenvolver atividades de montanhismo, o guiamento é extremamente relevante para o controle e transmissão de conhecimento aos turistas/visitantes sobre a qualidade da relação deles com o ambiente de entorno. Roberto explica que o guiamento é, inclusive, obrigatório por motivos de segurança e desde que as atividades começaram no Pico Agudo em Sapopema houve uma mobilização local para que as visitas ao Pico fossem feitas de maneira planejada e com segurança, dentro de padrões estabelecidos em instâncias oficiais, portanto, “[..] O guiamento é muito importante, melhor que ir sozinho, porque você conta a história, orienta, cuida da segurança”.

Quando questionados sobre o turismo desempenhar um papel de ferramenta auxiliar na sensibilização sobre os recursos naturais e o cuidado com o ambiente de entorno, com as comunidades e os turistas/visitantes, muitos entrevistados responderam que de fato ele possui um papel relevante nesse contexto. Para eles sem os recursos naturais não há turismo e, assim, há a demanda em um esforço na busca pela preservação e conservação dos recursos naturais. Além disso, nessas comunidades com a prática do turismo a troca sobre o conhecimento relacionado ao tema é mais amplamente debatido.

Observamos que, antes mesmo do turismo chegar até essas comunidades e famílias, algumas delas, como nos relatos, já estavam preocupadas com a qualidade do ambiente de entorno e o turismo precisou se adequar a esse modo de vida e/ou apenas acompanhou esse ritmo como mais um modo de fazer das famílias. Por outro lado, como também relatado, o turismo trouxe uma revalorização do ambiente de entorno para elas. Outro exemplo disso, é a comunidade do Turvo que começou a selecionar os grupos que, de fato, gostaria de receber em suas propriedades e como elas gostariam que eles participassem do cuidado com o ambiente local, como afirma um dos entrevistados

[...] A questão da poluição sonora e visual, as próprias comunidades começaram a cuidar mais pros turistas, educar os parentes que só iam beber na beira do rio e deixar lixo. Quando tinha parente bebendo lá era difícil. Eles mesmos não gostavam e com o turismo tiveram uma oportunidade de dizer para não irem. A poluição sonora tinha comunidade que queriam colocar um sertanejo no último volume e aí a gente instruiu que os turistas iam preferir ouvir os passarinhos e eles aceitaram bem (Informação verbal).

O turismo auxilia as comunidades a observarem com mais detalhe seus valores, seus aspectos positivos e resgata modos de viver e fazer esquecidos. As comunidades educam os turistas/visitantes e vice-versa, e têm a oportunidade de repensar sua relação com o ambiente

de entorno, especialmente os recursos naturais, que vem se perdendo na sociedade de consumo. Dessa forma, podemos afirmar que as comunidades têm de fato utilizado o turismo como ferramenta para socializar, com aqueles que são de fora, uma relação mais estreita do ser humano com a natureza que vem se afastando na racionalidade na sociedade capitalista.

Como a comunidade historicamente se organiza para gerir os recursos naturais e o ambiente de entorno, também é fator determinante na diminuição dos efeitos negativos do turismo e no seu controle. Os agricultores que afirmaram sempre estar preocupados com a preservação e conservação dos recursos naturais, são os mesmos que buscam estabelecer limites para o avanço de um turismo predatório nesses pequenos municípios.

5.6 Indicador: Educação, inovação e tecnologia social

Os pequenos municípios e pequenas localidades são carentes de pesquisas que abordem a questão da educação, inovação e tecnologia social. Há uma grande dificuldade com relação as metodologias para pensar esses aspectos nos pequenos, pois, aquelas que existem foram criadas para os grandes aglomerados populacionais, como se apenas essas áreas fossem as únicas com espaço fértil para esses temas (Mayer, 2022). Para além, Mayer (2022) alerta que ao não olharmos para o tema nos pequenos municípios estamos perdendo a capacidade de compreender como essas áreas tem ou não a capacidade de mudar sua riqueza econômica e deixamos de compreender um ponto de vista diferenciado que adota um ecossistema local de inovação próprio.

Nos pequenos municípios pesquisados, observamos que existe uma relação entre o turismo e o incentivo as comunidades em buscarem mais conhecimento por meio da educação formal e/ou informal. É fato que, não podemos afirmar que o turismo tem influência na educação formal dos pequenos municípios como um todo e, não pretendemos neste trabalho fazer essa afirmação. O que objetivamos aqui é apontar a situação atual dos indicadores educacionais nesses municípios e, baseados na abordagem qualitativa, debater o papel, mesmo que pequeno, do turismo ao estímulo e incentivo pela busca de conhecimento, por meio da educação informal e/ou formal, nas comunidades onde ele se realiza.

Trazemos essas evidências quando os munícipes afirmam que o turismo passou a ser uma ferramenta de incentivo pela busca de conhecimento de algo totalmente novo para os comunitários, que é o turismo. No município de Mariópolis, os vitivinicultores tinham conhecimento sobre a produção da uva e seus produtos derivados, mas o turismo surgiu como

prática inovadora nas suas atividades cotidianas. Essa nova forma de agregar valor a uva incentivou as famílias a procurar informações sobre como gerir o turismo em suas propriedades. O técnico do IDR explica que as famílias sempre tiveram o hábito de trocar informações com os agricultores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina sobre a produção da uva, e seus derivados, e com o surgimento do turismo passaram a viajar e trocar informações com famílias que trabalham com o turismo nesses Estados “[...] As famílias aqui vão repetindo na propriedade o que gostaram nas que visitaram e também vão criando suas próprias formas de organizar a propriedade para receber o turista, eles vão inovando do jeito deles”.

A inovação social pode ser compreendida como as ações realizadas por dada comunidade com o objetivo de buscar soluções locais para problemas locais. A tecnologia social pode, por sua vez, ser entendida como as ferramentas utilizadas para facilitar a inovação social (Goldsmith, 2010). Há um debate fértil proliferando a respeito do tema que, inclusive, compreende inovação e tecnologia social como sinônimas, dentre outros pontos, especialmente no Sul Global, uma vez que a inovação social tem sido crescentemente utilizada pelos povos dessa área para vencer problemas sociais locais como a desigualdade, educação, saúde, habitação, meio ambiente e outros. No Brasil Singer (2019) debate a inovação social por meio da perspectiva educacional e compreende a inovação como um projeto coletivo em que

A inovação na área de negócios é a última tecnologia, a tecnologia mais recente inventada pelo setor industrial. Há grande estímulo à inovação nos negócios para a promoção ao desenvolvimento tecnológico. Na área social, a inovação é algo muito diferente disso, é aquilo que as pessoas e comunidades criam com base em pesquisa, com metodologia clara, sobre a realidade em que vivem para enfrentar os desafios sociais de seu contexto. Esses desafios, hoje, são a degradação socioambiental, a desigualdade socioeconômica e a fragilidade da democracia. Então, a inovação no campo social são as criações, as invenções das comunidades para enfrentar esses três desafios. (Singer, 2019, p. 5).

A busca do conhecimento, seja por meio da educação formal ou informal é campo frutífero para a inovação social. Em Mariópolis, o casal Dal Pozzo, há muitos anos vem buscando mais conhecimento. O agricultor conta que fez o curso técnico de turismo oferecido pela prefeitura anos atrás e “[...] o curso ajudou muito e se tivesse eu fazia mais. Eu tenho várias ideias aqui para melhorar, uma é que eu tenho planos de construir um refeitório onde era o antigo galpão”. Os esforços em buscar conhecimento influenciam nas inovações, desde pensar em estruturas para receber os turistas/visitantes, formas de ingresso, pagamentos, passeios, até novos meios de transporte. O agricultor João conta que está trabalhando em “[...] uma carreta

tipo com banco de ônibus, uma carretinha mesmo, para fazer um trajeto na propriedade de umas duas horas. Por agendamento. Paga um valor e fica na propriedade pro lanche”.

Os cursos realizados pelas comunidades são bem variados e são específicos da área de turismo e de áreas correlatas para melhor atender e para produzir produtos e serviços dentro de padrões e normativas específicas. No município de Pinhalão as cafeicultoras começaram com cursos sobre manipulação de alimentos, avançaram para cursos de inovação e tecnologias no turismo (ofertado pela Paraná Turismo) e durante a pandemia buscaram qualificações sobre prevenção e saúde no turismo. No ano da coleta dos dados em campo, as cafeicultoras estavam organizando um curso específico para condutoras locais, para incluir as jovens das famílias no projeto.

O que nos chamou mais atenção nos achados da pesquisa com relação aos indicadores voltados para educação, inovação e tecnologia social foi a relação dos jovens com esse tema. Em Sapopema, conhecemos a Ana, filha de uma das famílias assentadas. Ana fez cursos técnicos de garçoneite, arrumação de mesa, primeiros socorros e já foi guia no Pico Agudo. A jovem começou a se envolver com o turismo quando os pais decidiram iniciar a empreitada e ela observou que a família toda precisava se envolver “[...] porque meu pai, por exemplo, tem dificuldade para fazer pagamento e coisas por celular, agora a gente aprendeu e faz tudo pelo celular. Não precisa ir na cidade sacar para pagar boleto. Os agendamentos dos turistas a gente faz por via digital agora”. Ana observou que havia espaço para ela no trabalho da família com o turismo e decidiu buscar mais conhecimento e começou o ensino superior na área.

No pequeno município do Turvo, o uso de tecnologias nas comunidades tradicionais, para os entrevistados, também foi um avanço na busca por conhecimento para tornar a vida mais confortável. Os jovens que fazem a gestão da iniciativa contam que as famílias quilombolas não sabiam que a tecnologia do pix existia, “[...] quando descobriram fizeram um pix para eles que facilitou muito as vendas para os turistas. A própria *internet* chegou há pouco no quilombo”. O uso do celular vai mais além do que apenas o pagamento de contas e agendamentos. Todas as iniciativas possuem atualmente perfis em redes sociais e/ou páginas em sites dedicados a divulgar o turismo que ocorre nas comunidades.

Observamos, que as iniciativas têm buscado soluções para os desafios locais com o auxílio da tecnologia e da inovação, que em pequenas áreas periféricas, tem sido compreendido como “*smart villages*” por Slee (2019). A ideia de inteligência nessas áreas está mais voltada para uma inteligência alternativa, entendida como a capacidade que as comunidades têm de se auto-organizarem e colocarem em prática ações que tragam qualidade de vida no seu dia a dia e resiliência para enfrentarem os desafios a elas impostos, como por exemplo, a ineficiência

estatal. As ações estatais, ao serem direcionais com maior intensidade para setores específicos da economia (como a agricultura, por exemplo) enfraquece uma política multisetorial que pode fortalecer as áreas periféricas (Slee, 2019).

É preciso, contudo, refletir de maneira crítica sobre a chegada do termo “inteligente” aos pequenos, especialmente as áreas periféricas. Isso porque, a chegada das tecnologias a essas áreas pode ser compreendida como uma nova forma de subordinar esses espaços a econômica hegemônica vigente, uma continuidade da modernização da agricultura. Os questionamentos sobre o que vem a ser esses espaços inteligentes (Salemink, 2022) são pertinentes, inclusive, quando estamos falando do Sul Global, em que a carência por serviços básicos ainda é acentuada, a chegada da tecnologia pode soar como mais uma forma de exploração do trabalho. O movimento esperado não é o de aplicar teorias e/ou técnicas sobre tecnologias de grandes aglomerados urbanos e levá-los para os pequenos das periferias, mas sim, ir até eles e buscar as demandas locais, como a exemplo as inteligências tecnológicas. É preciso compreender o que esses espaços e indivíduos realmente necessitam para que as ferramentas sejam eficazes e atendam seus problemas (Salemink, 2022).

Por esse motivo, pensar a inovação e a tecnologia social partindo das comunidades locais é fundamental, pois elas mesmas podem identificar seus desafios e criar soluções locais para eles. Os jovens da iniciativa do Turvo, por exemplo, explicam que a educação formal e informal e a inovação e tecnologia social podem ser vistas na iniciativa de várias formas para sanar as demandas da comunidade. Para eles a “Gralha Azul” propiciou que as famílias locais fossem incentivadas e, pudessem buscar conhecimento por meio da educação formal. A “Gralha Azul” trouxe cursos técnicos e alguns dos jovens saíram para fazer cursos fora do Turvo e contribuir com o avanço da iniciativa com mais conhecimento. Eles ainda acrescentam que, para eles, as trocas de conhecimento entre as famílias que participam da iniciativa é uma oportunidade que o turismo trouxe para que eles se conhecessem melhor, como buscar aprender uma receita que os ascendentes faziam, trocar informações entre eles sobre as melhores práticas para receber os turistas, as melhores formas de construir estruturas, como por exemplo “[...] para construir um galpão aqui, ele foi conversar com o pai para saber como fazia usando técnicas mais antigas. Outro exemplo é que uma família viu como a outra construiu o banheiro e pensou em como melhorar”.

E, não apenas as comunidades aprendem, por meio do turismo, novas práticas para melhorar a qualidade de vida e trabalho, mas ele permite que os turistas aprendam com as comunidades sobre seus modos de vida e produção. Os jovens exemplificam esse fato explicando que eles mesmos e os turistas aprendem um pouco sobre o idioma indígena e suas

formas de viver que são diferentes das deles. Esse fato exemplifica o que Sampaio (2005) apontou como um dos elementos-chave do TBC, que é a comunicação social, que leva conhecimento sobre os diferentes modos de vida e produção de um grupo social para outros grupos sociais externos a ele.

Os jovens acrescentam que o próprio formato da iniciativa é inovador e para chegar até ele foi necessário muito estudo e busca por conhecimento. Os jovens, inclusive, já formados no ensino superior, buscaram iniciar a graduação de turismo para avançar no tema. Um dos jovens explica que

[...] os pagamentos das comunidades por meio do sistema de porcentagens, por exemplo, é uma inovação porque bolamos um sistema único para atender nossa realidade local que não vimos em outro lugar. A nossa própria iniciativa é inovadora por ter métricas únicas de divisão de valores e responsabilidades e atuação. Porque o TBC existe em vários lugares, mas nunca vimos nada parecido como aqui. A gente apresenta isso em *workshop* e apresenta nossos números, a gente diz pro pessoal que eles até podem copiar, mas não vai dar certo porque cada realidade é diferente (Informação verbal).

A inovação e a tecnologia são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida, pois têm papéis fundamentais no sentido de torná-las mais confortáveis. A tecnologia e a inovação não são uma propriedade do modelo econômico hegemônico e sistemas que não vivem nessa lógica não devem estar fadados a viver no atraso ligados a uma vida penosa. Não se pode decidir sobre manter a vida das comunidades presas a um trabalho penoso, atrasado, arcaico e difícil de ser realizado apenas para entretenimento alheio, ou para forçá-las a manter suas antigas tradições. Essa é uma decisão da comunidade, pois, a busca pela autonomia local deve ser um de seus objetivos e, as ferramentas devem estar disponíveis para tanto.

É preciso pensar, em justiça social quando falamos das influências do global sobre o local. Há uma demanda latente em se refletir sobre as características que moldam a escala local e pensar em soluções que abriguem seus problemas em um movimento de inclusão social que criem e fortaleçam ações para vencer as barreiras da globalização que a elas se impõe. Nestes termos de Santos (2001) pensemos em uma globalização em outros termos, mais inclusiva, solidária, que busque a colaboração entre as mais diferentes áreas do mundo sem perder de vista as forças locais.

5.7 Indicador: Questões de gênero e geracionais: O protagonismo das mulheres, a inclusão dos idosos e a permanência dos jovens.

Um dos indicadores do TBC que predominaram na busca realizada entre as pesquisas publicadas sobre o tema foi sobre a questão de gênero e sobre as questões geracionais. Isso porque, o TBC tem como um de seus resultados oportunizar a inclusão social do ponto de vista de grupos minoritários e marginalizados, inclusive, dentro das próprias comunidades. É claro que, em razão das diferentes culturas e entendimentos de mundo, cada comunidade organiza-se de maneira a definir socialmente os papéis e, compete a essa comunidade e, não aos indivíduos externos a ela, a evolução dessa organização. Porém, como abordamos anteriormente, as implicações positivas de uma globalização inclusiva é envolver as comunidades de todo mundo e repensar as formas como cada grupo é tratado, dentro de cada comunidade, inclusive, no que diz respeito aos cumprimentos dos direitos humanos. Nesse sentido, trazemos para a reflexão pontos que compreendemos relevantes para debater no que concerne ao papel nas iniciativas das mulheres, dos idosos e dos jovens.

Em Altônia os entrevistados descrevem que o trabalho no turismo é dividido entre todos os familiares e todos participam das atividades nas propriedades. Na família de Fernanda, os homens trabalham com as tarefas para receber os turistas/visitantes e também na agricultura. Fernanda fica com a com as tarefas da cozinha e a recepção. A filha dela trabalha no bar e na loja, enquanto o marido, o filho e o genro se revezam na limpeza do quintal, na segurança, no atendimento do bar e no estacionamento. O marido de Fernanda também trabalha junto com ela na recepção. Fernanda conta que “[...] a família toda limpa os quartos, mas sempre tenho um casal de funcionários para ajudar, já gerei uns 15 empregos aqui. Eu sou a gerente”.

Pedro, que possui o restaurante no “Caminho das Paineiras” esclarece que quando recebe grupos maiores, toda a família participa do trabalho “[...] se vem 80 a 100 pessoas a gente contrata mão de obra para garçom e cozinha. Trabalhamos em quatro pessoas e contratamos mais uns quatro garçons, chega a dar sete pessoas trabalhando no restaurante”. Na propriedade de Helena, toda a família participa e também se reveza entre a produção de café e o turismo. O trabalho na cozinha, preparação das mesas e recepção é todo organizado e realizado pela Helena e ela contrata mais uma assistente para ajudar. O marido e o filho ficam com o trabalho mais pesado de manter a estrutura organizada e limpa para os visitantes.

Em Mariópolis o técnico do IDR afirma que todos da família se envolvem tanto nas tarefas da agricultura quanto nas do turismo. A forma como se dividem as atividades e como isso é conduzido muda de família para família, mas de maneira geral, todos estão envolvidos.

Na época da Festa da Uva, no verão, quando se recebe mais turistas/visitantes, as famílias se dividem para atender os diferentes grupos que chegam nas propriedades, para dar conta do fluxo. Os homens, de maneira geral, estão mais voltados para as atividades que demandam força e as mulheres ficam com tarefas relacionadas com a produção de alimentos. A característica da agricultura baseada no trabalho do núcleo familiar (Ploeg, 2008), expande essa característica para o turismo e envolve toda a família nos processos a ele relacionados.

De fato, toda a família participa das atividades na propriedade, desde os jovens até os idosos. Porém, durante o campo, com relação ao turismo observamos que são as mulheres quem mais planejam e fazem a gestão da atividade com a família, inclusive, delegando as tarefas. Esse fato pode estar relacionado ao contexto social das tarefas relacionadas a hospitalidade, ao bem receber, aquelas ligadas ao preparo das refeições, arrumação dos quartos e da casa, tão intimamente ligadas ao turismo, sejam tarefas sempre atribuídas as mulheres, inclusive o trabalho de gerenciamento de todo o núcleo familiar.

Em Pinhalão, o projeto do “Caminho do Café das Mulheres” tem tentado trazer à tona essa perspectiva e debater o papel da mulher nas atividades da propriedade familiar. A técnica do IDR conta que “[...] quando a gente pensou no projeto a ideia era jogar luz no trabalho delas sobre a produção do café [...] não que os homens não estejam junto, eles estão juntos e a ideia é essa de destacar o trabalho das mulheres”.

Segundo uma das agricultoras o projeto relacionado à produção de café especial, que nasceu antes do projeto de turismo, foi construído pelo IDR, porque as mulheres são mais cuidadosas e teriam melhor capacidade de produzir um café que demanda maior nível de detalhamento na produção. Todavia, não apenas isso, a ideia também era valorizar o trabalho da mulher que “[...] não serve só pro trabalho da casa. A mulher entende também da lavoura, da técnica, estamos ativas na lavoura, as pessoas agora podem ver que sabemos e entendemos de produzir café. Sabemos de tudo que tá acontecendo na propriedade”.

A agricultora complementa que todos estão envolvidos e, que seu marido e sua filha participam juntos do turismo. Ela explica que gostaria que a filha fizesse o ensino superior de Agronomia e continuasse na propriedade, para ela o turismo é uma ferramenta de valorização da propriedade ao olhar dos jovens, porque “[...] eu acho que elas vendo isso elas valorizam mais. Existe uma expectativa que na cidade tudo é melhor, mas vendo o pessoal vindo para cá e valorizando elas percebem o quanto aqui é bom”. Rosa, vizinha de Marilena, reforça a relevância e as injustiças entre a busca por equidade de gênero

A mulher trabalha muito e trabalha em casa, então a gente trabalha dobrado. Tem um casal que trabalha assalariado aqui e mora no patrimônio. Aí eu sempre falei pro meu marido que o que a gente pagasse pro homem a gente ia pagar igualzinho para mulher porquê além de trabalhar no campo chega em casa e ainda tem que fazer o dever de casa. Para mim tinha que receber ainda mais (Informação verbal).

Em Sapopema, enquanto Jurandir respondia à questão sobre o turismo ser compatível com o modo de vida da família ele foi interrompido pela esposa ao relatar que “[...] a família trabalha e mora tudo aqui, então os turistas não atrapalham, então a gente descansa na segunda ou terça fazendo trabalho da roça. Aqui é trabalho todo dia. Não é um muito serviço porque a gente tá acostumado a trabalhar, não é um problema”. Apesar do esposo afirmar que há total compatibilidade do turismo com o modo de vida e produção da família e não ter qualquer problema nisso, a esposa explica que

[...] o mais cansativo é acordar para fazer café da manhã. Tem gente que precisa tomar café para subir o pico aí a gente acorda 1 da manhã para fazer café, mas isso é uma vez por mês e tá bom. Não vamos aumentar isso. Uma vez teve duas rodadas de café da manhã, uma às duas e outra às quatro da manhã, aí nem dormi. Aí como tem que ser mão-de-obra da casa não dá para contratar a gente fica nesse tamanho. Meu filho reclama que sábado tá de madrugada trabalhando e não tá em festa, mas tem que trabalhar, é a renda hoje. O turismo é um negócio para nós (Informação verbal).

No Turvo, o casal responsável pela “Gralha Azul” entrou nas reflexões sobre a equidade da atuação dos diferentes gêneros no turismo. Eles explicam que na iniciativa os jovens que trabalham atendendo os turistas, a maioria deles é do gênero masculino e trabalha com atividades de esporte de aventura. A única jovem do gênero feminino trabalha no guiamento, mas atua com maior ênfase no trabalho de planejamento e gestão que demandam maior esforço intelectual e menor esforço físico. Nas propriedades as mulheres estão envolvidas com as atividades ligadas ao bem receber (em geral ao trabalho doméstico) e os homens com a construção das estruturas e ao trabalho mais pesado. Segundo a jovem

Eu [...] não me sinto menos capaz porque fisicamente não sou igual eles, mas é uma questão biológica, porque intelectualmente somos iguais, meus pais são muito liberais mas a sociedade me molda a me sentir inferior por não acompanhar eles fisicamente. Os turistas já falaram ‘aí que legal que você ajuda ele, que lindo’. Claro em alguns pontos eu ajudo e em outros ele me ajuda, mas trabalhamos juntos e, trabalhar escrevendo um texto não é mais fácil que carregar pedra e vice-versa, são trabalhos diferentes. Mas não é um problema local, nem daqui, nem único, é generalizado [...] agora nos povos indígenas homens e mulheres fazem artesanato porque a construção de gênero deles é diferente (Informação verbal).

Na agricultura familiar é possível observar o papel suprimido da mulher em seu trabalho produtivo e reprodutivo. A jornada tripla de trabalho invisibilizada, inclusive, pelas estatísticas, ao passo que esse trabalho é subnotificado pelos registros, torna o papel da mulher inferior aos demais indivíduos e mantém a continuidade da sua exploração reprodutiva não remunerada (Meus; Ethur, 2021). O trabalho com a associação do café das mulheres e a comunicação da relevância do seu papel via turismo, busca fazer emergir publicamente a existência dessa desigualdade de gênero no campo. Estudos buscam apontar alternativas para trazer reflexões sobre possíveis contribuições que tragam emancipação para as mulheres (Varotto, 2017) e, o Turismo de Base Comunitária também tem entrado na pauta como uma dessas perspectivas. É fato que, no turismo, predomina a manutenção e reprodução da inferiorização do papel da mulher e a invisibilização e exploração do seu trabalho produtivo e reprodutivo (Calvet; Conde; Almela, 2020). No Turismo de Base Comunitária estudos apontam que o modelo tem se demonstrado promissor com uma tendência em se valorizar e trazer para a arena social a questão da justiça na equidade de gênero (Araújo, 2016). Isso ocorre em razão dos elementos-chave do TBC, em relação a inclusão social e igualdade como já mencionamos, mas sabemos que ainda existem muitas problematizações a serem feitas e, o tema, ainda demanda mais pesquisas e,

[...] para que ocorram maiores avanços na sociedade, é necessário modernizar conceitos e desconstruir o patriarcalismo, dando voz às mulheres e tornando visível todo o seu trabalho produtivo e o impacto no desenvolvimento dessas propriedades, pois mesmo que tenha sido omitido às mulheres a valorização do seu trabalho, isso não inviabilizou sua luta, pois continuam desbravando novos espaços e construindo o protagonismo feminino no campo (Meus; Ethur, 2021, p. 11) (Informação verbal).

A valorização dos idosos e dos jovens é percebida nas iniciativas. Em Mariópolis, percebemos a inclusão dos idosos, ao passo que ficam com a responsabilidade de receber os turistas/visitantes contando as histórias da migração, do município e da família. Tomando chimarrão nos espaços coletivos da casa (geralmente a varanda, ou a área de produção e estoque do vinho) os idosos passam tempo com os interessados na cultura local.

Devemos refletir sobre o envelhecimento da população brasileira e, pensar o habitar desses indivíduos nas cidades. Não apenas nas delimitações espaciais físicas, mas também as sociais que separam as diferentes gerações, gêneros, classes sociais, orientações sexuais, entre religiões e dela com os ateus (Correa, 2016). E, não só nas cidades, mas no campo, nas áreas periféricas, como nos pequenos municípios. Estudos demonstraram que após a pandemia de

2020, o sentimento de solidão dos idosos passou por um aprofundamento que é característico nessa fase da vida (Rezio *et. al.*, 2023). Observamos que parte dos estudos em turismo que abordam sua relação com os idosos pensa em sua perspectiva como turistas e/ou praticantes de lazer, mas não observamos que a literatura debate a relação dos idosos com o turismo em uma perspectiva de quem atende a demanda. Nesse sentido, é preciso refletir como a relação do turismo e a velhice, que vem crescendo gradativamente no Brasil, inclusive nos pequenos municípios, pode aliviar sentimentos como o isolamento e refletir em efeitos como a valorização do saber dessa faixa etária. Nas entrevistas, percebemos que os idosos dos pequenos municípios, com o turismo, se sentem orgulhosos e ativamente participantes do convívio social.

Se em Mariópolis a primeira geração no Paraná está mais ativamente ligada com o compartilhamento das tradições locais, os jovens em Sapopema e no Turvo têm se destacado em planejar e gerir o turismo. No município de Sapopema, Ana conta que amigos que estudavam com ela no ensino médio hoje estão trabalhando com os pais na propriedade porque o turismo cresceu na localidade, na opinião de Ana, os jovens estão ficando no assentamento porque “[...] o turismo tem dado oportunidade [...] a trabalhar com o que tem aqui, os jovens tem valorizado a propriedade e os bens que têm aqui”.

Na propriedade vizinha quem se envolve mais é o filho mais velho da família que está “[...] agendando e organizando. Ele fala como vai ser. Ele chega na semana dizendo quem vem, quantos vem, traz produto de limpeza para organizar tudo. Aí a mulher cozinha. A minha filha não mora na propriedade, mas todo final de semana tá aqui para trabalhar também”. O agricultor explica ainda que o filho foi para Curitiba porque queria trabalhar e morar na cidade grande, mas a experiência não foi positiva e, ele se prepara para voltar a morar no campo com os pais e trabalhar com o turismo da mesma forma que alguns dos jovens do município, seus vizinhos no assentamento.

Embora no município do Turvo os jovens sejam os destaques no planejamento e gestão do turismo como detalhado anteriormente, nas palavras deles mesmos

[...] o grande problema hoje é o que esse jovem vai fazer no campo, porque a realidade do pai dele não existe mais. O êxodo rural ainda persiste aqui. Uma das jovens [...] ia para São Paulo e ficou para ajudar a servir os turistas. A renda do meu amigo é bem significativa e hoje ele trabalha com o que ele ama que é natureza no lugar que ele ama e foi criado (Informação verbal).

Sendo protagonistas do turismo no município eles compreendem o contexto da migração dos jovens do campo para a cidade. Quando o entrevistado menciona em seu relato a permanência de uma das jovens no Turvo, ele estava referindo-se a uma jovem quilombola, que

deixou de ir para cidade para ficar no Quilombo e trabalhar com o turismo na pequena localidade. Dessa maneira, na mesma fala eles apontam que a iniciativa é responsável atualmente pela permanência de jovens no pequeno município que traz oportunidades de se estabelecer dignamente no seu local desenvolvendo uma atividade socioeconômica alinhada com seus interesses e crenças. De fato, concordamos com ele que estatisticamente, quantitativamente, não podemos falar que o turismo tem revertido os indicadores de evasão desses indivíduos de pequenos municípios para os grandes, mas afirmamos que qualitativamente um jovem que permanece no campo, que permanece no pequeno município, com condições de ter qualidade de vida é o indicativo que existem saídas e é preciso investir nelas

Uma vez que os recursos financeiros são muitas vezes escassos, vale a pena notar que se pode conseguir muito com muito pouco a nível local ou regional, desde que as pessoas sejam estimuladas pelas oportunidades pessoais, por mais pequenas que sejam. Em todas as regiões, em todas as cidades, é possível encontrar jovens com a motivação, o espírito e a vontade de promover a revitalização das suas cidades de origem, em vez de terem de emigrar para outros lugares. O problema é que raramente, ou nunca, têm a orientação ou a oportunidade de atuar. Os decisores políticos e os planejadores estão demasiadamente absorvidos nos seus grandes problemas. Seguem ao pé da letra o conceito de que "grandes problemas requerem grandes soluções". Não acredito na validade deste axioma. Acredito, de fato, que "grandes problemas requerem uma multiplicidade de pequenas soluções" (Max-Neef, 1986, p. 232, tradução nossa)⁵⁰

Na pequena localidade de Yaxi na China, o fenômeno do êxodo de jovens para grandes aglomerações populacionais, em busca de oportunidades, também se tornou um dos desafios locais. Após ser certificada como uma *Cittaslow*⁵¹ em 2011, Yaxi passou a investir no turismo como uma das saídas e, observou um movimento reverso da migração de jovens. As mudanças realizadas em Yaxi chamaram a atenção da população jovem que passou a migrar para o local com a intenção de investir no turismo. Apesar de estar baseada no programa *Cittaslow*, que

⁵⁰ Puesto que los recursos financieros suelen ser escasos, vale la pena destacar que se puede lograr *mucho con muy poco al nivel local o regional, siempre que el pueblo sea estimulado por las oportunidades personales que se le ofrecen, por reducidas que sean. En todas las regiones, en todas las ciudades es posible encontrar a jóvenes con motivación, espíritu y voluntad para promover la revitalización de sus ciudades natales, en vez de tener que emigrar a otros lugares. El problema es que muy rara vez, o nunca, tienen la orientación o la oportunidad de actuar. Los diseñadores de políticas y los planificadores están demasiado absoridos en sus grandes problemas. Siguen al pie de la letra el concepto de que «los grandes problemas requieren de grandes soluciones». No creo en la validez de este axioma. En realidad creo que «los grandes problemas requieren de una multitud de pequeñas soluciones»* (Max-Neef, 1986, p. 232).

⁵¹ O movimento *Cittaslow* nasceu em 1999 na cidade de Chianti, na Toscana. Com o aumento do turismo na localidade a preocupação com a proteção da qualidade de vida dos residentes, fez nascer a proposta de manter o ritmo de vida local e, foi inspirado pelo movimento *Slowfood*. Ao ser certificada pelo movimento a localidade se compromete em cumprir determinados aspectos que respeitem o contexto da vida local (*Cittaslow*, s/d).

segue orientações para fugir do turismo predatório, Yaxi começa a sentir os efeitos da pressão do turismo e tem procurado formas de gerir os novos desafios que se apresentam (Knox; Mayer, 2013). Embora tragam novos desafios, o que é esperado das relações sociais dialéticas estabelecidas, movimentos como o *Cittaslow* e, as iniciativas de TBC que estamos abordando, podem ser saídas simples para os pequenos municípios, que estimulem e tragam oportunidades para grupos sociais marginalizados, que têm sentido o peso dos efeitos de uma lógica que busca esvaziar suas existências.

5.8 Indicador: Coesão social e satisfação com a qualidade de vida

A interação entre os grupos sociais está quase sempre associada a experiências felizes e as pequenas localidades oferecem oportunidades de locais para convívio seja em espaços públicos ou privados (Knox; Mayer, 2013). O convívio e, onde ele ocorre, ao aproximar as pessoas incentiva a criação de iniciativas comunitárias que “[...] criam capacidade social a nível comunitário” (Knox; Mayer, 2013). A coesão social, assim, pode trazer satisfação de vida e criar novas oportunidades, que parece ser propício em pequenas localidades. O surgimento de iniciativas de turismo, em pequenos municípios, mostra-se como um desses resultados e ao estabelecer-se nessas localidades, também parece trazer outros efeitos que se retroalimentam das características dos pequenos. Orientados por essas reflexões buscamos tratar aqui algumas reflexões sobre os efeitos do TBC com relação a coesão e a satisfação com a qualidade de vida local. Para tanto, olharemos para questões como a interação intracomunitária e dela com turistas/visitantes, abordando pontos como fortalecimento e criação de novos laços, gerenciamento de conflitos, satisfação com a vida.

Em Altônia as famílias demonstraram durante a entrevista que o turismo fortaleceu os laços entre eles em razão do trabalho que demanda maior colaboração coletiva, mas também com os turistas/visitantes. Conforme os entrevistados “[...] somos todos amigos aqui e fazemos amizade com os turistas que vem para cá, conhecemos cada um. Eu fiz amigos até de São Paulo, que vem para cá sempre ficar aqui na minha propriedade”. Para os entrevistados o turismo influencia na satisfação de vida das famílias quando percebem que os turistas gostam das suas propriedades, quando aprendem com eles, quando se sentem bem recebidos e elogiam todo o trabalho feito, Fernanda afirma que “[...] eu não faço pela necessidade, eu amo porque gosto

que elogiem minha comida, porque receber 60 pessoas no domingo tem que querer muito, porque você podia tá descansando”.

A troca com as crianças da escola e com grupos de diferentes tradições e culturas traz a recompensa do trabalho, para além do retorno financeiro, sobre isso Fernanda conta que “[..] já recebi grupos de indianos. Eles tomavam banho na lagoa de roupa, que é muito diferente da gente. No final do dia eles não queriam ir embora. Eles ficaram em Umuarama num hotel chique, mas aqui acabou a chiqueza e não queriam ir mais embora, o tradutor queria ir embora, mas eles não deixavam”. Além disso, o trabalho com as escolas da região permite que a aprendizagem seja proporcionada, tornando o TBC uma ferramenta relevante para o conhecimento das características locais.

Em Mariópolis a família Dal Pozzo conta que o turismo proporcionou muito aprendizado e, nas palavras do pai da família “[...] abriu nossa cabeça. Conhecemos gente de todo o lugar”. Para João, migrante gaúcho, o turismo tem sido relevante para a troca de experiências e informações entre os locais e os turistas/visitantes porque ele afirma que “eu não sei tudo, eu tenho que aprender [...] ninguém sabe tudo”.

Em Sapopema uma das famílias de assentados conta que aprendem com os turistas e vice-versa. Eles alegam satisfação com a interação com quem chega e sempre aprendem coisas novas. O marido de Suzana afirma que um dos fatos que marcaram a sua relação com os turistas/visitantes foi quando, nas palavras dele “os *hippies*” passaram alguns dias na propriedade. O agricultor conta que

[...] aprendi com eles que o que é deles ‘não é deles’, você me entende? O prazer deles é compartilhar as coisas. É uma cultura que a gente não conhecia, não tem como não gostar deles, eles são totalmente desprendidos, eles não têm horário para nada, para trocar de roupa no quarto ou em público não tem diferença, mas claro, eles não são desrespeitosos, não fazem isso (Informação verbal).

A troca entre turistas/visitantes é elemento-chave para o TBC. O “encontro” (Irving, 2009) é fundamental para o estabelecimento de uma relação interessada no outro e, não apenas na relação de consumo. O “encontro”, portanto, ressignifica a hospitalidade e suplanta o ato de receber para o ato do estabelecimento de uma relação baseada no engajamento da comunidade local, dos turistas/visitantes e sua relação com o ambiente de entorno. Nesse sentido, no TBC

[...] “quem chega” está permeável e aberto a uma experiência integral no “lugar” e na relação com “quem recebe”. “Quem recebe” protagoniza o ato de acolher na busca da troca que potencializa o seu sentimento de pertencimento e a aprendizagem da diferença, na afirmação das identidades envolvidas (Irving, 2009, p. 117).

As relações sociais mais estreitas e conectadas com o entorno são uma das características dos pequenos e isso aproxima ainda mais a ideia do TBC com essas áreas. Para Knox e Mayer (2013) a vivacidade de uma pequena localidade depende das relações sociais estabelecidas entre os residentes e deles com quem chega de outros locais. Os autores seguem seu raciocínio afirmando que os laços sociais são incitados pelo convívio e a hospitalidade que protegem seu patrimônio. Os pequenos, para eles, possuem um contexto singular na promoção de laços sociais, pois, sua escala proporciona o relacionamento interpessoal mais denso do que em outras áreas, porém, o tamanho de sua escala permite equilibrar essa densidade evitando que ela seja demasiadamente opressiva.

Portanto, compreendemos que os pequenos são áreas frutíferas para o TBC e o TBC se mostra como ferramenta que possui conectividade com suas características em um movimento promissor de efeitos positivos para as pequenas localidades periféricas. O fortalecimento da sociabilidade, se apresenta como um desses efeitos positivos para o desenvolvimento dos pequenos que renova os laços solidários não apenas de seus residentes, mas de também dos grupos que advém das grandes aglomerações em busca do “encontro”, que tem sido cada vez mais “líquido” na sociedade atual (Bauman, 2011).

Sobre a qualidade de vida os agricultores destacam que a vida se tornou mais interessante com a chegada dos turistas/visitantes. Os finais de semana e feriados ficaram mais agitados e trouxeram pessoas de lugares diferentes, com histórias diferentes e deixam o dia da família mais animado. Na família Gonçalves, em Mariópolis, Renata confirma essa afirmação quando diz que “[..] Eu me divirto com meus filhos, as minhas crianças e me divirto muito com os visitantes. Eu tenho orgulho da nossa propriedade e dos nossos produtos serem procurados e bem aceitos por quem vem de fora”.

Em Pinhalão o turismo também se confunde com o modo de produção e neste município, com o café. Porém, a formalização do projeto de turismo trouxe alguns mecanismos mais organizados para seu planejamento e gestão. Os laços entre as mulheres e suas famílias vão se estreitando com as reuniões sobre o setor e no compartilhamento das informações e tomadas de decisão. Segundo a Marilena o turismo

[...] aproximou mais a comunidade. A gente agora conversa mais sobre o projeto, falamos muito no grupo do *whatsapp*, nas reuniões sobre o turismo. Trocamos ideias. Ajudamos umas as outras. As tomadas de decisão são todas feitas em conjunto. As coisas fluem bem entre a gente (Informação verbal).

Para o Roberto, de Sapopema, no turismo é preciso agregar com a comunidade, é preciso compartilhar os esforços e os resultados e quanto mais participação e colaboração coletiva tiver mais haverá crescimento e oportunidade para todos, para ele “[...] a gente só consegue crescer se a comunidade trabalhar junto. Veja, você vai trazer os meninos só para dormir? Precisa agregar, uma cachoeira, um almoço, etc.”

Sobre os conflitos entre a comunidade, em Altônia os entrevistados afirmam que ainda não ocorreram conflitos significativos que precisassem ser geridos pela comunidade, mas eles acreditam que possam acontecer na medida que mais famílias quiserem entrar no projeto pois “[...] é normal sermos diferentes e é preciso organizar, a gente quer que mais gente participe. A gente quer que os produtores de goiaba entrem, os produtores de mandioca, a família que produz queijo, queremos toda a comunidade aqui junto”.

Em Mariópolis, a relação entre os membros da comunidade não evoluiu para maior fortalecimento dos laços comunitários após a chegada do turismo, como explica o técnico do IDR “[...] as famílias são muito coesas e a comunidade divide-se para uso de equipamentos, manejo dos parreirais. A comunidade juntou-se a pouco tempo para comprar maquinário então isso acaba influenciando no turismo”. Os conflitos na comunidade existem em todos os setores da vida das famílias e o turismo é uma delas. O técnico do IDR explica que “[...] em alguns momentos há um conflito sobre as famílias que se destacam mais e eles cobram da prefeitura que só lembra de algumas famílias”. Os agricultores detalham que buscam entrar em acordos e durante reuniões sobre a produção da uva acabam resolvendo alguns conflitos relacionados ao turismo “[...] conversamos nas reuniões e sempre entramos em consenso. Nos reunimos no salão da igreja e debatemos tudo que precisa resolver”. Para outros o contexto não é o mesmo e a alegação é que “[...] aqui em Mariópolis o diálogo é difícil. A nossa família trabalha sozinha. Eu divulgo o trabalho dos vizinhos e vez ou outra me junto com outros vizinhos para divulgar e levar turistas em outras propriedades”.

Endlich (2006) aponta para o equívoco de se pensar as pequenas localidades como espaços idealizados de harmonia social. Pelo contrário, para a autora, as pequenas cidades também são espaços de conflito social e do movimento e, devem ser pensadas conforme sua condição social e política. É na contradição que se produzem as reflexões sobre o pensar a

realidade posta e, trabalhar coletiva e colaborativamente para a busca de soluções dos problemas que se impõe.

Agregar foi a ação de maior esforço no Turvo, em uma tentativa de minimizar conflitos e tornar a iniciativa mais coesa. Os jovens reuniram povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares em uma mesma iniciativa. Para eles, os membros da comunidade sentem-se mais seguros para interagir com os turistas e entre eles, pois houve um fortalecimento na confiança das comunidades. A segurança para interagir com os turistas veio com o processo, afinal, segundo eles “[...] as comunidades viram que eles e os turistas não estão em lugares tão distantes”. Isso não evita que conflitos com os turistas ocorram, conforme relatam os jovens da iniciativa “[...] teve visitante que não comeu com os indígenas porque achou nojento, por ser preparado com a mão, no chão”. Outro conflito dentro da comunidade está relacionado com quem faz parte do projeto e quem não aderiu a ele, pois, os jovens explicam que quem decidiu não participar sempre questiona se a proposta está funcionando e se vai continuar, fato que foi relatado em todos os municípios pesquisados.

Entre eles há um sentimento de solidariedade e empatia na ajuda mútua que ocorre quando se encontram para trocar informações, dentre outras ações. Os jovens explicam que qualquer membro das comunidades pode participar gratuitamente de qualquer atividade da iniciativa, afinal, a iniciativa é da própria comunidade. Durante as visitas técnicas toda a comunidade é convidada a participar, segundo os jovens “[...] se tem visita técnica a gente leva quem quiser ir junto vai junto viajar, passear, fazer montanhismo, aqui viajamos entre amigos porque fizemos amizade entre nós por causa da gralha”. Os membros da comunidade dividiram todo o processo da realização dos cursos e preparo das famílias para receber os turistas/visitantes e, durante toda essa fase dividiram as mesmas angústias e conquistas. Conforme o relato dos jovens a solidariedade entre eles ainda perdura, como a exemplo, quando relatam que “no roteiro indígena, a gente leva muito mais alimento para a refeição do que é preciso para os turistas, porque também levamos para as crianças indígenas”.

A iniciativa promove momentos de lazer com a comunidade e entre elas quando promove ações que trazem entretenimento, não apenas para os turistas/visitantes, mas também para os comunitários que tem a oportunidade de participar de uma festa junina organizada no Sítio Arqueológico, por exemplo, ou até mesmo durante as próprias atividades elaboradas para os turistas/visitantes, como contam os jovens “[...] as vezes os turistas tão cansados, já tão parados só olhando e a gente tá brincando com as crianças, nos jogos indígenas acaba que a comunidade e a gente mesmo se diverte e os turistas ficam só olhando”.

Quando uma comunidade afirma sua existência por meio dos laços sociais, da coesão, ela permite a sua continuidade, para Knox e Mayer (2013), esse ponto se torna vital para as pequenas cidades que estão em declínio. Ao trazer maior coesão, ou ao menos, auxiliar a manter a coesão existente, o TBC oportuniza, como observamos nas reflexões promovidas, momentos de convívio entre quem recebe e quem é recebido e entre a própria comunidade. Assim, observamos que, visto também como uma fonte de satisfação de vida, o TBC pode influenciar na manutenção de grupos sociais nessas localidades.

5.9 As vozes dos pequenos: Os desafios para chegar até onde se quer ir

Ao final das entrevistas fizemos três perguntas como forma de promover uma reflexão com as comunidades sobre o turismo. Buscamos ouvi-los sobre a necessidade de determinar limites para seu crescimento nos pequenos municípios; sobre as dificuldades que se apresentaram e se apresentam na sua rotina e sobre qual o futuro desejado para si e para a localidade nesse contexto.

Em Altônia as expectativas sobre o nível de crescimento do turismo ainda não são uma unanimidade entre os atuais membros da iniciativa. Enquanto um deles espera que o turismo cresça, por outro lado, alguns dos membros deixam claro o desejo em manter o turismo em uma escala limitada, mas que ainda não foi debatida e definida pela comunidade. É claro que, todos os envolvidos desejam o fortalecimento do turismo, mas debates sobre o tamanho da sua expansão ainda não foram feitos. Para uma das envolvidas que já recebeu muitos turistas/visitantes em sua propriedade e viu o turismo evoluir com rapidez e, certo descontrole, a reflexão é clara “[...] eu não quero crescer, eu já cresci e agora eu quero diminuir o fluxo, não é porque eu não gosto. Depois do convite das Paineiras eu repensei tudo. Agora quero diminuir porque se não a gente só trabalha”. Observamos nessa fala que de fato, o turismo nos pequenos municípios, em escala local, baseado no trabalho e gestão comunitária se trata muito também da qualidade de vida, e não apenas volume de renda e trabalho.

Em Mariópolis os levantamentos apontaram que os envolvidos com o turismo na localidade também desejam o crescimento do turismo, mas com determinados limites. Porém, a comunidade também não debateu e não definiu quais são esses limites e demandam maior conhecimento sobre como gerir o turismo na comunidade e, portanto, como construir e implementar as medidas necessárias para limitar esse crescimento. A prefeitura e o IDR em entrevista explicam que a causa para esse contexto é a falta de entendimento por parte das

famílias nas comunidades que o turismo é um negócio, assim como a agricultura, isso porque “[...] eles não se veem como empresários. Quando falo que eles são empresários rurais eles me olham estranho. Eles não veem que tem mais de milhão investidos. A safra quando da perda é difícil e eles contornam várias questões que os tornam empresários”.

A agricultura possui mecanismos de planejamento e gestão que não são observados no turismo. Isso fica claro quando questionamos aos agricultores se eles observavam a necessidade e mecanismos de gerir a demanda que chega na propriedade, especialmente em dias da Festa da Uva “Não tem como ter limite o pessoal vai chegando, eles passam veem os carros e param porque somos a primeira propriedade da estrada. Perguntamos se querem esperar e eles esperam e da tudo certo”. Para a prefeitura e o IDR, o gargalo está na falta de entendimento do turismo como um negócio por parte dos agricultores e os agricultores vão fazendo uma espécie de gestão do turismo com o conhecimento e as ferramentas que tem. Ocorre que, tanto por parte das comunidades quanto por parte da gestão pública ainda existe um longo caminho a ser construído, pois, as afirmações anteriores simplificam uma realidade complexa que demanda um conjunto de fatores.

Um ponto relevante é a percepção das famílias sobre o turismo predatório. Afirmamos isso porque, as famílias alegam a necessidade de impor limites, pois os próprios visitantes do município e de municípios próximos possuem um comportamento predatório. As famílias alegam que muitos deles vêm para as propriedades e deixam lixo, depredam o patrimônio natural e privado da família. Além disso, o comportamento com som alto e consumo de bebidas alcoólicas não é compatível com o perfil de turistas que as comunidades desejam receber. Sobre isso, João afirma que “[...] penso em cobrar taxa para controlar a entrada de gente que quer bagunçar e deixar lixo. Porque, além disso tudo, eles ainda deixam a porteira aberta e escapa todo o gado. Isso dá muito trabalho e pouco retorno”. O acompanhamento na produção da uva é ainda mais necessário, afinal, sem a experiência que traz a troca de conhecimento, o turismo pode provocar a deterioração da produção, porque “[...] teve um dia que tive que chamar a atenção porque se você tira um bago e puxa um grão aí fica açúcar no cacho e atrai bicho que destrói o cacho inteiro”.

De maneira geral, em Mariópolis as famílias alegam não ter um planejamento nem em conjunto com a comunidade e nem entre a família sobre o quanto desejam que o turismo cresça, mas têm a preocupação em se relacionar com os turistas/visitantes, afinal “[...] a gente procura atender grupos que não sejam muito grandes para gente poder dar atenção, cuidar”.

De fato, o agendamento de grupos é um desejo geral das comunidades. Ao final dessa pergunta uma das entrevistadas pede para reforçar na resposta que é um desejo da família sobre

receber grupos agendados e menores com o objetivo de não modificar as tradições locais e melhor receber e, detalha que

[...] então por mais que a gente tá registrando, a gente não vai ter CNPJ, a gente vai continuar com a agricultura familiar, então a gente não vai produzir uma quantidade maior que vinte mil litros de vinho, nem sei se a gente vai chegar a isso, mas se a gente produzir muito, a gente vai precisar para pôr no mercado, a gente vai precisar ter prazo de validade e para isso eu vou ter que por produto químico dentro vinho. Então a gente não tem essa pretensão, a gente quer continuar fazendo nosso vinho artesanal e vendendo aqui na propriedade, para agregar mais valor no produto, mas não expandir a quantidade senão eu vou ter que contratar muito funcionário e vou ter que industrializar e não é essa nossa intenção (Informação verbal).

Em Pinhalão, a direção das intenções da comunidade com as proporções que o turismo deve tomar não vai para o sentido oposto dos demais municípios. Inclusive, em Pinhalão o projeto de turismo com as cafeicultoras, desde o início foi debatido de maneira coletiva e as entrevistadas confirmaram que o tema da capacidade que teriam para receber os turistas foi abordado. A técnica do IDR explica que desde o princípio elas debateram e estabeleceram os limites mínimo e máximo de turistas/visitantes que cada família pode receber. Além disso, a visita foi definida por meio de agendamento

[...] porque entendemos, nós e elas, que a gente perde a característica e a essência do trabalho se o número de pessoas for muito grande. Você não consegue atender, dar atenção, explicar nos detalhes como tudo funciona e o turista não tem uma vivência que agregará nele o que a gente busca. Nos casos de grupos maiores como uma agência de Curitiba que quis trazer 40 pessoas tem que se organizar e dividir nas diferentes propriedades, porque as produtoras não tem banheiro, louça, etc. No começo eu disse para elas comecem com o mínimo de recurso financeiro possível. Era para usar e adaptar o que tinha. Porque nós não sabíamos como seria o futuro do projeto. O objetivo aqui não é incentivar a fazer uma pousada, se uma delas quiser a gente vai acolher e debater, mas nós não vamos incentivar o investimento alto (Informação verbal).

A cafeicultora Marilena, confirma que tudo foi debatido e planejado desde o início do projeto. Para ela, a maior relevância era pensar a capacidade das agricultoras principalmente em razão da época da colheita do café que demanda muito trabalho da família e a ideia é agregar o turismo na agricultura e não trazer mais uma atividade para competir com o café. Ela explica também que as agricultoras têm liberdade e autonomia para definir cada uma com sua família quantos turistas/visitantes receber por visita e quantas visitas no mês pode realizar

[...] aqui definimos que recebemos uma visita por semana e posso receber até quatro visitas no mês então, geralmente na sexta para sábado. Aí de segunda a quinta trabalho na lavoura, sexta fico em casa para preparar tudo para receber. O limite de pessoas é de duas a cinco pessoas para pernoite e as visitas de duas horas de 10 a 15 pessoas (Informação verbal).

Em Sapopema alguns agricultores também divergem sobre o limite do pequeno município e, do Assentamento São Luiz, em receber turistas/visitantes. Para algumas famílias de agricultores existe um limite claro e para outros não há intenção de ferramentas para limitação ou até mesmo redução no número de turistas. O que converge entre eles é a qualidade de vida da família. O marido de Suzana, deixa claro que eles querem crescer de uma forma “[...] que consiga ter paz aqui. Para não perder a tranquilidade que a gente quer e que os turistas querem. Tem que oferecer uma experiência, isso aqui não é uma estadia”. O vizinho da família, Roberto, explica que no início do turismo em Sapopema eles buscaram formas de divulgação para trazer o público esperado para o município e “[...] agora quer reduzir? Eu sou contra reduzir o número de público, mas sim tem que ter estrutura, qualidade no atendimento, tem que orientar e explicar os limites e colocar os limites. Se você distribuir bem os grupos tem espaço para todo mundo”.

A perspectiva no Turvo também não é muito diferente sobre os limites do crescimento. A iniciativa dos jovens chamou a atenção de alguns municípios e houve convites para ampliar a proposta e implementar o projeto em outras localidades. Com relação a essa expansão os jovens explicam que “[...] preferimos fortalecer aqui. Uma opção é expandir para municípios limítrofes, mas nossa identidade está no Turvo e não sei se faz sentido fugir disso”. Pensando em atender as demandas dos municípios que se interessaram pela proposta, os jovens iniciaram a realização de workshops fora do Turvo para apresentar o projeto e incentivar que a ideia tomasse forma em pequenos municípios como o deles, sem a intenção de replicar a ideia, mas com o objetivo de que cada município crie sua própria proposta dentro de sua realidade. Sobre o crescimento da iniciativa dentro do próprio município os jovens alegam que “[...] se tiver muito turista não tem guia suficiente e a qualidade para explicar tudo e operar equipamentos de aventura cai. Tem local que tem um a dois banheiros e não atende 60 pessoas, algumas estruturas são de uso pessoal da família e muita gente no mesmo lugar vira bagunça”.

Questionamos sobre a escala, pois ela é um dos elementos-chave que caracteriza o TBC e, na medida que ela vai se perdendo, também vão se perdendo a qualidade de vida da comunidade, a qualidade da vivência do turista/visitante, e tantos outros elementos que vão descaracterizando o modelo e levando o turismo para um contexto predatório. Portanto, a escala do turismo reflete em tantos outros pontos como os desafios que vão ser enfrentados, como

serão enfrentados e os resultados dos objetivos que foram desejados com o turismo. A escala é definida a partir da comunidade ao pensar sobre seus recursos, potenciais e quais as restrições que desejam ser impostas (Irving, 2009).

Quem limita a escala e quem monitora esse limite é a comunidade. Com base nas análises dos resultados, entendemos que as comunidades compreendem que um dos pontos fundamentais para elas é a satisfação com a vida local. O turismo é bem-vindo para eles na medida que traga renda, trabalho, convívio social, proporcione momentos de diversão, inclusão por meio da educação, da equidade de gêneros e valorização das diferentes gerações, proteja sua cultura e seus recursos naturais que resultam na qualidade de vida. A partir do momento que esses pontos passam a ser violados com trabalhos e renda indignos e desiguais, prejudiquem o convívio, mercantilizem seu patrimônio e não deixem resultados positivos na autoestima local, minando a ajuda mútua e a autonomia o turismo não é mais bem-vindo localmente. Porém, ao perder o controle, dificilmente ele será recuperado. Manter o planejamento e gestão, portanto, é um grande desafio, não à toa, ele foi um dos mais citados.

Durante as perguntas finais buscamos dar voz aos desafios enfrentados pelas comunidades locais nesses pequenos municípios. De maneira geral, todas as comunidades, em todos os municípios, citaram o planejamento e a gestão do turismo como um dos maiores desafios que estão enfrentando atualmente. Para além, eles citaram: recursos financeiros para investir, especialmente em melhorias estruturais e em cursos de qualificação, novas parcerias e fortalecimento das existentes com outros setores do turismo, facilitação no acesso de linhas de créditos existentes e abertura de novas linhas e ampliação de linhas de crédito existentes específicas para o turismo e mão de obra qualificada.

Em Altônia os entrevistados alegaram que algumas dificuldades residem no planejamento e gestão da atividade pois, atualmente a comunidade está buscando receber grupos com agendamento para melhor manejo do turismo. Isso porque, uma das entrevistadas conta que o turismo foi acontecendo sem planejamento em sua propriedade. Fernanda explica que os turistas foram chegando, cada vez em maior quantidade e, ela e a família foram aumentando a estrutura de maneira desorganizada, sem muito planejamento e tempo para definir como gostariam que o turismo se desenvolvesse no local. Ela conta que “[...] o terreirão e a minha churrasqueira viraram a área de convivência dos turistas. Cheguei a comprar fiado o tempo todo para pagar depois da temporada. Eu quero que agora seja planejado, devagar. Se ir na TV e nas redes sociais vem mais gente ainda, então tem que pensar antes”. Além disso, para os entrevistados, a grande demanda atualmente é estabelecer uma parceria mais estreita e

constante com o Parque Nacional de Ilha Grande para a manutenção da trilha que margeia as propriedades.

Para muitos agricultores a dificuldade não é fundamentalmente financeira, mas sim de planejamento e gestão do turismo. Desse modo, a preocupação central não é o alívio da pobreza, mas a proteção dos recursos naturais e da cultura que demandam conhecimento para a construção de um planejamento local robusto com o objetivo de evitar a evolução do turismo para um turismo predatório. Esse contexto fica claro quando Helena afirma que “[...] precisamos de mais cursos porque eu quero que seja melhor organizado para não receber gente no susto e não estar preparada”. A comunidade local, portanto, de fato demanda de maior conhecimento para poder planejar e gerir o turismo local.

Em Mariópolis apareceram com frequência, para além dos desafios gerais, dificuldades com contratação de mão de obra e os poucos recursos que a prefeitura dispõe tanto em termos financeiros como humanos e de conhecimento técnico. Durante entrevista a Secretária de Indústria, Comércio e Turismo argumenta que Mariópolis é um município pequeno com recursos humanos insuficientes “[...] que muitas vezes não alcançam as demandas, no meu departamento, junta a indústria, o comércio e o turismo com pouca gente para dar conta. Principalmente na parte operacional então sempre precisamos de parceria”. Para ela todos os esforços que a prefeitura pode fazer são disponibilizados aos agricultores.

Além das dificuldades com relação a gestão pública local, em Mariópolis também foram citadas as dificuldades em acessar linhas de créditos existentes que podem contribuir para injetar recursos financeiros para o turismo na agricultura familiar. As famílias alegam que as linhas existem, tanto para o turismo como para áreas afins que podem ser aplicadas no turismo, mas são muito burocráticas e eles acabam desistindo do processo e preferem investir no turismo com os próprios recursos. Além disso, os agricultores afirmam que as linhas de crédito específicas para o turismo devem ser ampliadas pois são escassas e não atendem todas as demandas.

Outro ponto está relacionado à dificuldade de contratação de mão de obra tanto para o cultivo da uva, que demanda maior trabalho humano, quanto para o turismo. Uma das famílias do “Caminho da Uva” detalha que como a família não tem funcionários o trabalho é distribuído entre eles e isso acaba afetando a qualidade de vida pois [...] na época da uva chegamos a receber 50 pessoas num dia. Mas fora de época ao longo do ano podemos contar na mão os dias que não vem ninguém aqui. A gente não sai todo mundo junto de casa porque sempre chega gente”.

Em Pinhalão a técnica do IDR explica que as demandas são gerais, inclusive para coisas simples como confeccionar um mapa, preparar um material de divulgação ou confeccionar e

instalar sinalização apropriada ao longo do Caminho, segundo a técnica “[...] só conseguimos fazer o que é necessário com o recurso delas. Então é preciso recurso de fora para isso e que daria uma outra cara pro projeto”. A técnica ainda conta que para participar de eventos o material promocional é sempre improvisado e simples, sempre providenciado com os recursos disponíveis, o que em termos de divulgação acaba chamando menos a atenção caso houvesse recursos para preparar um bom material. Segundo o olhar das agricultoras a assistência para o café existe e faz diferença na produção, mas quando se trata do turismo os recursos são sempre escassos.

A comunidade do Assentamento São Luiz, em Sapopema, descreve que os desafios para além dos recursos financeiros e de planejamento estão relacionados com melhoria da manutenção da estrada, com a sinalização local e a necessidade de cursos. Além disso, a parceria com o setor público também é citada, para as famílias do assentamento

[...] precisa que o poder público tenha uma visão mais ampla do que o turismo representa para nós, porque o prefeito cuida de todos os setores, mas o que nos dói aqui, só a gente sabe, então tem que ter uma atenção que o turismo tá gerando renda pro município, tá segurando o jovem, então precisa ter uma atenção mais de perto para isso, o turismo chega até lá o centro da cidade, no posto de gasolina, no restaurante, na lanchonete, na farmácia (Informação verbal).

No município do Turvo as demandas também seguem o mesmo cenário. Em razão da característica da iniciativa somaram-se aos desafios anteriores, alguns citados nesta iniciativa como a discriminação de minorias como as mulheres e a discriminação dos jovens. Os entrevistados explicam que “[...] existe muito preconceito com os jovens, discriminação por nosso jeito de vestir, aparentar”. Além disso “[...] uma dificuldade minha é ser mulher na empresa e fora no trato com os turistas, por ser pequena, mulher, ser tímida, pelo jeito de falar, as comunidades passam por isso, porque como você é, as pessoas julgam muito e acabam não valorizando ou respeitando”.

Outra dificuldade no Turvo foi a percepção dos jovens para a existência de turistas/visitantes que não estão alinhados com a proposta da iniciativa e vêm para o pequeno município sem a sensibilização necessária para participar de um modelo de turismo diferente do modelo convencional e acabam desrespeitando as comunidades e os recursos ambientais. Além disso, foi citada a dificuldade relacionada com a demarcação de terras. Os jovens explicam que o quilombo do Turvo está a mais de 20 anos aguardando a demarcação de suas terras.

O planejamento e a gestão passam pela necessidade de recursos humanos capacitados, com recursos materiais de qualidade. Alves (2018) e Magalhães (2002) alertam para a situação das prefeituras em relação a precariedade da atenção que se dá para o turismo nos municípios brasileiros, especialmente pequenos. Por esse motivo, geralmente as iniciativas de turismo em pequenas localidades buscam parcerias com Universidades, ONG's, IDR's, entre outras instituições que possam contribuir com o planejamento e gestão do turismo local. Nem sempre isso é possível e, em determinados casos as famílias e comunidades vão planejando e gerindo o turismo conforme acreditam ser a melhor forma e conforme vão conseguindo informações e troca de informações por conta própria. Esse fato é compreendido por nós, como um reflexo, portanto, da ineficiência e até ausência do Estado que não ocorre apenas com o turismo, mas em tantos outros setores, especialmente, nas áreas periféricas, com populações minoritárias, a exemplo da demarcação de terras quilombolas, entendido como o básico para a produção e reprodução de vida.

Milke (2013), Maldonado (2009), entre outros pesquisadores do TBC, assinalaram os desafios vividos pelas comunidades ao adotarem o modelo de gestão. Para Maldonado (2009), a exemplo, os desafios do TBC são: oferta dispersa; escassa diversificação do produto/serviço; gestão limitada; qualidade média a baixa dos produtos/serviços; promoção e comercialização deficientes, participação marginal de mulheres e suas associações. Os desafios têm sido enfrentados, mas de maneira a enfrentar grande dificuldade pelas comunidades e a passos lentos. Porém, cada uma delas, ao seu modo, busca encontrar soluções e, como afirmou Cabral (2020), não existe uma “receita de bolo” e, cada comunidade dentro de suas características únicas, vai encontrando seu modo de gerir o TBC.

A pergunta final esteve relacionada aos desejos que as comunidades têm com relação ao turismo, pensando em um futuro de médio a longo prazo. As comunidades dos pequenos municípios possuem expectativas com o turismo que vão desde a geração de renda até a busca pelo bem-estar da comunidade de maneira que o dinheiro não seja o principal objetivo com o turismo.

Para a comunidade das Paineiras, o desejo para um futuro próximo é que o turismo na comunidade cresça com mais agricultores se somando aos que já estão trabalhando com o turismo e que o fluxo de turistas e visitantes seja maior e contínuo. Para eles, esse crescimento deve vir com limites por meio de agendamento de grupos pequenos que tragam uma renda necessária para manter a qualidade de vida local. A responsável pelo Coripa descreve seu desejo com o projeto construído junto com a comunidade em que o Caminho possa gerar renda, reunir

as famílias, dar visibilidade para o que é produzido localmente e valorizar a flora local plantada por muitas mãos. Para ela, o desejo é

[...] receber muitos grupos e que mais produtores se interessem e entrem no projeto. Tem um produtor ali que faz queijos maravilhosos de produção própria, temos artesanato local, então queremos que eles abram as portas, sabemos que é um processo lento. Além disso, não vejo a hora das paineiras que foram plantadas cresçam e floresçam juntas. Temos ainda mais de 200 mudas para plantar (Informação verbal).

A consolidação do turismo como uma alternativa fixa de renda também é um dos desejos dos agricultores de Mariópolis. O técnico do IDR e a Secretária do município esperam que o turismo se estabeleça e se fortaleça localmente. Para as famílias de agricultores o desejo é o mesmo, afinal, para eles a renda proveniente do turismo melhora a qualidade de vida quando traz mais uma alternativa para eles e, que “[...] venham mais pessoas pois melhora a vida da gente porque o turista vem e compra então para gente é bom para melhorar a renda”. Além disso, a troca com pessoas de fora é um dos desejos dos agricultores como da família Dal Pozzo, que gosta de receber com o objetivo de interagir e trocar experiências com os turistas/visitantes, afinal “[...] com o turismo a gente tem mais conhecimento pois a gente conversa com os turistas e conhece mais coisas sobre a vida das pessoas”.

Além da alternativa de renda e das trocas e interação a melhoria da qualidade de vida por meio do turismo também vem com a troca de algumas das atividades econômicas que eles desenvolvem, que são penosas, para o turismo que traz maior tranquilidade no dia a dia, segundo João. O filho mais velho do casal trabalha atualmente com a produção de leite, além da uva e da soja. Para ele o desejo futuro é “[...] ter um meio de arrecadação e trabalhar com o que gosto, eu gosto de turismo. Quero parar com as vacas porque com vaca e turismo não dá. Vaca dá muito serviço e pretendo investir no turismo para ter uma qualidade de trabalho e de vida melhor”. Para a família da Joana o maior desejo agora é terminar o processo do registro de toda a produção junto ao Mapa, para poder levar os produtos aos clientes, turistas/visitantes com segurança e ampliar o negócio, além de avançar em parcerias com o IDR, a prefeitura e demais interessados. Para a família Mancini os desejos, não vão na contramão, o que chama a atenção é o destaque que a família apresenta quando afirma que querem que os turistas e visitantes fiquem próximos a eles. A ideia da família é crescer, mas com limites e não perder a característica principal que é receber em família grupos pequenos para ofertar um convívio próximo e passar aos turistas suas tradições, segundo eles

[...] a gente pensa em ter um público que venha fazer a visitação e ter produtos muito bons para servir. Eu não quero crescer a ponto de que tudo seja industrializado, eu jamais daria um suco industrializado pros meus filhos, não vou oferecer pros turistas [...] a gente quer construir uma cozinha melhor porque hoje a nossa é pequena e fica todo mundo apertado. Mas queremos fazer algo maior, porém, ainda junto com a nossa casa porque queremos que as pessoas fiquem do nosso lado, queremos receber elas em casa, umas 30 a 40 pessoas para fazer uma janta diferente por mês. Minha sogra faz polenta na caieira com frango caipira com o molho de tomate da nossa horta. Queremos receber poucas pessoas para comer na cozinha da gente e comer aquilo que a gente come (Informação verbal).

A autonomia da mulher e a sua visibilidade no campo sempre foi o objetivo do “Caminho do Café das Mulheres”. Trazer a luz para o seu trabalho na produção do café que demanda tempo triplicado na família com os turnos de agricultora, com o turismo e dona de casa foi o mote do projeto. Para Katia o desejo é “[...] ver elas crescendo nesse meio e que elas encontrem o lugar delas nele”. A técnica do IDR complementa afirmando que seu desejo é que o Norte Pioneiro passe a ser reconhecido pelo agroturismo com as mulheres do café e, além disso, que o turismo possa ser expandido para outros tipos de produção na região, como os alimentos orgânicos. Para Luciana o desejo é que o Norte Pioneiro possa ter o turismo como atividade econômica rentável a partir do roteiro das mulheres. A técnica explica ainda que o desejo é que isso ocorra por meio do modelo de gestão do TBC, afinal,

[...] quando propuseram esse projeto aqui no Pinhalão, só tinha eventos e o Caminho na Natureza, não tinha nada parecido. Então o que mais se adequou eu achei que era o TBC, porque precisava ser uma construção com os valores locais, porque se não for assim vai ser isolado e dar lucro para alguém que nem é do lugar e isso não há razão de ser, porque a única razão é a comunidade ter frutos em conjunto (Informação verbal).

Para Marilena, o sonho é conseguir por meio do turismo renda suficiente para ter sua própria torrefação e produzir tudo na propriedade até a entrega do produto pronto na mão do turista/visitante, depois dele conhecer todo o processo desde o pé até a xícara. Marilena conta que gosta de evoluir e

[...] uma coisa vai puxando a outra, foi o café, foi a premiação, foi a exportação e hoje eu cheguei no turismo e o que tá surgindo de oportunidade eu pego. Não sei até onde vai levar, mas espero receber mais gente e o turismo estar desenvolvido aqui para mostrar nosso conhecimento sobre o café, dando mais condições para nós e conforto pro turista (Informação verbal).

O bem-estar da comunidade, uma maior qualidade de vida e oportunidades para os filhos, os jovens são também os desejos das famílias que trabalham com o turismo em Sapopema atualmente. Para o Eduardo, esposo de Suzana, “[...] o meu sonho é com o bem-estar social, sempre pensei que o turismo proporcione o bem-estar de todos mesmo com quem não trabalhe com ele. Espero que o turismo cresça e traga bem estar para comunidade”. Suzana complementa que “[...] não queremos ter aqui algo comercial com porta que abre sozinha. Nosso desejo é aprender mais com quem vem para cá”. O esposo ainda intervém e explica que a troca com os turistas é um bem valioso que está sendo construído pela família e que isso é relevante para eles. Segundo Eduardo “aprendi a contemplar o pôr do sol com os turistas e eu ensino eles a observar as constelações”.

A filha do casal traz para a reflexão, sobre os desejos futuros, a oportunidade que o turismo na localidade trouxe para ela e para seus colegas, vizinhos no assentamento, também jovens. Segundo Ana

[...] eu acho bom o turismo crescer para trazer oportunidade. Principalmente pros jovens aqui. Eu posso ficar aqui, trabalhar na paz da minha casa, com a minha família, passando mais tempo junto, eu não preciso ir para cidade, se eu quiser posso ficar. O turismo trouxe a oportunidade de escolha e a união entre a família (Informação verbal).

Para a família do Jurandir, a relevância do turismo é trabalhar para o futuro e felicidade dos filhos. Os pais contam que o filho mais jovem foi para Curitiba tentar a faculdade de enfermagem, mas não conseguiu se adaptar a penosidade da vida na cidade e ficar longe da família. O filho passou seis meses e voltou para a propriedade dos pais com a ideia de estudar próximo de casa e trabalhar com o turismo. A mãe do jovem conta que “[...] lá ele trabalhava na rua e estudava enfermagem. E agora ele trabalha no lugar dele, com a família. Porque lá ele não dava conta de trabalhar e estudar e ele ainda ia só trabalhar e largar da faculdade para sobreviver. Hoje ele diz que quer fazer faculdade de turismo”. Os desejos dos jovens de Sapopema com o turismo, estão intimamente ligados a qualidade de vida da comunidade. Afirmamos isso, pois, o casal de jovens que trocou a produção de leite para o turismo afirma em entrevista que “[...] as pessoas vão viver bem trabalhando com o turismo”. O desejo com o turismo é ter mais oportunidade e sobretudo viver bem.

A comunidade do Turvo também sonha com um fluxo contínuo de turistas e visitantes, com um lugar bonito e agradável para receber e, melhorar a vida com uma opção a mais de renda. Além disso, os jovens da iniciativa esperam que as comunidades envolvidas tenham autonomia e possam gerir o turismo sem a necessidade de estarem 100% do tempo envolvidos.

Beatriz afirma que o turismo tem muito a contribuir com a construção do protagonismo das comunidades locais e de seu desenvolvimento “[...] espero que as pessoas tenham a oportunidade de conhecer outros lugares e que elas se sintam seguras de conhecer o seu próprio espaço, que elas passem a se entender como protagonistas da vida delas”.

Para um dos jovens essa construção de autonomia das comunidades e da consolidação do turismo local deve se refletir nas áreas social, econômica e ambiental do município, afinal, para ele o turismo como alternativa de renda é muito relevante para as famílias locais, porém, ele não é o objetivo final da vida das pessoas, pois, para eles é a diversificação, com as agroflorestas e o turismo, por exemplo e, não as monoculturas das lavouras que vão trazer qualidade para as pessoas “[...] então se a ideia estiver enraizada eles não vão abandonar o turismo caso o dinheiro não seja o único objetivo e, se não for, se mantém enquanto tiver qualidade de vida e felicidade”.

A pequena escala, ao trazer bem-estar para os entrevistados, é um de seus objetivos. Manter o turismo, em uma escala limitada, para que ele esteja alinhado com a escala da vida local, que também é pequena, significa manter a qualidade de vida. Para eles, é relevante crescer qualitativamente e, o desejo final, é manter o turismo em um tamanho que a comunidade possa controlá-lo e proporcione perpetuar suas características locais sem perder de vista o direito de renová-las, fato que só é possível por meio da autonomia. A autonomia, inclusive, permite o manejo dos desafios, que ainda são os mesmos nos pequenos e se somam aos que o turismo apresenta.

Os desejos de que o turismo possa ser rentável, que traga oportunidades e visibilidade para os indivíduos, somando-se a outros esforços locais que apresentem condições para um futuro mais promissor para os pequenos, com uma vida de qualidade hoje e amanhã, reforça a ideia de que existem grupos sociais que não desejam viver em grandes aglomerações em condições insalubres de vida e, só o fazem, em muitos casos, por uma questão de sobrevivência. É sobre ter autonomia, e uma existência solidária, e não ser empurrado para uma vida que não se deseja. Sabemos que as reflexões aqui apresentadas, podem soar quase que como uma romantização das vidas que ainda sofrem com os desafios a elas impostos nas periferias, ou romantizar um futuro utópico, porém, as falas dos entrevistados, para nós, são baseadas na concretude das vivências historicamente construídas em seus locais de vida e nos seus desejos quase palpáveis de um futuro melhor. A permanência e acentuação de antigos problemas e o surgimento de novos desafios, nem mesmo eles, evitam que as utopias sejam renovadas (Endlich, 2006).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo da pesquisa, buscamos entender se o TBC contribui para o desenvolvimento de pequenas localidades considerando a sua dimensão social. Para isso, refletimos sobre seus alcances, sobretudo, com base em levantamentos nas iniciativas existentes. Nesse esforço buscamos compreender a relação do turismo na escala das pequenas localidades, os desafios vividos e o TBC como modelo alternativo no Estado. Também buscamos observar os atores e os efeitos do modelo não só no Paraná, mas para além das fronteiras na intenção de relacionar determinados fatores. Foi preciso ainda, realizar o desafiador trabalho de mapear as iniciativas no Estado, para que na sequência pudéssemos identificar os desafios das pequenas localidades que possuem manifestações de TBC como forma de vencê-las. Por fim, nos debruçamos sobre mais uma realidade, a dos pequenos municípios e das comunidades locais que encontramos nesse caminho para analisar se o TBC contribui com seu desenvolvimento e quais são os limites e possibilidades. Ao final desta caminhada, que abriu mais portas e outros caminhos, respondemos nosso problema de pesquisa e, portanto, apresentaremos nossas últimas reflexões ao longo das nossas considerações finais.

A respeito do nosso primeiro objetivo específico de compreender as relações das pequenas localidades com o turismo, pudemos inferir que a literatura sobre turismo e pequenas localidades ainda olha para esses locais, de maneira geral, apenas como recorte de pesquisa e não como objeto a ser estudado. Compreendemos sobre as pequenas localidades, durante os levantamentos, que a academia aborda de maneira mais volumosa objetos de estudo que estão próximas as grandes aglomerações urbanas e pesquisas que tratem dos municípios periféricos/não metropolitanos são necessárias. Destacamos que essa não é uma especificidade da área do Turismo, mas de outras áreas, inclusive, da Geografia. Os temas mais abordados nos estudos que olharam para comunidades locais e sua relação com o turismo foram sobre o patrimônio cultural, especialmente, os que trataram da gastronomia local, da cultura alimentar, sobre o turismo rural, o TBC, sobre o potencial que muitas comunidades têm em desenvolver o turismo como forma de vencer desafios locais e sobre planejamento e desenvolvimento do turismo. Entendemos que a realidade das comunidades locais não se descola do local onde vivem, mas alertamos para a demanda em pensar os pequenos municípios e sua relação com o turismo de maneira a, também colocá-los no centro do debate e investir em pesquisas nas áreas periféricas.

Na relação com o turismo, pensado por meio dos temas citados acima, compreendemos alguns pontos relevantes. As comunidades das pequenas localidades têm sobretudo utilizado a

cultura alimentar para fomentar economicamente a localidade e promover práticas que estimulem a experiência cultural baseada nos recursos locais. Além disso, o turismo nos pequenos se coloca como uma das medidas que auxilia no processo de amenizar a concentração de terras e renda, porém, o fator econômico não é o objetivo central de muitas comunidades, mas sim um meio para fortalecer os laços comunitários. Também observamos na literatura que o turismo é uma estratégia de desenvolvimento territorial e beneficia as comunidades locais, fortalecendo, portanto, seus territórios. Porém, identificamos, com base no volume de estudos que abordam o turismo como potencial, que ainda existe um longo caminho a ser percorrido e pela ineficiência e insuficiência de investimentos o turismo não passa de um desejo de melhorar a realidade das localidades, afinal, como vimos, os investimentos se concentram nas grandes aglomerações demográficas e no setor privado independente de sua localização, se em áreas periféricas ou não. Para as pequenas localidades, portanto, que estão à margem da economia vigente, o planejamento se torna ponto fundamental e a existência de instituições que permitam e promovam a participação coletiva traz indícios que essa seja uma das saídas para evitar efeitos do turismo predatório e traga visibilidade no turismo para as pequenas localidades. Desses pontos, observamos, porém, que existem muitos desafios.

Os problemas que as pequenas localidades encontram na relação com o turismo são diversos. As deficiências nas prefeituras, como já citado em trabalhos que abordamos, é um deles e, talvez o mais problemático, pois, é no poder local que se encontram os gargalos. Isso porque, a federação ao limitar o poder da escala municipal dificulta o processo de autonomia local, por esse motivo, observamos que as comunidades de pequenos municípios têm se organizado coletivamente para driblar esse contexto e buscar por si as respostas, muito embora demandem do poder público local, afinal, a população periférica está em pé de desigualdade com o sistema econômico vigente. Com autonomia limitada desafios como problemas no planejamento e gestão; parcerias enfraquecidas ou insuficientes; recursos escassos; depredação do patrimônio comunitário, foram desafios identificadas na literatura que abordaram o turismo na escala das pequenas localidades. Apesar desses desafios, modelos alternativos são adotados para enfrentar as adversidades, a exemplo do TBC, embora, ele mesmo enfrente desafios e gere outros tantos, realidade que é esperada em um contexto dialético.

Os levantamentos na literatura sobre os aspectos do TBC como modelo alternativo identificamos que ele é utilizado pelas comunidades de pequenas localidades como saída para enfrentar os desafios vividos, em áreas que o turismo convencional apresenta limitações. Observamos, portanto, que a acadêmica tenta reunir as características gerais desse modelo, que ainda está em construção e, delas extraímos nosso entendimento sobre quais são seus

elementos-chave. Entendemos que a comunidade local deve ser um desses elementos e, o mais relevante deles, afinal, é ela que protagoniza o modelo. O TBC, não possui vida própria, quem dá vida ao modelo são as pessoas. Durante esse percurso, ficou claro que a economia atual busca dar vida as coisas, quando na verdade, são as pessoas que movem o mundo.

Identificamos, durante o caminhar, que há uma diversidade na literatura quando falamos dos atores do TBC. Quanto mais pessoas, nos mais diversos lugares do planeta se interessarem pelo modelo, maior a diversidade. Por esse motivo, para nós, quando os pesquisadores, técnicos, gestores públicos e demais envolvidos estiverem trabalhando com o modelo deve estar claro a quem ele se endereça nas pequenas localidades e, inclusive, pensar sua relação com ela. Se as pesquisas se concentram em determinados grupos sociais e, em determinadas áreas do espaço geográfico, deixamos de lado uma diversidade ainda maior, como a que observamos posteriormente nos levantamentos em campo, especialmente no interior do Estado. Não avançamos se olharmos para as mesmas localidades, se investimos nas mesmas áreas de concentração, muito embora, estejamos contribuindo com grupos periféricos, é preciso avançar mais, é preciso avançar para o interior.

O segundo elemento-chave do TBC é a autonomia, as comunidades, por meio do turismo, buscam no fim por liberdade. A alternativa de renda é um meio para a proteção de seus modos de produção e vida. A busca pela autonomia se faz por meio, portanto, de uma economia alternativa, que está baseada por sua vez no elemento humano. O último elemento é o território solidário, pois é nele que o patrimônio comunitário está circunscrito e é construído diariamente, em busca de sua defesa, de maneira colaborativa, autônoma, baseada na diversidade, e na equidade. Para os demais elementos, entendemos que são resultado dos quatro elementos-chave principais como a diversidade social, a inclusão social, a autogestão, o protagonismo local, a base endógena, a inovação social, a educação, a escala limitada, o patrimônio comunitário, entre outros.

Quando nos debruçamos sobre as iniciativas, com o nosso terceiro objetivo específico de observar os atores e os efeitos do TBC na América Latina e no Paraná, nas pequenas localidades, encontramos uma diversidade de grupos sociais e de resultados relevantes para essas comunidades. Povos indígenas ancestrais, associação de mulheres pescadoras, comunidades de pescadores artesanais, agricultores familiares e instituições sociais, são alguns dos atores que identificamos. Nos parece um cenário diverso, que tem abrigado as mais variadas formas de organização coletiva, cada local, com as suas características. Como efeitos, pudemos observar o fortalecimento do patrimônio comunitário, o fortalecimento do trabalho coletivo em associações e cooperações, a experiência na gestão do TBC, em alguns casos, a diversificação

de renda, entre outros. Esses efeitos, numa relação dialética, não vieram sem trazer outros desafios, como a desarticulação da comunidade com parceiros externos, capacitação insuficiente para o turismo e demandas relativas ao financiamento das iniciativas. Esse cenário, nos trouxe novas inquietações, como a necessidade de identificar com maior riqueza de detalhes os atores no Paraná e observar a relação deles com as pequenas localidades em que se localiza.

Quando mergulhamos, então, no mapeamento e nas características gerais dos atores do turismo em comunidades locais alguns dados nos chamaram a atenção. Esse esforço foi cumprido para atender no quarto objetivo específico de identificar as características gerais dos atores do TBC (ou próximos a ele) e os desafios das pequenas localidades em que habitam. Descobrimos que apesar de acompanhar em certa medida o cenário de concentração em áreas de grande aglomeração demográfica, o levantamento apontou para a existência de iniciativas em áreas periféricas do Estado em pequenos municípios, cenário que não apareceu na literatura. Além disso, os dados confirmaram a diversidade dos grupos sociais. Cada comunidade se identificou como agricultores familiares, povos tradicionais, associação de mulheres, descendentes de imigrantes, empreendedores individuais, e tantos outros. Tamanha diversidade nos fez questionar a todo momento a elasticidade do turismo que acontece em comunidades locais e, a coleta e análise de dados em campo, trouxe tantas outras reflexões.

A diversidade reflete na oferta de produtos e serviços que também são variados, mas que, convergem para os pontos de se concentrarem em produtos locais, em atividades ligadas à natureza, as atividades no campo, ligadas à cultura local e ao mar e a praia. Nos chamou a atenção que a oferta de hospedagem e eventos apareceram como os produtos e serviços que mais se destacaram. Isso porque, a realidade das iniciativas de TBC, está comumente ligada a vulnerabilidade social. Portanto, esse fato confirma para a falsa relação que é feita entre TBC e baixíssima qualidade nos produtos e serviços. Não podemos ligar as comunidades envolvidas com o modelo, com uma ideia de precariedade na prestação de serviços, fato que se comprovou no campo.

As comunidades em sua maioria estão associadas em organizações formais, mas o campo nos alertou para o cenário de que muitas dessas associações não são associações de turismo. Algumas delas eram associações pré-existentes que abrigam a iniciativa da comunidade em adotar o turismo, mas que nem mesmo preveem em seus mecanismos institucionais a sua gestão. De outro lado, grande parte das comunidades alegou não possuir formalização, o que nos faz trazer o alerta que as iniciativas que possuem bons resultados estavam associadas formalmente, em organizações criadas especialmente para o turismo.

As parcerias são outro tema delicado dentro do modelo, pois, a literatura aponta a grande dependência das comunidades por grupos externos que apoiam as iniciativas como ONG's, Universidades, Prefeituras e etc. Grande parte das iniciativas no Paraná respondeu não possuir parceria e/ou as parcerias existentes estão ligadas ao poder público (municipal) e o IDR. Esse ponto é interessante em uma perspectiva de compreender que as comunidades locais, em pequenas localidades, têm se movido por si, sem esperar o apoio de atores de fora. Seu interesse em trabalhar com o turismo tem movido esses atores a despeito de parcerias. As análises dos dados em campo demonstraram que, especialmente, são os agricultores familiares que, por possuir maiores condições financeiras possuem condições de assumir os investimentos para o turismo. Porém, algumas famílias alegaram possuir menores condições financeiras, especialmente os agricultores de assentamentos rurais, mas que mesmo assim, aos poucos, com o próprio retorno do turismo, sem grandes investimentos iniciais, foram tocando o modelo. De fato, comunidades tradicionais, como povos indígenas e quilombolas, demandam parcerias mais sólidas. A literatura confirma que sem as parcerias esses grupos não teriam qualquer condição em se incluir no turismo. Por esse motivo, cada grupo que se agrega ao modelo precisa ser observado conforme suas características.

Para nós, até esse momento, todo e qualquer grupo social que se reúna para buscar sua autonomia pautado no modelo de gestão do TBC, deve ser acolhido. Entendemos que a questão da comunidade é sobre luta de classes e, o modelo como ferramenta contra hegemônica, congrega as mais diferentes comunidades que performam uma luta de classes para a transformação de um sistema de injustiça social. Dessa forma, o TBC supera seu papel, de ser apenas uma ferramenta alternativa de renda. Assim, todas as comunidades que, mesmo sem a sensibilização desse contexto, estejam interessadas em promover ações na contramão do sistema econômico vigente, defendendo seu direito de ser e estar no mundo, são bem-vindas em adotar o TBC.

É claro que, o modelo não deve ser tão elástico a ponto de agregar grupos sociais que não estejam dispostos a construir um modelo colaborativo, baseado em uma economia alternativa. Portanto, é tão relevante a existência de instituições coletivas que monitorem a realidade do turismo em comunidades locais, a exemplo, das redes de TBC que existem no mundo todo e, no Paraná, como a Rede Anfitriões e a Rede Pinhal de Turismo de Base Comunitária. Além disso, políticas públicas e demais ações que estabeleçam diretrizes para o modelo são relevantes, especialmente, para os grupos sociais em vulnerabilidade social e que estão nos grupos de povos tradicionais, que historicamente foram marginalizados.

Identificamos que não são apenas os grupos sociais de baixa renda que adotam o modelo, para defender seu patrimônio comunitário. Dentre os envolvidos estão agricultores familiares com diferentes faixas de renda, povos tradicionais, comunidades étnicas de imigrantes, entre outros. Portanto, defendemos que o TBC seja um termo “guarda-chuva” e nele, sejam inclusas as mais diversas comunidades. Isso porque, grupos com condições socioeconômicas mais elevados como grupos de agricultores familiares, também contribuem para a proteção do patrimônio cultural e natural das mais diversas localidades.

Quando olhamos para os pequenos municípios que foram identificados no mapeamento, observamos que os desafios locais têm uma relação próxima com os objetivos que as comunidades locais procuram amenizar com o TBC. Os indicadores demonstraram que os problemas se concentram nas demandas de emprego e renda, no envelhecimento da população, na evasão de jovens, nos níveis de escolaridade relacionados a formação superior e, aos níveis de desigualdade. O cuidado com os indicadores sempre deve ser tomando, como tratamos durante este trabalho, nem sempre os indicadores conseguem expor a realidade e, por isso, dar voz as pessoas que vivem na localidade é sempre relevante. Um dos exemplos, é o pequeno município de Guaraqueçaba que possui um número expressivo de comunidades locais, indicadores sofríveis e, um dos melhores índices de igualdade. Quando saímos para o campo, o pequeno município do Turvo nos despertou interesse por possuir uma realidade parecida nos indicadores, mas que durante a coleta de dados com a comunidade local, os achados apontaram para uma satisfação com a vida e sua relação com o turismo na localidade.

E, foram essas realidades que nos induziram para um mergulho nos pequenos municípios periféricos/não metropolitanos do Paraná. Chegamos, neste momento ao nosso último objetivo específico que foi analisar os limites e possibilidades do TBC para o desenvolvimento de pequenas localidades. Quem era a comunidade periférica no noroeste do Paraná, próxima a uma área protegida? O que Mariópolis tem empreendido para vencer seus desafios na periferia do sudoeste paranaense? E a iniciativa que surgiu em uma das regiões mais pobres do Paraná, no pequeno município do Turvo, que apresenta tantos grupos diversos? E o que descobrir na iniciativa de turismo em Pinhalão, no nordeste do Estado, que é liderada por mulheres, como vimos na Costa Rica? Talvez eles tenham pontos que convergissem e divergissem com Sapopema, em um assentamento rural do Incra, que até pouco tempo atrás não era abastecido com água potável. Fomos até eles para aprofundar nossos dados.

Os municípios estudados, não fogem a regra dos demais municípios periféricos. O contexto histórico desses pequenos explica a forte ligação com a agricultura, em especial a agricultura familiar, que tem resistido, embora com queda nos indicadores, ao avanço da

concentração de terras até os dias de hoje. A população de quase todos os cinco municípios sofreu queda, e está envelhecendo, quase todos perdem população rural e o número de jovens estudando em idade para ingressar no ensino superior é cada vez menor. Sem oportunidades, vão para as cidades médias e grandes e, via de regra, não voltam mais.

A realidade desses municípios comprova o que o desenvolvimento à escala humana denunciou, o PIB cresce, mas a desigualdade tem crescido também. Os municípios sustentam sua economia, via de regra, como os demais pequenos, sustentados pelos setores da administração pública e dos serviços. No campo, a produção de grãos baseado em uma agricultura temporária avança. Porém, é na produção perene que observamos a ligação com os modos de vida como no trabalho com a uva, o café, a erva-mate, essa última tão ligada aos povos tradicionais do Paraná. Pensar o turismo por meio do que se vive localmente é, sem dúvida, afirmar que a escala local pode construir seus próprios caminhos e, não apenas um receptáculo de determinações externas.

Como antecipamos, esta tese não é apenas sobre números. Se o leitor buscava números que comprovassem a contribuição do TBC na economia dos municípios, números que apontassem melhorias também em outros indicadores, não é neste trabalho que foi possível encontrar. Nosso trabalho está baseado na abordagem qualitativa e, assim como o desenvolvimento pensado à escala humana, somos críticos à redução dos avanços sociais locais vistos apenas pela perspectiva numérica, quantitativa. Os indicadores, aqueles que representam uma realidade por meio dos números, nem sempre a representam de maneira fiel, especialmente em pequenas localidades. É preciso somar os indicadores com a voz das pessoas, lá onde elas vivem e constroem a sua própria realidade. Foi neste aspecto que concentramos a construção, a coleta e a análise dos nossos indicadores. Pensando na escala humana, toda vida é relevante, se um emprego é gerado, se um jovem inicia seus estudos, se uma família coloca mais comida na mesa, é isso que faz todo o sentido, portanto, é preciso somar aos números aquilo que está para além deles.

Nos pautando nessas reflexões, abrimos os ouvidos e estivemos atentos aos comunitários. Observamos que as economias locais têm forte relação com o contexto histórico. Em todas as comunidades o turismo surgiu espontaneamente ou foi organizado pelos atores locais como saída para a deficiência na renda das famílias e comunicar sobre o patrimônio local. O turismo, via de regra não está ancorado em mecanismos criados especialmente para seu planejamento e gestão e, se faz nos núcleos familiares, o que traz informalidade e precariza o trabalho, aproximando-o a uma economia popular, que de toda forma, é uma economia alternativa, na medida que busca um caminho para fugir das mazelas da economia hegemônica.

Porém, o trabalho colaborativo, mesmo que informal, na colaboração e contribuição entre os comunitários, também os aproxima da economia solidária, uma vez que a autogestão das iniciativas, sem parcerias, ou com parcerias enfraquecidas, tem sido a saída.

O TBC nessas áreas é pequeno e se sustenta no local. Produtos e serviços têm forte identificação com as localidades. As iniciativas oferecem muito do quem tem de si, os turistas/visitantes são das proximidades, em sua maioria e, giram entorno de grupos pequenos e médios. Uma demanda geralmente guiada e monitora, em alguns locais espontânea, que mexe com os locais especialmente em finais de semana e feriados. Embora os números não sejam expressivos como no turismo convencional, eles movimentam a economia dos pequenos trazendo trabalho, renda e novos negócios, além de ampliar os antigos. Os investimentos são da própria comunidade que no início foram poucos, quase nenhum, afinal, a renda que era escassa não permitia grandes obras e, posteriormente foram reinvestidos com o próprio retorno do turismo. Os negócios são todos locais e, os comunitários se observam como empreendedores no turismo. Como os negócios se baseiam no núcleo familiar, as nossas preocupações giraram entorno das condições justas de trabalho que vão de segunda a segunda somando o trabalho no campo, com o turismo. Porém, os comunitários afirmam que isso para eles não é uma implicação que deteriore a qualidade de vida.

A relação do TBC com a cultura das pequenas localidades é menos romântica que a literatura, mas ainda assim podemos identificar seus pontos positivos. Existe compatibilidade com o modo de vida e, as comunidades têm colocado os limites desejados sobre o avanço do turismo. Elas se sentem orgulhosas sobre seu patrimônio que tem sido resgatado e fortalecido. As festividades locais, se tornam momentos de lazer, que se misturam com o trabalho e a interação com “os de fora”. A paisagem foi alterada em níveis aceitáveis pela comunidade e/ou foi fortalecida pelo que já era intrínseco ao local. O “encontro” com turistas/visitantes é efêmero, mas o turismo, por sua natureza, assim o é. Inclusive, o perfil que vai até essas comunidades não é, ainda, o desejado, que se sensibiliza para as causas locais, mas é turista/visitante de final de semana, de feriado, que mora próximo ao local e deseja passear perto de casa. As comunidades, dessa forma, recebem quem se interessa em se deslocar para lá e, a comunidade, ainda, não possui condições de selecionar seu público. Mas, de toda forma, “os de fora” aprendem com a comunidade e a comunidade aprende com eles, porém, ainda assim, não são “encontros” como se deseja, ao menos na literatura, mas é o que ocorre na realidade e, essa realidade, para nós, tem sido positivamente construída pelos locais.

Com relação ao ambiente de entorno e aos recursos naturais, as condições de infraestrutura básica, acesso aos serviços, parece bem atendida nesses municípios, com exceção

das estradas rurais, que são sempre uma questão delicada no campo. O turismo é pequeno nessas localidades e, não apresenta muitos sinais de depredação ao ambiente de entorno. Encontramos indícios pontuais de problemas, mas via de regra, as comunidades têm estipulado bem os seus limites e, estão sensibilizadas em manter um manejo adequado dos recursos naturais e, afinal, estamos falando dos seus locais de vida e moradia. Houve ainda, melhorias no ambiente de entorno para o turismo, o que deixou a vida da família e da comunidade ainda mais aprazível.

Quando falamos de educação, sabemos que o turismo não trouxe mudanças significativas para essas localidades e, nem tem esse poder. Os efeitos que observamos são o movimento feito pelos locais em iniciar cursos sobre a área, buscar mais conhecimento para melhorar seu próprio negócio. Os jovens tem liderado esse contexto e, inclusive, alguns deles estão buscando cursar o ensino superior e retornar para suas famílias e comunidades trazendo os conhecimentos adquiridos e, podendo assim, permanecer no local onde cresceram. Porém, não apenas eles, mas toda a comunidade, está envolvida em inovações sociais e uso da tecnologia para melhorar as condições de vida e trabalho no turismo. O TBC por si só, pode ser compreendido como uma inovação social, afinal, ele é um modelo de gerir o turismo feitos pelos locais, para resolver desafios locais, com ferramentas intrínsecas a realidade que os cerca.

As taxas de envelhecimento, a evasão dos jovens, e os resultados preocupantes quando a renda é escassa para a liberdade e autonomia das mulheres são desafios enfrentados em áreas periféricas. Sobre esse contexto, observamos uma contribuição do TBC ainda que tímida para as pequenas localidades na medida que acolhe os idosos nas atividades e, valoriza seus saberes, somando a isso a relação deles com os jovens que têm procurado o turismo como saída para sua permanência local. Embora toda a família esteja envolvida nas ações para o turismo, identificamos que a mulher tem se sobrecarregado. Ela lidera o planejamento e gestão no núcleo familiar, além das atividades que já realizava anteriormente. Embora, as entrevistadas aleguem que ficar com a família e trabalhar com os filhos é um efeito positivo que o turismo proporciona a elas, inclusive remunerando a hospitalidade, que é um trabalho invisível realizado por elas. Em tratando-se de visibilidade, o turismo traz luz também, para esse trabalho não remunerado e, portanto, explorado. A visibilidade no trabalho técnico no campo, inclusive, foi o que motivou a adoção do turismo em uma das iniciativas para comunicar e remunerar seu trabalho.

A coesão social foi notada em nossos resultados. Por meio do TBC, as comunidades têm interagido mais entre si e com “os de fora”. Embora haja um limitado compartilhamento de recursos, em razão do turismo ser especialmente gerido no núcleo familiar, as ações para o turismo promovem intercâmbio intracomunitário e das comunidades com quem chega de fora. Conflitos existem e, devem existir para que as ações dialéticas renovem as relações sociais. A

satisfação das comunidades com o turismo ficou registrada quando elas se sentem orgulhosas de dividir seu modo de vida e produção com os turistas/visitantes, com a própria relação com indivíduos de fora da localidade e com a apropriação que passam a fazer do seu próprio local.

Os desafios para onde se quer chegar com o turismo são muitos. O TBC veio para vencer desafios, mas trouxe tantos outros. As dificuldades com o planejamento e gestão estão marcadas em nossas observações. As parcerias são insuficientes e pouco efetivas, existe uma grande demanda por assistência técnica, que existe na agricultura, mas é incipiente no turismo. As comunidades vão fazendo como é possível, do jeito que acreditam ser o melhor caminho. É preciso mais financiamento, ampliação de linhas de crédito menos burocráticas, mais acessíveis para atender demandas simples e complexas desde material para divulgação até infraestrutura, entre outros. Além disso, os comunitários sentem a demanda de políticas mais efetivas de inclusão de jovens, idosos e mulheres, inclusive, de situações tão complexas quanto, como a demarcação de terras de povos tradicionais.

Até onde se quer ir com o turismo as comunidades têm claro ou, ao menos, estão esclarecendo enquanto constroem o caminho. Há o desejo que o turismo se desenvolva, se torne uma renda mais segura, com fluxo contínuo de turistas/visitantes. Mas é apenas um deles, que viabiliza os demais. Observamos que a renda não basta, é preciso garantir a proteção do patrimônio comunitário, ter a oportunidade de escolha entre ficar em um trabalho penoso ou substituí-lo por outro com condições menos difíceis, ter um lugar bonito e agradável para se viver, poder conhecer melhor seu próprio lugar, se apropriar dele. O TBC, fundamentalmente é um meio, assim como a renda, para a qualidade de vida e a felicidade.

No pequeno município, as comunidades por meio do TBC, recriam a vida, colocam ela em movimento. No lugar de ruas vazias, moradores e turistas circulando, a varanda da casa cheia, a mesa posta, risadas, conversas, contação de histórias. Os idosos se orgulham do passado e, de contribuir com o presente, os jovens se sentem acolhidos pelo seu local de origem e encontram uma forma de ficar, de contribuir, de não se afastar da família. As mulheres constroem um caminho para encontrar o seu espaço, que é para além dos cuidados, é no trabalho técnico, na equidade com os esposos, na sua relevância como indivíduo, fugindo da exploração de seus corpos, do desligamento de sua autonomia. Os povos tradicionais ocupam seu espaço, se orgulham do seu modo de falar, de cozinhar, de plantar e de colher. A diversidade traz vida e cor para o pequeno município, que para os turistas parece mais colorido que o cinza da cidade grande. O movimento das pequenas comunidades, movimenta o município. Traz vida, traz cor, traz música, festa, dança, água limpa, céu azul e mata verde, contribui para a qualidade de vida,

lá no lugar onde as pessoas vivem, lá onde elas sentem-se protagonistas e onde podem contribuir para vencer seus desafios (Figura 15).

Quando citamos Endlich (2021) e os três grandes desafios emergentes para as pequenas localidades, (a reinserção econômica baseada em uma economia mais justa que possibilite a permanência dos indivíduos em suas localidades; o acesso a serviços e equipamentos fundamentais para a reprodução da vida e a conectividade/mobilidade, tanto das redes de transporte e comunicação tradicionais como das virtuais, a fim de aproximar das pequenas localidades a economia, política e cultura de outras áreas), compreendemos que o TBC contribui em parte para amenizar tais desafios. Após a pesquisa, portanto, pudemos inferir que o TBC é uma via de reinserção econômica para as pequenas localidades, pois traz trabalho e renda, de maneira mais socialmente justa e diversificada, se contrapondo a especialização econômica local, pois se faz via economia alternativa. Além disso, com o trabalho colaborativo e com os retornos provenientes do turismo, a comunidade desenvolve inovações sociais que amenizam as demandas locais por produtos e serviços locais básicos. E, por fim, observamos que as comunidades locais, especialmente por meio da juventude, têm se conectado com mais intensidade, via redes virtuais, com outras áreas, e têm feito isso, não de maneira a se dissolver no sistema econômico que tende a atrofiá-las, mas dialeticamente de maneira a se fortalecer e estabelecer maior poder de voz, reforçando quem realmente são.

Após realizarmos reflexões com base nos debates apresentados nesta tese, esboçamos algumas considerações na tentativa de avançar nas contribuições a respeito da ideia de TBC. O primeiro deles é que existe uma diversidade de grupos sociais adotando o modelo como forma de proteger e fortalecer seus patrimônios comunitários (especialmente os recursos naturais e culturais). Desta forma compreendemos que o TBC pode ser adotado desde o núcleo familiar até uma comunidade de vizinhos de um bairro inteiro. Quem define o senso de comunidade é a própria comunidade.

Estes grupos se diferem no grau de vulnerabilidade social, em que há maior ou menor número de dificuldades socioeconômicas. Além disso, o turismo pode se apresentar como a maior fonte de renda das famílias, não mais como apenas a fonte alternativa. O que se coloca como relevante, é que o modelo esteja protegendo e fortalecendo a comunidade, e não a esteja levando para um processo de subalternização e desaparecimento via modelo econômico hegemônico. Sobre a perda da renda em contextos como o pandêmico, a pandemia de 2020, a exemplo, demonstrou que as comunidades possuíram condições de contorná-lo e continuar com as atividades no turismo.

O empreendedorismo, a inovação e a tecnologia social são fundamentais para as comunidades locais e o TBC, desde que sejam baseados no fator humano. O empreendedorismo e a inovação social devem estar a serviço da comunidade e não do mercado. As comunidades têm empreendido, inovado e lançado mão de tecnologias sociais que são fundamentais para a melhoria de vida destes grupos. O empreendedorismo, a inovação e a tecnologia não estão a serviço apenas do modelo econômico racionalista e não podem ser cooptados por ele. As economias alternativas podem adotar formas de inovar usando tecnologias locais para resolver problemas locais e avançar de formas singulares localmente.

Neste sentido, entendemos que deve haver uma separação clara dos povos tradicionais e comunidades mais vulneráveis daquelas que possuem maiores condições socioeconômicas dentro do TBC. Isso porque, o TBC é maior do que parece, segundo nossos levantamentos, porém, não podemos tratar todos os grupos sociais como os mesmos, pois, a exemplo dos povos tradicionais, reparações históricas devem ser feitas, e a equidade social deve ser promovida, sob a responsabilidade do Estado.

Estas considerações postas, entendemos o TBC como um modelo de autogestão do turismo, adotado por diversos grupos sociais, circunscritos em um território solidário, buscando autonomia via economias alternativas. Estes grupos estabelecem relações solidárias entre si e com os turistas, em uma escala limitada, com base endógena, para proteger e fortalecer seu patrimônio comunitário e garantir a inclusão social. A educação formal e informal, o empreendedorismo, a inovação e a tecnologia social são ferramentas agregadas que podem proporcionar acesso a maior qualidade de vida proporcionando resistência das comunidades, frente ao modelo econômico vigente, via seu próprio modo de viver e produzir em sociedade.

Partindo dessas considerações, observamos que o TBC contribui para o desenvolvimento social de pequenas localidades, embora os desafios sejam muitos. As iniciativas estudadas revelam que o TBC não é a tábua de salvação, que não existe uma única saída, mas é preciso tentar e continuar a procurar modelos que coloquem a escala humana no centro do propósito. De tal forma, o TBC se coloca como o modelo de gestão do turismo que mais se adequa ao contexto dos pequenos periféricos, e possui maior capacidade de ajudar no movimento de reinserção social de forma inovadora, dentro dos propósitos econômico, ambiental e sociocultural que vão na contramão do modelo econômico racionalista.

Figura 15 – Turvo, Paraná. Gralha Azul Turismo e Aventura, 2020.



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mn9iRnZ5bb8>. Organização: Modificado pela autora para não identificar os indivíduos.

A pesquisa não acaba aqui, ao menos para nós, ela foi um grande passo ao que e a quem passamos a admirar e nos apaixonar, as comunidades e suas pequenas localidades. Por esse motivo, muitas inquietações vieram à tona durante o processo de construção do trabalho. Tivemos limitações ao desenvolver a pesquisa e, que deixamos registradas junto com as novas lacunas que foram abertas, para que pesquisadores interessados e, nos incluamos nesse grupo, avancem em próximas proposições.

Sobre as limitações, tivemos certa dificuldade inicial em trabalhar com ideias como comunidades, TBC e pequenos municípios/localidades que são debatidos na ciência, mas em razão de suas características não possuem um conceito pronto e acabado. Portanto, não foi tarefa simples avançar nas ideias sobre os desafios contemporâneos das pequenas localidades e, para abordar a relação do turismo com elas, em razão da literatura que, apesar de não ser tão escassa atualmente, ainda não atende todos os pontos de argumentação. Outra limitação, sentida acentuadamente, foi o momento de mapear as iniciativas de TBC. Como estávamos iniciando esse processo, dentro de uma área ainda nebulosa em certos aspectos, tivemos certas dificuldades em definir o público a ser endereçado nossos olhares e ferramentas. Contatar os grupos e indivíduos, sozinhos, para responder o questionário enviado para o levantamento foi uma tarefa quase que de garimpo manual e, demandou esforço que deixaram limitações no trabalho.

Essas limitações abrem precedente para novos caminhos de pesquisa. O primeiro deles é a respeito, portanto, dos desafios contemporâneos vividos pelas pequenas localidades. Mais investigações sobre os as áreas da economia, cultural, recursos naturais, educação, questões de gênero, dentre tantos outros, são demandas para se pensar os pequenos. Como dissemos, os pequenos são periféricos até mesmo nas pesquisas acadêmicas. O interior do Paraná, nosso recorte especial, demanda de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão por parte dos setores público e privado, em especial, do setor público, que é agente que tem por objetivo maior buscar equilibrar a balança tão descompensada pelo sistema econômico hegemônico, mas sabemos que os interesses estatais possuem limites quando seus representantes representam a elite. Porém, é preciso avançar com o poder que temos.

O aparecimento das MEI's, também ligou o sinal de alerta. Muitos agricultores familiares, como identificado em campo, abrem uma MEI para não perder os direitos como agricultores familiares, especialmente, em razão da aposentadoria. A MEI tem sido debatida como uma precarização do trabalho. É preciso rever esse ponto para o pleno desenvolvimento do TBC e problematizar, avançando nesse debate, nos parece relevante.

Outro ponto a ser investigado são as possibilidades de cooperação entre municípios a respeito do turismo e as redes entre as comunidades que podem construir caminhos possíveis para eles. A Rede Pinhal surgiu desses anseios e, hoje, estamos trabalhando para construí-la e fortalecê-la. Mais investigações sobre o mapeamento do TBC do Paraná são necessárias. O mapeamento apresentado nesta tese é apenas o ponto de partida e muitas lacunas sobre ele precisam ser debatidas. As políticas públicas para o TBC vão no mesmo sentido. Não demos conta de avançar nas reflexões sobre elas neste trabalho e provocamos os pesquisadores em contribuir com essa questão. Há a necessidade em pensar como os Projetos de Lei do TBC têm sido construídos nos níveis estaduais e, quais seus limites e possibilidades para a contribuição para uma política nacional tão esperada.

Por fim, desejamos que esse material contribua de alguma forma para o avanço dos debates sobre pequenas localidades e o TBC. Pensamos que outros modelos de gestão, para além do TBC, podem e devem ser pensados localmente, como forma de contribuir para as pequenas localidades. Esses modelos podem ter elementos que se baseiem em economias contra hegemônicas, que incorporem outros valores, que não apenas o resultado financeiro e, que valorizem e fortaleçam a ludicidade do viver local e, proporcionem novas formas de trazer prazer e qualidade de vida em se habitar em pequenas localidades.

REFERÊNCIAS

- ACCUEIL PAYSAN. *Qui sommes nous?. Accueil Paysan en bref*. [S.d]. Disponível em: <<https://www.accueil-paysan.com/fr/qui-sommes-nous/accueil-paysan-en-bref/>>. Acesso em: abril de 2020.
- ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Apresentação**. [S.d]. Disponível em: <<https://acolhida.com.br/sobre/apresentacao/>>. Acesso em: abril de 2020.
- ALCANTARA, L. C. S; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 40, p. 231-251, 2017.
- ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 53, p. 78-101, 2020.
- ALCANTARA, L. C. S; SAMPAIO, C. A. C. Turismo rural na costa sul do Brasil: rumo ao desenvolvimento territorial. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 80-94, 2017.
- ALDECUA, M. J. F. Turismo comunitario y empresas de base comunitaria turística: ¿estamos hablando de lo mismo? (Ensayo). **El Periplo Sustentable**. Hualtuco, Mexico. n. 20, Enero / Junio, p. 31-74, 2011.
- ALEX, O. S; PABLO, O. C. *Ambiente, sociedad y turismo comunitario: La etnia Saraguro en Loja – Ecuador*. **Revista de Ciencias Sociales**. v. XXVI, n. 2, p. 180-191, 2020.
- ALVES, L. M. **O turismo e suas implicações em municípios de pequeno porte demográfico da região turística noroeste do Paraná**: UEM, 2018, 306 f. Tese (doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, 2018.
- AMEND, *et. al.* A utilização da análise fatorial para a determinação das características de mercado ecoturístico. **Turismo Visão e Ação**, ano 4, n. 10, p. 27-41, 2002.
- ARAÚJO, M. Turismo de base comunitária com foco em gênero: estudo de caso na Comunidade Morro Santo Antônio, Município de Itabira-MG. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 34-61, ago. 2016.

ARTESOL - **Artesanato solidário**. Renda. s/d. Disponível em: <<https://www.artesol.org.br/tecnicas/visualizar/Renda>>. Acesso em abril de 2020.

ASSOCIAÇÃO DO CANTO VERDE. **Quem somos** [S.d]. Disponível em: <<http://prainhadocantoverde.com/>>. Acesso em abril de 2020.

ATLAS BASIL. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. **Consultas** [S/d]. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>>. Acesso em: setembro de 2021.

AZEVEDO, R. S. R. Por uma geografia dos povos a partir de suas comunidades. **Terra Brasilis**, São Paulo, v. 7, p. 1-14, 2016.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar. 2011.

BARSTARZ, C; SOUZA, M. Repercussões sociais e econômicas para os agricultores das caminhadas na natureza no território Vale do Ivaí, Paraná, Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. N. 27/28, p. 1893-1903, 2017.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEATLEY, T. *The important role of nature in planning for small cities*. In: MAYER, H; LAZZERONI, M. (Org.). **A Research Agenda for Small and Medium-Sized Towns**. Cheltenham, UK • Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2022.

BETTI, P; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2019.

BIESEK, A. S. **Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Territorial: Políticas e Práticas em Foz do Iguaçu e região**. UFPR, 2013, 331 f. Tese (doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2013.

BRAMBATTI, L. E; NITSCHKE, L. B. Roteiros rurais: associativismo e participação comunitária. O roteiro Caminhos de Guajuvira, Araucária-PR. **Revista Rosa dos Ventos**. Turismo e Hospitalidade, v, 10, n. 1, p. 71-84, 2018.

BRANDÃO, P. R. B. Ativação do patrimônio biocultural do cerrado e turismo comunitário: notas metodológicas a partir do caso de Penedo (São Desidério, Bahia, Brasil). **Revista Geográfica**, n. 161, p. 83-100, 2020.

_____. Quê turismo, para qual turista? Reflexões sobre um porvir para a prática turística no pós-pandemia. In: BRANDÃO, P. R. (Org.). **Cenários pós-pandemia: reflexões sobre o Sul Global e outros territórios**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. **Lei n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINJUVE. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. **Plataforma de Governança Territorial**. s/d. Disponível em: <<https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>>. Acesso em: maio de 2021.

BRASIL. Viagens e Turismo. **Mapa do Turismo 2024**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/mapa-do-turismo-brasileiro>>. Acesso em: abril 2022.

BRAVO, L. L. *Otro turismo es posible: La economía social y solidaria turismo comunitario en Agua Blanca*. In: *II Congreso Virtual Internacional sobre Economía Social y Desarrollo Local Sostenible*, 2., 2019, ONLINE. Anais...Málaga: Universidad de Málaga, Espanha, 2019.

Disponível em: <<https://www.eumed.net/actas/19/economia-social/2-otro-turismo-es-posible-la-economia-social-y-solidaria-turismo-comunitario-en-agua-blanca.pdf>>. Acesso em: abril de 2020.

BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CABANILLA, E. *Configuración socio-espacial del turismo comunitario. Caso república del Ecuador*. Bahia Blanca: Universidad Nacional del Sur, 2016. 517 f. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografía y Turismo, 2016.

CABRAL, B. L. F *et. al.* **Relatório do processo participativo de debate sobre: Políticas públicas & turismo de base comunitária**. Projeto de Extensão: Governança participativa para o turismo de base comunitária, ecoturismo e turismo de aventura no litoral do Paraná. UFPR: Curitiba, 2021.

CABRAL, B. L. F; TEIXEIRA JUNIOR, D. T. Turismo de base comunitária e cultura alimentar: Um estudo de caso no litoral do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2020.

CALVET, N. A; CONDE, C. I; ALMELA, M. S. *Feminización del empleo turístico y precariedad laboral*. **Turismo: Estudos & Práticas (UERN)**. Mossoró, v. 9 (Dossiê Temático 2), pp. 1-13, 2020.

CALVENTE, M. C. M. H. Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos. **Londrina**: Edições Humanidades, 2004.

CAMARGO, J. F. N; ARCKEN, D. M. V. *Turismo comunitario, patrimonio y desarrollo*. In: SANZ, P. N. *et al.* **A propósito del “Turismo Creativo”: Nuevas relaciones entre el patrimonio cultural y el turismo**. Colombia, Universidad de los Andes, 2024.

CAÑADA, E. *Estructuras de intermediación turística procomunitarias. La experiencia comercial de ACTUAR en Costa Rica*. **Gazeta de Antropología**, v. 33, n. 1, 2017.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, A. F. A; YÁSIGI, E.; CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARMO, L. P; SILVA, L. M. R; DEUS, J. A. S. REDETUR - Rede de apoio integrado ao turismo quilombola de base comunitária no médio Jequitinhonha/MG. **Revista Expressão Científica**, Edição Especial Comtur, P.105-109, 2018.

CARVALHAL, M. D. Desenvolvimento auto-gerido e trabalho. In: ENDLICH, A. M; ROCHA, M. M. (Orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

CASTRO, F. J. G; FEGER, J. E. Os destinos turísticos do Estado do Paraná, Brasil: espacialização baseada na concentração e especialização turística. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 19, n. 3, p. 573-588, 2021.

CASTRO, L. L. C; PINTO, R. Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2., p.213-226, 2013.

CATTANI, J. P. C. **Competência municipal para legislar acerca da restrição do uso do herbicida 2,4-d: um estudo de caso sobre a viticultura no município de Mariópolis – Pr.** UTFPR, 2020, 130 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus de Pato Branco, 2020.

CERVONES, E *et al.* **“Historia de vida de Berta Tapuy”, Mujeres contracorriente: voces de líderes indígenas.** CEPLAES: Quito, 1998.

CHIES, C. **Aposentadoria rural e políticas públicas para a agricultura familiar: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR:** UEM, 2017, 334 f. Tese (doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, 2017.

CIELO, C; GAGO, V; TASSO, N. *Mapear las economias populares como apuesta analítica y politica latino-americana.* In: AYMAR, P. *et al.* (Orgs.). **Economías populares: Una cartografía critica Latino-americana.** Ciudad Autonoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

CITTASLOW. Association. *International network of cities where living is good* [S.d]. Disponível em: <<https://www.cittaslow.org/content/association>>. Acesso em: fevereiro 2023.

CONTI, B. R; SPINOLA, J. T; SALDANHA, L. Turismo de base comunitária: uma revisão sistemática e bibliométrica da literatura. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 50-80, 2021.

CORIPA. **Institucional**. A entidade. [S.d.]. Disponível em: <<https://www.coripa.pr.gov.br/coripa.php>>. Acesso em: outubro de 2022.

CORIOLO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORREA, M. R. Envelhecer na cidade. **Revista espaço acadêmico**. n. 184, p. 35-46, 2016.

COUTINHO, G. C. T. P.; THOMAZ, G. M.; SAMPAIO, C. A.C. Turismo comunitário e internet: análise dos sites das experiências no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15, n.1., p.35-51, 2015.

CRUZ, R. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. São Paulo: Letra e Imagem, 2009.

ENDLICH, A. M; DIAS, R; XAVIER, D. Municípios e instrumentos econômicos de política ambiental: o ICMS ecológico e os *royalties*. In: ENDLICH, A. M; FERNANDES, P. (Orgs). **Contribuições para a compreensão, planejamento e gestão de pequenas localidades**. Maringá, PR: PGE/UEM, 2022.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

DOMINGOS, F. O; OLIVEIRA, A. N; COLASANTE, T. Planejamento do turismo religioso e seus desafios em Lunardelli, vale do Ivaí, Paraná. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 12, n. 3, p. 57-76, 2019.

ENDLICH, A. M. A relevância das pequenas cidades/localidades para o desenvolvimento regional (e vice-versa). In: MANFIO, V; BENADUCE, G. M. C. (Orgs.). **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Libroe, 2021.

_____. **Cooperações intermunicipais: alguns aportes**. Maringá: PGE-UEM, 2017b.

_____. Na trilha conceitual e definições de pequenas cidades. In: BOVO, M. C; COSTA, F. R. (Orgs.). **Estudos urbanos: conceitos, definições e debates**. Unespar/Campo Mourão: Fecilcam, 2017a.

_____. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, 2007.

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, A, M; ALVES, L. M; TEIXEIRA, J. C. Guaraqueçaba e Porto Rico: Turismo frente os desafios socioespaciais em pequenas localidades. In: ENDLICH, A; FERNANDES, P. C. (Orgs.). **Contribuições para a compreensão, planejamento e gestão de pequenas localidades**. Maringá, PR: PGE/UEM, 2022.

_____. Região intermediária de Maringá: formação socioespacial e suas pequenas cidades/localidades. In: CALIXTO, M. J. M. S; BERNADELLI, M. L. F. H; SILVEIRA, G. S.S. (Orgs.). **Cidades pequenas no contexto brasileiro: perspectivas de estudo**. Porto Alegre: Totalbooks, 2023.

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n.8, p. 25-41, 2003.

EVANGELISTA, A. N. A.; LEITE, N. S.; SOUZA, M. M. F.; GORAYEB, A. A construção de mapas sociais para o reconhecimento dos problemas ambientais e a busca da qualidade de vida da comunidade da Praia das Fontes, Beberibe – Ceará. **Revista Geografar**. Curitiba, v.11, n.1, p.84-98, 2016.

FABRINI, F; ENDLICH, A. M; CORDOVIL, F. Empresas colonizadoras e planejamento espacial: a atuação da Byington no Paraná. In: ENDLICH, A. M; FERNANDES, P. (Orgs.). **Contribuições para a compreensão, planejamento e gestão de pequenas localidades**. Maringá, PR: PGE/UEM, 2022.

FABRINO, N. H. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**: Universidade de Brasília, 2013, 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FEGER, J. E; VEIS, E. L. A regionalização do turismo no contexto da política pública de desenvolvimento turístico brasileiro: o caso de duas regiões localizadas no Estado do Paraná. **Cultur**. ano 12, n. 01, p. 95-117, 2018.

FERNANDES, P. As pequenas cidades da região geográfica intermediária de Londrina, no Norte do Estado do Paraná. In: CALIXTO, M. J. M. S; BERNADELLI, M. L. F. H; SILVEIRA, G. S.S. **Cidades pequenas no contexto brasileiro : perspectivas de estudo**. Porto Alegre: Totalbooks, 2023.

FERNANDES, P. **Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e insegurança objetiva**: UEM, 2017, 525 f. Tese (doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, 2017.

FERNANDES, A. C; BITOUN, J; ARAÚJO. Tipologia das cidades brasileiras. In: BITOUN, J; MIRANDA, L. (Orgs.). **Conjuntura Urbana 2**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

FONSECA, M. A. P; TEDESCO, C; SILVA, R. C. **A interiorização do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

FONSECA, M. A. P; TEDESCO, C; SILVA, R. C. O programa de regionalização do turismo no Brasil e a competitividade espacial. *Confins*. n. 54, 2022.

FORTUNATO, R. A; TEIXEIRA, K. L. **A gestão do conhecimento na organização do turismo rural nas encostas da Serra Geral – SC: O caso do projeto “Acolhida na Colônia”**. In: VIII SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8., 2011, Balneário Camboriú-SC. Anais...Balneário Camboriú: UNIVALI, 2011. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/114.pdf>>. Acesso em: abril de 2020.

FRESCA, T. M. In: ENDLICH, A. M; ROCHA, M. M. (Orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

GARNIER, J. *¿Cuál es el futuro de las ciudades medianas y pequeñas frente a las metrópolis?* **Crítica Urbana**. Galicia, n 14, p. 9-15, 2020.

GIAMPICOLLI, A; KALIS, J. H. *Community-based tourism and local culture: the case of the amaMpondo*. **Revista Pasos de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 10, nº 1, p. 173-188, 2012.

GIAMPICOLLI, A; JUGMOHAN, S; MTAPURI, O. *Community-based tourism in rich and poor countries: towards a framework for comparison*. **African Journal for Physical, Health Education, Recreation and Dance (AJPHERD)**. v. 21, p. 1200-126, 2015.

GIOVANETTI, A. E; RAIHER, A. P. Uma análise multidimensional da pobreza dos municípios paranaenses em 2010. **Revistas de Estudos Sociais**, v. 17, n. 33, p. 228- 248, 2015.

GOES, C; MASCARENHAS, R. G. T; MEDEIROS, M, L. Sabores do Paraná: Análise da promoção turística. Esferas. **Revista Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação do Centro Oeste**, Brasília, v. 2, n. 15, p 1-13, 2019.

GOLDSMITH, S. *The power of social innovation: how civic entrepreneurs ignite community networks for good*. San Francisco: Jossey-Bass, 2010.

GOVEIA, E. F; GUIZI, A. A; DENKWICZ, P. As vinícolas do Pinho de Baixo (Irati, Paraná) e a potencialidade para o turismo de experiências. **RITUR. Revista Iberoamericana de Turismo**. Penedo, v. 11, n. 1, p. 124-141, 2021.

GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C. Turismo comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 62-78, 2016.

GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C; BETTI, P. Incubação de empreendimentos turísticos solidários para o desenvolvimento nas comunidades tradicionais em Guaraqueçaba (PR). **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 149 a 167, 2017.

GUERRA, A; POCHMANN, M; SILVA, R. A. **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

GUZZATTI, C. T. **O agroturismo elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GUZZATTI, T.C.; SAMPAIO, C.A.C.; CORIOLANO, L.N.M.T. **Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.1, p. 93-106, 2013.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL. **IFDHM**. 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/pagina-inicial.htm>. Acesso em: junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Censo Agropecuário 2017**. Disponível em https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): IBGE Cidades: **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): IBGE Cidades: **História e Fotos**. 2013. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: janeiro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): IBGE Cidades: **Índice de Gini**. 2019. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): IBGE Cidades: **Censo 2022**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: julho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): IBGE Cidades: **Produto Interno Bruto dos municípios**. 2019. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: junho de 2021.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ (IDR). **Apresentação**. [S/d]. Disponível em: <<http://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>>. Acesso em: setembro de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor turismo: extrator de dados do turismo dados com e sem coeficientes**. Ipea, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/180228_tutorial_extrator_dados_turismo.pdf>. Acesso em: jul 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Extrator**. Disponível em: <<http://extrator.ipea.gov.br/>>. Acesso em: mai, 2021.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Ipardes). **Cadernos Municipais**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: maio de 2021.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: BARTHOLO, R; SANZOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KLEIN, L. C; FONTANA, R. F. Tipologias de turismo rural no Circuito Sabiá, Matelândia, Paraná. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 14, n.1, p. 115-130, 2021.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. Tradução: AZEVEDO, W. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KOVALESKI, A; MASCARENHAS, R. G. T; HORODYSKI, G. S. A oferta de *souvenirs* gastronômicos no litoral do Paraná: Estudo de caso em Morretes/PR. **Cultur**. Ano 14, n. 2, p. 1-39, 2020.

LACAY, M. C.; SILVEIRA, M. A. T. da. Convergências e conflitos das políticas públicas do desenvolvimento do turismo no espaço rural nas Rotas do Pinhão, Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Geografar**. Curitiba, v.8, n.1, p.203-228, 2013.

LOPES, A. B; SOARES, J. R. R; SANTOS, X. M. A importância do turismo consciente na promoção do desenvolvimento do turismo de base comunitária no destino de Foz do Iguaçu. **Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)**. v. 12, n. 2, p. 1-15, 2023.

LUZ, C. E. A potencialidade turística como perspectiva de desenvolvimento local: algumas possibilidades no Norte Pioneiro Paranaense. **Revista de Geografia Espacios**. Universidad Academia, v. 10, n. 19, 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2016.

MACARI, P. B. **Arqueoentomologia: um estudo de caso Tupiguarani, Altônia, Paraná, Brasil**: UFPR, 2013, 69 f. Dissertação (mestrado em Ciências Biológicas) - Programa de Pós Graduação em Ciências Biológicas, Setor de Ciências Biológicas., Universidade Federal do Paraná, 2013.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; SANSOLO. D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANO, A. D; MAYER, V. F; FRATUCCI, A. C. Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, v. 11, n° 3, p. 413-435, 2017.

MANNON, S. E., & GLASS-COFFIN, B. *Will the real rural community please stand up? Staging rural community-based tourism in Costa Rica. The Journal of Rural and Community Development*, 14(4), p. 71–93. 2019.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: MACIEL, H. P; HAESBAERT, R. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2008.

MAX-NEEF, M. A. *Desarrollo a escala humana: Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Barcelona: Nordan-Comunidad, 1993.

MAX-NEEF, M. A. Prefácio. In: **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

MAYER, H. *Innovation and entrepreneurship in small and medium-sized towns*. In: MAYER, H; LAZZERONI, M. (Org.). *A Research Agenda for Small and Medium-Sized Towns*. Cheltenham, UK • Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2022.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R; SANSOLO. D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MENDONÇA, T. C. M; IRVING, M. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). *Revista Caderno Virtual de Turismo*. v. 4, n° 4, p. 12-22, 2004.

MEUS, A. G; ETHUR, L. Z. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. *Revista Conexão UEPG*. v. 17, p. 01-14, 2021.

MIELKE, E. J. C; PEGAS; F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**, vol. 24, n. 1, p. 170-189, 2013.

MORAES, E. A; IRVING, M. A; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Revista Tur., Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 249-265, 2018.

MORAES, W.V.; RIBEIRO, G.A. Indicadores para a identidade do turismo de base comunitária no território da Serra do Brigadeiro (MG). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, p107-122, 2013.

MORICONI, A. **Projeto mulheres do café e o potencial do uso das mídias digitais para a comercialização**. UFSCAR, 2022. 64 f. Dissertação (mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, 2022.

MUSEO REGIONAL DE RANCAGUA. *Exposición temporal huipiles mayas, telares de una comunidad sobreviviente*. 2018. Disponível em: <https://www.museorancagua.gob.cl/677/w3-article-85737.html?_noredirect=1>. Acesso em abril de 2020.

MTAPURI, O; GIAMPICOLLI, A. *Contextualizing a tourism development alternative for Argentina: a proposal for community based diffused tourism*. **Journal of Spatial and Organizational Dynamics**, v. IX, N. 2, p. 138-155, 2021.

NEUMANN, E. **A pluriatividade na agricultura familiar em Turvo-PR**. Unioeste, 2016. 156 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos. Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2016.

NEVES, C. S. B; FILIPPIM, M. L. A perspectiva dos vereadores sobre o turismo em Matinhos, litoral do Paraná. **Turismo & Cidades**. São Luís, v. 2, n. 4, p. 11-34, 2020.

OLIVEIRA, A. N. Cultura cafeeira no norte do paraná e suas marcas nas paisagens: potencialidades para o turismo. **Geografia**. Londrina, v. 29, n. 2, p. 29-49, 2020.

OLIVEIRA, A. N. *et. al.* O turismo em espaços rurais: um relato sobre o grupo de pesquisa Ternopar. **Revista Rosa dos Ventos**. Turismo e Hospitalidade, v. 12, n. 3, p. 597-615, 2020.

PARANÁ. Secretaria da Educação. Cadernos PDE: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE; Produções didático-pedagógicas**. Paraná: Secretaria da Educação, v. 2, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_hist_uepg_iaraluziasalesdaluz.pdf. Acesso em: junho de 2021.

PINHALHÃO, Prefeitura municipal. **História**. Pinhalão, s/d. Disponível em: <https://www.pinhalao.pr.gov.br/cidade>. Acesso em: fevereiro de 2021.

PINHEIRO, R. T. Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária: Um Estudo de Caso da Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro. **ABET**, Juiz de Fora, v.4, n. 1, p. 61 -71, 2014.

PÉREZ, A. C. *El turismo comunitario en el mundo de la globalización. El caso de los quichuas amazónicos*. **Gazeta de Antropología**, v. 32, n.1, 2016.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. tradução Rita Pereira. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2008.

PROJETO BAGAGEM. **Mapeamento das iniciativas de Turismo de Base Comunitária**. Projeto Bagagem, Brasil. 2022. Disponível em: <https://projetobagagem.org/site/pt/projetos/mapeamento-tbc-brasil/>. Acesso em: dezembro de 2022.

RAWORTH, K. *Economia Donut: uma alternativa de crescimento a qualquer custo*. Tradução: George Schlesinger. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

REZIO, K. J. F, *et. al*. Pandemia de COVID-19: os impactos na vida de idosos de uma cidade pequena. **Revista brasileira de Enfermagem**. v. 22, n. 5, p. 624-639, 2023.

RICANCIE. *Un poco de historia*. [S.d]. Disponível em: <http://ricancie.nativeweb.org/es/nosotros2> . Acesso em: outubro de 2020.

RODAS, M; DONOSO, N. U; SANMARTÍN, I. *El Turismo Comunitario en el Ecuador: Una revisión de la literatura*. **RICIT**, n° 9, p. 60-77, 2015.

RUIZ, E *et al*. *Turismo comunitario em Ecuador. Comprendiendo el community-based tourism desde la comunidad*. **Revista Pasos de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, n° 3, p. 399-418, 2008.

SALEMINK, K. *Digital and smart places: ensuring a rural fit in times of urban-biased technological push*. In: MAYER, H; LAZZERONI, M. (Org.). **A Research Agenda for Small and Medium-Sized Towns**. Cheltenham, UK • Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2022.

SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. O retorno do território. *Territorio y movimientos sociales*. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª e. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAMPAIO, C. A. C. **Desenvolvimento Sustentável e turismo: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística: uma introdução**. Blumenau: Edifurb; Florianópolis: Bernúncia, 2004.

SAMPAIO, C. A. C; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: Experiência de turismo comunitário da Microbacia Do Rio Sagrado, Morretes (Pr). **Cultur**, n. 6, p. 25-39, 2012.

SAMPAIO, C. A. C. Prospectando o Impacto da área de conhecimento do turismo na Agenda 2030 da ONU. In: SUSTENTABILIDADE E TURISMO: DESAFIOS PARA PESQUISAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO HORIZONTE DA AGENDA 2022, Rio de Janeiro. **Seminário de Diálogos Sustentáveis**. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura da UFJR, 2022. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=micN9p1eu_o > . Acesso em: 30 de junho de 2022.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAPOPEMA, Prefeitura municipal. **História.** Sapopema, 2014. Disponível em: <https://www.pinhalaopra.gov.br/cidade>. Acesso em: fevereiro de 2021.

SETU. Secretaria do Turismo. **Regionalização do Turismo: Instâncias de Governança.** 2024. Disponível em: <<https://www.turismo.pr.gov.br/Pagina/Regionalizacao-do-Turismo>>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

SCHEUER, L; ANACLETO, A; XAVIER, J. R. Os impactos da covid-19 nas pequenas pousadas do litoral do Paraná: reflexões, desafios e oportunidades pós-pandemia. **Revista Princípios**, n. 161, p. 298-315, 2021.

SLEE, B. *Delivering on the concept of smart villages – in search of an enabling theory.* **European Countryside.** Brno, v.11, n. 4, p. 634-650, 2019. DOI: 10.2478/euco-2019-0035

SILVA, J. P. *Between high hopes and disappointments: Community-Based tourism in Prainha do Canto Verde, Beberibe - CE.* **Applied Tourism**, v. 8, n. 1, 37-52. 2023.

SILVA, T. P. G. **Quem é o praticante do turismo de base comunitária (TBC)? Proposição de um instrumento de mensuração do comportamento do visitante de TBC no Brasil:** Universidade Federal de Pernambuco, 2021, 135 folhas. Dissertação (Mestrado em Hotelaria e Turismo) – Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

SILVEIRA-JUNIOR, W. J; BOTELHO, E. S. Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (PR). **Revista Brasileira de Ecoturismo.** São Paulo – SP, v.4, n.3, p.441-462, 2011.

SINGER, H. Inovação na Educação. In: **II Seminário Inovação Pedagógica.** Uruguaiana, RS: Unipampa, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unipampa.edu.br/bitstream/riu/4582/1/ANAIS%20II%20SEMIN%C3%81RIO%20INOVA%C3%87%C3%83O%20PEDAG%C3%93GICA%20FINAL%202019.pdf#page=15>> . Acesso em: janeiro de 2023.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, *et. al.* Planejamento participativo do turismo em comunidades rurais: Estudo comparativo entre as comunidades étnicas de Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum no Paraná, Brasil. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Santa Cruz de Tenerife, v. 15, n. 4, p. 897-911, 2017.

SOARES *et. al.* Planejamento participativo do turismo e seus desafios: A aplicação dos princípios de Elinor Ostrom na Colônia Witmarsum-Pr, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos**. Turismo e Hospitalidade, v. 9, n. 3, p. 457-471, 2017.

SOUZA, R. M. **As singularidades cênicas do litoral paranaense: um olhar sobre a paisagem cultural de Guaraqueçaba/PR**. Maringá: UEM, 2014. 204 f. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2014.

SPOSITO, E. S; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades Pequenas: Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.

STEINFUHRER, A. *Between urban and rural: socio-spatial identities in small and medium sized towns*. In: MAYER, H; LAZZERONI, M. (Org.). **A Research Agenda for Small and Medium-Sized Towns**. Cheltenham, UK • Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2022.

TAPIA, K. R. L; TRUJILLO, C. A. *Participación comunitaria: la experiencia del turismo como estrategia de desarrollo del ecuador*. In: RODRÍGUEZ, I. B. S; HERNÁNDEZ, G. A. **Turismo, sociedad y cultura: visiones interdisciplinarias para el desarrollo**. Fundación Red Iberoamericana de Ciencia, Naturaleza y Turismo. Valdivia, Chile, 2016.

TEIXEIRA, C. P. B; SOUTO, M. V. S; PINHEIRO, L. R. S. G; MATOS, F. A; GOMES, D. D. M. Análise da evolução costeira no município de Beberibe, Estado do Ceará, entre os anos de 1979 a 2019. **Geociências**. São Paulo, UNESP, v. 40, n. 3, p. 1005-1031, 2021.

TEIXEIRA JUNIOR, D. T; FERRARI, J. A; FILIPPIM, L. M. Saberes quilombolas: A cultura alimentar do litoral norte do Paraná e da Mesorregião Vale do Ribeira como prática suscetível ao turismo de base comunitária. **GUAJU. Revista brasileira de desenvolvimento sustentável**. Matinhos, v. 6, n.2, p. 5-27, 2020.

TETAMANTI, J. M. D. *Pequeñas localidades. ¿Camino hacia la entropia?* In: ENDLICH, A. M; ROCHA, M. M. (Orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

VAINER, C. B. As escalas do Poder e o Poder das Escalas: O Que Pode o Poder Local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. **Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço**; v. 1. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p.140-151.

VALENTE, T. P; MIELKE, E. J. C. Evolução e potencialidades de inovação do turismo de base comunitária no município de Guarauqueçaba – PR (Brasil). **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 10, n. 3, p. 1-26, 2017.

VARENHOLD, M; GOES, C. A; MEDEIROS, M. L. Consumo e atitude dos turistas com relação aos produtos gastronômicos do Litoral Paranaense. **Ágora. Revista de filosofia e geografia**. Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p. 42-54, 2019.

VAROTTO, D.P. Agroecologia e gênero: perspectivas para a emancipação das mulheres e a agricultura familiar. **RELAcult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2017.

VIEIRA, R. S *et. al.* Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná - ITCP UFPR e turismo no litoral do Paraná: um estudo sobre as ações realizadas. **Revista das ITCPs**, v. 1, n. 1, p. 174-184 2021.

ZAI, C; SAHR, C. L. L. Roteirização turística como instrumento de desenvolvimento territorial: O roteiro “Verde Que te Quero Verde” de Campo Magro/Paraná (Brasil). **Finisterra**, v. 110, p. 135-154, 2019.

ZAI, C; SAHR, C. L. L. Autogovernança ou dependência do poder público? O ‘Caminho do vinho’ no município de São José dos Pinhais (Paraná, Brasil). In: MARTINS, F. P; CURY, R. B. (Orgs.). **Geografia e meio ambiente**. Ponta Grossa-PR: Atena, 2021.

ZAMIGNAN, G; SAMPAIO, C. A. C; MANTOVANELI JÚNIOR, O. Etapas de diagnóstico da metodologia de planejamento e gestão de arranjos socioprodutivos de turismo comunitário: a experiência da Microbacia do Rio Sagrado (Morretes, Brasil). **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 2, v. 4, n. 2, p. 249-264, 2011.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; SANSOLO. D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ZECHNER, T. C; ALVES, F. K; SAMPAIO, C. A. C. O Papel do Turismo no Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária da Micro-Bacia do Rio Sagrado. **Dynamis revista tecno-científica**. V. 12, n.14, p. 34-42, 2008.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

WUTHNOW, R. *Small-town America: finding community, shaping the future*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

WWF-International. *Guidelines for community-based ecotourism development*. Julho, 2001. Disponível em: < <https://wwf.panda.org/?12002/Guidelines-for-Community-based-Ecotourism-Development>>. Acesso em mar. 2020.

APÊNDICE A

Programas de Pós – Graduação (em cursos de mestrado e doutorado) consultados

Programa	Universidade	Município
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento	UFPR	Curitiba
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	UTFPR	Pato Branco
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável	Unioeste	Marechal Cândido Rondon
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	Unioeste	Toledo
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento	Unespar	Campo Mourão
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento	Unila	Foz Iguaçu
Programa de Pós-graduação em desenvolvimento comunitário	Unicentro	Irati
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável	UFPR	Matinhos
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico	UFPR	Curitiba

Programa de Pós-graduação em Administração	UEM	Maringá
Programa de Pós-graduação em Administração	UFPR	Curitiba
Programa de Pós-graduação em Administração	Unicentro	Guarapuava
Programa de Pós-graduação em Administração	Universidade Positivo	Curitiba
Programa de Pós-graduação em Administração	PUC	Curitiba
Programa de Pós-graduação em Administração	UEL	Londrina
Programa de Pós-graduação em Administração	UTFPR	Curitiba
Programa de Pós-graduação em Administração	Unioeste	Cascavel
Programa de Pós-Graduação em Geografia	UFPR	Curitiba
Programa de Pós-Graduação em Geografia	UEM	Maringá
Programa de Pós-Graduação em Geografia	UEPG	Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Geografia	Unioeste	Francisco Beltrão
Programa de Pós-Graduação em Geografia	UEL	Londrina
Programa de Pós-Graduação em Turismo	UFPR	Curitiba
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal	UFPR	Curitiba

APÊNDICE B

ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO EM 2010.

Municípios	Índice Gini
Brasil	0,53
Paraná	0,53
São Miguel do Iguaçu	0,43
Santa Mariana	0,42
Marialva	0,41
Astorga	0,41
Morretes	0,40
Guaratuba	0,40
Pontal do Paraná	0,40
Santa Helena	0,40
Nova Aurora	0,39
Assaí	0,39
Matelândia	0,39
Carlópolis	0,39
Tomazina	0,39
Antonina	0,39
Lapa	0,39
Palmeira	0,39
Santo Antônio do Sudoeste	0,39
Dois vizinhos	0,39
Chopinzinho	0,39
Pitanga	0,39
Altônia	0,39
Jaguariaíva	0,38
Céu Azul	0,38
Ampére	0,38
Itapejara d'Oeste	0,38
São Jorge D'Oeste	0,38
Salgado Filho	0,38
Rio Bonito do Iguaçu	0,38
Sapopema	0,38
Pinhalão	0,37
Bituruna	0,37
Diamante D'Oeste	0,37
Turvo	0,36
Guaraqueçaba	0,36
Santa Tereza do Oeste	0,36
Mariópolis	0,36
Prudentópolis	0,47

Flor da Serra do Sul	0,35
Sulina	0,35
Saudade do Iguaçu	0,34
Pinhal de São Bento	0,34

Fonte: IBGE Cidades (2010).

Org.: Autoral.

APÊNDICE C

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DAS ACT'S DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO
SEM COEFICIENTE EM 2012 E 2019.**

Município	2012	2019
	Porcentagem dos estabelecimentos ativos do turismo em relação ao de estabelecimentos totais (%)	Porcentagem dos estabelecimentos ativos do turismo em relação ao de estabelecimentos totais (%)
Pontal do Paraná	22%	17%
Guaratuba	20%	17%
Morretes	19%	21%
Guaraqueçaba	16%	15%
Antonina	13%	14%
Mariópolis	13%	9%
Santa Helena	9%	6%
Lapa	9%	6%
Itapejara d'Oeste	8%	5%
Ampére	8%	6%
Medianeira	8%	6%
Carlópolis	8%	7%
Jaguariaíva	8%	6%
Sulina	8%	7%
Nova Aurora	7%	4%
Céu Azul	7%	5%
Dois Vizinhos	7%	6%
Matelândia	7%	4%
Santo Antônio do Sudoeste	7%	6%
Rio Bonito do Iguaçu	7%	5%
Santa Mariana	7%	6%
São Miguel do Iguaçu	6%	5%
São Jorge D'Oeste	6%	6%
Marialva	6%	6%
Bituruna	6%	5%
Santa Tereza D'Oeste	6%	6%
Astorga	6%	4%
Pitanga	6%	6%
Pinhal de São Bento	6%	5%
Chopinzinho	6%	4%
Palmeira	6%	8%
Turvo	6%	5%
Pinhalão	6%	4%
Altônia	5%	5%
Tomazina	5%	4%
Diamante D'Oeste	5%	3%
Assaí	5%	5%

Saudade do Iguaçu	4%	4%
Sapopema	4%	3%
Salgado Filho	4%	6%
Flor da Serra do Sul	3%	3%

Fonte: Extrator Ipea (2021).

Org.: Autoral

APÊNDICE D

DIMENSÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL NAS ACT'S DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO SEM COEFICIENTE EM 2012 E 2019.

	01/2012	12/2019
Município	Porcentagem da ocupação formal no município das ACT's	Porcentagem da ocupação formal no município das ACT's
Morretes	20%	23%
Guaratuba	20%	20%
Sulina	18%	16%
Pontal do Paraná	16%	14%
Antonina	13%	10%
Guaraqueçaba	7%	4%
Palmeira	5%	5%
Jaguariaíva	4%	4%
Lapa	4%	4%
Céu Azul	3%	4%
Pitanga	3%	3%
Marialva	3%	3%
Santa Helena	3%	2%
Rio Bonito Do Iguaçu	2%	3%
Medianeira	2%	2%
Santo Antônio do Sudoeste	2%	2%
São Miguel do Iguaçu	2%	2%
Bituruna	2%	4%
São Jorge D'Oeste	2%	2%
Chopinzinho	2%	1%
Ampére	2%	2%
Matelândia	2%	2%
Flor da Serra do Sul	2%	1%
Dois Vizinhos	2%	2%
Tomazina	2%	1%
Mariópolis	2%	2%
Santa Tereza D'Oeste	1%	1%
Santa Mariana	1%	3%
Nova Aurora	1%	1%
Turvo	1%	3%
Assaí	1%	2%
Itapejara D'oeste	1%	3%
Astorga	1%	2%
Diamante D'Oeste	1%	1%
Carlópolis	1%	2%
Altônia	1%	1%
Pinhal de São Bento	1%	0%

Sapopema	0%	0%
Salgado Filho	0%	0%
Saudade do Iguaçu	0%	1%
Pinhalão	0%	3%

Fonte: Extrator Ipea (2021).

Org.: Autoral.

APÊNDICE E

PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA ECONOMIA DAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO (ACT'S) DOS MUNICÍPIOS DE ESTUDO EM 2012 E 2019

	01/2012	12/2019
Município	Participação relativa na economia	Participação relativa na economia
Morretes	20,06%	23,21%
Guaratuba	19,91%	20,14%
Sulina	17,68%	15,69%
Pontal do Paraná	15,53%	14,15%
Antonina	12,93%	9,70%
Palmeira	4,53%	5,34%
Guaraqueçaba	6,54%	4,40%
Bituruna	2,21%	4,19%
Céu Azul	3,07%	4,04%
Lapa	3,71%	4,04%
Jaguariaíva	3,90%	3,57%
Pitanga	3,07%	3,39%
Marialva	3,01%	2,86%
Turvo	1,20%	2,78%
Pinhalão	0,00%	2,78%
Itapejara d'Oeste	1,00%	2,63%
Santa Mariana	1,38%	2,63%
Rio Bonito do Iguaçu	2,50%	2,58%
Santa Helena	2,72%	2,48%
Carlópolis	0,82%	2,40%
São Miguel do Iguaçu	2,26%	2,26%
Astorga	0,92%	2,13%
Mariópolis	1,51%	2,00%
Santo Antônio do Sudoeste	2,29%	1,95%
Medianeira	2,42%	1,88%
Ampére	1,96%	1,85%
Dois Vizinhos	1,53%	1,75%
Assaí	1,18%	1,68%
São Jorge d'Oeste	2,01%	1,67%
Matelândia	1,93%	1,66%
Saudade do Iguaçu	0,10%	1,33%
Santa Tereza do Oeste	1,48%	1,27%
Chopinzinho	1,97%	1,22%
Tomazina	1,53%	1,01%
Flor da Serra do Sul	1,60%	0,99%
Altônia	0,67%	0,91%
Diamante d'Oeste	0,83%	0,67%

Nova Aurora	1,23%	0,54%
Pinhal de São Bento	0,64%	0,49%
Salgado Filho	0,29%	0,36%
Sapopema	0,39%	0,15%

Fonte: Extrator Ipea (2021).

APÊNDICE F

PESQUISA SOBRE INICIATIVAS DE TURISMO ORGANIZADAS POR COMUNIDADES LOCAIS NO PARANÁ

Olá! Meu nome é Juliana Teixeira. Como professora do curso de Turismo (UNESPAR/Campo Mourão) e aluna da Pós-Graduação em Geografia (UEM) estou levantando as iniciativas de turismo que são organizadas por comunidades locais no Paraná.

Assim como eu, a Paraná Turismo (Núcleo de Segmentos) também quer conhecer melhor as nossas iniciativas.

Por isso, convidamos as mais diversas comunidades que organizam o turismo em suas localidades (sejam elas de agricultores familiares, caiçaras, quilombolas, povos indígenas, associação de moradores, associação de mulheres, entre tantas outras) a responderem este questionário. Você pode nos ajudar?

Espero que estejam bem e desejo que possamos nos fortalecer ainda mais!

Em caso de dúvidas, por favor, entre em contato:

E-mail: julianatma@gmail.com

WhatsApp: (44) 999232319

Muito obrigada!!!

POR FAVOR, VOCÊ PODE SE IDENTIFICAR?

IMPORTANTE: Se você não souber responder alguma pergunta deste questionário, por favor, assinale que não tem a resposta e passe para a próxima questão. Obrigada!

- 1) Qual seu nome e função na comunidade (e/ou instituição) que representa?
- 2) Deixe um contato (e-mail; telefone; WhatsApp e/ou rede social)

POR FAVOR, AGORA FALE SOBRE A COMUNIDADE

- 3) Em qual (ou quais) município(s) a comunidade se localiza?
- 4) A comunidade está:
 - No campo
 - Na cidade
- 5) Qual o nome da comunidade? (Em caso de mais de uma comunidade envolvida, por favor, cite o nome de todas elas)
- 6) A iniciativa de turismo da comunidade tem um nome? Qual?
- 7) A comunidade tem alguma página de divulgação da iniciativa (redes sociais/ sites / blogs/ notícias)? Pode deixar o nome ou link?
- 8) A comunidade pertence a qual grupo social?
 - Quilombolas
 - Povos Indígenas
 - Agricultores familiares
 - Agricultores de assentamentos rurais
 - Caiçaras
 - Pescadores artesanais
 - Associação de moradores
 - Associação de mulheres
 - Grupo de famílias
 - Grupo de vizinhos
 - Outro:

9) O que a comunidade oferece para o visitante? (você pode escolher mais de uma resposta)

- Atividades na natureza (trilhas; banho de rio e cachoeira; ecoturismo; outros)
- Atividades no campo (visita às plantações; participação da rotina local; outros)
- Eventos (religiosos; gastronômicos; festas diversas; outros)
- Atividades no mar e na praia (passeios de barco/canoa; participação na rotina local; outros)

Atividades da cultura local (danças; músicas; histórias/contos; outros)

Produtos locais (artesanato; bebidas; alimentos artesanais; outros)

Hospedagem

Outro:

10) Como a comunidade se organiza para trabalhar com o turismo?

Cooperativa

Associação

Organização não governamental (ONG)

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

Associação de moradores

MEI

Não tem formalização

Outro:

10.1) Se vocês têm uma organização formal, qual o nome dessa organização?

11) Recebem apoio de alguma dessas instituições? (você pode escolher mais de uma resposta)

Agências de turismo / Operadoras de turismo

Organizações não governamentais (ONGs nacionais e/ou internacionais)

Universidades

Poder público (municipal; estadual; federal)

Não recebemos apoio de nenhuma instituição

Outro:

11.1) Se vocês recebem apoio, quais são os nomes dessas instituições?

12) A comunidade sabe o que é turismo de base comunitária?

Sim

Não

13) A comunidade adota o modelo de turismo de base comunitária?

Sim

Não

15) A comunidade possui acesso à *Internet* para chamadas de vídeo pelo celular ou computador?

Sim

Não

16) Desejamos conhecer melhor a sua comunidade. Podemos fazer chamadas de vídeo para conversar?

Sim

Não

Muito obrigada!!!!!!!!!!!!

APÊNDICE G

ENTREVISTA REALIZADA COM AS INICIATIVAS DE TBC (OU PRÓXIMAS AO MODELO) NO PARANÁ.

1. Fale sobre a comunidade de vocês de maneira geral. Onde se localiza; quem faz parte da comunidade; origem.
2. Qual a principal fonte de renda da comunidade?
3. Como o turismo surgiu na comunidade? Falem sobre a história de vocês com o turismo.
4. Como funciona a experiência de turismo na comunidade?
- 4.1 Quais desses serviços são ofertados aos turistas?
 - Hospedagem
 - Alimentação
 - Transporte
 - Produtos produzidos pela comunidade
 - Participação em costumes locais e atividades produtivas da comunidade
 - Outros
5. Com quais segmentos do turismo a comunidade trabalha
 - ecoturismo
 - turismo de aventura
 - agroturismo
 - turismo cultural
 - turismo de negócios e eventos
 - Outro(s)
6. Como é feita a coordenação e gestão da iniciativa?
 - Cooperativa
 - Associação
 - Organização não governamental (ONG)
 - Coletivo
 - Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)
 - Associação de moradores
 - Incubadora
 - Outro: _____
 Qual o nome da organização? _____
7. Possuem parcerias com instituições?
 - Agências de turismo
 - Operadoras de turismo
 - Meios de hospedagem (Hotéis, pousadas, etc.)
 - Equipamentos de alimentação (restaurantes, lanchonetes, etc.)
 - Organizações não governamentais (ONGs nacionais e/ou internacionais)
 - Universidades
 - Outro: _____
8. Cite problemas vividos na comunidade atualmente, como por exemplo, problemas de infraestrutura?
9. Cite dificuldades enfrentadas pela comunidade relacionadas ao turismo, como por exemplo: falta de infraestrutura turística, ausência do poder público (políticas públicas, financiamentos, entre outros), falta de qualificação profissional, etc).
10. Quais as pretensões/desejos da comunidade em relação ao desenvolvimento do turismo?

APÊNDICE H

PUBLICAÇÕES QUE CONSTRUÍRAM E/OU UTILIZARAM INDICADORES PARA AVALIAR INICIATIVAS DE TBC NO BRASIL E NO EXTERIOR.

Autor(es)/Ano	Local da publicação	Tipo de trabalho	Indicadores utilizados	Objetivo do trabalho	Onde foram aplicados	Resumo
Choi; Shirakaya (2006)	Tourism Managment	Artigo científico	Indicadores formulados pelos pesquisadores	Desenvolver indicadores para medir o desenvolvimento do TBC de forma sustentável.	Revisão da literatura	Baseado nas premissas do Turismo Sustentável cria um conjunto de indicadores próprios para o TBC. Estudo qualitativo.
Manyara; Jones (2007)	<i>Tourism Preliminary Communication</i>	Artigo científico	Indicadores de performance desenvolvidos pelos pesquisadores após revisão da literatura	Desenvolver um modelo de boas práticas para capacitação comunitária.	Comunidades de Il Ngwesi; Tasia; Koiyaki Lemek; Wasini Women's Group; Lumo Wildlife Sanctuary; Mwaluganje Elephant Sanctuary (Quênia).	

Cruz; Gúzman; Castro (2011)	Cultur - Revista de Cultura e Turismo.	Artigo científico	<i>Balanced Scorecard</i> (BSC) adaptado para a formulação de indicadores para o TBC.	Discutir o BSC como um instrumento voltado para a gestão estratégica de destinos de Turismo de Base Comunitária (TBC).	Revisão da literatura.	Estudo qualitativo Gestão organizacional 6 perspectivas: econômica, social; ambiental; dos turistas e organizações; infraestrutura e recurso; processos e atividades. Baseado no tripé da sustentabilidade. Deve levar em consideração o contexto do município e do TBC na localidade.
Pinheiro (2014)	Revista - Anais Brasileiros de Estudos Turísticos.	Artigo científico	Indicadores formulados pelos pesquisadores com base em indicadores	Construir um conjunto de indicadores para o acompanhamento do TBC no	Comunidade e Quilombola do Campinho da Independência. Paraty (RJ).	Pesquisa majoritariamente quali. Os indicadores foram pensados de uma perspectiva de

			preexistentes como: IBGE; Indicadores de Desenvolvimento sustentável (IDS) e dos indicadores de Fabrino; Costa e Nascimento (2012).	quilombo do Campinho da Independência.		Desenvolvimento sustentável para melhorar a utilização dos recursos naturais; as práticas dos recursos turísticos; a infraestrutura turística; qualidade de vida; participação da comunidade local e sua visibilidade.
GiampicoLi; Jugmohan; Mtapuri (2015)	<i>African Journal for Physical Health Education, Recreation and Dance</i>	Artigo científico	Indicadores formulados pelos pesquisadores	Propõe debate sobre as características únicas do TBC e cria um modelo de oito “E’s” que representa os pilares fundamentais sobre os quais se deve avaliar uma iniciativa para	Revisão da literatura.	O modelo pode e deve ser adaptado para as condições locais. A diferença do estudo é que ele parte do entendimento do TBC e suas macro características para então incluir indicadores de sustentabilidade.

				efeitos de apoio, monitoramento e avaliação no mundo todo.		Diferente dos trabalhos que partem do Turismo sustentável para o TBC dado as características singulares do TBC e seus desafios.
Nunthasiriphon (2015)	<i>Kasetsart Journal of Social Sciences</i>	Artigo científico	Indicadores adaptados do TS	Avaliar o desempenho do TBC por meio dos indicadores do TS.	Comunidade de Koh Kred Kred – Provincia de Nonthaburi (Tailândia).	TS indicadores
Bulatović; Rajović (2016)	European Journal of Economic Studies,	Artigo científico	Indicadores de Turismo Sustentável adaptados pelos autores para o TBC.	Avaliar o TBC por meio dos indicadores de Turismo Sustentável.	Eco-Katun – Štavna – Andrijevića (Montenegro).	Indicadores de TS. Quantitativo
Fabrino; Nascimento; Costa (2016)	Caderno Virtual de turismo.	Artigo científico	Indicadores formulados pelos pesquisadores.	Verificar as práticas de TBC e sua real ligação com a teoria. Desse objetivo desdobram-se	Rede Tucum: Comunidade da Praia de Ponta Grossa - Icapuí; Comunidade do Assentamento	Assim como Giampiccoli e Mtapuri analisa o conceito de TBC para então criar indicadores específicos não resultando do

				elementos-chave na teoria que oportunizam aplica-los como indicadores de avaliação do modelo.	Coqueirinho - Fortim; Comunidade da Prainha do Canto Verde – Beberibe (CE).	desenvolvimento/turismo sustentável. Utiliza uma abordagem qualitativa.
Dangui; Jamal (2016)	<i>Sustainability</i>	Artigo científico	Critérios de Turismo Comunitário Sustentável (TCS) formulados pelos pesquisadores que podem dar base para a definição de indicadores.	Construir critérios preliminares TCS para fazer a ponte entre a literatura díspar sobre o turismo sustentável e o TBC.	Revisão da literatura	Questão ambiental não é prioridade. A menos que a iniciativa seja de ecoturismo e a conservação e os recursos naturais sejam o objetivo central. Nas demais iniciativas o foco é a questão econômica e a qualidade de vida. Princípios do TBC variam de região pra região e não são claramente

						identificáveis. Turismo sustentável e TBC tem diferenças de escala e prioridades.
Cabanilla (2016)	Departamento de Geografia e Turismo - Universidad Nacional del Sur.	Tese	Indicadores formulados pelo pesquisador.	Abordar o TBC no Equador a partir de várias perspectivas socio-territoriais no marco do desenvolvimento sustentável.	São pesquisadas 6 comunidades equatorianas nas Províncias de Pastaza; Orellana; Loja; Bolívar; Napo e Pichincha.	Indicadores próprios para o TBC. Pesquisa quali-quantitativa.
Sanches; Schmidt (2016)	Revista Desenvolvimento em questão	Artigo científico	Indicadores formulados pelos pesquisadores com base no Barômetro da Sustentabilidade do Turismo e dos indicadores de sustentabilidade do IBGE.	Analisar as práticas de sustentabilidade ambiental no roteiro de Turismo Sustentável de Base Comunitária.	Roteiro de Turismo Sustentável de Base Comunitária da Região Oeste do Paraná - Matelândia, Itaipulândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu,	Pesquisa qualitativa. Baseados em turismo e desenvol. Sustentável.

					Quatro Pontes e Marechal Cândido Rondon (PR).	
Moraes; Ribeiro (2017)	Revista Brasileira de Ecoturismo	Artigo científico	Indicadores adaptados para a realidade local da metodologia de hierarquização de atrativos turísticos do Programa de Regionalização Turística do Brasil, (CICATUR - Brasil, 2005)	Identificar , por meio de indicadores, as atividades turísticas do Núcleo do Boné para reconhecer seus atrativos de TBC.	Comunidade do Núcleo Boné na área de entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - Araponga (MG).	Pesquisa qualitativa. Mapeamento Sansolo/Bursztyn 2009
Piartrini (2018)	<i>E-Journal of Tourism</i>	Artigo científico	Indicadores formulados pelos pesquisadores	Avaliar o desenvolvimento do TBC.	Comunidades de Kuta e Tanah Lot – Bali (Indonésia)	Pesquisa Quanti. Baseados em indicadores de TS.

Vieira; Lopes; Araújo (2019)	Revista Brasileira de Ecoturismo	Artigo científico	Foram adaptados os indicadores de saneamento do IBGE.	Identificar os impactos ambientais decorrentes da falta de saneamento básico em um destino de TBC.	Comunidade e Barra Grande – Cajueiro da Praia (PI).	
Ferreira; Cordeiro; Callazans (2019)	<i>Research, Society and Development</i>	Artigo científico	Foram formulados indicadores com base nos indicadores da Organização Mundial do Turismo (1997) e Oliveira (2015) que desenvolveu indicadores de sustentabilidade para o município.	Identificar os indicadores-chave que poderão auxiliar o desenvolvimento do TBC.	Comunidade e da Serra dos Alves – Itabira (MG).	Indicadores OMT e de sustentabilidade. Pesquisa qualitativa.
Nascimento; Valadão (2019)	Revista Ideias & Inovação	Artigo científico	Foram formuladas	Investigar a melhoria da	Artesãs do Projeto “Cultura em	Pesquisa quali. Categorias de análise

			categorias de análise pela autora para mensurar os resultados do TBC na qualidade de vida das participantes da iniciativa.	qualidade de vida das famílias que utilizam a ferramenta do TBC.	Foco” - Santa Luzia do Itanhhy (SE).	de conteúdo, criadas a partir dos preceitos teóricos do TBC.
Temoteo (2019)	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Univerisdade Federal da Paraíba.	Tese	Indicadore s formulados pelo pesquisador a partir da adaptação do Sisdtur para a criação do Sisdtbc.	Análise da sustentabilidade do TBC por meio do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento do turismo de base comunitária turístico (SISDTBC).	Comunidade de Ponta Grossa - Icapuí (CE) e Chã de Jardim - Areia (PB).	Abordagem quantiquali
Martins (2020)	Programa de Pós-Graduação	Dissertaçã o	Indicadore s de Meios de Vida	Avaliar o TBC por meio da	Comunidad es indígenas,	Abordagem qualitativa.

	em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Unesp.		Sustentáveis (MSV)	percepção da comunidade.	caixaras e quilombolas da Rede Nhandereko de TBC – Paraty (RJ); Angra dos Reis (RJ) e Ubatuba (SP).	
Alcântara; Sampaio (2020)	Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente	Artigo Científico	Indicadore s formulados pelos pesquisadores	Propor um sistema de indicadores de Bem Viver que superem as quantificações econômicas e, que estejam mais ligadas ao bem- estar subjetivo.	Revisão da literatura	
Wijaya; Hartati; Sumadi	<i>European Journal of Business and Management Research</i>	Artigo científico	Indicadore s adaptados das Diretrizes para a Análise de Operações Regionais de	Avaliar o quão preparado para o TBC está a iniciativa estudada.	Bongkasa Pertiwi Tourism Village – Bali (Indonésia).	

			Objetos e Atração de Turismo de Natureza (ADO-ODTWA) da Diretoria Geral de Proteção Florestal e Conservação da Natureza do Ministério de Florestas da República da Indonésia.			
Alcântara; Zuñiga (2021)	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	Artigo científico	Indicadores multidimensionais do Bem Viver.	Refletir, por meio de medição, sobre o bem-estar humano no Programa de Turismo de Base Comunitária de <i>Los Ríos</i> .	Comunidades da Cooperativa de TBC Trawun e <i>Lof Marifilo-Eupuñanco</i> do Programa de Turismo de Base Comunitária de <i>Los Ríos</i> , Chile.	Pesquisa quali-quantitativa
Sosa; Aulet; Mundet (2021)	<i>Sustainability</i>	Artigo científico	Indicadores formulados pelos	Criar um conjunto de	Revisão da literatura e	Pesquisa qualitativa e quantitativa

			pesquisadores com base nos indicadores de sustentabilidade; do TBC e do turismo.	indicadores de turismo sustentável para comunidades rurais isoladas por meio de estratégias alimentares.	entrevistas com academia e iniciativas.	
--	--	--	--	--	---	--

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (OU PRÓXIMAS AO MODELO)	
Entrevistado/a:	Integrante da iniciativa
Entrevistadora:	Acadêmica Juliana Carolina Teixeira
Entrevistado(a):	
Unidade que representa:	
Nome da iniciativa de Turismo:	

BLOCO I
<i>1.1 Sobre a comunidade e a iniciativa de turismo:</i>
1.1.1 Fale sobre a comunidade de vocês de maneira geral. Origem; tamanho; quem faz parte dela; principal fonte de renda; fontes de renda complementares (inclusive o turismo); etc.
<i>1.2 Características gerais da iniciativa:</i>
1.2.1 Quando e como a iniciativa de turismo começou na comunidade?
1.2.2 Quais e quantos equipamentos existem hoje? (Ex: pousada; hospedagem familiar; camping; restaurantes; lanchonetes; espaços para eventos; pontos de comercialização; produtos locais; etc.)
1.2.3 Quais serviços são ofertados? (Ex: festas; culinária local; passeios; trilhas; experiências; ofícios; celebrações religiosas; rituais espirituais; tradições orais; mitos; lendas; músicas; etc.)
1.2.4 Qual a origem dos visitantes?
1.2.5 Qual a média de visitas semanais/mensais que a comunidade recebe? Há sazonalidade?
1.2.6 Há pernoite? Ou são na maioria visitas de algumas horas.
1.2.7 Como é feita a divulgação da iniciativa? Sites; redes sociais; agências de turismo; outros.
1.2.8 A visita ocorre por meio de agendamento? Ou é espontânea?
1.2.9 A visita é organizada e/ou monitorada?

BLOCO II
<i>2.1 Indicador: Economia</i>

2.1.1 Existe alguma organização coletiva que está operando (ou pode operar) em prol do turismo (cooperativa, associação, outro)? Existe a quanto tempo? Está formalizada (Ex.: CNPJ) e ativa? Possui mecanismos de gestão (Ex.: Estatuto, Regimento interno, Atas, etc., e estão atualizados)? Esses mecanismos abordam o turismo?
2.1.2 Quais atividades são desenvolvidas por essa organização (histórico de projetos relacionados ou não com o turismo)?
2.1.3 Possui parceria externa para fins financeiros ou técnicos com relação as demandas da comunidade para o turismo? (Ex.: organismos públicos como prefeituras, universidades; organismos privados como agências emissivas ou receptivas; ONGs).
2.1.4 A organização possui algum mecanismo financeiro para o turismo (fundo de reserva, rotativo)?
2.1.5 Os integrantes da iniciativa são todos proprietários dos empreendimentos? Existem pessoas e/ou, empreendimentos externos à comunidade que fazem parte da iniciativa? A gestão da iniciativa é realizada apenas pelos membros locais? A mão de obra empregada na iniciativa é toda local?
2.1.7 Qual o porte dos empreendimentos que fazem parte da iniciativa?
2.1.6 A comunidade utiliza insumos e produtos locais para ofertar aos visitantes? Ou algo vem de fora?
2.1.8 Desde que a iniciativa iniciou vocês observaram um aumento nas visitas?
2.1.9 Desde que as visitas iniciaram houve geração de empregos e/ou renda para as famílias?
2.1.10 O turismo promoveu novas oportunidades de negócios?
2.1.11 Como ocorre a comercialização dos produtos e serviços?
2.1.12 Existem acordos entre os comunitários sobre como dividir os benefícios financeiros provenientes do turismo (Ex: Acordos comunitários para organizar a destinação dos visitantes (hospedagem, alimentação, atividades)?
2.1.13 A comunidade se vê como empreendedora no turismo? (identificando o turismo como negócio e investindo nele para trazer mudanças e resultados positivos)
2.1.14 Sentem que as condições de trabalho no turismo têm qualidade e são justas?
<i>2.2 Indicador: Cultural</i>
2.2.1 O turismo é compatível com o modo de vida da comunidade?
2.2.2 O modo de vida e produção da comunidade é compartilhada sem restrição? O turismo promove a troca de experiências culturais entre comunidade e visitantes? Promove efeitos positivos na cultura local?
2.2.3 As pessoas da comunidade se sentem orgulhosas em dividir com os visitantes esses modos?

2.2.4 O turismo ajuda os visitantes a aprender sobre a história e o patrimônio local?
2.2.5 O turismo resgatou o conhecimento da população local sobre sua cultura? Existem tradições que o turismo resgatou no modo de vida da comunidade? Como na saúde, o uso de ervas medicinais? Na educação, formas de comunicação, meios de transmitir o conhecimento? Outros.
2.2.6 O turismo promove e fortalece eventos e festividades tradicionais da cultura local que inclusive trazem oportunidades de lazer para a própria comunidade?
2.2.7 A paisagem local original é um atrativo para o visitante e independe da existência dele ou ela é construída e moldada conforme seus interesses?
<i>2.3 Indicador: Meio ambiente (entorno/natural)</i>
2.3.1 A comunidade tem acesso à água, energia elétrica, a vias de acesso de qualidade, serviços de comunicação (internet, telefone, etc.)? Como estão as condições desses serviços?
2.3.2 Possuem serviços de saúde? Educação? Segurança? Em que condições?
2.3.3 Como é feita a gestão dos resíduos sólidos e efluentes?
2.3.4 Existem ações para redução de consumo de água, energia elétrica, resíduos sólidos e, etc.?
2.3.5 Existem ações para limitar os efeitos das visitas como geração de lixo; poluição visual; sonora; respeito ao meio ambiente e à vida local?
2.3.6 Como é a relação da comunidade com os recursos naturais?
2.3.7 A iniciativa melhora a qualidade do entorno natural? Realiza ações para melhorar a paisagem natural da comunidade?
2.3.8 O turismo ajuda de alguma forma a melhorar a sensibilização ambiental da comunidade e dos visitantes?
<i>2.4 Indicador: Educação/Inovação e tecnologia social</i>
2.4.1 O turismo tem auxiliado de alguma forma na educação (Ex.: fizeram cursos)? Existem programas de capacitação profissional? Se sentem incentivados a buscar conhecimento?
2.4.2 Vocês tiveram ideias e/ou aplicaram novas formas de fazer algo para resolver um problema em razão do turismo?
<i>2.5 Indicador: Questões de gênero e geracionais</i>
2.5.1 Quem se envolve mais com o trabalho para receber os visitantes; os homens ou as mulheres?
2.5.2 Quem lidera mais as ações da família/comunidade? Quem gosta mais de trabalhar com os visitantes?

2.5.3 Na família os jovens, adultos e idosos se envolvem da mesma forma? Todo mundo dá opinião e se sente envolvido? Quem se sente mais interessado?
2.5.4 Vocês se sentem satisfeitos com a divisão das tarefas entre homens, mulheres, jovens, adultos e idosos?
2.5.5 Você percebe se o turismo tem prevenido a migração de indivíduos (especialmente jovens) para outros lugares?
2.6 <i>Indicador: Coesão social e satisfação com a qualidade de vida</i>
2.6.1 O turismo trouxe maior interação e entendimento sobre as diferenças e diversidades?
2.6.2 Há compartilhamento de recursos, conhecimento e liderança?
2.6.3 O turismo fortalece as amizades/o relacionamento dos membros da comunidade?
2.6.4 Como a comunidade lida com conflitos de interesse?
2.6.5 O turismo traz satisfação com o lazer (promoção de eventos esportivos, práticas recreativas, etc)?
2.6.6 O turismo tem trazido satisfação com o padrão de vida da comunidade? Ele interferiu de algum modo na satisfação de vida?

BLOCO III
3.1 Perguntas finais
3.1.1 Há uma visão estratégica para a progressão do modelo e/ou da escala do turismo na comunidade?
3.1.2 Cite dificuldades enfrentadas pela comunidade relacionadas ao turismo, como por exemplo: falta de infraestrutura turística, ausência do poder público (políticas públicas, financiamentos, entre outros), dificuldades com qualificação profissional, etc).
3.1.3 Quais as pretensões/desejos da comunidade em relação ao desenvolvimento do turismo?